

Eduardo Dalla Lana Baggio

**Poder e convencimento: a urbanização vista pelas elites
letradas (1937-1941)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo como requisito parcial e final para obtenção do grau de mestre em História sob a orientação da Profa. Dra. Ana Luiza Setti Reckziegel.

Passo Fundo

2010

CIP – Catalogação na Publicação

B144p Baggio, Eduardo Dalla Lana
Poder e convencimento : a urbanização vista pelas elites letradas
(1937-1941) / Eduardo Dalla Lana Baggio. – 2010.
182 f. : il. ; 30 cm.

Orientação: Prof^ª Dr. Ana Luisa Setti Reckziegel.
Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo
Fundo, 2010.

1. Rocha, Antonio Xavier da - Política e governo. 2. Memória
coletiva. 3. Urbanização - Santa Maria (RS) - História. 4. Elites
(Ciências sociais). 5. Governo representativo e representação. 6.
Jornalismo local - Santa Maria (RS), 1937-1941. I. Reckziegel, Ana
Luisa Setti, orientadora. II. Título.

CDU: 981.65Santa Maria

Catálogo: Bibliotecária Jucelei Rodrigues Domingues - CRB 10/1569

AGRADECIMENTOS

A meus pais, Romeu e Altair, pelo incentivo e apoio sempre constantes. À professora Dra. Ana Luiza Setti Reckziegel, pelo excelente convívio mantido durante o desenvolvimento desta pesquisa, nas aulas e nas orientações, onde suas recomendações e sugestões me foram sempre prestadas com dedicação e seriedade. Ao professor Dr. Luiz Carlos Tau Golin, pelas sugestões na qualificação. Aos professores Drs. Gerson Luís Trombetta, Eduardo Munhoz Svartman, João Carlos Tedesco e Adelar Heinsfeld, pelo convívio nas disciplinas cursadas. À professora Me. Roselaine Casanova Corrêa do Centro Universitário Franciscano de Santa Maria, com quem comecei a trabalhar História Urbana na Graduação. Aos colegas do curso de mestrado, pela amizade e troca de experiências, nas reuniões formais e informais. A Jêifer de Brum Palmeiras, secretária do curso. À CAPES (Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior), pelo auxílio prestado através da bolsa. A Therezinha de Jesus Pires Santos, da Casa de Memória Edmundo Cardoso de Santa Maria, e à arquivista Daniele Xavier Calil, do Arquivo Histórico de Santa Maria pelo auxílio durante a pesquisa.

RESUMO

Nesta dissertação, o período está delimitado de 1937 a 1941, quando da administração da Intendência de Santa Maria-RS por Antonio Xavier da Rocha, tomando como referência a atuação das elites letradas e jornalísticas do período. A pesquisa se insere na perspectiva da História Urbana do município de Santa Maria e nela se entendem as modificações do espaço urbano da cidade através dos seus significados político-sociais. Também há a demonstração de que, nessa administração, houve uma articulação do regional com o nacional, ao serem efetivadas intervenções urbanas na cidade, cumprindo um projeto elaborado nacionalmente, o da modernidade. Assim, a imprensa santa-mariense foi fundamental para demonstrar apoio à urbanização levada a cabo pelo intendente. As publicações dos jornais *Diário do Interior* e *A Razão* passaram uma imagem positiva da atuação da Intendência, ao mesmo tempo em que mostraram diferentes opiniões em relação ao viés autoritário do governo federal. Por sua vez, as fotografias veiculadas por membros ligados à Intendência, atuaram para estimular a população de Santa Maria a aprovar as ações de Antonio Xavier da Rocha e do próprio sistema político então vigente no país, o Estado Novo.

Palavras-chave: História Urbana, História de Santa Maria, Elites letradas.

ABSTRACT

In this dissertation, the period is limited from 1937 to 1941, when it happened the stewardship administration of Santa Maria-RS by Antonio Xavier da Rocha, with reference to the role of cultural and press elites of the period. The research falls within the perspective of the Urban History of Santa Maria and meaning it some of the changes in the urban space through their political and social meanings. There is also a demonstration that, in this administration, material interventions were made in the city, fulfilling a project drawn up nationally, the one of modernity. Thus, the city press was essential to demonstrate support for the urbanization conducted by the superintendent. The publications of the *Diário do Interior* and *A Razão* newspapers provided a positive image of the stewardship's performance, as they also showed different views regarding the federal government's authoritarian bias. The pictures published by members connected to the Stewardship acted to stimulate the population of Santa Maria to approve the actions of Antonio Xavier da Rocha and of the political system then prevailing in the country, the New State.

Key-words: Urban History, History of Santa Maria, Cultural elites.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Jornal <i>Diário do Interior</i> (1938) _____	78
Figura 2 - Jornal <i>A Razão</i> (1939) _____	78
Figura 3 - Obras da Avenida Rio Branco, esquina Dr. Daudt (1938) _____	160
Figura 4 - Edifício Cauduro em fase de acabamento de sua construção (1940) _____	160
Figura 5 - Hasteamento da Bandeira Nacional na Escola Olavo Bilac (1940) _____	161
Figura 6 - Lançamento da pedra fundamental do prédio do grupo escolar de Arroio Grande (1940) _____	162
Figura 7 - Inauguração do prédio do grupo escolar de Colônia (1940) _____	163
Figura 8 - Inauguração do monumento ao centenário da educação (1939) _____	165
Figura 9 - Antonio Xavier da Rocha e os subprefeitos dos distritos (s/d) _____	166
Figura 10 - Cerimônia de abertura da exposição de livros e jornais municipais na Biblioteca Municipal (1940) _____	167

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Santa Maria – Divisão distrital atual _____	121
Mapa 2 - Santa Maria – Plano Urbano da cidade em 1940 _____	133

SUMÁRIO

Introdução	8
Capítulo 1 A questão urbana: um olhar historiográfico e histórico	13
1.1 O espaço urbano e o enfoque regional	13
1.1.1 Significado e imaginário da cidade	16
1.1.2 A cidade entendida pelos seus atores	21
1.2 Cultura urbana e modernidade	27
1.3 Modernidade e sentido de progresso	36
1.3.1 Paralelos da modernidade: cidades e sua modificação do espaço	43
1.3.2 Uma modernidade brasileira: teorias e sentido material	52
1.4 O observatório da imprensa: a cidade vista em suas práticas culturais	56
Capítulo 2 Considerações sobre a cidade de Santa Maria e a imprensa	67
2.1 O espaço urbano em Santa Maria: do final do século XIX ao início do XX	67
2.2 Expressões da mídia santa-mariense no início do século XX à década de 1930	75
2.3 História e jornalismo: aproximações conceituais e metodológicas	80
2.4 Mídia e poder simbólico	91
Capítulo 3 Elites letradas urbanas regionais: articulações com o cenário nacional	102
3.1 O Estado Novo e seus primeiros momentos no Rio Grande do Sul	102
3.2 Representação na política e poder simbólico	117
3.3 A Intendência e a urbanização: impressões da imprensa santa-mariense	120
3.3.1 Reações à urbanização	138
3.4 A reforma urbana em Santa Maria: documentos fotográficos	153
Considerações Finais	169
Referências Bibliográficas	175
Fontes Documentais	180

INTRODUÇÃO

Na presente pesquisa, os temas foram delimitados à administração, na Intendência de Santa Maria-RS, de Antonio Xavier da Rocha (1937-1941), tendo em vista suas realizações acompanhadas e respaldadas pela imprensa local. No trabalho, elaboramos considerações sobre como as elites letradas da imprensa difundiram e respaldaram, entre a população santamariense, as realizações da referida administração municipal. As referências pesquisadas foram edições do extinto jornal santa-mariense *Diário do Interior*, entre os anos de 1937 e 1939 e do jornal *A Razão* entre os anos de 1937 até 1941, consultados no Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria. Também foram fontes desta pesquisa obras da época em referência como o *Guia Ilustrado Comercial, Industrial e Profissional do Município de Santa Maria* de Sebastião de Navásques (1938) e *Um momento da vida do município de Santa Maria* (1941) de Edmundo Cardoso, as quais, com o acervo fotográfico oficial realizado durante a administração de Antonio Xavier da Rocha, encontram-se na Casa de Memória Edmundo Cardoso (CMED).

Na pesquisa, o problema levantado é como a imprensa santa-mariense do período proposto (1937 a 1941) se posicionou em relação à administração municipal santa-mariense e às realizações que essa efetivou no período. Assim mostramos que mesmo com a existência de diferenças entre os jornais *Diário do Interior* e *A Razão*, principalmente em seu apoio incondicional e suas reservas diante ao Estado Novo, eles contribuíram para que no âmbito da cidade de Santa Maria, fosse formada uma representação positiva da urbanização feita pela intendência como exemplo de desenvolvimento e progresso. Por isso, a população leitora dos jornais era condicionada a perceber as realizações urbano-arquitetônicas dessa maneira, embora demonstrasse sua resistência às taxas cobradas pela prefeitura.

Nos objetivos específicos, mostramos como a produção escrita e fotográfica atuou com seus mecanismos de cooptação e convencimento, para aceitação pela maioria da população dos feitos do Intendente. No objetivo geral, mostra-se também que foram passados preceitos de aceitação à população do regime político nacional, o Estado Novo, através das linguagens escrita e visual. O objetivo específico a ser alcançado na pesquisa, é demonstrar os meios pelos quais esses órgãos colaboracionistas passaram para o público-alvo, nesse período da administração municipal, as realizações do então Intendente.

A escassa produção concernente à História Urbana de Santa Maria, no âmbito acadêmico e historiográfico, é motivo da escolha dessa temática para a pesquisa. Defendemos que o estudo sobre as relações entre órgãos midiáticos com a população, não somente no

contexto proposto, é válido para trazer à tona elementos que corroboravam para a propaganda favorável a uma situação política. Numa pesquisa, em que imagens da época complementam essa relação, tendo em vista quem e com que fim foram executadas, é um trabalho ainda mais profícuo. A população, encontrando-se sobre a vigência de um sistema político que estabelecia um controle, era também alvo de sua ideologia, para que aceitasse o contexto político e autoritário em que estava inserida.

A História Urbana tem sua razão para ser estudada, não só para conhecermos o traçado do espaço urbano, um processo material de urbanização, modificando-o, mas também para sabermos quais os significados político-sociais que foram percebidos pela população nesse ambiente citadino. Desse modo, com este trabalho procuramos mostrar que a elite letrada da cidade, identificada com a sua imprensa, foi responsável pela difusão de simbolismos implícitos e explícitos a fim de legitimar o regime político do país no imaginário da população de Santa Maria. A urbanização e o conjunto de obras levados a cabo pela Intendência municipal na sede do município e nos seus distritos foram considerados enfaticamente positivos pela elite letrada jornalística santa-mariense que, desse modo, identificou a Intendência e depois o Estado Novo como responsáveis por estarem cumprindo algo de amplitude material e imaterial: o sentido de progresso, com uma imagem do presente novo e moderno que rompia com o quadro anterior. Desse modo, a relevância da pesquisa também reside no fato de que até a administração de Xavier da Rocha não haviam sido efetuados empreendimentos de remodelamento urbano em Santa Maria, que fossem acompanhados e respaldados pela imprensa local, com o propósito de difundir na população, ideais de aprovação dos governos local e nacional.

Ao discutirmos a História Urbana para compreensão dos contextos políticos e sociais em Santa Maria, essencialmente, tomamos o referencial teórico presente no trabalho relacionados a conceitos principais: o de elites letradas, modernidade e progresso. E por estarmos trabalhando com jornais, principalmente como fontes da pesquisa, é necessária a conceituação de mídia e representação.

Sobre o conceito de elites, procuramos demonstrar como era esse à época da realização de nosso trabalho. Assim, percebemos que ser, pertencer a uma elite e influir no imaginário social foi decorrência do processo particular da história brasileira, limitada a determinadas classes econômicas e profissionais. Quando da implementação do Estado Novo, a elite letrada representava, por estar no topo das funções de determinada atividade mental, uma esfera de experiências profissionais mais diversificadas que em tempos anteriores. Em conformidade com as idéias modernistas, mas podendo ser de orientação mais democrática ou

autoritária na seara política, esteve ligada à legitimação do projeto de modernidade do governo federal.

O conceito de modernidade foi buscado através de diferentes interpretações que a tratam como uma temporalidade da história, sentida por um novo sujeito histórico, liberado de toda referência ao passado, dentro do espaço em que mantém suas relações. Tal assertiva é interpretada também pela questão de que na história como processo, o indivíduo e sua sociedade rumam em direção ao futuro. À primeira vista pela estrada racional, objetivando ampliar sua liberdade e bem-estar. A modernidade, contudo, como conjunto de experiências de tempo e espaço, também é destacada neste trabalho, por apresentar o significado de que pode ser ambivalente para os diferentes indivíduos a que alcança. Tais experiências são constituídas de possibilidades e perigos para si mesmo e para os outros. Desse modo, em Santa Maria no período trabalhado, a modernidade sai do plano das idéias para ser posta no campo das experiências materiais e no imaginário dos indivíduos.

É justamente o bem-estar que alia o conceito de modernidade ao de progresso. Neste, buscamos o conceito que comprovamos estar em consonância com o sentido dado no período proposto na pesquisa. Os homens têm em vista que a civilização se dirige para uma direção ascendente, ou seja, assim o progresso, além de possuir o sentido de desejar o futuro com otimismo, é o caminho para a busca da promessa de felicidade em um cenário melhor do que aquele em que os indivíduos se encontram ou que rompe com aquele em se encontravam no passado.

Mídia possui um conceito relacionado à informação, pois é resultado da mudança de atitudes e dos valores compartilhados em determinadas sociedades ou grupos sociais específicos. Dessa forma, a capacidade das pessoas estarem informadas através de diferentes meios de comunicação contribuiu para que determinados acontecimentos políticos, sociais ou culturais fossem amplamente difundidos por populações ou grupos da sociedade. Sobre representação, podemos conceituá-la como o modo que, em um contexto histórico específico, determinada realidade social foi construída e pensada. Esta definição se soma às estruturas sociedade de indivíduos e à construção de laços sociais. Assim, em determinado contexto social são originadas práticas de identidade próprias, onde cada indivíduo, grupo ou comunidade constroem representações de si mesmos. Foi o caso de Santa Maria, pois determinados grupos se encarregaram através da mídia, de cercear o entendimento de uma identidade moderna à cidade.

Demonstramos também como um jornalista ligado à administração municipal santamariense – Edmundo Cardoso – contribuiu para que, em várias instâncias do governo federal

e estadual, da população de outros municípios sulinos e da própria Santa Maria, as realizações do então Intendente se tornassem perceptíveis também pela difusão visual. Assim, nesta pesquisa demonstramos como a linguagem visual corroborou para a aceitação pela grande maioria da população dos feitos da Intendência. Mostramos, além disso, que também foram passados preceitos de aceitação do Estado Novo à população por um meio que proporcionava a quem o visualizasse um impacto relativamente maior que o da linguagem escrita.

Esta pesquisa, em que as imagens da época comprovam essa relação íntima com o poder, torna-se com isso um trabalho ainda mais profícuo. Assim, apresentamos os meios pelos quais a população recebeu, com o uso da linguagem visual, a mensagem implícita das fotografias, distinguindo os personagens representados, simbolismos e mecanismos de convencimento através de uma leitura aprofundada das imagens.

O trabalho com a fotografia como fonte para tratar da História Urbana demonstrará, na época da administração referida, a existência de um meio de propaganda das atividades empreendidas no período sobre as importantes mudanças para a cidade. No trabalho com imagens - basicamente fotografias - elaboramos considerações sobre a imprensa e a política, com a ressalva de que o principal responsável pela execução das fotografias estava ligado à Intendência municipal.

Este trabalho foi dividido da seguinte maneira: no primeiro capítulo do trabalho, relacionamos, inicialmente, um apanhado histórico sobre o surgimento do núcleo urbano do município, sua emancipação até a década de 1930, comprovando-se a importância da formação do âmbito urbano santa-mariense e a identificação das primeiras iniciativas de sua urbanização, relacionadas principalmente, ao contexto político e econômico regional. A seguir, mostraremos exemplos de jornais e a história da imprensa da cidade no período anterior ao Estado Novo e também abordaremos a natureza do jornal como fonte histórica, bem como apresentaremos relações que aproximam o jornalismo da história; Por fim, trataremos, através de considerações teóricas, sobre o poder implícito da mídia.

No segundo capítulo tecemos considerações pontuais que levantam como o urbano foi/é tratado na historiografia, especialmente pela História Cultural, além de sentidos e significados de conceitos essenciais da temática da pesquisa, tais como a construção imaginária e de representação do espaço urbano, o enfoque regional, a cultura urbana, a modernidade, as elites letradas e o sentido de progresso. Assim, primeiramente, traçamos uma discussão teórica que diz respeito às possibilidades de uso da história regional, para reforçarmos a ideia de que os simbolismos, no imaginário da cidade, conjugam-se segundo os interesses políticos do cenário encontrado no município de Santa Maria, no período em

referência. As classes dominantes de um meio urbano tinham como propósito a consolidação de um projeto a nível nacional no regional, a identidade do “moderno” através do que era passado à população pela mídia. Em seguida apresentamos uma discussão sobre a idéia e conceito de progresso, assim como importantes modificações do espaço, nas quais o conceito de progresso foi empregado em diferentes contextos na história. Desse modo, identificamos mudanças de pensamento presentes nesses, revelando circunstâncias evidentemente relacionadas aos seus contextos. Por fim, abordamos por meio de bibliografia regional e das próprias edições dos jornais pesquisados, as práticas, eventos, locais de convívio, cotidiano e produções culturais, escritas específicas de Santa Maria no período referido na pesquisa.

No terceiro capítulo, tratamos da discussão da pesquisa, através do trabalho com as fontes para a problematização histórica, mesmo que essas sejam empregadas devidamente nos capítulos anteriores, sempre que foi considerado pertinente. Traçamos considerações sobre a representação política e os cenários políticos do país, do estado após a Revolução de 1930 e durante o Estado Novo. Primeiramente daremos destaque a um apanhado teórico referente aos fatos e acontecimentos que levaram e foram posteriores à Revolução de 1930, ao Estado Novo no Brasil e no Rio Grande do Sul, além do aprofundamento em nível nacional, dos órgãos responsáveis pelo controle da vida cultural e exercício da censura no país. Em seguida, apresentamos e problematizamos as mudanças urbanas ocorridas em Santa Maria no período inserido no Estado Novo de 1937 a 1941. Por fim serão abordadas outras problematizações formuladas sobre fotografias durante o período em que Antonio Xavier da Rocha permaneceu no cargo de prefeito de Santa Maria, durante o qual, serviu-se dos recursos visuais, a fim de mostrar a propaganda de suas realizações no âmbito urbano e na região.

Capítulo 1

A QUESTÃO URBANA: UM OLHAR HISTORIOGRÁFICO E HISTÓRICO

As possibilidades de usar a história regional por meio de uma discussão teórica acerca do significado do recorte regional serão tratadas na primeira parte deste capítulo como auxílio no entendimento da questão urbana, através de bibliografias afins. Iremos desenvolver a ideia de que os simbolismos corroboram para a afirmação de um projeto elaborado em nível estatal, através de uma mídia regional. Os conceitos de modernidade e de progresso em especial, assim como as relações entre indivíduo e sociedade serão tratados, considerando a cidade como local de desenvolvimento de determinado imaginário e de relações das pessoas que a integram. Sobre o espaço urbano, apresentaremos vertentes ideológicas e o conceito de progresso na história. No último subcapítulo faremos uma caracterização da vida cultural e de das práticas culturais específicas santa-marienses, por meio de bibliografias do período em referência e das edições de jornais pesquisados.

1.1 O ESPAÇO URBANO E O ENFOQUE REGIONAL

Apresentamos aqui uma discussão teórica acerca e alguns esclarecimentos que dizem respeito às possibilidades de uso da história regional. Quanto ao entendimento do urbano, somado aos pressupostos do enfoque regional, reforçaremos a ideia de que simbolismos de identidades conjugam-se segundo interesses maiores na pesquisa em questão, no período de 1937 a 1941, no município de Santa Maria. Nesta, classes dominantes de um meio urbano tinham como propósito a consolidação de um projeto nacional no regional (a identidade do “moderno”) por meio do que era passado à população pela mídia.

Para a historiadora Ana Luiza Setti Reckziegel¹, o termo *regione* era empregado para a denominação das áreas romanas que, apesar de disporem de uma administração local, estavam subordinadas às regras hegemônicas sediadas na capital, Roma. No período medieval subdivisões regionais originaram poderes autônomos (os feudos). No período moderno um campo disciplinar especificamente geográfico foi aberto pelo debate sobre o conceito de região e, por fim, na Idade Contemporânea, com a redefinição do papel de Estado e as manifestações nacionais e regionais, surge novamente o questionamento da ideia de região.

¹ RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. História regional: dimensões teórico-conceituais. IN: *História: Debates e Tendências*. Passo Fundo: UPF, v.1, 1999, p. 15-16.

Na conceituação de região, citamos o ideário de Armand Frémont, segundo o qual, sendo o espaço interpretado como produto da ação humana e a região possuindo a acepção de um espaço vivido, esta é “um espaço vivido que compreende elementos administrativos, históricos, ecológicos, econômicos, mas também, e mais profundamente psicológicos”.² Entendemos, portanto, que existe um espaço social, um espaço vivido regionalmente, nos quais este é portador de um aparato em que se misturam o afetivo, o mágico e o imaginário. O espaço (compreendido aqui em termos físicos) não é visto como uma tábula rasa que suporta os acontecimentos do social, quando na verdade, segundo Frémont, é “a cidade, a rua, a estrada, a fábrica participam intimamente nelas. Em primeiro lugar com signos (símbolos e estruturas). Se o espaço social restitui a realidade social, integra também as suas idealizações cuja consciência pode ser mais viva que a de relações mais materiais”.

Segundo essa compreensão do espaço regional, é preciso um nível de generalização também voltado às influências do ideológico. Desse modo, a região configura-se no espaço da sociedade local em interação com a sociedade global, em que a identidade regional que seus indivíduos fazem de si próprios resulta das relações sociais que essa estabelece com outras regiões e com a sociedade global, determinada, ao mesmo tempo, pelo exterior e elaborada internamente. Portanto a identidade regional de seus atores não é tão somente produzida pelo perfil cultural de uma região, imajada especificamente por suas normas, modelos e representações. A região produz uma estrutura, por isso tem uma identidade que a diferencia de seu entorno. Essa particularidade regional torna viável sua delimitação segundo a especificidade que contém. Além do mais a região é dinâmica, historicamente construída e é parte da totalidade social: suas características internas são determinadas e determinantes de sua interação com o todo.³

Para Vera Alice Cardoso Silva, a região é entendida como parte de um sistema de relações que ela própria integra. Por isso, deve ser definida “por referência ao sistema que fornece seu princípio de identidade”. O que deve ser tomado igualmente em consideração é que a significação analítica e a utilidade da explicação do conceito de região dependem da constante referência ao sistema global de relações do qual foi extraída. Podemos inferir assim que deve ser relevado o fato de que o âmbito regional possui uma história própria, um conjunto de relações sociais delimitadas, um espaço de memória, de formação de identidades e práticas políticas específicas. A história regional revela aspectos que não foram previamente observados em análises históricas mais amplas, pois o regional é “menos um espaço físico e

² FRÉMONT, Armand *apud* RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. *Op. cit.* p. 18.

³ RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. *Op. cit.* p. 19.

mais um conjunto de relações e articulações estruturadas em torno de identidades singulares”.⁴

De acordo com Claudia Viscardi, na relação entre aspectos da História Política e História Regional, esta não é um método e nem possui corpo teórico próprio, mas é uma opção de recorte espacial do objeto estudado, cuja proliferação é coincidente com o advento da Escola dos *Annales* devido à atenção que ela dedicou à interdisciplinaridade, no caso específico com a Geografia e a Demografia. A autora afirma que, para os pesquisadores de história agrária da década de 1970, que se valeram das abordagens da história regional, esta

[...] oferecia a possibilidade de comparação entre diferentes situações históricas, contribuindo para a produção de uma síntese, a nível macro-espacial, uma vez que cada região não poderia ser vista deslocada do todo em que se encontrava inserida. Além do mais, o recorte regional permitia o esgotamento das fontes disponíveis para a pesquisa, garantindo a veracidade dos resultados. A homogeneidade das fontes seria um outro elemento facilitador decorrente dos estudos regionais.⁵

Por conseguinte, podemos afirmar que o esgotamento das fontes dos historiadores agrários, seguramente foi um fator condicionante para que historiadores de outras áreas tomassem o enfoque regional com mais assiduidade, por sua vez colaborando dessa forma, para sua proliferação.

Quanto à questão da conceituação, a autora vale-se do suporte de Ilmar Mattos, que afirma ser necessária a ampliação da variedade de critérios ao delimitar o espaço regional. Esses não podem ser somente físicos, mas também produtos da intersecção das dimensões espacial e temporal, fazendo com que o espaço regional seja construído de acordo com as experiências históricas vividas por seus atores, não sendo apenas geográfico mas também social. Para Marcos Silva, o sentido de História Regional como recorte fica reforçado: a região é um universo de práticas vivenciadas por diversos indivíduos, e nela se inserem relevo, relações pessoais, memória familiar, condições de trabalho, sexualidade, associação, etc. Assim é que o regional torna-se um conjunto de identidades necessariamente não vinculadas a parâmetros estabelecidos de maneira formal. Contudo, Ângelo Priori afirma que a região é construída em função do interesse do sujeito do conhecimento, ou seja, neste caso, o historiador não a define não como algo dado *a priori*, mas como construída posteriormente, levando em consideração perguntas para as quais deseja as respostas pelo objeto de sua pesquisa.⁶

⁴ SILVA, Vera Alice Cardoso *apud* RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. *Op. cit.* p.20.

⁵ VISCARDI, Claudia. História, região e poder: a busca de interfaces metodológicas, *Locus: revista de história*. Juiz de Fora, v.3, n.1, p. 85.

⁶ VISCARDI, Claudia. *Op. cit.* p. 86-88.

É destacada, igualmente por Viscardi a colaboração de Pierre Bourdieu. O filósofo, posteriormente antropólogo e sociólogo francês elaborou importantes considerações para o estudo dos historiadores culturais. No seu trabalho, precisamente o conceito de “habitus” examina a prática cotidiana em termos de improvisação sustentada, em uma estrutura de esquemas inculcados pela cultura na mente e no corpo. Já o conceito de “campo” (literário, linguístico, artístico, intelectual ou científico) refere-se a um domínio autônomo, que em certo momento, atinge, em uma determinada cultura, a sua independência e produz suas próprias convenções culturais⁷. Isso é relevante para reforçar a existência de relações estreitas entre os níveis regional, nacional e global, enquanto formação identitária do primeiro, por exemplo, não levando em conta caracteres inteiramente geográficos.

Viscardi, na análise de Bourdieu, sobre as divisões regionais e aspectos comportamentais regionalistas de alguns grupos políticos, afirma que o critério de divisão regional teria surgido simbolicamente e foi sendo reconhecido e legitimado em tempos posteriores. Para Bourdieu, a divisão regional não existiria na realidade, pelo fato de que essa mesma realidade é uma mera representação que dela fazemos. Nesse viés, é feita contra regiões que se impõem como dominantes e, relacionando-se à identidade, vai adquirindo força mobilizadora.⁸

1.1.1 SIGNIFICADO E IMAGINÁRIO DA CIDADE

Passamos agora a discorrer, através de considerações teóricas, sobre o espaço urbano como expressão do poder político e como cenário a ser pensado pelas elites letradas. A órbita do poder relacionada ao espaço urbano, e ambos estreitamente à arte, é mencionada por Raminelli quantitativamente, a partir da Renascença italiana (séculos XV–XVI): Foi no esforço de trazer uma ordem diferente e regularizar o espaço da cidade que arquitetos e pintores como Leon Battista Alberti e Filippo Brunelleschi contribuíram ao criarem a ideia de dimensão e perspectiva. No entanto, as novas concepções de espaço, assim como a própria gênese do Renascimento, são possíveis devido aos novos interesses capitalistas. Dessa maneira, a nova concepção urbana barroca é indissociável da figura dos soberanos absolutistas europeus do século XVII e, posteriormente, no século XVIII (especialmente Luís XIV da França cujo reino é emblemático nesse sentido), pois a cidade capital de um reino, em especial, ganha atenção por ser o espaço centralizador das decisões e comandante dos

⁷ BURKE, Peter. *Op. cit.* p. 77.

⁸ VISCARDI, Cláudia. *Op. cit.* 87-88.

territórios. Ainda sobre as medidas para fortalecer os poderes centralizados das monarquias europeias, podemos perceber, claramente, esses traços nas colônias americanas da Espanha. Mais do que nunca, o estabelecimento de regras rígidas para o plano urbano foi necessário também para a tentativa de se estabelecerem fronteiras políticas entre as metrópoles europeias.⁹

As especulações sobre a etimologia da palavra cidade, assim como a real fragmentação enquanto espaço físico, são desde já exemplos preciosos para o questionamento da natureza estática/dinâmica e dos processos históricos. Através dos personagens-membros ela poder ser atuante no seu desenvolvimento, assim como em termos materiais/econômicos seja considerado que ela possui um movimento direcionado ao que se entende por progresso.

A palavra cidade, para Paulo Cesar Pereira, tem se mantido na definição de uma criação histórica de um ambiente construído e continuamente transformado de maneiras distintas. O sentido de *civitate*, termo originário do latim para cidade, possui significados igualmente diversos, sendo um deles o de um “complexo demográfico formado, social e economicamente, por uma importante concentração populacional não agrícola (...) dedicada à atividade de caráter mercantil, industrial financeiro e cultural, urbe”.¹⁰

Chamamos atenção para o fato de que tal terminologia latina abarca funções desempenhadas no espaço urbano delimitado e de concentração populacional significativa. A palavra cidade derivou também das palavras latinas que remetem a *civitas*: o conjunto dos cidadãos e o direito dos cidadãos. Atualmente tal palavra assume uma definição a partir de sua complexidade identificada com a alta demografia. Contudo, salientamos que,

O esforço em interpretar a cidade pela sua concentração demográfica é um equívoco que atinge e bloqueia o conhecimento sobre ela. Independente do montante da população, a tentativa de caracterizar a cidade pela demografia tende a subestimar e abstrair a sua diferenciação interna, obscurecendo, às vezes, diferenças decisivas para explicar os processos.¹¹

Sobre o sentido que destaca a cidade como um ator social, pode ser deixada à sombra a atuação de seus habitantes em particular, em tal espaço, inferindo que a cidade (identificada como no lugar do ator) se manifesta como uma categoria da prática social. Desse modo, a totalidade social é de certa maneira *coisificada*, devido a mecanismos de alienação e à passividade do sujeito em relação a seu espaço circundante. Essa identificação, também na

⁹ RAMINELLI, Ronald. História Urbana. IN: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História: Ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 193.

¹⁰ PEREIRA, Paulo Cesar Xavier. Cidade: sobre a importância de novos meios de falar e pensar as cidades. IN: BRESCIANI, Stella M. (org.). *Palavras da cidade*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001. p. 264-265.

¹¹ PEREIRA, Paulo Cesar Xavier. *Op. cit.* p. 269.

sociedade capitalista, acaba caracterizando a economia urbana contemporânea na sua tendência de relevar o cultural, econômico e político dos processos citadinos como meros reflexos naturais.¹²

Uma constante referência ao espaço urbano diz respeito à denominação da parte que, invariavelmente é considerada de sua maior importância: o centro antigo e comercial. Esse, por ocupar nas mentalidades e nas práticas dos habitantes da cidade, este papel contém em si uma dimensão centralizadora.

Nela se desenvolvem as atividades comerciais, de cultura etc. que criam centralidades, sejam elas novas ou referida a uma antiga centralidade, que encontra suporte no patrimônio da cidade. Estas partes são identificadas como sendo a cidade, lugar privilegiado assumido pelos habitantes como sendo o espaço da cidade.¹³

Concluimos, portanto, que o uso da palavra cidade serve para delimitar um território que representa parte do que ela realmente é. É certo que, concomitantemente a isso, a elite política dirigente se vale de lógicas e estratégias de controle espacial hegemônicas para dominar a cidade como um todo.

Os representantes do Estado Novo em Santa Maria, evidentemente se valeram da ultrapassagem da circunscrição do espaço urbano para aparentemente, promoverem o progresso material. Os exemplos relativos à fundação de grupos escolares e prédios públicos administrativos, postos de saúde nos distritos municipais (Arroio Grande, Silveira Martins Arroio do Só, Dilermando de Aguiar, Boca do Monte e São Martinho), distantes da sede, promoveram a expansão do ideário da modernidade.

Por ocasião desses acontecimentos (cerimônias de inaugurações, lançamentos de pedras-fundamentais), um grupo administrativo, político, religioso e das classes conservadoras da urbe santa-mariense deslocava-se aos distritos, como se a legitimação de tais cerimônias pelo intendente Xavier da Rocha só se validasse com a presença deles. Isso era devido ao fato de eles serem provenientes do centro histórico, religioso e comercial e havia então a tendência a serem identificados como da unidade central, que era o carro-chefe das ações para a totalidade dos territórios municipais.

¹² Idem. p. 275-276.

¹³ Idem. p. 280. Para Marcel Roncayolo (*Op. cit.* p. 446.) neste processo, “afirma-se o predomínio do centro sobre o resto do conjunto; mas é principalmente por um mecanismo de invasão-sucessão que se opera em cada zona a substituição por categorias mais pobres e menos assimiladas às camadas sociais mais antigas e mais favorecidas”. Em Santa Maria, este caso ocorreu com os habitantes, os mais antigos de setores do comércio que se localizaram no centro da sede, com seus negócios ao redor das principais avenidas.

Foi necessário nos anos da intendência referida em Santa Maria que a cidade não fosse reduzida a cidade, nos termos ideológicos da modernidade, a objetos isolados ou separados como o centro e periferia. Assim, mesmo com as diferenças estruturais, materiais, de acessibilidade e econômicas dos diferentes distritos, era importante que a noção e a apreensão do progresso não fossem comprometidas no imaginário do município como um todo. E também porque a partir daí, a ligação, identificando o governo do país como o grande motor dos acontecimentos contemplados no município, era inevitável.

Ao tratar as elites letradas das cidades latino-americanas em processo de modernização, Angel Rama em sua obra *A cidade das letras*, afirma que, sobretudo, as funções intelectuais sofreram uma visão idealizada, fixando mitos sociais provenientes desses ofícios das letras, pois estes apareceram não raramente como uma alavanca de ascensão social, respeitabilidade pública e, principalmente, de incorporação aos centros de poder.¹⁴

Uma alternativa, para intelectuais de uma geração que se diz porta-voz da modernidade, sempre foi ingressar no poder, atendendo às transformações que ocorriam em favor do grupo que o alcançou. Desde a ascensão de Vargas como mandatário da nação em 1930 até a instauração da ditadura sete anos depois, o agrupamento de intelectuais ao seu redor sempre foi presente. Particularmente, aqueles da geração promotora e participante ativa da Semana da Arte Moderna de São Paulo em 1922: Mário de Andrade, Menotti del Picchia e Cassiano Ricardo, cada um à sua maneira e em diferentes graus de colaboração e participação no regime.

É possível, segundo Rama, identificar um momento, com o advento da modernidade, em que a ânsia por um governo, no qual partilhariam de esferas de poder, foi concretizada pelos setores letrados. A modernidade em sua dinâmica que destrói, não apenas parte da materialidade da cidade, mas também parte de sua memória e história, representa um problema às elites letradas.

Quando a cidade real muda, se destrói e se reconstrói sobre novas proposições, a cidade das letras encontra a conjuntura favorável para incorporá-la à escritura e às imagens que – como sabemos – estão igualmente datadas, trabalhando mais sobre a energia desatada e livre do desejo que sobre os dados reais que se inserem no canhão ideológico para proporcionar a cor real convincente.¹⁵

¹⁴ RAMA, Angel. A cidade modernizadora. IN: _____. *A cidade das letras*. trad. Emir Sader. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 79.

¹⁵ RAMA, Angel. *Op. cit.* p. 99.

A escrita foi uma produtora de raízes, ao desenhar a identificação nacional de acordo com insígnias, palavras e meio de difusão organizados pelo Estado, enquadrando a sociedade em um projeto.

A respeito da dupla função da cidade em determinar e ser determinada pela atuação de seus atores, Marcel Roncayolo a denomina como sua “razão de ser”. A cidade, de certa forma, responde a uma “necessidade que a transcende” e, ao mesmo tempo que responde a um sistema, pertence e define-se em relação a ele, pois

Estruturas internas e relações externas encontram-se assim ligadas a um mesmo conceito: por um lado, as funções parecem determinar o conteúdo social, o modo de vida da cidade; por outro, delimitam zonas de influência e explicam a localização da cidade na organização espacial.¹⁶

Quando a cultura urbana é tratada por Roncayolo, o autor refere-se a mais um fator determinante da cidade, ligados esses às dimensões demográficas e à heterogeneidade social, enquanto elementos condicionantes não apenas de uma, mas de várias maneiras de apreensão cultural da cidade pela população em sua diversidade. Na descrição da cultura urbana estariam, portanto, interligados modos de vida e comportamentos. É apontado também que, na tradição clássica européia, a cidade desponta como um lugar de cultura (entre elas, a escrita), assim como de civismo, civilização em que noções de urbanidade e urbano se aproximam e se completam.¹⁷

A própria relação das sociedades com seus governos é entendida como formadora de uma cultura urbana, pois um grupo de indivíduos pode assumir comportamentos no espaço físico urbano em que estão inseridos, e esses serem estreitamente ligados ao grupo político dominante desse espaço: “Isto equivale a reencontrar o papel da cidade como local de residência, de exercício do poder, de expressão duma elite tradicional”. Se há um modelo ideológico com o objetivo de cooptação da cidade, isso não será um contexto estranho se vier acompanhado de uma caracterização de “ideologia sofisticada” e como cultura dos privilegiados. Para Roncayolo, basta recordar as funções urbanas e a composição da sociedade, isto é, a difusão, inevitavelmente, irá ocorrer em maior ou menor medida, dependendo dos mecanismos utilizados pela elite letrada na transmissão dos valores ideológicos também escritos.¹⁸

¹⁶ RONCAYOLO, Marcel. Cidade. IN: ROMANO, Ruggiero (dir.) *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1986. vol. 8. p. 411.

¹⁷ RONCAYOLO, Marcel. *Op. cit.* p. 422.

¹⁸ Idem. p. 422-423. Para o autor, ainda “É no centro – e em resultado- desta civilização “que lê” que as ideologias nascem, se cruzam e entram em conflitos, mesmo que a sua origem se radique em razões mais

1.1.2 A CIDADE ENTENDIDA PELOS SEUS ATORES

Para situarmos, em nosso trabalho, o papel desempenhado pelos indivíduos que, usando a escrita, transmitiram preceito de aceitação do regime político do país à população santa-mariense, é importante deixar claro o conceito de elite. À época em referência, percebemos que os sentidos de existência e pertencimento a uma elite política residem em um processo com explicações no decorrer da história brasileira. Ou seja, muitos daqueles indivíduos, de classes econômico-políticas abastadas, desempenhavam papéis ativos na sociedade em que se encontravam e influíam também no seu imaginário. De acordo com Michael Conniff,

A maioria dos membros da elite política exerceu as profissões em que se haviam formado, especialmente aqueles com diploma de advogado, médico, engenheiro e militar. Além disso, a maior parte se dedicou ainda a outras atividades, pois o político exercia, em média, 2,4 profissões [...]. As carreiras adicionais mais comuns eram, em ordem decrescente, magistério, jornalismo, atividades bancárias e industriais.¹⁹

Assim, quando da implementação do Estado Novo, a elite letrada e política, por estar envolvida nesta seara, apresentava uma esfera de experiências profissionais mais diversificadas que em tempos anteriores e estava no topo das funções de determinada atividade mental. Então, quando em conformidade com as ideias modernistas, mesmo possuindo por vezes orientação mais democrática ou autoritária na esfera política, encontrava-se ligada à legitimação do projeto de modernidade do governo federal.

Outra questão pertinente é se a cultura urbana é exclusiva dessas elites letradas da cidade ou será enriquecida/diversificada com elementos de práticas e imaginários de outros grupos sociais. Ao diferenciar a cultura da subcultura da cidade, é possível entender que a sociedade em seu todo se encontra fragmentada e tal divisão é sentida através das condições de trabalho e de habitação dos grupos. Aí reside a resposta ao primeiro questionamento, pois na compreensão da ideologia dominante, as práticas do todo de uma população citadina (levando em conta o lugar em que desempenha uma atividade nesta sociedade) serão diversificadas, encontrando-se, por exemplo, apoio incondicional, aproveitamento dissimulado (jogo duplo) na aceitação dos ideários dominantes, até sensíveis contravenções

profundas". p. 424.

¹⁹ CONNIFF, Michael L. A elite nacional. IN: HEINZ, Flávio M. (org.) *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 102.

em um quadro de imposição autoritária dessas ideologias das elites, conjugadas com um governo estatal.

Este fenômeno não se limita à cidade; mas a análise da cultura urbana passa pelo estudo destas diferenças inscritas na composição, nas práticas e nas paisagens da cidade. Isto equivale a dizer que o aprofundamento da noção de cultura urbana passa necessariamente pelo conhecimento da cidade por dentro, nas suas divisões funcionais, sociais e culturais.²⁰

Sobre esses interesses de classe ou de grupo, associa-se o elemento do “patriotismo”, em sua natureza cidadina, que foi muitas vezes criada pelas classes dirigentes que lhe definem o conteúdo. Para Roncayolo, o problema está em como essas influências de natureza ideológica conquistam, através dos emblemas, ritos e festas coletivas, a sociedade urbana. Nessas práticas (exercidas por vezes pela grande maioria da população), é possível perceber como a cultura urbana exerce seu poder criativo e como as formas estão ligadas a aspectos “demográficos, funcionais e sociais da cidade”.²¹

As tentativas de definição de um conceito do urbano ocorrem há pelo menos três séculos. Tal empreendimento, quando feito pelo pesquisador, implica levar em conta processos históricos com níveis e contextos muito diferentes. Muitas vezes podemos dizer, segundo Bernard Lepetit, em situação análoga à de René Magritte, diante de nossas idéias de definição de cidade, de que *isto não é uma cidade*, quando na verdade, é sua apreensão. Contudo, pelo menos há dois séculos essas definições refletiram complexidades de uma realidade urbana cambiante, o que por um lado, favorece as tentativas de compreensão e, no caso do historiador urbano, torna seu trabalho ainda mais profícuo.

Dentro do trabalho acadêmico com o espaço urbano, o agente que interpreta as suas práticas sociais, de acordo com o historiador Charles Monteiro, deve construir meios a fim de compreender e, posteriormente explicar tal fenômeno que possui várias características. À semelhança de um cristal, “a cidade refrata/decompõe em um amplo espectro a luz que projetamos sobre ela. O habitante agrupa os significados e dá sentido aos espaços e às práticas no espaço urbano”. Desse modo, o controle, que é exercido sobre uma cidade por homens capacitados nas suas especialidades e nos cargos em que são investidos, não é diferente daquele que o historiador exerce ao trazê-la à tona em seu estudo.²²

²⁰ RONCAYOLO, Marcel. *Op. cit.* p. 431.

²¹ *Idem.* p. 432-433.

²² MONTEIRO, Charles. *Porto Alegre e suas escritas: história e memórias da cidade*. Porto Alegre: Edipucrs, 2006. p. 17. Na presente obra, originalmente sua tese de doutorado, o autor trata da questão da memória praticada através dos escritos de indivíduos porto-alegrenses em distintos períodos, dentro de uma perspectiva da História urbana.

Quando determinado grupo produtor de escrita, no caso de Santa Maria uma elite letrada jornalística, ocupa uma posição central na função de produzir um pensamento sobre a cidade, faz-se necessário problematizar como esse está sendo elaborado. Assim identificamos os laços de identidade não somente entre indivíduos, mas da sociedade com o espaço urbano socialmente construído.

O conjunto de significados que compõem os traços particulares da identidade urbana são criados a partir de diferentes experiências e representações sociais. É válido lembrar que nas categorizações de cidade no Brasil, presentes em estudos acadêmicos recentes, essa pode ser compreendida como uma reunião de dinâmicas políticas, econômicas, demográficas, culturais e simbólicas.²³

A abstração de formas produzidas socialmente e que o pesquisador incorpora a seu estudo histórico, de acordo com Raymond Williams, na sua obra *O campo e a cidade*, é por excelência revelador quando trabalhamos com períodos de transição. Assim, em mais de um lugar, quando pontos em comum são encontrados no mesmo período em diferentes e distantes espaços urbanos, como o fenômeno de cumprimento da modernidade brasileira do Estado Novo, é que podemos categorizá-lo, apontar características e discernir contextos.

[...] se percebemos que a persistência [do fenômeno em comum] depende das formas, imagens e idéias em mudança – ainda que muitas vezes de modo sutil, interna e, por vezes, inconscientemente –, podemos ver também que a persistência indica alguma necessidade permanente ou praticamente permanente, que se reflete nas diferentes interpretações que vão surgindo. Creio que há, de fato uma tal necessidade, e ela é criada pelos processos de um desenvolvimento histórico específico.²⁴

Ao demonstrar as relações entre indivíduos e instituições no espaço citadino, Bernard Lepetit afirma que a cidade é feita de pedras e cimento, dispondo de uma materialidade, uma forma que se estende no espaço. O que vale para a sociedade (o local onde as diferenciações se ampliam) vale para o espaço, pois a cidade é um lugar de contrastes e de diferenças entre os homens e as coisas e isso nos leva a concluir que as questões urbanas atuais são também concernentes ao território social. Para Lepetit,

Desqualificando toda história autônoma, a pesquisa urbana procura estabelecer o sentido das instituições. Contra uma análise funcional prestes a cair na racionalização *a posteriori* ou na tautologia, ela se mostra atenta [...] às aptidões

²³ MONTEIRO, Charles. *Op. cit.* p. 19-20. Para estes dados, o autor se vale da obra de ROLNIK, Raquel. *O que é cidade?* São Paulo: Brasiliense, 1988.

²⁴ WILLIAMS, Raymond. Cidades e campos. IN: _____. *O campo e a cidade: na história e na literatura.* trad. Paulo Henriques Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 387-409. p. 387.

das instituições para modelar a sociedade e à capacidade dos atores engajados num sistema social global para ativá-las e dotá-las de sentido.²⁵

No contexto santa-mariense, o sentido dado ao novo quadro da cidade foi em primeiro lugar, institucional por parte dos atores representantes e ligados à intendência municipal. Determinados locais foram escolhidos criteriosamente para apresentarem, na sua excelência o aspecto renovado, entre eles a Avenida Rio Branco. A atenção que sempre recebeu por ser a artéria que levava os recém-chegados ao centro da cidade aumentou nos anos da administração Xavier da Rocha. As obras de reforma, iniciadas em 1938, compreendiam o rebaixamento de seu *boulevard* central e o estreitamento de sua largura ao se direcionar da Viação Férrea ao centro da cidade. Isso, somado aos novos prédios erguidos em grande parte de sua extensão e à importância dos estabelecimentos hoteleiros e comerciais ali compreendidos, fez com que houvesse uma verdadeira “renovação” na Avenida, lugar-alvo para que o visível do progresso se fizesse presente.

Assim, quando o território é pensado no passado, o *status* antigo do aspecto urbano é lembrado como um referencial para o presente enquanto provocador da comparação entre o “antes e o depois”, o “velho e o novo”, e em definitivo, o sentido de progresso cultuado no contexto cronológico último. Segundo Lepetit,

O território é essencialmente uma memória, e seu conteúdo é todo constituído de formas passadas – isto é, de algumas dentre elas, das quais só subsiste o que pode ser compreendido pela sociedade quem, em cada época, trabalha em seus quadros.²⁶

O espaço urbano forma um sistema em que os elementos adquirem sentido, conforme a posição que ocupam diante dos demais. As mudanças no uso de um lugar implicam em dinâmicas que afetam outros lugares e contribuem, por sua vez, para direcionarem seus destinos. Ainda sobre essa “reforma” de sentido nas formas urbanas antigas, Lepetit as entende, quando chegam a escapar da sua concepção de traço original, como reinsertidas

[...] numa nova coincidência entre uma forma, um uso e um valor, no circuito do sentido social. Essa reativação não retoma senão uma parte das dimensões do objeto: uma localização, uma forma, um valor simbólico, um valor econômico... para fazê-los atuar de outro modo, e com outros fins. Mas ela permite que a cidade, cujos elementos provêm quase todos de passados com profundidade diferente, seja sempre inteiramente contemporânea a si mesma. O presente das cidades, portanto, resulta de um trabalho continuado de reinterpretação dos lugares [...].²⁷

²⁵ LEPETIT, Bernard. *Por uma nova história urbana*. Heliana Angotti Salgueiro (Org.). São Paulo: Edusp, 2001. p. 73-74.

²⁶ LEPETIT, Bernard. *Op. cit.* p. 149.

²⁷ Idem. p. 83-84.

Quando há a presença dos indivíduos que ocupam o espaço urbano modificado, suas condutas são geridas através desse, e tal lugar tem um sentido que só é inteligível para os membros desse grupo de indivíduos. Entendendo, a partir daí, a presença de sentidos diversos por grupo de indivíduos, identificamos os interesses envolvidos, por exemplo, em pessoas do ramo hoteleiro que perceberam as mudanças urbanas diante de seus estabelecimentos como uma oportunidade de angariarem maiores lucros do que no passado. Conjuntura ligada aos donos de cafés que, provavelmente, tinham uma clientela em comum, e tantos outros estabelecimentos que foram beneficiados, na Avenida Rio Branco, pelo projeto renovador urbano, tendo com isso que readaptarem seus planos e seu cotidiano, uma vez presenciada uma maior atividade comercial promissora naquele momento e que era relativamente melhor do que a do passado. Assim,

Já que todas as condutas do grupo são cristalizadas por hábitos, elas registram configurações espaciais passadas. As formas por sua vez, registram antigas relações sociais, velhas condutas, hábitos enraizados em territórios ainda mais antigos. Assim, o presente só tem sentido nas práticas que reatualizam, concomitantemente, estruturas sociais e especiais ultrapassadas – e é não tanto na esfera dos pesos temporais quanto na da memória que convém inscrever o espaço.²⁸

Tratando-se da presença de elites letradas e difusoras de valores ligados à modernidade, elas poderiam atender também à política do governo municipal, bem como suas práticas, que estavam presentes na cidade, além de suas funções. O fato político centra-se num território mais ou menos vasto, participa de sua organização, gerindo suas possibilidades financeiras. Entretanto, a cidade, “lugar de centralidade”, é um lugar privilegiado de expressão, difusão de idéias e também de lutas, sejam aliadas ou adversárias de determinada conjuntura política. Segundo Roncayolo,

A questão urbana evoca as desigualdades e os conflitos inevitáveis no conjunto duma sociedade, mesmo as que sejam devidos a uma interação de forças específicas e em função de interesses localizados [...]. Por outro lado, a gestão urbana não depende exclusivamente da autoridade municipal; de maneira mais ou menos direta recebe instruções do poder central, quanto mais não seja através de leis estabelecidas.²⁹

Um erro semelhante é pensar que as vozes políticas são eliminadas em sua totalidade, em um governo de cunho autoritário, por exemplo. Isso também se refere à intendência

²⁸ Idem. p. 148.

²⁹ RONCAYOLO, Marcel. *Op. cit.* p. 459.

municipal, quando esta concentra, univocamente, as diferentes searas do poder urbano e da nação:

Não se devem menosprezar os grupos ou as agremiações que, a par da instituição municipal, participam, em colaboração ou em oposição, no desenvolvimento da cidade e no enquadramento territorial da população. Recordemos o desdobramento entre autarquias e câmaras de comércio, por vezes mais ricas e mais poderosas, e detentoras de uma iniciativa mais vasta no que diz respeito à actividade cidadina. Crescimento económico e crescimento urbano resultam defasados não apenas nos seus ritmos mas também no jogo e nas decisões dos organismos que ao administram.³⁰

Foi o caso santa-mariense e de muitas cidades do país durante o Estado Novo. Essas permaneceram confiadas a classes dominantes, instituições ou organismos particulares estreitamente ligados ao governo federal. Em Santa Maria, conforme analisaremos, a necessidade de cooptar a população através da aceitação do imaginário urbano não se deteve à elite dominante, mas estendeu-se à população em geral. Contudo, foi sentida a parcial resistência desta, através do não cumprimento de taxas de asseio público e obrigações de manutenção da estética urbana.

É certo que existe uma atmosfera que paira no espaço da sempre desejada “cidade ideal”. A organização da cidade pode não ser pensada apenas em termos estéticos, quando se tende a modelá-la a partir de um campo de forças, no qual são subordinados construções e monumentos. Nesse mesmo sentido, enquanto centro irradiador e receptor de culturas, podemos entender as ideias que a cercam como “reflexo de um sistema elaborado”, que também interferem revelando contradições e tensões ideológicas, uma vez que: “No espaço [da cidade], bem delimitado, deve-se encontrar não apenas a permanência dum modelo de cidade, mas toda uma rede de idéias, conscientes ou não, que opõem o interior ao exterior, caracterizando-o de vários modos”.³¹

Os esquemas de representação nas cidades “inscrevem-se em uma etno-história”, além de conferirem importância aos comportamentos dos grupos sociais. No momento em que há a gradual acumulação de gestos e ritos no subconsciente da população por suas elites dominantes, presencia-se um jogo muito complexo. Este possui uma relação de símbolos e

³⁰ Idem. p. 465.

³¹ Idem. p. 470-471. Roncayolo demonstra ideologias eruditas medievais e do Renascimento europeu, quando as cidades, respectivamente, ressurgem e passam a ser pensadas em termos racional-artísticos: “As construções arquitetônicas e urbanas correspondem aos domínios da filosofia”. E exemplifica que “uma analogia formal entre a *summa* da escolástica medieval e as catedrais, como conjuntos inteligíveis [...] caracterizados [...] pela rigorosa separação das partes, pela clareza explícita das hierarquias formais e pela conciliação harmônica dos contrários”. Já a partir do Renascimento, “a geometria, a perspectiva, a ordem matemática combinam-se [...] para servirem aos modelos dos arquitetos italianos do fim do século XV: Alberti, Francesco di Giorgio Martini e Filarete”. Idem. p. 469-470.

signos carregados de múltiplos valores, portanto nem sempre correspondem aos propósitos de quem os promoveu.³²

A população de Santa Maria, por exemplo, que lia os jornais *Diário do Interior* e de *A Razão*, no momento em que absorvia os textos dos editoriais relativos às obras municipais, sua interpretação individual possibilitava entendimentos diversificados. Assim, mais do que questionar um cenário urbano, a imagem da cidade situa-se entre realidade, pensamento teórico e imaginação popular, em uma oscilação entre cidade real e cidade sonhada. A ideologia dominante faz dos símbolos da cidade expressão de um simples domínio, que passou a requalificá-la: assim, a Avenida Rio Branco era o progresso municipal. Identificamos também as relações sociais inerentes da intendência com a população, o olhar forasteiro das autoridades estaduais e nacionais superiores em meio ao sentido de progresso que foi passado.

Passamos agora a discorrer sobre os conceitos de cultura, de cultura urbana e os pressupostos de uma modernidade. Assim, as considerações elucidarão pontos sobre o significado de um quadro citadino cujas mudanças urbanas procuravam ser identificadas como sinais de ruptura, uma vez que estavam ligadas ao novo.

1.2 CULTURA URBANA E MODERNIDADE

Iniciamos uma discussão sobre a ideia e o conceito de cultura, valendo-nos dessa para identificarmos diferentes pontos de vista para a compreensão de uma “cultura urbana”, e das relações entre indivíduo e sociedade. Considerando a cidade como local de relações das pessoas que a integram, discorreremos agora sobre o espaço urbano.

Ao se referir aos governos e à maneira através da qual as elites letradas constroem a sua representação urbana, Célio José Losnak afirma que elas demonstram a capacidade de dar forma à cidade, enquanto imagem formadora do moderno, “pretendendo criar um espelho em que as supostas qualidades da obra apontassem para a importância de seu mentor”. A partir daí são criados marcos espaciais que denotam sentidos de memória e eternidade e, além do mais, os promotores da criação dos novos espaços passam a definir como deve ser a própria dinâmica de uso, criação e apropriação dos espaços urbanos.³³

³² Idem. p. 479.

³³ LOSNAK, Célio José. *Op. cit.* p. 36.

Podemos concluir também que a utilização de representações simbólicas no espaço urbano por parte das classes dominantes fornece os pilares para um articulado projeto de legitimação de ação política:

As representações e a ideologia estão presentes na elaboração de um amplo imaginário que pretende abarcar todos os segmentos sociais e todas as dimensões do urbano. Embora sejam categorias diferentes e até trabalhadas por atores de perspectivas diversificadas, o objeto suscita essa articulação. O conceito de representação [...] permite pensar que a sociedade produz a si mesma e elabora interpretações sobre a própria produção, dando sentido à complexidade da relação material/imaterial.³⁴

Devido à diversidade de ideários que versam sobre o urbano e urbanização, a tentativa de definição desses termos resulta difícil. Contudo, escolhemos a obra *A Questão Urbana* (1972) do sociólogo espanhol Manuel Castells para de uma maneira mais lúcida, tratarmos desses pontos e as inter-relações existentes entre eles.

De acordo com Castells, existem significados diversos para o termo *urbanização* (grifo meu). Um primeiro é o de concentração espacial de uma população, seguindo certos limites de dimensão e de densidade. O segundo é o de um sistema de difusão de valores, atitudes e comportamentos que fazem parte do que podemos chamar de cultura urbana. Por sua vez, é uma forma especial de ocupação do espaço por uma população, resultante de uma concentração e de uma densidade relativamente altas, que podemos nomear como o urbano.³⁵

Também a análise da urbanização está ligada à problemática do desenvolvimento, cuja noção remete “ao mesmo tempo a um nível (técnico-econômico) e a um processo (transformação qualitativa das estruturas sociais, permitindo um aumento do potencial das forças produtivas).” Além disso, a sociedade urbana não é uma mera forma espacial, mas um sistema de valores (como normas e relações sociais), possuindo uma cronologia histórica específica, bem como lógica própria de organização e transformação³⁶

Para Castells, um grupo de pessoas determina as suas próprias formas espaciais em suas respectivas regiões, através da ligação entre essa sociedade urbana e uma cultura da modernidade. Assim, há o rompimento com a globalidade da sociedade urbana em questão, e podemos analisá-la em sua particularidade, resultante de seu respectivo contexto histórico.

Desse modo, podemos afirmar que, em Santa Maria, durante o período de 1937 a 1941, foi difundido um ideário de modernidade e progresso elaborado pelo regime político do país. A administração municipal foi responsável por sua instalação e cumprimento no âmbito

³⁴ Idem. p. 37.

³⁵ CASTELLS, Manuel. *A Questão Urbana*. trad. Arlene Caetano. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 46.

³⁶ CASTELLS, Manuel. *Op. cit.* p. 47.

urbano santa-mariense, auxiliada por setores das classes dominantes – as elites letradas, ligadas intimamente aos ideais varguistas, que se encarregaram de legitimar um imaginário do progresso municipal, produto da atuação da primeira.

Ao conceituarmos a modernidade, podemos denominar os fenômenos ideológicos em questão (sejam de cunho político ou social), pois sabemos que a cultura urbana não é um conceito nem uma teoria, porém é fruto das circunstâncias históricas do período tratado. Ela é

[...] *um mito, já que narra ideologicamente a história da espécie humana. Conseqüentemente, os temas sobre a “sociedade urbana” que se fundamentam diretamente neste mito, constituem as palavras-chave de uma ideologia de modernidade.*³⁷

A cultura urbana, intimamente ligada à cultura da modernidade, embora segundo Castells, não estejam explicitamente denominadas assim no conjunto de intenções do grupo social que as defendem e/ou aplicam em determinado espaço, são pensadas como uma maneira de substituírem uma “análise de evolução social” e, por isso, são completamente veiculadas pelas, a *mass media*, e passam a fazer parte do contexto lógico cotidiano.³⁸

Sobre essa análise de Castells transportada à realidade santa-mariense, podemos salientar dois pontos: Um primeiro é que o jornal *Diário do Interior*, como órgão midiático, intérprete e porta-voz explícito dos ideais de modernidade, apoiava incondicionalmente essa elite intelectual e dirigente. O segundo ponto é que o Estado Novo, tendo em seu programa nacional o projeto do unitarismo e culto pátrio (cuja expressão máxima foi o ato da queima das bandeiras estaduais), de certa forma, preferiu não dar relevo à evolução não somente social, mas política do Rio Grande do Sul, e destacou o que lhe interessava no contexto: A importância de (também através de uma “mass media”) passar à população algo visível para que ela ligasse seu governo a certos ideais (entre os quais estava tanto o unitarismo nacional como o “advento do moderno”).

Aliás, Castells afirma que essa relação de classes entre dirigentes e população está como um amálgama no campo das políticas urbanas:

Há um acordo geral em considerar a política urbana como processo político, usando de forças sociais com interesses específicos ou, na terminologia liberal, atores buscando realizar seu projeto por meio de diferentes estratégias.³⁹

³⁷ Idem. p. 136.

³⁸ Idem. p. 354.

³⁹ Idem. p. 355.

Estão imbuídos na estrutura urbana da cidade, segundo Castells, quatro processos fundamentais de organização institucional: a integração, repressão, dominação e regulação oriundos do aparelho de Estado. O duplo movimento de integração-repressão para o autor dá-se pela via da autonomia municipal, compreendida através de sua livre-ação como cidade e não como autônoma em relação ao Estado. A integração propriamente dita é exercida, quando é delineada claramente uma divisão social do espaço, com uma elite político-econômica dirigente tendo poderes de decisão e influência sobre grande parte da população. Já a repressão é oriunda não de um sentido denotativo (ligado à violência física propriamente dita) mas da “hierarquização das coletividades territoriais” (do espaço urbano) e sua subordinação a um conjunto de instâncias que, de modo progressivo, vão se tornando mais dependentes do aparelho institucional do Estado.⁴⁰

Conseqüentemente, são organizados os processos de dominação-regulação, que são nada mais do que expressão direta das classes no poder, ditando as normas de funcionamento do conjunto de divisão social dentro do espaço e que conservam suas possibilidades de iniciativas centrais (que é sua própria liberdade de ação). A intervenção ocorre diretamente sobre a população como uma maneira de ajustar o espaço (urbano), quando os interesses dessa mesma tornam-se contraditórios aos da classe que se encontra no poder.⁴¹

Esse mecanismo torna-se ainda mais destacado se inserido em um governo extremamente centralizado e pronto para atacar seus contestadores, como era o caso de Getúlio Vargas, particularmente a partir de 1937, com o Estado Novo. A ditadura determinou que, no país, os movimentos contestadores do regime e seus agentes fossem eliminados.

As esferas de poder e seus representantes no espaço da cidade (as elites), a fim de se afirmarem se preocupam em construir uma linguagem de símbolos e significados, “cujos rastros estão produzidos e amalgamados na pedra, aço e vidro”. Por isso, edifícios, praças, monumentos e ruas são definidos e impregnados de significações na paisagem urbana, e o velho e o novo (quando o primeiro não é totalmente suplantado) dão o tom à evolução que chega aos olhos do observador:

A frieza, a opacidade e a rigidez do concreto são representações imagéticas do progresso. A inauguração das diversas obras torna visível a prática política das elites, viabilizando a solidificação de seus discursos. Sobrepondo a estas realizações, outras histórias são tecidas e tramadas pela ocupação e apropriação destes espaços de forma criativa, por outros sujeitos sociais que também compõem a cena urbana. Daí a possibilidade de se perceber contradições no uso do espaço,

⁴⁰ Idem. p. 296.

⁴¹ Idem. p. 296.

possibilitando a articulação de uma outra história que não foi alvo dos registros oficiais, mas que resiste e sobrevive a esta simbiose do cotidiano das cidades.⁴²

Sobre o período histórico brasileiro compreendido entre a segunda metade do século XIX e início do século XX, Robert Moses Pechman nos possibilita na obra *Cidades estreitamente vigiadas: o detetive e o urbanista*, a compreensão do surgimento do tema urbano na narrativa, ao mesmo tempo em que mantém uma disputa com a paisagem da natureza pelo meio em que o país se torna conhecido no exterior. Nessa perspectiva, o autor afirma que uma questão social foi incorporada ao imaginário dos observadores: as classes consideradas perigosas.

A partir daí, o despossuído passa a ser visto como pobre e este como parte integrante das classes perigosas. Em outros termos, a *questão social* se legitima como objetivo de análise e os pobres passam a ser objeto tanto das instituições de caridade e dos programas de reabilitação social quanto de vigilância e enquadramento.⁴³

Assim, esses observadores (influenciados pelas ideias contemporâneas do positivismo e do evolucionismo) das classes/elites dirigentes se voltaram para aos pobres, procurando entender, além de sua natureza, o significado de suas ações e as ameaças que podem representar à sociedade, uma vez que vivem na cidade e ali têm seu terreno de sobrevivência.

Pechman ressalva que é a partir da segunda metade do século XIX que a antropologia se impõe como a derradeira ciência com objetivos de analisar, detalhadamente, “o corpo e a alma das classes trabalhadoras”, amparada pela medicina e sociologia, fazendo-se intérprete da “racionalidade” e da cientificidade”, identificando com isso, nas multidões, aqueles indivíduos que partilham do anonimato e que, por esta razão, representam perigo. A ideia de que “são as condições sociais que moldam o rosto” ganha espaço e, a partir daí observar a sociedade será observar efetivamente a cidade.⁴⁴

Com o aparecimento da sociedade de massas, nas cenas urbanas, passa a ser imprescindível deter-se no fato de que a tendência é a de que a identidade de cada indivíduo se desmanche na multidão. Assim,

A necessidade de identificação torna-se cada vez mais aguda. Novos sistemas de classificação do rosto vão deixando para trás os fundamentos da fisiognomia

⁴² LOPES, Valéria Maria Queiroz Cavalcante; MACHADO, Maria Clara Tomaz. A cidade e suas múltiplas representações. IN: *História & perspectivas*. Revista dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia-MG: Edufu, 2001. vol 24 jan/jun. p. 152.

⁴³ PECHMAN, Robert Moses. *Cidades estreitamente vigiadas: o detetive e o urbanista*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002. p. 250.

⁴⁴ PECHAMN, Robert Moses. *Op. cit.* p. 251.

calçados na dualidade do homem e vão cedendo lugar à antropologia e à estatística nascentes que, mais do que se preocupar com os sinais interiores do corpo que assomam a face, voltam-se para a classificação de tipos e enumeração de populações.⁴⁵

É de fato, essa necessidade de identificação dos desconhecidos que irá fazer com que grupos sociais sejam passíveis de “morfologização” e “antropologização” em moldes políticos e sociais. Na percepção de novos grupos, torna-se preciso evitar a *coexistência*:

É preciso [...] distinguir cada corpo do outro, cada rosto do outro a partir de uma referência que seja infalível, “científica” – o cálculo que permita a identificação, através de medições, da virtude ou do vício que impregnam cada rosto. A partir daí, os corpos são reconhecidos como característicos de uma natureza perigosa ou típicos de uma natureza civilizada.⁴⁶

Conclui-se que para esses novos primeiros grupos de observadores sociais foi preciso dar um rosto, uma aparência, características aos anônimos da cidade que se misturavam à multidão. Localizar, dotar de um rótulo revelador de sua natureza, foi a maneira de separar o rosto do povo, das classes trabalhadoras, de um “físico popular” de um “físico burguês”.⁴⁷

Podemos considerar também na primeira metade do século XIX, na Europa, e em seu final, no Brasil, o período em que nasceu o urbanismo moderno. Agentes a serviço de classes ligadas aos governos (primeiramente médicos e depois engenheiros) passaram a atuar na paisagem urbana, transmitindo preceitos do higienismo.

A preocupação com epidemias, somada à crença de que as moradias amontoadas nos bairros populares faziam surgir “miasmas”, os quais faziam adoecer a população, contribuiu para que os médicos higienistas atuassem diretamente no espaço das habitações das pessoas pobres e sobre os corpos, constituindo uma política de intervenção no espaço urbano e de controle na circulação de pessoas.⁴⁸

Para os higienistas, a cidade era confusa e imóvel e era pertinente diferenciar o indistinto e fazer circular o que era estagnante. Assim, uma nova política urbana determinada pelo higienismo passou a executar uma minuciosa rearticulação da cidade a partir de outros princípios, diferentes daqueles que estavam vigentes para a cidade antiga. Iniciou-se o esforço de transformar a natureza da cidade, que suprimiu sua dimensão histórica e impondo o sentido

⁴⁵ Idem. p. 252.

⁴⁶ Idem. p. 253.

⁴⁷ Idem. p. 253. Pechman, referindo-se à questão da diferenciação, demonstra que as classes sociais “ se enfrentam pelo olhar [...] se observam, se julgam e se defrontam a partir das suas aparências físicas, dos traços inscritos nos seus corpos e nos seus rostos como se fossem caracteres raciais, em que o olhar procura adivinhar o vestígio dos caracteres morais”. A partir de HAROCHE, Claudine e COURTINE, Jean J. *História do rosto*. Expressar e calar suas emoções. Lisboa, Editorial Teorema, s/d. p.220-221.

⁴⁸ Idem. p. 391.

dos novos ideais, de coisa *urbana* e, dessa forma, uma rede de circulação e desamontoamento das atividades da cidade, uma vez executada, tornou-se um momento fundamental de constituição do urbano.⁴⁹

O higienismo era uma maneira da qual deveriam fluir os postulados da nova realidade urbana, já que demonstrava, no decorrer do século XIX, o desejo de se transformar um corpo doente em um organismo sadio. Ou seja, é “a expressão da primeira forma de uma política urbana de enquadramento e controle da sociedade”. Com ele, a capacidade de desfazer as confusões citadinas, também faz circular âmbitos cada vez mais amplos da atividade urbana, põe em movimento, ligando conjuntos diferenciados.⁵⁰

De acordo com Didier Gille, as relações existentes entre o antes e o depois do higienismo, para seus executores, eram visíveis, significativamente, em termos de resultado. Enquanto a cidade estava “doente”, não era verdadeiramente uma cidade, mas com a atuação higienista,

[...] por ser um organismo é que se revela a sua verdade eterna: a cidade é um organismo, ou seja, um ser supostamente vivo, cujo sentido é perfeitamente redutível ao da estrutura que o constitui, cujos órgãos são atualizações de funções abstratas, e cuja finalidade vital é a manutenção [e no caso da extensão] de sua estrutura [...] Dessa maneira, a cidade seria composta por uma série de órgãos funcionais bem diferenciados e por uma série de órgãos circulatórios que permeiam a sua intertradução. É a potência desse modelo que confere força aos higienistas.⁵¹

Segundo o autor, pela primeira vez, os “problemas sociais” são articulados aos “problemas urbanos” e, na verdade, eles faziam parte da questão do crescimento descontrolado das grandes cidades. E que,

[...] para se resolver questões como o desemprego, a precariedade das moradias, a enorme incidência de doenças sobre as classes populares, a criminalidade etc., era preciso controlar o crescimento das cidades a partir do enquadramento das práticas populares, intervindo em seu meio ambiente, “saneando” seus bairros e reformando seu modo de vida.⁵²

Desse modo, o urbanismo moderno nasceu como um novo modo de exercício do poder, e seu centro de operações era a reforma do meio em que viviam as classes populares. Como disciplina e como prática profissional, inaugurou um “novo campo político onde se

⁴⁹ Idem. p. 389. A cidade antiga, a que o autor se refere, é aquela que tem moldados suas artérias, ruas e bairros, no caso da Europa, seguindo um processo de acomodação desordenada. Este, em alguns casos como o de Londres e Paris, remonta à Baixa Idade Média.

⁵⁰ Idem. p. 389-390.

⁵¹ GILLE, Didier. Estratégias urbanas. IN: ALLIEZ, Eric et alii. *Contratempo. Ensaios sobre algumas metamorfoses do capital*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988. p. 36.

⁵² Idem. p. 392.

pensam e se recriam relações sociais que instituem novas formas de poder e de dominação”. Nesse sentido, o eixo do pensamento urbanístico era a questão social, sendo a situação que a cidade representava a mediação viabilizadora de uma intervenção modeladora de comportamentos.

A conscientização da necessidade de intervenção, de acordo com Pechman, contou primeiramente com uma transformação dos antigos significados dos problemas e dos grupos populares, criando-se novos meios de intervenção e formas de dominação:

Falando e agindo em nome dos interesses superiores da sociedade, além dos interesses dos grupos particulares que a compõem, os novos profissionais têm pretensão à autonomia e objetividade de sua disciplina e da ciência, da qual seriam os servidores desinteressados.⁵³

Na realidade, saber e poder formam um sistema característico desse novo campo de dominação, que requalificou a cidade, fez necessário organizar seu crescimento e liberou suas potencialidades. Com isso, o descontrole do fenômeno de urbanização foi também o incentivador do surgimento de elementos, caracterizados como problemas urbanos, tais como o superpovoamento e insalubridade.

Se o processo de reforma social executado pelas intervenções urbanas, tinha o propósito de fazer com que parte da população se enquadrasse aos padrões descritos, tudo isso em meio a um novo contexto capitalista europeu⁵⁴; não podemos ignorar que suas idéias circularam e influenciaram o processo brasileiro do campo do urbanismo, bem como suas dimensões intervencionistas.

Na virada para o século XX, no Rio de Janeiro, não havia água encanada, a rede de esgoto era pequena e precária, as ruas estreitas e escuras durante a noite, o transporte rudimentar e os portos estavam desgastados. Por isso, a capital federal era repleta de limitações, os problemas urbanos existiam, embora não fossem focados como tais. Somente com o aparecimento de médicos-higienistas no Brasil que, com suas investigações sobre as causas de epidemias e dos miasmas, os quais contaminavam o meio urbano, foram inventados os *problemas urbanos*:

Daí por diante, a cidade [...] passará a ser objeto de investigação e de intervenção da medicina, que a coisificará sob a forma de corpo urbano. Legitimando-se como um saber sobre a cidade, a medicina se tornará a referência

⁵³ Idem. 392.

⁵⁴ Idem. Para Pechman essa perspectiva explica-se pelo crescente distanciamento dos países europeus de sua forma liberal para uma conotação mais “estatal” – o *welfare state*).

fundamental na articulação de um pacto entre os novos grupos dominantes que terá a cidade como base.⁵⁵

Por conseguinte, no Brasil de inícios do século XX, a experiência urbanística do Rio de Janeiro se limitara à “regeneração do corpo urbano”, sem se preocupar com melhorias nas condições de vida dos grupos que sobreviviam dos restos da capital. Na América e na Europa, as autoridades e profissionais do urbano, como técnicos e filantropos, prestaram mais atenção a fatores como o crescimento industrial, proletariado citadino, aumento no número de bairros operários, os problemas ligados à miséria, desemprego e exclusão social. Desse modo, aqueles perceberam que “o projeto político do *laissez-faire* levava à radicalização das relações capital trabalho, ameaçando o risco de uma convulsão social”.⁵⁶

Os problemas sociais e urbanos no Brasil haviam sido encaminhados para as searas do embelezamento da cidade e da procura por uma civilidade higienizada, sendo que o Rio de Janeiro consolidava seu papel de capital apoiada na vocação para a “capitalidade” e o cosmopolitismo. Entrementes, no Brasil, a questão social ainda era considerada um caso de polícia pelas elites dirigentes, e a questão urbana se limitava à modernização da cidade, sem encarar os problemas que cercavam os meios de vida dos trabalhadores. Contudo, as teorias urbanísticas e projetos de reforma das cidades no Brasil, não se detiveram a uma questão social, por exemplo, com a elaboração de projetos de adaptação da população à sociedade industrial e de melhorias das críticas condições de habitação populares. Nesse aspecto, o que preponderou foi o caráter imperativo de uma reforma que tinha em vista a resolução de problemas técnico-higienistas e reordenamento do espaço urbano.

Em conclusão, embora pese o dissenso dos intelectuais quanto à construção de uma identidade nacional, o urbanismo evoluiu enquanto uma nova maneira de tematizar a cidade também entre profissionais e técnicos da área que haviam se especializado. Desde o início do século XX até os anos 1920, os “problemas urbanos” (moradia, saneamento, circulação) não deram espaço a uma concepção mais sistêmica da cidade. Em seu conjunto, a cidade é vista como um novo objeto de conhecimento, “requalificando-se epistemologicamente” e passou a ser vista através da nova disciplina que é o urbanismo.⁵⁷

1.3 MODERNIDADE E SENTIDO DE PROGRESSO

⁵⁵ Idem. p. 392-393.

⁵⁶ Idem. p. 395.

⁵⁷ Idem. p. 403.

Conforme mostraremos mais adiante por meio das edições dos jornais santa-marienses pesquisados, o sentido de progresso e de seu conceito, junto ao de modernidade, foi adotado e difundido pelas elites letradas dessa imprensa com conotações positivas. Para a compreensão da parte do trabalho que se segue, ressaltamos portanto, que durante o Estado Novo, em Santa Maria, a modernidade e o seu progresso, decorrente partia de uma noção de ruptura em relação a um quadro anterior. Devido à escassa quantidade de realizações materiais para a cidade em anos anteriores, os benefícios da urbanização, realizados a partir de 1938, conduziam a cidade para uma situação diferente, nova e positiva, segundo a elite letrada que procurava transmiti-la.

Ao iniciarmos uma discussão sobre a idéia e conceito de progresso em diferentes momentos na história, valemo-nos dessa para identificarmos as mudanças de pensamento presentes nos mesmos, revelando circunstâncias evidentemente relacionadas aos seus contextos. Não somente o conceito, mas o sentido do termo progresso se remete especialmente ao período compreendido entre finais do século XIV e XVII, quando do desenvolvimento do advento da Ciência moderna européia.

Se levarmos em conta, sob um ponto de vista filosófico, uma maneira viável de compreensão da crença no progresso é quando o indivíduo está em um lugar com o desejo de se encontrar em outro melhor. Esta é uma possibilidade de escolha imaginada e que, quem crê no progresso não se contenta em escolhas tais, quando se conta ou se presume contar com possibilidades reais ou interpretadas como reais. Ao olharmos para o futuro como algo desejável, através do otimismo, é nos apresentada uma promessa de felicidade (*promesse de bonheur*).

O conceito de modernidade para definir as mudanças da identidade ocidental europeia, segundo José Carlos Reis⁵⁸, revela uma nova temporalidade histórica feita por um novo sujeito histórico. Diante de uma recusa à metafísica (principalmente a um início de “desencantamento”) e mesmo de uma sua reelaboração, podemos afirmar que a modernidade representou uma revolução cultural que ocorreu exclusivamente no Ocidente europeu. No Renascimento, Reforma e a Expansão marítima europeia o tempo assumiu uma pluralização e a religião não poderia mais explicar exclusivamente as ordens da vida, que passaram a ter lógicas cada vez mais específicas. De acordo com Reis:

O mundo “desencantou”, ou seja, se fragmentou em esferas de valores distintos, com racionalidade interna específica. Cada esfera possui a sua lógica

⁵⁸ REIS, José Carlos. *História & teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade*. 3ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p.22.

interna, que articula de modo próprios meios e fins. Os fins e meio econômicos são específicos da esfera econômica, assim como os fins e os meios das outras esferas são autônomos. O agir político não se reduz ao agir econômico ou social ou político ou estético e vice-versa. E os antigos valores religiosos não influem na lógica da eficácia e de acumulação de potencia das esferas autônomas.⁵⁹

No século XVII, que marca a Revolução Científica, cujos expoentes vão de Galileu Galilei a Isaac Newton, havia a necessidade de “reencantar” o mundo. Para Reis, isso se deu por intermédio da força de serviços políticos do Estado Absolutista. Nesse sentido, para o autor, a ordem política administrava os conflitos segundo prevenção, cálculo (no sentido de regulação) e repressão. Quando o autor afirma, ainda sobre a necessidade do “reencantamento” de que ocorria a criação “de um princípio interno, unificador” que “não apelasse mais para Deus ou para fé”, justifica que “por outros termos”, esse apelo poderia ocorrer.⁶⁰

Desse modo, a Europa Ocidental voltou a pensar a história da humanidade como única e universal sob o princípio da razão. Esta governando o mundo seria o esforço moderno para “reencantá-lo” a partir dessa ótica, retomando seu sentido, assim como sua direção e unidade, sob o princípio da busca da autoconsciência. Essa seria a liberdade. A história torna-se um meio de salvação confundindo-se com a “marcha do espírito em busca da liberdade” para o ideal dos homens do Iluminismo, e o progresso, antes restrito ao âmbito do conhecimento, começou a se generalizar materialmente.

Todos os aspectos da vida humana caminhariam em uma mesma direção: a perfeição futura. A crença filosófica é que o próprio homem iria se regatar, e no tempo ainda, pela construção de uma sociedade moral e racional e pela acumulação de conhecimentos sobre este mundo. A idéia de progresso exprime a nova situação do homem como criador, produtor do futuro.⁶¹

A modernidade enquanto autônoma, autoconsciente e fundada sob seus próprios meios, buscando um equilíbrio a partir das mudanças que produziu, é um tema abordado por Hegel, considerado seu primeiro autocrítico. Para o filósofo, a modernidade se apresenta como inquietude, desequilíbrio e um movimento acelerado *para frente* para se manter em pé. Mostrando mediante subjetividade que os tempos modernos possuem fragilidades que os joga às crises, porém sua superioridade os faz ficar em pé, pois a autoconsciência é provinda da reflexão do reconhecimento da liberdade que tendencia seu espírito ao centro. Desse modo, a modernidade (e seu projeto) tem sua história identificada com o esforço de fragmentação e a

⁵⁹ REIS, José Carlos. *Op. cit.* p. 24.

⁶⁰ Idem. p. 28.

⁶¹ Idem. p. 28.

necessidade de reunião posterior. “É a representação ocidental da “civilização” como busca da liberdade, isto é, da coincidência absoluta da subjetividade consigo mesma. A *ideia de progresso* faz-se presente no campo do conhecimento e da prática:

A modernidade é uma liberação de toda referência ao passado. A história é um sujeito autônomo e poderoso que realiza o trabalho de autoprodução. [...] A história é um processo coerente, unificado e acelerado da humanidade em direção ao futuro racional, à liberdade, à sociedade moral, livre. A história está à disposição de um sujeito-singular-coletivo, a humanidade universal, que se constrói, construindo-a. A história é a marcha da humanidade em busca da liberdade, garantida pela Razão que governa o mundo.⁶²

Apresentamos, a seguir, um apanhado sobre as principais interpretações de autores na história sobre a idéia de progresso. Precisamos destacar que o progresso obtido pela evolução do conhecimento e suas concepções acabam sendo aceitos por amplos segmentos da sociedade como uma verdade.

De acordo com Gilberto Dupas em sua obra *O Mito do Progresso*, é com um olhar do século XVI ao passado, que há, em trabalhos produzidos nas esferas da literatura, artes e pensamento religioso, um verdadeiro acúmulo de mudanças que atendem pelo nome de *progresso*. Contudo, a dúvida paira no conceito do termo, principalmente ao questionarmos sobre as consequências deste e os benefícios à humanidade que o progresso implica. Podemos considerar progresso uma ideia força que dependendo de como for vista, é o resultado de uma ação coletiva dos homens que supõem que “a civilização se mova para uma direção entendida como benévola ou que conduza a um maior número de existências felizes,” o que se recoloca no que é entendido como felicidade:

[...] progresso – no sentido da evolução para o melhor – “é um termo essencialmente relativo, uma vez que depende da opinião professada por aquele que fala sobre a escala de valores de que se trata”. Do progresso “se faz não raro uma espécie de necessidade histórica ou cósmica, por vezes mesmo um poder real que age sobre os indivíduos, uma finalidade coletiva que se manifesta pelas transformações das sociedades”. Mas a dificuldade está e mudar um conteúdo preciso para essa fórmula ou, por outra, em determinar a direção e o sentido desse movimento.⁶³

Não somente o conceito, mas o sentido do termo progresso remete especialmente ao período compreendido entre finais do século XIV e XVII quando do desenvolvimento do advento da Ciência moderna europeia. Para o historiador italiano Paolo Rossi⁶⁴, para aqueles

⁶² Idem. p. 35.

⁶³ DUPAS, Gilberto. *O Mito do Progresso*. São Paulo: UNESP, 2006. p. 19.

⁶⁴ ROSSI, Paolo. Sobre as origens da idéia de progresso. IN: _____. *Naufrágios sem espectador: a idéia do progresso*. São Paulo: UNESP, 2000. p. 48.

homens que pensavam o saber científico e moldavam o conhecimento científico nas bases que conhecemos atualmente, o saber não era apenas contemplação da verdade, mas também “potência, domínio sobre a natureza”, assim submetia-se esse saber às aspirações do homem.

As inovações, que a tecnologia viabilizou durante o século XVII, conquistaram um caráter de qualidade, fazendo com que surgissem as rotulações de “progressistas” para os indivíduos que as aprovavam e de “conservadores” ou “reacionários” para quem as criticava. No século XVIII, uma verdadeira *doutrina do progresso* se incorporou à filosofia da época. Assim foi se convertendo em uma espécie de credo que os constantes avanços técnicos e científicos confirmavam ao criarem produtos e serviços, que eram transformados propriamente em símbolos do progresso corrente. Dessa maneira, uma nova onda “moderna” se impôs na produção científica, regendo qualitativamente muitas de suas obras acadêmicas. Tal premissa do sentido de progresso prevaleceu da segunda metade do século XVII⁶⁵ e se estendeu até o século XIX no Ocidente.

Em diferentes concepções de autores, da *ideia de progresso*, Dupas afirma que, para Robert Nisbet (em uma interpretação positiva), é como uma parte essencial do desenvolvimento dos povos, que se pode identificar como um tipo de dogma que serve de estímulo à evolução. Tal conceito positivo influenciou civilizações e povos na história com a passagem de um estado inferior para um superior: o acúmulo de conhecimentos científicos e tecnológicos e melhorias morais e espirituais.

No século XIX com o positivismo, Auguste Comte afirmara que o progresso representava o grande farol do caminho humano. Com uma nova “ciência” pretendia lançar as bases de uma nova sociedade calcada no positivismo, usando a força se necessário:

[...] Comte publicou o *Plano para as operações científicas necessárias para a reorganização da sociedade* (1822), o qual esboçava sua filosofia positivista e a lei dos três estágios [...]. Para ele, a história era governada por idéias; e todo o mecanismo social era baseado em opiniões [...]. O movimento através das três etapas não estaria sempre alinhado, mas oscilando de maneira desigual em razão da raça, do clima e da ação política deliberada; esses fatores aceleravam ou retardavam esse movimento; nunca, entretanto, poderiam inverter sua ordem ou mudar sua natureza.⁶⁶

Ao tratarmos do positivismo, é pertinente abriremos parêntesis, relacionando, enquanto receptáculo dessa filosofia, o contexto sul-rio-grandense de finais do século XIX,

⁶⁵ Para Gilberto Dupas a primeira *enunciação* de progresso teria partido de Francis Bacon em sua obra *Novum Organum* (1620). Para Bacon, a grande renovação do conhecimento foi visar a sua utilidade e à melhoria de vida humana e, em vez de se sonhar com o passado, haveria que se acrescentar muito mais conhecimento no futuro. Idem. p. 34 e 38.

⁶⁶ Idem. p. 52-53.

especificamente durante o governo de Júlio de Castilhos (1891-1893) do Partido Republicano Rio-grandense (PRR). Para o historiador Joseph Love, desde o princípio (ainda nos últimos anos do Império), o positivismo norteou o republicanismo rio-grandense. Uma vez no governo, nas questões políticas Castilhos foi pragmático aos preceitos comteanos de conduta e organização governamental: “abraçou a fé de Comte pelo governo das classes e defendeu fervorosamente a ordem como base do progresso social”.⁶⁷

Já Getúlio Vargas foi influenciado pelos princípios castilhistas de governo, tanto os de seu *inaugurador*, Júlio de Castilhos, como os de Antônio Augusto Borges de Medeiros, ambos governadores do Rio Grande do Sul na primeira metade do século XX, durante a República Velha. No castilhismo-positivista do PRR, a segurança de Estado era garantida pelo bem público. Por isso, o Estado deveria ser forte e autoritário, imbuindo o seu líder de poderes administrativos dentro do preceito constitucional. Após substituir Borges de Medeiros no governo rio-grandense e, posteriormente, chegar à liderança nacional, em 1930, Vargas canalizou e ampliou, com novos elementos, a carga política herdada regionalmente. Por ocasião de sua chegada à presidência, em 1930, Vargas encontrou um clima favorável e receptivo a mudanças devido ao desgastado sistema político da República Velha. Desse modo, Vargas se contrapôs ao liberalismo, exercendo a presença forte do Estado paralelamente à harmonização dos interesses sociais. “Formava-se, assim, uma nova ordem política direcionada para a ideologia de centralização do poder, sendo o Estado o protetor dos interesses nacionais e da justiça social, resultando na soberania nacional e na consolidação do Estado Nacional”.⁶⁸

Algumas das interpretações sobre a ideia de progresso tiveram relevo ao orientarem concepções políticas e de governos, pelo menos até o primeiro quarto do século XX. A partir desse período, entre as vertentes que exerceram sua crítica dentro do pensamento marxista, a mais original, que tratou da reflexão sobre o conceito de progresso, foi a obra *Teses* (1939-1940) do alemão Walter Benjamin.⁶⁹

Para Benjamin, cabia ao historiador buscar no passado fundamentos de uma nova história que levasse em conta os sofrimentos acumulados pela humanidade no decorrer do tempo. Esses “documentos da barbárie” deveriam proporcionar um novo estímulo às

⁶⁷ LOVE, Joseph. Da agitação à consolidação. IN: _____. *O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva, 1995. p. 38.

⁶⁸ AGOSTINI, Lenir Cassel. _____. Estado Novo e o trabalhismo: matriz da nova organização sócio-política varguista (Santa Maria – 1937/1950). IN: DALMOLIN, Cátia (org.). *Mordaça Verde Amarela – Imigrantes e descendentes no Estado Novo*. Santa Maria: Palotti, 2005. p. 131.

⁶⁹ DUPAS, Gilberto. *Op. cit.* p. 58.

esperanças solapadas, fundindo um outro conceito de tempo, um “tempo dos agoras” (*Jetztzeit*, ou “agoridade” ou “tempo-do-agora”, na tentativa de uma tradução literal).

Essa rememoração (que é um conceito fundamentalmente judaico) sozinha, no entanto é impotente para libertar o homem dos grilhões do presente (só a revolução poderia fazê-lo totalmente). Porém, desempenha um papel crucial no resgate libertado do que aconteceu e, sobretudo do que poderia ter acontecido.⁷⁰

A partir dessa perspectiva, entendemos que a história seria mais bem esclarecida através de um penoso processo de decifrar os momentos acumulados do passado, cujos instantes, em uma primeira vista aparentam ser diversificados e desconexos. Para Benjamin, a história como queriam as historiografias, alvos de sua crítica (que ainda bebiam das fontes de Leopold von Ranke e Wilhelm Dilthey), tornou-se inviável ao enaltecer um progresso histórico seja do porvir comunista, seja do otimismo elitista burguês. Uma sequência de passados oprimidos é que portam uma orientação que os impele à redenção (quando passam a ser problematizados pelo historiador). É com essa posição que Walter Benjamin tece suas críticas à idéia de progresso, uma vez que a modernidade pode ser questionada em relação aos novos valores que instituiu:

Rejeitando o culto ao progresso, Benjamin coloca no centro da sua visão de história o conceito de catástrofe, como fruto do progresso. A catástrofe [...] nos conduz a repetir mimeticamente os impulsos do presente, como o jogado que recomeça eternamente a partir do zero e não necessita da experiência do seu passado para prosseguir. O homem moderno da ideologia do progresso fecha seus olhos aos clamores do passado, e isto é a barbárie [...].⁷¹

Para Benjamin, o cuidado de salvaguardar a humanidade do “sonho” apontado seria a “interrupção messiânica”⁷² do devir (através da revolução) e da própria potencialidade guardadora da ideia de sonho. São dois modos de despertar, nesse caso, potenciais propriamente criados pela modernidade capitalista. É no resgate do vetor utópico do sonho (seu vínculo com a experiência) com os clamores do passado é que ocorre o

⁷⁰ TROMBETTA, Gerson Luís. *As “frestas” do tempo: sobre a concepção de história em Walter Benjamin*. Artigo da disciplina de Teorias da História. Mestrado em História da UPF – Universidade de Passo Fundo, 2009/1. p. 3.

⁷¹ TROMBETTA, Gerson Luís. *Op. cit.* p. 10.

⁷² Walter Benjamin ilustra esse exemplo com um quadro do pintor austríaco Paul Klee: o *Angelus Novus*. Neste, o anjo representado está com suas asas abertas e com olhar paralisado diante do espectador. Benjamin interpreta-o como diante da modernidade com o ímpeto de acordar a humanidade do sonho do progresso. No entanto, uma tempestade com seus ventos (o progresso) lança-o para trás (o futuro), permanecendo em sua posição, imobilizado, enquanto no chão as ruínas crescem até a altura do céu. *Op. cit.* p. 11.

“desencantamento” e a transformação em práxis das utopias coletivas que almejam o bem-estar e a busca pela promessa de felicidade.⁷³

Podemos partir para as discussões acerca da modernidade do espaço urbano e suas relações com o progresso na obra de Marshall Berman. Nessa, o autor procura mostrar uma inter-relação dialética entre a crescente modernização particularmente do meio urbano e o desenvolvimento da arte e do pensamento modernistas. Desse modo, o autor parte das mudanças materiais-espaciais que se estenderam através de diferentes maneiras ao imaginário dos indivíduos, no período que vai do século XIX até o início do XX.

Para o autor, a modernidade é conceituada como um conjunto de experiências (de tempo e de espaço), vitais para os indivíduos em todo o mundo. São experiências constituídas de possibilidades e perigos de si mesmo e dos outros. Ser moderno é encontrar-se em ambiente, no qual, ao mesmo tempo em que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação do que está ao redor, existe a possibilidade da destruição de tudo que as pessoas têm, sabem e são.

A experiência ambiental da modernidade anula todas as fronteiras geográficas e raciais, de classe e nacionalidade, de religião e ideologia: nesse sentido, pode-se dizer que a modernidade une a espécie humana. Porém, é uma unidade paradoxal, uma unidade de desunidade: ela nos despeja a todos num turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambigüidade e angústia. Ser moderno é fazer parte de um universo ao qual, como disse Marx, “tudo que é sólido desmancha no ar”.⁷⁴

É justamente nessa sensação de instabilidade das coisas no tempo existir e não existir, de ser e não ser ou de viver em dois mundos simultaneamente, dessa profunda dicotomia em que se desdobra a ideia de modernismo e modernização. Particularmente, é no século XX que o processo de uma modernização se expande, abarcando o mundo todo. A cultura mundial e o modernismo de um lado alcançam espetaculares triunfos na arte e no pensamento, contudo o público moderno é que se multiplica e se fragmenta. A ideia de modernidade, “concebida em inúmeros e fragmentários caminhos, perde muito de sua nitidez, ressonância e profundidade, bem como perde sua capacidade de organizar e dar sentido à vida das pessoas”.⁷⁵ É em tal atmosfera de agitação e turbulência, aumento das possibilidades de experiência e eliminação de obstáculos morais e compromissos pessoais, autoexpansão e desordem que reside a origem à sensibilidade moderna.

⁷³ Idem. p.12.

⁷⁴ BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido se desmancha no ar: a aventura da modernidade*. trad. Carlos Felipe Moisés; Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 15.

⁷⁵ BERMAN, Marshall. *Op. cit.* p. 17-18.

1.3.1 PARALELOS DA MODERNIDADE: CIDADES E SUA MODIFICAÇÃO DO ESPAÇO

É possível encontrar um porta-voz das mudanças oriundas da modernidade no século XIX, com Charles Baudelaire. O autor dos poemas reunidos em *Spleen em Paris* soube com maestria reproduzir no conjunto de sua obra as nuances provocadas pelos novos tempos, percebidas sua materialização nas novas construções e planos físicos das ruas de Paris, efetivadas por intermédio do prefeito, barão Georges Haussmann, atendendo às ordens de Napoleão III. A capital francesa era remodelada e construída de maneira sistemática e o poeta foi, ao mesmo tempo, espectador, participante e protagonista disso, uma vez que seus escritos expressam as sensações antagônicas implicadas no curso das mudanças.

No fim da década de 1850 e prolongando-se por toda de 1860, foram implantadas em Paris uma ampla rede de bulevares (*boulevards*), no lugar do centro urbano, de organização ainda medieval da cidade, com ruas estreitas e com edificações antigas. O empreendimento pôs abaixo centenas de edifícios e bairros que tinham existido por séculos, tornando Paris um espaço unificado. As vias e artérias concebidas eram consideradas, de certa forma, revolucionárias para a vida urbana do século XIX. O fluxo de pedestres e carros passou a mover-se em linha reta, de um extremo ao outro, e para tanto, fizeram-se necessárias a desapropriação e eliminação das amontoadas, escuras e apertadas construções miseráveis, dando espaço aos “caminhos-livres”.

O novo panorama tinha diversos propósitos, entre eles o estímulo e expansão dos negócios locais que, por sua vez, financiariam outras demolições municipais; o emprego de milhares de trabalhadores nas obras públicas, a longo prazo contribuiriam para a pacificação; e os novos espaços abertos impediriam em caso de insurreições populares, a construção de barricadas, e as tropas e a artilharia poderiam se mover com facilidade e eficácia. Na década de 1880, os padrões de Haussmann eram aclamados como modelo do urbanismo moderno, passando a ser inspiração, para implantação em capitais e cidades do mundo. Além do mais, aproximadamente cinco gerações de artistas (pintores, escritores, fotógrafos e, mais tarde cineastas) iriam nutrir-se na vida e energia do curso dos bulevares.

Os bulevares de Napoleão e Haussmann criaram novas bases – econômicas, sociais, estéticas – para reunir um enorme contingente de pessoas. No nível da rua, elas se enfileiravam em frente a pequenos negócios e lojas de todos os tipos e, em cada esquina, restaurantes com terraços e cafés nas calçadas. Esses cafés [...] passariam a ser vistos, em todo o mundo como símbolos de *la vie parisienne*. As

calçadas de Haussmann, como os próprios bulevares, eram extravagantemente amplas, juncadas de bancos e luxuosamente arborizadas. Ilhas para pedestres foram instaladas para tornar mais fácil a travessia, separar o tráfego local do tráfego de longa distância e abrir vias alternativas para as caminhadas. Grandes e majestosas perspectivas foram desenhadas, com monumentos erigidos no extremo dos bulevares, de modo que cada passeio conduzisse a um clímax dramático.⁷⁶

Para Baudelaire, o termo *modernidade* enquanto determinante da vida e arte de seu tempo possuía um sentido vago e difícil de determinar.

Por ‘modernidade’ eu entendo o efêmero, o contingente, a metade da arte cuja outra metade é eterna e imutável”. O pintor (ou romancista ou filósofo) da vida moderna é aquele que concentra sua visão e energia na “sua moda, sua moral, suas emoções”, no “instante que passa e (em) todas as sugestões de eternidade que ele contém”. Esse conceito de modernidade é concebido para romper com as antiquadas fixações clássicas que dominam a cultura francesa.⁷⁷

Baudelaire mostrou uma condição inédita no perfil de escritores até então: como a modernização parisiense inspirava, simultaneamente, força e modernização da alma de seus cidadãos. Contudo, cômico da relativização do sentido real do progresso não só nas artes, mas na vida moderna, em 1855, escreveu, no ensaio *Sobre a moderna idéia de progresso aplicada às Belas Artes*, que “esse farol moderno lança uma esteira de caos em todos os objetos do conhecimento” e que “desobrigou cada homem dos seus deveres, (...) a alma de sua responsabilidade, desatrelou a vontade de todas as cauções impostas a ela pelo amor à beleza.”⁷⁸ Berman justifica que Baudelaire lança sua ira reacionária, devido a sua preocupação com uma “confusão entre ordem material e ordem espiritual”, disseminada pelo motor do progresso, principalmente no campo tecnológico, cujos produtos (luz do gás, vapor, eletricidade) eram considerados pelo francês comum como provas incontestáveis da superioridade de seu tempo. Na ideia de Baudelaire, a vida moderna possuía uma beleza autêntica, entretanto inseparável de sua miséria e ansiedade, ou seja, as consequências que essa mesma modernidade implica.

No início do século XX, as inovações técnicas e materiais dão o tom a um enfoque sem precedentes de uma noção de progresso presente em muitas esferas do conhecimento humano. Naturalmente, essas sensações ao mesmo tempo em que encantavam, provocavam pavor. Nos Estados Unidos, a cidade de Nova York consolidava-se como centro das comunicações internacionais. Para Berman, grande parte do que foi concebido e executado

⁷⁶ Idem. p. 147.

⁷⁷ Idem. p. 130.

⁷⁸ BAUDELAIRE, Charles *apud* BERMAN, Marshall. *Op. cit.* p.135.

em sua cidade era para não apenas atender a necessidades econômicas e políticas, mas para expor ao mundo como os homens modernos podiam realizar e como a existência moderna poderia ser imaginada e vivida.⁷⁹

Nesse contexto, encontramos um dos casos mais incisivos da ação de grupos governamentais para mostrarem realizações progressistas. Por vezes, há a necessidade de confundir realizações e realizador, num tom forte de personalismo. Trata-se das mudanças urbanas levadas a cabo pelo engenheiro Robert Moses em diferentes décadas, nos Estados Unidos, culminando nas de 1950 e 60.

Tudo de grande que se construiu em ou ao redor de Nova Iorque parecia de algum modo ser obra sua: a ponte Triborough, a rodovia do West Side, dezenas de avenidas em Westchester e Long Island, as praias de Jones e Orchard, incontáveis parques, ampliações urbanas, o aeroporto de Idlewild (hoje Kennedy), uma rede de diques e usinas elétricas colossais nos arredores das cataratas do Niágara; a lista parecia não ter fim.⁸⁰

Moses conseguiu angariar a confiança de muitas autoridades pelo seu estilo e personalidade autoritária. Isso, somado à capacidade de convencer o público massivo de que era o representante de forças históricas e mundiais, um espírito motor da modernidade, a ponto de identificar quem se opunha a seus projetos habitacionais, pontes, vias expressas, barragens hidrelétricas, como inimigo do progresso, da história e da própria modernidade. Durante a Grande Depressão, a partir de 1932 com o governo Roosevelt, Moses aprendeu a absorver o compromisso do presidente com as obras públicas. Com a extensão das cidades norte-americanas nas mãos de Washington, ocupou o cargo de diretor dos parques estaduais e da cidade, mantendo relações enérgicas com os planejadores mais enérgicos do *New Deal*.

Aprendeu como liberar milhões de dólares dos fundos federais em prazo notavelmente curto. Então, controlando uma equipe de projetistas e engenheiros de primeira linha [...] mobilizou um exército de trabalho de 80 mil homens e passou a executar um grande programa de impacto para recuperar os 1700 parques da cidade [...] e criar centenas de novos parques e *playgrounds*, bem como diversos zoológicos. Moses terminou sua tarefa no final de 1934. Não somente mostrou um dom para a administração e a execução brilhantes, mas compreendeu o valor das crescentes obras governamentais como espetáculo público.⁸¹

A aceleração do trabalho de fato prendeu a atenção do público. Aparentemente nem os próprios operários conseguiam suportar o ritmo de Moses que, por conta própria forçava os engenheiros a redesenharem seus planos. Frequentemente mal pagos, os operários

⁷⁹ BERMAN, Marshall. *Op. cit.* p. 273.

⁸⁰ *Idem.* p. 276.

⁸¹ *Idem.* p. 284.

encontraram sentido e excitação num trabalho físico extremamente cansativo, o que dava o valor de fábula à realidade, pois pareciam valorizar algo que contribuísse com suas comunidades. O trabalho conseguido por Moses lhe valeu reconhecimento, foi promovido e passou a se dedicar às rodovias que, no seu entendimento, valiam mais do que parques.

Desse modo, a essa altura, certamente, havia realizações suficientes do engenheiro “oficial do governo” para ligarem “o homem às obras”: uma suficientemente identificação, o que certamente o engenheiro desejava.⁸² No fim da década de 1930, Moses era celebrado em obras especializadas e seus projetos marcaram uma nova fase na modernização do espaço urbano mas também uma ruptura, pois em certas realizações podia-se conciliar “o modernismo e o bucolismo” e parecia ser uma figura pública que percebia “a concepção de espaço-tempo” dos indivíduos de sua época, tornando-o um novo Haussmann, a quem frequentemente se autocomparava. Particularmente, coordenando a Feira Mundial de Nova York (1939-1940), onde ocorreu uma grande celebração da indústria e da tecnologia moderna, renunciou as futuras vias expressas, elevadas com avenidas urbanizadas, vinculando esteticamente cidade e campo e as pessoas tinham uma prova das suas realizações ao entrarem e deixarem a feira, passando pelas novas pontes e rodovias.

É certo que parte dos norte-americanos e/ou nova-iorquinos percebiam como progresso as realizações de Robert Moses, outra parte, mesmo com o fascínio causado, sofria consequências com elas. No caso de Berman, o próprio autor experimentou a visão de deslocamentos forçados, devido ao remodelamento do bairro em que residia, o Bronx, na década de 1960. Assim, uma nova necessidade de modernização no período do Pós-Guerra, aliada à ânsia modernista de Moses, teve destaque. A faceta do engenheiro que, segundo Berman, poderia ser classificada de genial, também é a da destruição em nome do moderno, do desejo desenfreado de apagar e remediar pelos extremos. Faceta essa que Berman comparava a do idealista personagem coronel Kurtz, do romance de Joseph Conrad, *O coração das trevas*.

Dentro da esfera do personalismo, é possível identificar nos exemplos de Haussmann e Robert Moses (sobremaneira neste) a tendência de ligarem suas obras aos executores. A tentadora ideia a ser deixada à posteridade é a de que o executado foi menos por conta de Napoleão III ou Roosevelt e mais devido aos artífices Haussmann e Moses. Em Santa Maria, o nome de Xavier da Rocha era destacado, em maior ou menor medida – mas sempre estava presente de maneira exaustiva nas publicações do *Diário do Interior* e *A Razão*: era o esforço das elites letradas com seus propósitos diferentes (elogio do jornal aliado e do jornal que não

⁸² Idem. p. 286.

queria parecer discordante à intendência, respectivamente). Por vezes, a onipresença do presidente Vargas é lembrada no discurso laudatório dos feitos da prefeitura de Santa Maria como algo que referendava as circunstâncias, efetivamente superiores, com a ordem estabelecida pelo Estado, mas conforme nos mostra *A Razão*, em solenidade da Biblioteca Municipal, em 1938⁸³, havia também o culto à figura do líder municipal, embora o retrato de Vargas estivesse preso à parede do estabelecimento.

Em relação ao custo do moderno – no exemplo do Bronx de Moses, analisamos comparativamente com as desapropriações efetivadas em Santa Maria: a política modernizadora urbana empreendida por Xavier da Rocha não contou somente com aprovações. Na coletânea da legislação municipal referente ao período de sua administração, atos e resoluções por ele expedidos mostram a resistência de algumas pessoas da população em terem que se adaptar às ordens da prefeitura. Xavier da Rocha, em 1938, por exemplo, já proibira as construções de qualquer natureza nos prolongamentos de ruas já existentes e naqueles que iriam ser efetuados, podendo ser interditada qualquer iniciativa desse tipo. Mais tarde, o Intendente, considerando “a necessidade inadiável da execução de serviços públicos”, estipulou a cobrança de uma contribuição para as melhorias das obras públicas e de saneamento. Também dava liberdade à Diretoria de Obras Públicas à desapropriação dos terrenos necessários ao alargamento e prolongamento da Avenida Ipiranga.

Assim, os empreendimentos efetivados a cabo pelo então Intendente consideravam tanto as consequências da evolução espacial do próprio município de Santa Maria, e, ao mesmo tempo, compactuavam com o contexto político-cultural do país em geral que valorizava a primazia da modernidade.

O ideário urbano de ruptura com estruturas e formas urbanas identificadas por vezes com uma instituição política anterior, particularmente, em finais do século XIX, pode ser visto na cidade de Viena. Em *Viena-fin-de siècle*, Carl E. Schorske, aliando as relações políticas e culturais, nos apresenta um quadro de como, à semelhança do que ocorrera na França do Segundo Império algumas décadas antes, na capital austríaca um grande complexo edilício e de artérias viárias foi implementado, primeiramente, pelo governo liberal na década de 1880. A necessidade de combater parte do que fosse identificado na cidade com o absolutismo do imperador foi uma atitude perseguida pelos membros do Parlamento e de arquitetos e intelectuais a eles ligados.

⁸³ A RAZÃO. Ano V. Santa Maria. 13 Out. 1938. N° 4. p. 6.

De fato, essas mudanças ocorreram na extensão da principal Avenida vienense, a *Ringstrasse*. O seu alargamento seguiu alguns pontos em que os novos edifícios deveriam ser construídos ou reformados, o que lhe rendeu destaque, assim como aquilo que a ladeasse.

A decisão do que deveria ocupar o espaço central do coração da cidade austríaca foi extremamente rigoroso. O controle de edificação para o setor residencial limitara alturas, alinhamento e, em parte, o parcelamento dos terrenos. Schorske ressalta que o mercado cumpriu uma função verdadeiramente seletiva, ao levar em consideração dos interessados, nas residências dos edifícios seus condicionamento econômico e valores culturais, existindo também peculiaridades entre os habitantes da alta classe social e a postura do Estado:

Os estratos superiores da sociedade não só moravam na área da Ring como também, com frequência surpreendente eram os proprietários dos edifícios onde viviam. Isso porque os apartamentos da Ringstrasse, embora de modo geral construídos por companhias de desenvolvimento, estavam cotados entre os investimentos privados mais seguros e lucrativos. Para torná-los ainda mais atrativos, a cidade e o Estado suspenderam por trinta anos os impostos prediais.⁸⁴

Entretanto, a situação da Áustria *fin-de-siècle* era de decadência em relação a seus vizinhos europeus industrializados e em vias de industrialização. Assim, nas artes que tanto se desenvolveram no período, a palavra norteadora, segundo o autor, era o sobreviver, e não o reviver padrões artísticos que fossem identificados em nível nacional. Tanto que um primeiro grupo de intelectuais e arquitetos, entre os quais figurou Camillo Sitte, apreendeu a cultura do artesão e do ofício na estruturação urbana que planejou, com destaque à praça como um espaço público e que, em certa medida eles influenciaram a arquitetura ocidental nesse ambiente de efervescência de ideias.⁸⁵

Em Viena, entretanto, foi Otto Wagner quem mais se destacou ao pensar e também executar modificações urbanas, ao ponto de o identificarmos como o principal arquiteto austríaco do modernismo. Ferrenhamente contrário ao ideário de Sitte, Wagner entendia por necessidade a eficiência e a economia, então quase exclusivamente, versou seus projetos urbanos sobre os transportes e estrutura viária, que distribuiriam a metrópole em unidades dinâmicas com seus componentes incluindo postos que consistiam em centros de comunicação e serviços locais. Para Wagner, “a função da arte é consagrar tudo o que surge para a realização de finalidade [prática]. A arte tem a tarefa de adaptar a face da cidade à

⁸⁴ SCHORSKE, Carl E. *Op. cit.* p. 71.

⁸⁵ Para Sitte, a praça era “o teatro da vida em comum”, que redimiria a cidade do “reinado da rua”, libertando a “alma do homem moderno da maldição da solidão urbana”. A crítica a Ring por Sitte, enquanto espaço construído humanizado, fê-lo apresentar propostas em que a convivialidade humana se faria presente em uma praça, relacionando arquitetura e união comunitária. Assim, um verdadeiro “funcionalismo psicológico da praça” contrabalançaria “o funcionalismo da rua voltado para o movimento” *Idem.* p. 80-81.

humanidade contemporânea”. Portanto o traçado moderno de Wagner identificava-se exclusivamente às características do modernismo que se prolongaria e caracterizaria o século XX: eficiência, racionalismo técnico-científico e praticidade, colocando-se firmemente contra os postulados anteriores.⁸⁶

Dentro do pensamento progressista-burguês que o orientava, a modernidade, para Wagner, implicava a expansão inevitável da cidade, sendo esta um valor psicológico a ser perseguido. Em suas palavras,

O ganha-pão, o conforto, o luxo, a presença de facilidades intelectuais e físicas, o entretenimento no bom e no mau sentido, e por fim a arte motivavam esse fenômeno,” e tanto na arquitetura como no planejamento urbano, a arte “deve [...] adaptar a imagem da cidade ao homem contemporâneo.⁸⁷

Em relação à Ringstrasse, o arquiteto modernista a via como um lugar central e que necessitava mudanças ao seu redor, para que os ideais capitalistas que ele defendia fossem pragmaticamente executados. Wagner postulava que a fachada lisa e linear dos prédios reforçavam a trajetória da rua, para dar direção ao rumo e andamento dos negócios e, por fim, criou um modo de pensar não apenas sobre o lado urbano dos edifícios, mas, ao destacar a rua, na precisão e eficiência do modernismo-capitalista, fundou um paradigma arquitetônico.

Wagner [...] submeteu a cidade à regulamentação do tempo. Por isso, a rua foi a rainha, a artéria dos homens em movimento; para ele, a praça serviria mais como meta da rua, dando direção e orientação aos transeuntes. O estilo, a paisagem, todos os elementos por onde Sitte procurava a variedade e o pinturesco na luta contra a anomia moderna, Wagner empregou basicamente para reforçar o poder da rua e sua trajetória temporal.⁸⁸

O Estado Novo, no Brasil, teve uma incontestável inspiração europeia, pois os traços comuns da crítica ao modelo de governo liberal e a implantação de um governo forte e autoritário teria a missão de criar mudanças tidas necessárias para promoverem o progresso dentro da ordem social. Ao pensarmos sobre o fazer e pensar urbanístico em um Estado autoritário, como era o caso brasileiro, nos anos de 1937-1945, acreditamos ser importante um paralelo com um país também de orientação autoritária. A Itália fascista, que passou a existir em 1922, consolidando seus contornos nos anos seguintes, comportou no seu Estado

⁸⁶ Idem. p. 90. Foi como arquiteto-chefe no novo sistema ferroviário de Viena, entre 1894-1901, que Wagner praticamente ficou consagrado nos círculos intelectuais da cidade. Neste projeto nomeou os transportes ferroviários como a chave do planejamento urbano.

⁸⁷ Idem. p. 111. São da autoria de Wagner, no período de vai de 1880 a 1910, além da fachada da Estação Férrea de Viena e sua ponte, o edifício da Caixa Econômica Postal, e o residencial com negócios térreos denominado *Neustiftgasse*, dentre os mais destacados.

⁸⁸ Idem. p. 115.

corporativo, ideologias como a primazia pelo agrarismo. Então em que medida é possível identificar neste país, nestas circunstâncias, uma política de desenvolvimento do espaço urbano pautada pelo modernismo? Respondendo a tal questão, demonstramos também como as ligações entre ideário do regime e administração municipal não eram exclusividade do regime autoritário brasileiro.

Para Glauco Caserana, historiador que trata da urbanização da cidade italiana de Pesaro no período entre - guerras, primeiramente o antiurbanismo do regime, mais do que um objetivo concreto para se realizar, com projetos e investimentos financeiros, é um sistema de valores que fornecia “cobertura ideológica” a setores que apoiavam o fascismo (os agrários em primeiro lugar), enquanto que, nas cidades, continuam a operar forças que moviam a sociedade urbana e capitalista, às quais o fascismo fornece cobertura autoritária.⁸⁹

Em muitas cidades italianas, o fascismo exercia a ideologia da qual era portador e, ao lado da representação simbólica de si, transformações radicais nos corações dos centros antigos, onde a comunidade se encontrava e no qual se identificava.

As transformações são justificadas em geral por motivos que vão da degradação estática dos imóveis à desqualificação funcional destes, possibilitando ao regime, ao destruir o superado, construir o moderno de tal modo a representar também a nova era e os seus novos valores.⁹⁰

As transformações *urbanas* das cidades italianas durante o vintênio fascista são menos fáceis de descrever do que as transformações *edilícias*. Estas foram executadas segundo a substituição ou reelaboração de espaços. As modificações (reformas, substituições e derrubadas) dos centros históricos e a afirmação da urbanística mussoliniana da picareta e das cenografias, a difusão de novos tipos edilícios, de palacetes burgueses a casas populares servidos de altas escalas verticais, as obras públicas enfatizadas na propaganda e nos filmes do “Istituto Luce”, os grandes edifícios e suas fachadas (neoclássicas ou racionalistas com o “fascio littorio”), “imprimem a marca visível do regime sobre a morfologia das cidades: são

⁸⁹ CARESANA, Glauco. *Pesaro: crescita urbana fra le due guerre 1914-1944*. Pesaro: Metauro Edizioni, 2007. p. 227. A política “agrarista” do governo fascista foi aplicada com medidas que agiam estimulando o retorno aos campos de grupos de antiga, ou de preferência recente urbanização, ou mesmo impedir a migração nas cidades. As promulgações de leis nesse sentido foram de várias naturezas: impor, forçosamente, migrações nas zonas pobres com o propósito de promover obras e trabalhos para tornar produtivas as terras insalubres, colonizações internas, e a italianização das regiões de fronteiras, com repercussões positivas na propaganda do regime. Além do mais, junto com a colocação de obstáculos à livre circulação dos italianos no território nacional, era favorecido o controle policial sobre os grupos de indivíduos considerados subversivos.

⁹⁰ CARESANA, Glauco. *Op. cit.* p. 279. “Le trasformazioni, giustificate in genere da motivazioni che vanno dal degrado statico degli immobili alla dequalificazione funzionale degli stessi, consentono al regime, col distruggere il sorpassato, di costruire il moderno in modo tale da rappresentare anche la nuova era e i suoi nuovi valori”.

todos fenômenos mais ou menos presentes também aos olhos dos não encarregados dos trabalhos e bem enquadráveis nos contextos que lhes geraram”.⁹¹

Ainda em finais da década de 1920, as instituições administrativas municipais de Pesaro foram alteradas, em termos na sua parcela de exercício do poder. Na cidade, ao lado do prefeito, estava o *podestà*, que assumia poderes que anteriormente pertenciam ao conselho comunal. Assim, a situação implicou o,

[...] afastamento das comunidades locais das decisões de qualquer espécie, e portanto também daquelas urbanas, e o fortalecimento do centralismo estatal, com um inédito elo de ligação entre a figura do administrador único, o *podestà*, que formalmente deve responder [...] à GPA [...] e à consulta municipal, expressão aqui consequente dos interesses dos aristocratas e dos potentados econômicos locais, com quem o *podestà* mantém uma relação ligada a uma dependência recíproca.⁹²

Dessa forma, na cidade, em consonância com o contexto italiano, a execução dos trabalhos urbanísticos de cunho ideológico fascista seguiu as diretrizes do moderno e da praticidade, para demonstrar o eficiente progresso promovido pelo governo. Em Pesaro foi utilizada, por exemplo, a rede viária em forma de aranha, com linhas radiais na estrutura primária central e outras linhas octogonais em uma estrutura secundária. Esse exemplo de menor esforço intelectual fornecia soluções suficientemente funcionais aos problemas de cidades com um centro antigo.⁹³

Na identificação das transformações urbanísticas fascistas, precisamos saber que, na relação entre os grupos responsáveis pela elaboração e pelo cumprimento das obras urbanas nas cidades italianas, segundo Caserana, se utilizava, pela primeira vez em escala nacional

⁹¹ “Imprimono il marchio visibile del regime sulla morfologia delle città: sono tutti quanti fenomeni più o meno ben presenti anche agli occhi dei non addetti ai lavori, e ben inquadrabili nei contesti che li hanno generati”. Idem. p. 215.

⁹² Idem. p. 216. “Esautorazione delle comunità locali dai processi decisionali in merito alle scelte di qualunque tipo e quindi anche quelle urbanistiche, e il rafforzamento del centralismo statale, com um inedito legame tra la figura dell’amministratore unico, il podestà, che formalmente deve rispondere [...] alla GPA [...] e quella della consulta municipale, espressione naturale e consequente degli interessi dei nobilitati e dei potentati economici locali e con cui il podestà intrattiene um rapporto a doppio legame di dipendenza reciproca”. (A GPA consistia na seção da Junta Provincial Administrativa).

⁹³ Idem. p. 111. Dentro deste, o prefeito Giuseppe Ferri atuou também retirando monumentos e construções históricas que representassem um obstáculo físico à mobilidade humana. A praticidade fazia com que a cidade perdesse, nesses locais, seus valores históricos. Esses foram os casos da *Rocchetta* (um reservatório de água do século XV desenhada por Filippo Brunelleschi), e a *Barriera Cavour* (canalização de água pluviais de 1828), ambos característicos, celebrados e que faziam parte da paisagem pesaresa. Após 1925 as construções aumentaram, tendo seu curso mediado pelas autoridades municipais e segundo a praticidade urbana, moderna e característica do regime. Nas inaugurações, a data escolhida era invariavelmente o 24 de maio, aniversário da Dissolução do Parlamento e a ascensão do Partido Nacional Fascista. Entre as obras de Ferri estão, além da administração das casas populares, a *Galleria Vittorio Veneto*, a reforma do *Palazzo Ducale* para abrigar a prefeitura, e também da Igreja de Santo Ubaldo, afim de que adquirisse a nova função de lugar de memória dos soldados italianos mortos na Primeira Guerra, tornando-se obviamente local celebrativo ao culto pátrio do regime. p. 280-282.

para as escolhas urbanas, a opção política e administrativa por parte do município para localizar uma intervenção edilícia (construção particular ou do governo de residência populares). Prontamente um crescimento de impostos parasitários se verificava nos terrenos antes e depois das obras de construção.⁹⁴

Conforme o que abordaremos, no contexto do Estado Novo em Santa Maria, os pagamentos de taxas prediais, de asseio público e multas acrescidas de juros consistiram em práticas correntes, como foi encontrado nos Atos da Intendência publicados por *A Razão* e contidos na coletânea da *Legislação Municipal*, especialmente entre o período de 1938-1939. Referiam-se, de maneira constante, também a terrenos incorporados à prefeitura municipal devido à ausência de pagamentos dos seus donos.

Feita essa explanação acerca do pensar e o (re)formar urbano na França do Segundo Império, na Nova York dos anos 1930 e 1960, na *Viena fin-de-siècle*, e Pesaro na Itália totalitária dos anos vinte e trinta, acercando-as ao contexto do Estado Novo, partiremos para considerações sobre cultura e sociedade dos indivíduos, relacionadas ao contexto de Santa Maria.

1.3.2 UMA MODERNIDADE BRASILEIRA: TEORIAS E SENTIDO MATERIAL

No Brasil, costumamos considerar um movimento artístico, a Semana da Arte Moderna de São Paulo, em 1922, como um marco responsável por levantar voz contra os padrões culturais que até então eram defendidos pela elite de intelectual conservadora do país. Contudo, podemos constatar, nas demais esferas culturais e também nas políticas, sociais, militares, econômicas e técnicas, outras óticas sobre o advento da modernidade. Na política, o governo implantado após a Revolução de 1930, já mostrara medidas favoráveis a uma nova orientação que iria ser concretizada ideologicamente sete anos depois com o Estado Novo. O regime autoritário de Vargas assumiu contornos em seu programa para romper, em vários aspectos, as autonomias das oligarquias regionais, e em âmbito econômico, lançou e cumpriu o Programa de Substituição de Importações, incentivando sob a bandeira da modernização do país, uma indústria nacional de bases.

A modernidade das primeiras décadas do século XX no mundo indiscutivelmente também está ligada às mudanças representadas pela evolução tecnológica. O ritmo dos inventos do fim do século anterior tornava-se mais rápido, pois ligado à industrialização era sentido no cotidiano das pessoas que residiam principalmente nas metrópoles. Posteriormente,

⁹⁴ Idem. p. 219.

o ritmo dessa evolução técnica interferiu em maior escala, à medida que seus produtos tornavam-se acessíveis às pessoas. Assim, novos padrões, valores, sensações e impressões se estendiam às suas vidas, de tal maneira que por meados da década de 1930, em maior ou menor medida, as pessoas estavam atingidas pela “vida moderna”.

Na capital federal, o desenvolvimento dos novos inventos serviram como ponto de partida para sua posterior implementação no país. Para Nicolau Sevcenko, os novos meios de comunicação, telegrafia sem fio, telefone, automóveis, aviação, imprensa ilustrada, indústria fonográfica, rádio e cinema são exemplos dessa dinâmica de recepção e irradiação pelo Brasil. Mais do que uma sensação de ruptura, era visível especialmente às pessoas que viram uma realidade aos poucos substituir outra, o novo e ágil no posto do passado e retrógrado. A esperança no progresso, afim de que esse pudesse melhorar a vida das pessoas, era uma impressão, conforme o historiador Ivan Tolstói:

Não havia precedente histórico para o que se passava... Isso suscitou um otimismo curioso, uma fé que afirmava, com efeito, que estávamos no caminho certo – um pouco mais de esforço, um bocadinho mais de boa vontade e o nosso músculo científico-tecnológico recém adquirido, *o poder do conhecimento*, resolveria todos os problemas e nos alçaria a mundos novos e utópicos.⁹⁵

Certamente, embora as mudanças no cotidiano dos indivíduos partissem primeiramente das grandes cidades, foram incorporadas como modelos e padrões de vida em outras cidades brasileiras, as quais não necessariamente partilhavam exatamente da estrutura ou características econômicas, culturais ou demográficas. A aceleração da industrialização, por exemplo, criou adaptações no cotidiano das pessoas que iam desde a substituição da mentalidade de valorização do ócio (presente na elite brasileira há bem pouco tempo) para, em conformidade com os ares modernos, dar ênfase à atividade física, assim como a incorporação de novos vestuários e hábitos de convívio com seus pares.⁹⁶

No contexto santa-mariense estudado, paralelamente às notícias dos jornais *A Razão* e *Diário do Interior*, dois meios de comunicação presentes na cidade, cinema e rádio, mostram extremos da maneira em que estavam consolidados na cidade. Enquanto o primeiro ligado ao lazer, possuía uma recepção significativa pela população, segundo a expressividade dos

⁹⁵ SEVCENKO, Nicolau. A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio. IN: SEVCENKO, Nicolau (org.); NOVAIS, Fernando A. (dir.). *História da vida privada no Brasil* – República: da Belle Époque à Era do Rádio. vol. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 514.

⁹⁶ SEVCENKO, Nicolau. *Op. cit.* p. 529-530. Como expressões da cultura física, surgiram os Clubes esportivos (como o de Regatas) no Rio de Janeiro para o lazer de uma elite que assume esses novos valores. Também ressalva-se que o hábito do consumo do café intensifica-se, devido às propriedades estimulantes auxiliando o ritmo de trabalho e aumentado de seus pontos de consumo, vinculados às reuniões de coesão social.

jornais, com suas *matinés*, *soirés*, da variedade de filmes exibidos, por vezes com suas estreias amplamente noticiadas. Por sua vez, o rádio ainda não era difundido na cidade apesar de que as propagandas e estabelecimentos de compra foram publicados por *A Razão*. Também a ausência de emissoras santa-marienses no período limitou a presença do aparelho nas residências da cidade.

De fato, quando da introdução no rádio no Brasil nos anos 1920, eram muitos os problemas técnicos de transmissão, difusão e qualidade de sinal e programação, embora, nessa etapa, tenha sido feita a primeira participação política, durante a Revolução Constitucionalista de São Paulo, quando as emissoras transmitiram mensagens, pois estavam mobilizadas para a luta. Apenas a partir de 1935, o rádio teria impacto decisivo para a transformação da cultura nacional, com as programações do governo.⁹⁷

Também nos anos 20, estimulados pela situação favorável da indústria cinematográfica dos Estados Unidos, as salas de cinema se multiplicaram, assim como o comportamento das pessoas, as quais iam vestidas com as melhores roupas, para mais do que manterem o reconhecimento social, garantirem a condição de moderno.⁹⁸ Mais tarde, Vargas cercearia e incluiria o cinema entre “os mais úteis fatores de instrução de que dispõe o Estado moderno”, e criaria uma política de incentivo cultural à produção de filmes brasileiros ligados a programas educativos e de informação oficial.⁹⁹

Na esfera cultural, a intelectualidade brasileira, desde 1922, lançara-se em busca do que era “verdadeiramente” brasileiro. Sua divisão em correntes foi devido aos seus posicionamentos entre o que era tradição e o que era moderno, mas cada uma procurou definir qual tradição importava e como seria possível atualizá-la. Assim, enquanto muitos modernistas passaram a relevar o folclore e costumes de diferentes regiões, nessa atualização, era a adaptação a novas referências, necessárias para uma ruptura com os padrões culturais e estrangeiros que outras elites intelectuais conservadoras defendiam. Evidentemente, essas novas referências possuíam conotações que procuravam ser, ao mesmo tempo, “originais da nacionalidade” e, em consonância com as mudanças político-culturais surgidas na Europa.¹⁰⁰

⁹⁷ OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Sinais da modernidade na era Vargas: vida literária, cinema e rádio. IN: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O Brasil republicano: o tempo do nacional estatismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. vol. 2. p. 339.

⁹⁸ SEVCENKO, Nicolau. *Op. cit.* p. 598-599.

⁹⁹ OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Op. cit.* p. 336-337.

¹⁰⁰ Idem. p. 329. Dentre os intelectuais que buscavam a “identidade verdadeira” do brasileiro na década de 1920, estavam Mário de Andrade, Cassiano Ricardo, Menotti del Picchia e Oswald de Andrade, autor do Manifesto Pau-Brasil (1924) e Manifesto Antropófago (1928). Dentro dessa dinâmica, até mesmo se escolheram gêneros musicais populares como expressões da nacionalidade em detrimento de outros durante os anos 1930: o samba, por exemplo, é elevado à categoria de música nacional e o carnaval do Rio a símbolo brasileiro.

Anos depois, quando o Estado Novo combateu a fragmentação política das oligarquias regionais e pôs em relevo o nacional, a elite de intelectuais modernos teve muitos de seus ideais próximos aos do regime varguista, conforme nos afirma Lúcia Lippi:

A ideologia do Estado Novo – ao pretender juntar novo e nacional, modernização de tradição – construiu uma cultura política na qual os intelectuais tiveram um papel de destaque. Não por acaso seus intelectuais procuraram estabelecer uma relação direta entre a revolução modernista de 1922 e o Estado Novo [...].¹⁰¹

Na produção literária, intelectuais puderam se manifestar, através das grandes editoras como a Companhia Editora Nacional e a José Olympio, e muitas vezes com o apoio do governo. Esta última soube compreender como a revolução de 1930 e a presença de uma nova classe média estavam interessadas em saber sobre o país e seus problemas, criando um mercado novo para os escritores que possuíam ideologias, estilos literários e grau de simpatia com o governo Vargas bem diferentes, como Plínio Salgado, Jorge Amado, Nelson Werneck Sodré, Luís da Câmara Cascudo, José Lins do Rego e Gilberto Freyre.¹⁰²

Passamos agora, a partir do conceito de cultura, a apresentar o cenário cultural de Santa Maria. Suas práticas em diversos âmbitos como a literatura, o cinema, festas religiosas e o Carnaval, através do olhar da imprensa e da compreensão da sociedade sobre as relações entre seus indivíduos.

1.4 O OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA: A CIDADE VISTA EM SUAS PRÁTICAS CULTURAIS

A própria definição de cultura está inserida na linha da História Cultural, segundo Peter Burke¹⁰³. A esse respeito, o autor nos mostra duas visões antagônicas, mas que não deixam de ser complementares entre si: A primeira, do antropólogo inglês Edward Tylor, define cultura como “todo o complexo que inclui conhecimento, crença, arte, moral, lei, costume, e outras aptidões e hábitos adquiridos pelo homem como membro da sociedade”. A segunda, proposta por outro antropólogo, o norte-americano Clifford Geertz, infere que a definição de Tylor ao mostrar pontos como conhecimento, arte e costumes, acaba por omitir outros. Geertz ainda enfatiza que, em uma “descrição densa”, a cultura é sim “um padrão,

¹⁰¹ Idem. p. 329.

¹⁰² Idem. p. 332.

¹⁰³ BURKE, Peter. IN. *O que é História Cultural?* trad. Sergio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. p. 43.

historicamente transmitido, de significados incorporados em símbolos, um sistema de concepções herdadas, expressas em formas simbólicas, por meio das quais os homens se comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e suas atitudes acerca da vida”.¹⁰⁴

O ideário de Geertz, resultado de suas pesquisas, é partilhado por alguns de seus colegas contemporâneos e esforça-se para manter-se fiel a considerações que revelem opositoras de outras anteriores, mesmo que sejam estas as da sua própria antropologia cultural. No entanto, elas acabaram por contribuir com o debate que daria origem, no âmbito historiográfico, à Nova História Cultural de finais da década de 1980, que se caracterizou, de fato, por ser mais eclética, incorporando muitos dos aspectos apontados. Definitivamente as produções acadêmico-historiográficas sob o viés da Nova História Cultural cresceram a partir de então, anexaram outros elementos e trataram de problematizar novos objetos. Para Burke, o que ocorreu foi a abertura de novos horizontes para historiadores e pesquisadores culturais das ciências humanas, respeitando-se a necessidade de se prestar atenção a pontos-chave, ignorados pelo materialismo histórico e mesmo por algumas “gerações” da Nova História da década de 1960, ou seja, aquilo que o historiador holandês Johan Huizinga apontou como “descrever os pensamentos e sentimentos característicos de uma época e suas expressões ou incorporações nas obras de literatura e arte”. O pesquisador assim descobriria padrões de cultura estudando “temas, símbolos, sentimentos e formas”.

No entendimento de Allan Bloom, à primeira vista, o sentido denotado pela palavra “cultura” é respeitável, algo superior e profundo diante do que nos curvamos. “Forma com a natureza um padrão para julgar os homens e suas ações, mas possui dignidade muito maior”, além de raramente ser empregada em sentido pejorativo com os termos “civilização”, “nação” e “Estado” (termos que, gradativamente, podem ser legitimados por ela), por exemplo. Existe a afirmação de que cultura consiste em uma unidade da natureza bruta do homem, com a totalidade das artes e ciências adquiridas por ele, quando se desloca do estado de natureza para a sociedade civil. “A cultura restitui a totalidade perdida do primeiro homem em nível superior, onde as suas faculdades podem se desenvolver plenamente sem contradição entre os desejos da natureza e os imperativos morais de sua vida social”.¹⁰⁵

Sobre seu sentido como arte, considera-se cultura a expressão máxima da criatividade humana, bem como da capacidade de libertação da delimitação da natureza, por conseguinte, da degradante interpretação que lhes é atribuída pelas ciências naturais e políticas.

¹⁰⁴ BURKE, Peter, *Op. cit.* p. 51-52.

¹⁰⁵ BLOOM, Allan. A Cultura. IN: _____. *O declínio da cultura ocidental*. 3ª ed. São Paulo: Best Seller, 1989. p. 231.

Enquanto forma de comunidade, a cultura é o tecido de relações em que o eu encontra sua diversa e elaborada expressão, é a própria morada do eu, mas é ao mesmo tempo produto dele. É a mais profunda do que o *Estado* moderno, o qual trata apenas das necessidades físicas do homem e tende a degenerar em mera e simples economia. O Estado não é um foro em que o homem possa agir sem se deformar. [...] A cultura restaura “a unidade da arte e da vida” da antiga pólis.¹⁰⁶

Na introdução dos ensaios que vieram formar sua obra *Costumes em comum*, Edward P. Thompson discorre sobre os temas costumes e cultura popular, afim de, propriamente, mostrar tais diferenciações. Contemporaneamente, existe a tendência de atribuir à “cultura” muitos sentidos oriundos dos “costumes”, apresentando muitos aspectos afins com o direito consuetudinário. Na realidade, esse derivaria dos costumes e usos habituais de um determinado país. Tais usos podem ser reduzidos a regras e precedentes, circunstancialmente codificados e com força de lei.¹⁰⁷

Para E. Thompson, o costume, longe de mostrar o estado de permanência sugerido pela palavra “tradição”, era um campo caracterizado pela mudança e pela disputa, conflito no qual interesses opostos apresentavam reivindicações. Assim devemos ter cuidado ao tentarmos generalizar “cultura popular”, pois esta pode sugerir uma perspectiva “ultraconsensual” de uma cultura específica, que pode ser entendida como “sistema de atitudes, valores e significados compartilhados” assim como as formas simbólicas aí implicadas. Como é demonstrado:

[...] uma cultura é também um conjunto de diferentes recursos, em que há sempre uma troca entre o escrito e o oral, o dominante e o subordinado, a aldeia e a metrópole; é uma arena de elementos conflitivos, que somente pressão imperiosa – por exemplo, o nacionalismo, a consciência de classe ou a ortodoxia religiosa predominante – assume a forma de um “sistema”. E na verdade o próprio termo “cultura”, com sua invocação confortável de um consenso, pode distrair nossa atenção das contradições sociais e culturais das fraturas e oposições existentes dentro do conjunto.¹⁰⁸

Ao pensar e problematizar a existência de uma sociedade de indivíduos com suas capacidades de criarem relações entre si, Norbert Elias afirma a possibilidade de esses indivíduos e sociedade não existirem um sem o outro. Para Elias, ambos simplesmente existem (o indivíduo na companhia de outros) e a sociedade como uma sociedade de indivíduos, só que em um modo desprovido de objetivos. Dessa forma modo e a partir dessa

¹⁰⁶ BLOOM, Allan. *Op. cit.* p. 234-235.

¹⁰⁷ THOMPSON, Edward P. Introdução: costume e cultura. IN: _____. *Costumes em comum*: Estudos sobre a cultura popular tradicional. trad. Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 15.

¹⁰⁸ THOMPSON, Edward P. *Op. cit.* p. 17.

circunstância (a existência sem finalidade de indivíduos), é que as pessoas entremeiam imagens variadas de seus objetivos e tecem suas relações com outras.¹⁰⁹

No ideário de Elias, as ligações estabelecidas entre os indivíduos, no âmbito de suas funções, estão relacionadas e sujeitas a terceiros, pois dependem “das funções deles tanto quanto estes dependem dela”. Em virtude dessa existência de fatos individuais, as ações de indivíduos distintos precisam vincular-se ininterruptamente, formando longas cadeias de atos, pra que as ações de cada pessoa cumpram suas finalidades.

Assim, cada pessoa singular está realmente presa; está presa por viver em permanente dependência funcional de outras; ela é um elo nas cadeias que ligam outras pessoas, assim como todas as demais, direta ou indiretamente, são elos nas cadeias que as prendem. Essas cadeias não são visíveis e tangíveis, como grilhões de ferro. São mais elásticas, mais variáveis, mais mutáveis porém não menos reais, e decerto não menos fortes. E é essa rede de funções que as pessoas desempenham umas em relação a outras, a ela e nada mais, que chamamos de “sociedade”. Ela representa um tipo especial de esfera. Suas estruturas são o que denominamos “estruturas” sociais”. E ao falarmos em “leis sociais” ou “regularidades sociais”, não nos referimos a outra coisa senão isto: às leis autônomas das relações entre as pessoas individualmente consideradas.¹¹⁰

Na busca do melhor entendimento das unidades compostas dentro de um padrão de uma relação (considerando um determinado enfoque como indivíduo-Estado, por exemplo), é importante, no entendimento de Elias, a dissecação de tais unidades. Assim explicadas pelas suas próprias estruturas: a necessidade de investigar as unidades menores como são “em si” (mesmo independentes de suas relações com as maiores) é apontada como o primeiro passo indispensável. As relações que vierem à tona dessas unidades menores (será portanto a unidade maior que elas formam em conjunto) consistiriam em um tipo de consideração secundária.

Muito embora a individualidade desenvolvida pelo ser humano não dependa somente da sua constituição natural, só se realiza a partir de todo o processo de individualização. Existem, segundo Elias, no decorrer desse, momentos em que a absorção de ideias, entendimentos decorrentes do relacionamento com outros indivíduos, passa por uma espécie de filtragem de uma “imagem reticular”. É nessa onde

[...] cada um dos interlocutores forma idéias que não existiam antes ou leva adiante idéias que já estavam presentes. Mas a direção e a ordem seguidas por essa

¹⁰⁹ ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. p. 18.

¹¹⁰ ELIAS, Norbert. *Op. cit.* p. 23. Um dos exemplos que Elias se vale para explicar a indissociável ligação entre os indivíduos com o todo, é o das notas musicais e seu papel desempenhado na melodia: “Não se compreende uma melodia, examinando-se cada uma de suas notas separadamente, sem relação com as demais. Também sua estrutura não é outra coisa senão a das relações entre as diferentes notas.” p. 25.

formação e transformação das idéias são explicáveis unicamente pela estrutura de um ou outro parceiro, e sim pela relação entre os dois. E é justamente esse fato de as pessoas mudarem em relação umas às outras e através de sua relação mútua, de se estarem continuamente moldando e remoldando em relação umas às outras, que caracteriza o fenômeno reticular em geral.¹¹¹

Desse modo, concluímos que o indivíduo, no ideário de Norbert Elias, existe na relação com os outros e esta tem a estrutura particular que é específica de sua sociedade. Adquirindo sua marca individual, a partir do histórico dessas relações, pode ser identificado a com um contexto mais abrangente, que é o da rede humana inteira em que se desenvolve. A sua história e uma rede humana estão presentes nele e são representadas por ele.

[...] as idéias, convicções, afetos, necessidades e traços de caráter produzem-se no indivíduo mediante a interação com os outros, como coisas que compõem seu “eu” mais pessoal e nas quais se expressa, justamente por essa razão, a rede de relações de que ele emergiu e na qual penetra. E nessa maneira esse “eu” mais pessoal, forma-se num entrelaçamento contínuo de necessidades, num desejo e realização constantes, numa alternância de dar e receber. É a ordem desse entrelaçamento incessante e sem começo que determina a natureza e a forma do ser humano individual. Até mesmo a natureza e a forma de sua solidão, até o que ele sente como sua “vida íntima” traz a marca da história de seus relacionamentos – da estrutura da rede humana em que, como um de seus pontos nodais, ele se desenvolve e vive como indivíduo.¹¹²

Por isso, quando expressões culturais de uma cidade são práticas definidas, publicadas e reconhecidas por seus indivíduos, entramos na questão do meio, no qual tomamos como referência o político, o qual pode, por sua vez, em maior ou menor medida, condicionar essas produções – em uma situação pró ou contra o cenário vigente. Para Miguel Chaia as relações entre arte e política possuem diferentes matizes com a variação dos contextos históricos, devido às particularidades das formações sociais, períodos de valorização do coletivo e do individual e às guerras e revoluções. Desse modo, são diversificadas as ações de grupos, vanguardas, movimentos, produções artísticas, tendo o artista possibilidade de expressar poeticamente sua sociedade, bem como o conjunto de fatores que dizem respeito a ela.¹¹³

Política e arte estendem-se na prática humana em uma relação dinâmica, pois a obra artística compreende qualidades que interferem no entendimento do mundo e fatos da política tem um alcance em diferentes esferas da sociedade, é movimento que possibilita a aproximação dessas áreas, criando vínculos e uma deixa-se influenciar pela outra. Também

¹¹¹ Idem. p. 29.

¹¹² Idem. p. 36.

¹¹³ CHAIA, Miguel. Arte e política: situações. IN: _____ (org.). *Arte e política*. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2007. p. 13.

podem se interpenetrar, ao criarem novas possibilidades e atuação do sujeito e de configuração estética e, desse modo, a arte pode se opor à política ou prestar-se a ela.¹¹⁴

A utilização da arte, por meio de uma estetização, pode ser utilizada pela política por meio do Estado ou associações partidárias. Se um projeto amplo de reforma da sociedade é levado a cumprimento pelo Estado (como foi o caso do Estado Novo no Brasil), assume a postura de ingerência sobre a produção da arte para atingir seus propósitos:

Centralização política, aguçamento de tensões, ideologia, massificação, propaganda e tecnologia somam-se à arte para a transformação totalitária da sociedade, eliminando-se a possibilidade da discussão da estética como esfera autônoma. Tanto a produção quanto a usufruição artística incluem-se num padrão de expressão determinado politicamente no interior de estratégias de manipulação política.¹¹⁵

Contudo precisamos discernir a *estetização da política* da *estetização do cotidiano*, mesmo que possuam aspectos semelhantes (como o fato de instrumentalizarem a arte e serem fenômenos abrangentes e alienantes). A primeira é regida por uma estratégia política do Estado que parte de um ou alguns de seus grupos para controlar o processo de transformação da sociedade. Já a segunda está ligada à forma de produção (nova) da economia capitalista que preza pela sofisticação do consumo no interior de uma sociedade de massa, democrática e internacionalizada.¹¹⁶

Podemos afirmar que, nas primeiras décadas do século XX, em Santa Maria, havia uma vida cultural dinâmica, pautada em linhas gerais pelos padrões culturais europeus. Edmundo Cardoso refere-se a que, na década de 1920 era hábito, em finais de tarde, a população santa-mariense se dirigir à Rua do Comércio (hoje Calçada Salvador Isaia), a fim de consumir bebidas em cafés e confeitarias, conversar e criar um ambiente de relações e convívio no final do expediente de trabalho: “Nas suas mesas (...) tomava-se chá, licores e cafés (...). Jogava-se gamão e pôquer-de-dados. Flertava-se, isso sim, intensamente. Namoros faziam-se e desfaziam-se em torno das mesas de confeitarias”.¹¹⁷ O autor relata também que aos finais de semana e domingos, vestiam-se roupas mais distintas e que as moças baseavam-se à moda dos figurinos de Buenos Aires. As músicas, em sua maioria estrangeiras, consistiam nos *ragtimes*, *shiminy's*, *charleston*, *fox-trot* e *cakewalk*, sendo que, por vezes, o maxixe brasileiro ganhava espaço, “rompendo a barreira invisível e provocando emoções e ímpetos prontamente abafados pelos pudores da época”. Fundado por um contabilista francês,

¹¹⁴ CHAIA, Miguel. *Op. cit.* p 14.

¹¹⁵ Idem. p. 26.

¹¹⁶ Idem. p. 38.

¹¹⁷ IN: SANTOS, Maria Therezinha de Jesus Pires; SANTOS, Gilda May Cardoso. *Op. cit.* p. 83.

além de confeitiro e pioneiro na construção da Via Férrea na cidade, com os belgas Luiz Medina, o Café *Ponto-Chic*, juntamente com o Café Guarany, de Fritz Hoppe e Frederico Hemb, foram os estabelecimentos que mais angariaram fama nessa época. O último, fundado em 1915, funcionou no lado oeste da praça Saldanha Marinho e tornou-se um ambiente de discussões e calorosas conversas dos círculos de intelectuais, políticos e jornalistas santamarienses.

No início do século XX, o Cine-Teatro Coliseu (1911) foi erigido na cidade. O local se converteu em um centro de entretenimento regional e também de atos cívicos, além de receber manifestações da política e das artes. A primeira fase do teatro santa-mariense é relacionada à produção e tem o estímulo de João Daudt Filho, na década de 1910 e a segunda, que, embora tivesse o Treze de Maio de portas fechadas, segundo Cardoso, foi prolífica com a produção de João Belém. Em 1935, o Grupo Teatral que levou seu nome representou suas três peças, *A professorinha*, *A comédia da vida* e *Corações gaúchos*. Entre as décadas de 1920 e 1930 também se destacaram vários agrupamentos como o Grêmio Lobo da Costa, vinculado à Catedral do Mediador. Os atores amadores dessa época, Francisco (Chico) Dânia, Olavo Gianelli e Pelissier Cruzeiro, promoviam excursões pelo interior em espetáculos itinerantes. Desde 1880, criaram-se a Sociedade Dramática e o Teatro Treze de Maio, construído em 1889 com os restos de materiais de uma antiga igreja católica. Entretanto, por volta de 1909, o Treze de Maio é fechado, aparentemente, pelo crescimento da concorrência com os primeiros cinematógrafos.¹¹⁸

Segundo Edmundo Cardoso, também se deveu ao livreiro Chico Dânia, durante a década de 1930 e 1940, a possibilidade de publicações de livros por intermédio da sua Livraria Comercial e Livraria Dânia. Assim, a difusão das letras santa-marienses, graças à Dânia compreendeu, por exemplo, as obras dos escritores João Belém, Fernando do Ó, Hernani Vanacor, Lamartine Souza e Getulio Schilling. Dânia, seus funcionários e, posteriormente, também proprietários de livrarias, Gentil Maciel e Osvaldo Dias mantiveram as atuações teatrais amadoras à época na cidade, apesar do fechamento do Teatro Treze de Maio. Gentil Maciel que participara do Grupo Teatral Lobo da Costa, fundado por João Belém e Osvaldo Dias, foi mais tarde o fundador da Escola de Teatro Leopoldo Fróes.¹¹⁹

¹¹⁸ Idem. p. 72. Conforme o jornal *A Tribuna*, em dezembro de 1909, por ocasião dos festejos da inauguração da Catedral de Santa Maria, haveria programações no “Cynematographo Recreio Ideal” da cidade. Segundo o *Diário do Interior*, de 24 de agosto de 1913, a Sociedade mantenedora do Teatro Treze de Maio é extinta e o edifício passa à Intendência municipal, que arrenda dois anos depois para abrigar a sede do *Diário*. Idem. p. 76.

¹¹⁹ Idem. p. 58-59. Getúlio Schilling destacou-se pelas pesquisas sobre a história da região central do estado, e no registro das atividades culturais na sua obra, *A arte fotográfica e o teatro em Santa Maria*. Outros escritores santa-marienses frequentemente lembrados por *A Razão* em editoriais sobre literatura são Felipe d’Oliveira, João Monteiro, Andradina de Oliveira, Nelson Pitan e Ernani Chagas.

Em 1922 foram inaugurados também os Cines Independência (do empresário Joaquim Corrêa Pinto) e Imperial (propriedade de Carlos Martins Peixoto), este considerado por anos um dos melhores do estado. Em 1937, a firma Varella de Santana do Livramento alugou a parte térrea do Clube Caixeiral e inaugurou um cinema menor, o Odeon. Em 1940, a firma do empresário norte-americano, Charles Sturgis monopolizou o cinema santa-mariense, comprando o Imperial e o Coliseu, além de fechar o Odeon. As apresentações das companhias teatrais santa-marienses amadoras e outras forasteiras que se apresentavam na cidade (como a Cia. Lyson Gaster, Ribeiro Cancela e Iracema d'Alencar) não evitaram que o cinema em Santa Maria, no recorte histórico desta pesquisa ganhasse a maioria das atenções de entretenimento.

Entre os filmes que estavam sendo exibidos pelos referidos cines, encontram-se norte-americanos (a maioria), italianos (*Não me esqueças* com Beniamino Gigli), mexicanos (*Rancho Grande*, de Tito Guizar), alemães e franceses (como *A dupla do barulho* de Daniele Darrioux). Nos títulos também estão, por exemplo, *O crime de Sylvestre Bonnard*, *As aventuras de Tom Sawyer* e *Idílio Montanhês* (coloridos), *Gasparone*, *Mysterio da Índia*, *Na velha Chicago*, *Chave Noturna* (de Boris Karloff), *Rosália* (musical), *Vertigem de uma noite*, *Duas almas se encontram*, *Olympiadas de Berlim*, *Branca de neve e os sete anões* (Walt Disney), *Banana da terra* (com Carmen Miranda), *Do amor ninguém foge*, *O desafio*, *Dick Tracy o detetive*, *A besta humana*, *O noivo tímido*, *Zenobia* (com Oliver Hardy e Harry Langdon – o gordo e o magro), *Minas de Salomão* e *O filho de Tarzan*, além das esporádicas exibições do *Jornal Nacional* do governo estadonovista. Do mesmo modo, eram muito apreciados também no Cine-Teatro Coliseu, Cine Odeon e no Ateneu Graça Aranha os recitais e apresentações instrumentais de artistas como Consuelo Tota, Leticia Figueiredo e a pianista Zulma Alvares, segundo relato da imprensa.¹²⁰

A Biblioteca municipal foi fundada em 15 de outubro de 1938, com um Centro Cultural, e seguiu os moldes dos estatutos das bibliotecas de Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande, e atendia segundo o *Diário do Interior*, à leitura e à instrução ansiada pela população. O Centro Cultural, conforme o *Diário*, seria “o acolhedouro de todos aqueles que dentro de suas esferas literária ou artística bem produziram”.¹²¹

¹²⁰A RAZÃO. 11 Nov. 1938. No. 28, A RAZÃO. 21 Nov 1938. No. 37, A RAZÃO. 30 Dez 1938 No. 45, A RAZÃO. 14 Abr 1939. No. 159. A RAZÃO. 4 Maio 1939. N. 169, A RAZÃO 26 Out 1939 No. 15.; A RAZÃO 5 Jan 1940. No. 71; A RAZÃO. Santa Maria. 16 Jan 1940. Ano VI. N. 87; A RAZÃO 2 Jul 1940 No. 220.

¹²¹ DIÁRIO DO INTERIOR. Ano XXVII. 15 Out 1938. N. 128. p. 2; DIÁRIO DO INTERIOR. Ano XXVII. 17 Jan 1939. N. 14.

Segundo *A Razão*, prontamente a Biblioteca despertou a simpatia da cidade, pois o povo via nisso um “impulso para o progresso intelectual da nossa terra”, sendo o local, no qual “o estudioso encontrava a água cristalina que sacia a sede de conhecimentos históricos, políticos, sociais e vernáculos”. Sob a direção de Henrique Bastide, primeiramente permaneceu no edifício da Sociedade Italiana de Mútuo Socorro (cujas atividades foram encerradas com o Estado Novo) e depois transferida para o prédio do Fórum municipal. Há referências que, durante o período da tarde, a Biblioteca era frequentada em maior parte por estudantes e os livros procurados eram em geral fontes para pesquisas escolares de suas instituições (com destaque aos livros fornecidos pela Companhia Editora Nacional), também possuía um Departamento Infantil, dedicado à menor faixa etária. Contudo, para o público em geral, entre as obras mais procuradas figuravam os trabalhos de Voltaire, Tristão de Ataíde, Júlio Dantas e Sigmund Freud¹²².

O acervo da Biblioteca, nesses primeiros anos, crescia graças à, doações, por exemplo, da Biblioteca Pública do estado, pois em 1939, Xavier da Rocha, após uma visita a Porto Alegre mencionou que o diretor daquela seção, Reinaldo Moura, havia cedido vários volumes à Biblioteca de Santa Maria. Na oportunidade, o intendente também se referiu a seu entendimento sobre a “cultura popular” da “Capital Escolar”. Para Xavier da Rocha, era necessário, “para conservar esse título, os seus colégios sob a orientação da profunda brasilidade da Secretaria de Educação não desmerecerão no incansável preparo da mocidade que ocorre de todos os pontos do estado para a minha cidade”. Em finais de 1941, *A Razão* publicou que a Biblioteca possuía 3224 volumes, sendo 2717 sobre generalidades, 74 de ciências sociais, 21 de ciências puras, 50 de ciências aplicadas, 331 de belas artes e literatura em geral e 31 de história e geografia. No último trimestre, nessa ocasião, levantou-se que, do número de freqüentadores. 1635 eram estudantes, 301 comerciantes, 211 funcionários públicos, 250 militares e 155 operários.¹²³

A Biblioteca municipal, relacionada à vida intelectual da cidade, foi tratada por ocasião dos seis anos do jornal *A Razão*. Nele, Santa Maria era apresentada como cidade de intelectualidade, na qual autores como Ernani Vanacor e Lamartine Souza tinham livros recém-publicados, premiados pelo Ateneu Literário Graça Aranha da cidade e elogiados pela crítica. O primeiro com a poesia no livro *Três palavras* e o segundo com o romance, *Cálice amargo*, havendo referências de que a obra de Ernani não se detinha a “igrejas literárias”, e

¹²² A RAZÃO. 13 Nov 1938. Ano V. N. 30. p. 3.

¹²³ DIÁRIO DO INTERIOR. Ano XXVII. 1 Jun 1938. Num 121. p. 1.; A RAZÃO. 28 Maio 1939. Ano V. N. 197. p. 1. e A RAZÃO. Ano VIII. Santa Maria, 9 Out 1941. N°. 1 p. 11.

ambas eram mencionadas como “ponto culminante de suas afirmações intelectuais” por Xavier da Rocha.¹²⁴

Acontecimento que mobilizava a vida santa-mariense, o Carnaval também contava com uma significativa participação popular nas ruas e nos bailes de Associações. No Carnaval de 1939, o jornal *A Razão* estimulava, inclusive, o comparecimento para a diversão, anunciando que a chegada de rei Momo estava prevista e já tomava conta da cidade. Em 1940 também foi perceptível a linguagem metafórica para relatar o fluxo da população nas semanas de folia,

Novas passeatas estão anunciadas para esta noite. Desde domingo Rei Momo está imperando gloriosamente na cidade. Na primeira noite de carnaval as ruas do centro ficaram super lotadas. Moradores de todos os recantos da cidade afluíram para os logradouros públicos e nas ruas centrais, havendo jogos de lança-perfumes.¹²⁵

Os blocos participantes eram formados não só por grupos mistos como o “Bloco dos casados”, mas também apenas por mulheres, como as *Venenosas*, *Tibicueras*, *Despistando os namorados* e somente por homens como os *Veteranos*, *Bloco da Juventude*, *Não adianta você chorá* e *Rancho o Suco*. As festividades também contavam com as rainhas, representantes dos clubes e associações (entre as quais, era eleita a rainha do Carnaval do ano, evidentemente), incluindo também a escolhida pela imprensa. Entre aquelas, estavam presentes as do Clube Comercial, Clube Caixeiral, Corinthians Atlético Clube, Clube Atirador Esportivo, Associação de Empregados da Viação Férrea e Sociedade 13 de Maio. A música ficava a cargo das bandas *Jazz Becker*, *Jazz Pillar* e dos próprios blocos musicais, a exemplo dos “Majors do Samba”, revezados nas entidades associativas, onde os bailes ocorriam durante as madrugadas de até três semanas ou como o jornal entusiasticamente informava: “os sons ouviam-se até o encerramento desta edição”.¹²⁶

O apoio da imprensa à folia é manifestado, quando combatia as pessoas que se reservavam da festa, permanecendo em suas casas. Essa atitude era denominada como “encaramujamento” anti-carnavalesco. Em 1941, tal ritualização metafórica do carnaval foi utilizada também como apelo ao comparecimento da população:

Sua majestade, Momo o “tal” começará a reinar sexta-feira quando será recebido em massa pela população de Santa Maria. Todos os corações vão se enchendo de alegria, dessa alegria ruidosa e boa do carnaval. A partir de sexta-

¹²⁴ A RAZÃO. Santa Maria. 9 Out 1940. Ano VII. N. 1. p. 6.

¹²⁵ A RAZÃO. Santa Maria. 6 Fev 1940. Ano VI. N. 99. p. 3.

¹²⁶ A RAZÃO. Santa Maria. 10 Fev 1939. Ano V. N. 107. p. 4; A RAZÃO. Santa Maria. 12 Fev 1939. Ano V. N. 109; A RAZÃO. Santa Maria. 21 Fev 1939. Ano V. N. 116. p. 4.

feira, quando chegará triunfalmente a Santa Maria, Momo será uma peteca nos braços de seus vassalos.¹²⁷

Uma interpretação de total liberdade e extravasamento nessas festividades em Santa Maria, mesmo à época de uma ditadura nacional. Essa é, contudo errônea. As instruções policiais sobre a postura, regulamentação de comportamentos e aquilo que era vetado eram publicadas pela imprensa e compreendiam a realização dos bailes pelas entidades apenas com a licença prévia da delegacia de polícia; apenas a entoação de canções e músicas cuja letra tivesse passado pela censura; proibição do uso de fantasias que atentassem à moral pública e que pudessem aludir com emblemas, fitas, golas, botões e outras quaisquer insígnias às classes armadas; a proibição do consumo de bebidas alcoólicas em bares, hotéis, restaurantes excetuando-se o vinho, chopp, cerveja, uísque e champanhe (!), além do mais, em 1941, foi proibido o uso de entorpecentes como o lança-perfume.¹²⁸

Do profano ao sagrado, a vida religiosa católica santa-mariense, nos anos pesquisados, teve a imprensa como um meio de divulgação das festas dos padroeiros das comunidades e distritos. As festas em honra à padroeira da cidade, e, nas localidades de São Geraldo e especialmente de Santo Antônio, são referidas em suas respectivas épocas (fevereiro e janeiro), incentivando-se o comparecimento dos fiéis. Em 1940, por ocasião da vinda do coração preservado de São Roque González, *A Razão* publicou o cenário da chegada da relíquia e as expressões gerais da população da cidade, referindo-se a “um espetáculo vibrante”. Os detalhes da chegada na catedral, onde “cerca de dez mil pessoas aguardaram,” além da celebração solene do *Te Deum* e a abertura durante a madrugada da Catedral reforçam que “a cidade apresentou-se festiva e a população retardou o seu recolhimento”, e de que, à noite, as ruas centrais registraram intenso movimento.¹²⁹ Assim, a imprensa, em que pese a sua relação com todas as principais religiões locais, luterana e metodista, e manifestava uma estreita ligação também com a católica, que constituía a praticada pela maioria da população. Além do mais, em entrevistas sobre o quadro de obras citadino, tanto o *Diário do Interior* como *A Razão* davam ênfase às figuras do bispo da cidade, dom Antonio Reis e do pároco da Igreja Nossa Senhora das Dores, Caetano Pagliuca.

¹²⁷ A RAZÃO. Santa Maria. 14 Jan 1941. Ano VI. N. 80.

¹²⁸ Idem. O Esporte em Santa Maria consistiu em outra opção à época, principalmente os jogos de futebol no Estádio dos Eucaliptos, onde os “verde-esmeraldas” do Riograndense recebiam equipes da região da Campanha como o Guarany de Bagé, além da capital, a exemplos do Grêmio Futebol Porto-alegrense e Sport Club Internacional. Aliás, já no período referido, *A Razão* mostrou posicionamentos dos times do interior contra as estipulações vindas de Porto Alegre, beneficiando suas equipes. Em Santa Maria, também o basquete e o vôlei possuíam equipes, como o Corinthians Atlético Clube.

¹²⁹ A RAZÃO. Santa Maria. 21 Fev 1940. Ano V. N. 111.

O combate ao monopólio do empresário norte-americano seria realizado por *A Razão*, com editoriais que enfatizavam a péssima qualidade das instalações e dos filmes exibidos. Por aliar e confundir, em edições, nas quais combatia o monopólio da firma de Charles Sturgis, o jornal conseguiu que a firma fosse multada, além de esta ter de responder a processo por empregar funcionários estrangeiros não regulamentados com as autoridades federais. Justificando o embate por estar ao lado da “defesa da economia popular contra o monopólio do cinema pela firma Sturgis” o jornal obteve a repercussão esperada na cidade e demonstrou, nas reportagens que circularam sobre o tema, pesar sobre a decadência do Teatro, “a arte de Talia” devido em parte, à ganância do empresário que abarcou todas as casas de espetáculos, opondo-se a vinda das excursões das companhias de teatro do interior do Brasil.¹³⁰

Concluimos o presente capítulo em que não só tratamos dos conceitos de modernidade, cultura e progresso, como também das relações entre sociedade e indivíduo. A cidade como local de formação de uma vida cultural através de relações sociais. Assim, a respeito do espaço urbano, foram apresentadas considerações teóricas, relacionando-as aos conceitos em particular.

Capítulo 2

CONSIDERAÇÕES SOBRE A IMPRENSA E A CIDADE DE SANTA MARIA

No presente capítulo, trataremos do primeiro desenvolvimento do espaço urbano da cidade de Santa Maria, passando a identificar os primeiros momentos de sua urbanização que já se encontravam, por vezes, estreitamente ligados aos cenários político e econômico em nível regional. Em seguida discorreremos sobre os primórdios da imprensa na cidade e as caracterizações e/ou influências que exerceram sobre *A Razão* e o *Diário do Interior*. Também traçaremos aproximações, por meio de considerações teóricas a respeito da

¹³⁰ A RAZÃO. Ano VI. Santa Maria. 4 Fev 1940. N. 98. p. 6 e A RAZÃO. Ano VI. Santa Maria. 7 Jul 1940. N. 225. p. 4. É interessante a referência que o jornal faz ao incentivo do Estado Novo às companhias teatrais que produzissem conforme a sua ideologia. A subvenção às excursões das companhia importantes ao interior do Brasil foram geridas pelo Serviço Nacional do Teatro, que nas palavras d'*A Razão* pouco beneficiou Santa Maria, situação agravada pelo monopólio do cinema de Charles Sturgis.

utilização de jornais enquanto fontes históricas, e as relações do jornalismo com a história e, por fim, as considerações entre mídia e poder simbólico.

2.1 O ESPAÇO URBANO EM SANTA MARIA: DO FINAL DO SÉCULO XIX AO INÍCIO DO SÉCULO XX

Apesar de partirmos do principal eixo da temática desta pesquisa, que são as mudanças urbanas que aconteceram na cidade de Santa Maria, durante o período de 1937-1941, não podemos supervalorizar esses acontecimentos na conjuntura em questão, sem voltarmos um olhar histórico para o passado da cidade. Assim, a seguir, mostraremos o quanto é relevante o entendimento da formação do âmbito urbano santa-mariense, bem como a identificação das primeiras iniciativas de sua urbanização, relacionadas principalmente, ao contexto político e econômico regional.

A emancipação de Santa Maria do município de Cachoeira do Sul deu-se a 17 de maio de 1858, durante o Segundo Reinado. A essa altura, o espaço geográfico que atualmente é o centro santa-mariense já havia sido consideravelmente povoado. Alguns soldados alemães recrutados para as lutas contra a então ainda Banda Oriental, após o término do conflito e o fim de sua corporação militar, estabeleceram casas comerciais em 1829. Dois dos primeiros a se estabelecerem, foram Boaventura Dauzacker e João Leopoldo Bilo. A partir de então, o surgimento de ruas e o movimento de carretas que transportavam mercadorias se intensificou, ainda mais com a chegada de outros imigrantes alemães que se estabeleceram ao norte do centro da cidade¹³¹.

De acordo com o historiador Luís Augusto Ebling Farinatti, na segunda metade no século XIX, no âmbito rural da cidade havia não somente latifundiários e grandes criadores de gado, mas também unidades produtivas mistas dedicadas tanto à criação de gado, nos campos, como lavouras de alimentos nas zonas florestais. Em 1858, os mais destacados estancieiros nas cercanias de Santa Maria são José Alves Valença e José Pinto, sendo que este último era proprietário além da maior extensão de terra, da maior quantidade de gado (5000 reses), em que empregava cerca de doze trabalhadores escravizados. Farinatti ressalta que, embora pobre, a pecuária a pecuária santa-mariense possuía mais cativos do que outros criadores de outros municípios.¹³²

¹³¹ COSTA BEBER, Cirilo. *Santa Maria 200 anos: história da economia do município*. Santa Maria-RS : Pallotti, 1998. p.

¹³² FARINATTI, Luís Augusto Ebling. *Sobre as Cinzas da Mata Virgem: lavradores nacionais na Província do Rio Grande do Sul (Santa Maria, 1845-1880)*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: PUC, 1999. p. 34.

Dessa forma, o desenvolvimento do comércio de produtos e gêneros alimentícios, provenientes do ambiente rural santa-mariense, era em parte, devido a ser comercializado no ambiente urbano. Sem dúvida, isso foi um estímulo para que, durante as primeiras décadas da segunda metade do século XIX, se mantivesse contínuo o trânsito de comerciantes e compradores de tais mercadorias no centro da cidade. Esses negócios também compreendiam o comércio escravo, pois como o autor ainda afirma “(...) o trabalho escravo estava espalhado por diversas atividades no município: nas tarefas domésticas, nas roças, no serviço de pecuária, nos serviços urbanos (escravos de ganho)”¹³³.

Igualmente, a historiadora Letícia Batistella Silveira Guterres destaca que Santa Maria era um ambiente de passagem devido ao lugar que ocupa geograficamente. No trânsito, os indivíduos identificam um campo de possibilidades, buscando, muitas vezes um lugar para se estabelecerem. Para a autora, na época em que estudou, a cidade mantinha uma boa parte de sua área florestal, terras que abarcavam uma espécie de fronteira agrária aberta, as quais demoraram mais para serem ocupadas e, posteriormente, foram habitadas por lavradores e produtores de alimentos, ao contrário das áreas mais ao sul, que compreendiam estâncias destinadas à pecuária.¹³⁴

A partir de 1877, chegaram os imigrantes italianos na região de Silveira Martins, então distrito de Santa Maria. Em 1880, segundo o memorialista Cirilo Costa Beber, muitos chegaram à sede da cidade, tornando-se profissionais liberais e operários da Viação Férrea. Entretanto a grande maioria eram pequenos comerciantes, produzindo secos e molhados e produtos coloniais. Aliás, foi com esse comércio da colônia na cidade que tornou necessária a primeira estrada que ligava a sede à Silveira Martins, em 1881, e concluída um ano depois.

No entanto, um nítido desenvolvimento urbano iniciaria e perduraria de maneira contínua somente na década de 1880, com o advento da rede ferroviária na cidade. De fato a ferrovia provocou mudanças econômicas e sociais na região de Santa Maria, que passou a ser o entroncamento no centro da Província, um lugar obrigatório de passagem do comércio que ligava a fronteira oeste e a região serrana com Porto Alegre.

Segundo o historiador Antonio Lídio de Mattos Zambon,

O primeiro trecho da estrada de ferro chegou em janeiro de 1883, com a inauguração da linha Cachoeira-Santa Maria que mais tarde, em outubro de 1895, ligaria a cidade à capital da Província, como parte da linha Porto Alegre-Uruguaiana. Posteriormente, ligou-se a Cacequi, em dezembro de 1890; a Cruz

¹³³ FARINATTI, Luís Augusto Ebling. *Op. cit.* p. 34.

¹³⁴ GUTERRES, Letícia Batistella Silveira. Para além das fontes: im/possibilidades de laços familiares entre livres, libertos e escravos (Santa Maria, 1844-1882). Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: PUC, 2005.

Alta, em dezembro de 1898, depois ampliada até Passo Fundo, em janeiro de 1898 [...] ¹³⁵.

Assim, com o desenvolvimento da linha férrea, a população, o comércio e as atividades urbanas foram incrementados. Situação que se torna mais favorável, quando em 1898 a Companhia Belga (*Compagnie des Chamins de Fer Sud-Ouest Brésiliens*), que arrendava a ferrovia, estabeleceu em Santa Maria seus escritórios.

Antes da ligação ferroviária, a cidade ainda tinha um aspecto de “vila colonial”, com poucas ruas de chão batido, havia cerca de 350 casas com arquitetura modesta, janelas baixas, pouca ventilação e telhado de duas-águas. A população era de aproximadamente 2500 habitantes. Após os primeiros anos da ferrovia, no fim da década de 1880, as edificações cresceram em altura, ornamentação e luminosidade e surgiu a construção de sobrados. A paisagem urbana mudava e mostrava m estrutura mais moderna¹³⁶.

O professor, dramaturgo e memorialista João Belém aponta, em 1889, diversas firmas comerciais que possuíam negócios e estabelecimentos em Santa Maria, valendo-se do movimento propiciado pela Via Férrea na cidade: João Daudt & Cia.; Frederico Kessler; Pedro Vitorino de Barcelos; Niederauer & Irmão; João Batista Niederauer; Pompilio da Fonseca; Manoel Carneiro de Almeida; Antonio Barra; Francisco Alves da Palma; Carvalho, Melo, Martins & Cia; Mendonça, Neves & Cia; Morais, Chaves & Cia.; Joaquim Ferreira Dias; Manoel Braga e Frederico Drayer. Do mesmo modo, o ramo hoteleiro (estabelecido principalmente na avenida do Progresso, posteriormente chamada avenida Rio Branco) aproveitou do crescente fluxo de viajantes e desembarcados na cidade, conforme nos mostra ainda Belém,

Decorrente da atividade comercial desenvolvida e, ainda mais do fato de ser aí o ponto terminal da via férrea, surgiu a indústria dos hotéis com perspectiva de lucros compensadores. Exploraram, então, este gênero de comércio: Leon Berthaud [...]; Beck & Cia [...]; João Moroni [...]; Jacob Schfmacker, João Ribeiro da Silva e João Schmidt em ruas mais afastadas do centro.¹³⁷

Dessa forma, constatamos, como poderá também ser visto mais tarde, no período da Intendência de Xavier da Rocha (1937-1941) que o ramo hoteleiro, invariavelmente, usufruía um papel de relevo enquanto classe econômica, pois seus estabelecimentos sempre eram

¹³⁵ ZAMBON, Antonio Lídio de Mattos. *As Transformações Urbanas de Santa Maria na Passagem para o Século XX*. Revista Vidya do Centro Universitário Franciscano. Santa Maria. ano 14. n° 24, jul/dez 1995. p. 156.

¹³⁶ ZAMBON, Antonio Lídio de Mattos. *Op. cit.* p. 156.

¹³⁷ BELÉM, João. *História do Município de Santa Maria – 1797/1933*. Santa Maria: Editora UFSM, 2000. p. 165.

procurados por se localizarem à entrada da cidade, possuírem estilo e arquitetura modernos e embelezarem assim a paisagem urbana, contentando não somente os viajantes, mas também a Intendência municipal, que possuía claros interesses de que a opulência dos edifícios da cidade ficasse à mostra.

Ainda em 1889, a cidade de Santa Maria alcançou uma receita de 15:649\$840, sendo que 4:545\$200 provinham das atividades comerciais, fixas e de mascates. Nos primeiros anos do período Republicano, a cidade continuaria a evoluir materialmente, embora de acordo com o memorialista Romeu Beltrão, a área da instrução em Santa Maria, durante os primeiros anos da República, limitava-se a duas escolas que, com dificuldade (devido à crescente demanda de alunos), atendiam à demanda dos estudantes da população. Em 1898, foi registrado também um número de 30185 habitantes em Santa Maria, com cerca de 5000 na área que compreendia o perímetro urbano.¹³⁸

É considerado como o primeiro intendente do município Francisco de Abreu Vale Machado, colocado no poder pela junta provisória do Governo do Estado 1890. Vale Machado permaneceu na intendência municipal por nomeação até ser eleito por voto popular em 1896, e ficou no cargo até 1900. O intendente, percebendo a necessidade de modernização da cidade, em vista da conjuntura de modificações das estruturas econômicas do município com o advento da ferrovia, buscou ampliar a infraestrutura local. Por isso, o primeiro governo republicano iniciou os primeiros remodelamentos urbanos com a canalização de córregos de vias centrais, calçamentos, instituição pela primeira vez do imposto predial, em 1892, e seis anos depois, a cidade iniciava a instalação da rede de luz e a iluminação pública dos lampiões a querosene foi substituída pela de energia elétrica, começando pelo centro. Novas ruas igualmente foram abertas, como a André Marques, enquanto outras eram calçadas e arborizadas. Em 1888 iniciou o calçamento da rua do Comércio (atual Dr. Bozano) e depois seguiram-se as outras duas principais do centro da cidade: em 1896 a rua do Acampamento, e em 1899, a avenida do Progresso (mais tarde Rio Branco), a qual, devido a sua ligação com a Estação Férrea, seria mais tarde pavimentada (1903) e duplicada (1912). As placas com as denominações das ruas, avenidas e praças, após algumas alterações, foram colocadas somente no ano de 1913.¹³⁹

É interessante salientarmos que por essa época a Intendência, logo que regulamentou a primeira Lei Orgânica Municipal, em 1892, aprovava quatro anos depois um Código de

¹³⁸ BELTRÃO, Romeu. Cronologia História de Santa Maria e do extinto município de São Martinho. Santa Maria: Pallotti, 1958.

BELÉM, João. *Op. cit.* p. 165.

¹³⁹ ZAMBON, Antonio Lídio de Mattos. *Op. cit.* p. 157.

Postura, que estipulava limites para tráfego de veículos, controlava construções, assegurando “o bem-estar e a segurança à população”¹⁴⁰, mas que teve seu conteúdo alterado com o tempo. Percebemos aqui como a Intendência preocupou-se igualmente em estabelecer um controle direto sobre a população nesses primeiros anos republicanos, o que será referendado novamente por outros meios na Intendência de Xavier da Rocha.

Em 1901, o território da cidade de Santa Maria aumentou sua extensão com a incorporação de parte do extinto município de São Martinho¹⁴¹, embora em 1926, essa fosse diminuída com a emancipação de São Pedro do Sul.

Nas primeiras décadas do século XX, o trânsito promovido pela Viação Férrea mostrava consequências no desenvolvimento da urbanidade santa-mariense. Os estabelecimentos públicos, os de recreação, educação no caso daqueles da Viação Férrea, os religiosos, esforçavam-se para assumirem modelos europeus. Além das várias lojas de venda de produtos e dos hotéis, são abertos clubes com apresentações de teatro, cafés como o Café Guarani (fundado em 1915) e o Quiosque da Praça Saldanha Marinho (fundado em 1909), fazendo com que a vida social se intensificasse. Esses locais eram disputados especialmente pelas pessoas consideradas de bom gosto, pelos boêmios e pela intelectualidade.¹⁴²

Outros exemplos de obras arquitetônicas, construções edilícias e de remodelação urbana importantes do período são: o Theatro Treze de Maio, inaugurado em 1889; a Sociedade Italiana de Socorro Mútuo e Recreativa de Santa Maria, de 1898; a Vila Belga teve sua construção iniciada também em 1898, sendo o primeiro conjunto habitacional do estado e formava um conjunto de 92 casas de moradia para os funcionários da *Compagnie des Chamins de Fer Sud-Ouest Brésiliens* que se localizava entre a Avenida Rio Branco e as ruas André Marques e 13 de maio; o Hospital de Caridade entregue à comunidade em 1903; a Igreja do Mediador (Episcopal do Brasil) em 1900; o Colégio Sant’Anna das irmãs Franciscanas com prédio próprio, em 1908; a Igreja Matriz Católica (atual Catedral Diocesana) em estilo barroco italiano em 1909; o Cine-Teatro Independência em 1922; a Escola de Artes e Ofícios da Cooperativa dos Empregados da Viação Férrea – seção masculina (posteriormente chamada Escola Industrial Hugo Taylor), em estilo neoclássico, concluída em 1922; a Escola Santa Teresinha, da Escola de Artes e Ofícios – seção feminina, inaugurada em 1923¹⁴³.

¹⁴⁰ Idem. p. 158.

¹⁴¹ BELTRÃO, Romeu. *Op. cit.* A inviabilidade da autonomia do município deveu-se ao seu difícil acesso. A outra parte desmembrada coube ao município de Júlio de Castilhos (BELÉM, João. *Op. cit.* p. 176).

¹⁴² ZAMBON, Antonio Lídio de Mattos. *Op. cit.* p. 158.

¹⁴³ Idem. p. 159.

É importante mencionarmos que, devido à importante posição estratégica de defesa, as principais forças militares, a partir de então fixaram-se na cidade; em 1908 a 3ª Brigada Estratégica de Infantaria e o 7º Regimento de Infantaria, que tiveram suas instalações concluídas somente mais tarde; o Quartel General da 3ª Brigada criado em 1914, sendo que o prédio do 7º Regimento foi inaugurado em 1913.

Significativo desenvolvimento municipal ocorreu durante a década de 1920 com a atuação de Manoel Ribas na prefeitura, o qual que já inspirara, em 1913, a formação da Cooperativa dos Empregados da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, sendo seu gerente e diretor-geral. Outro seu empreendimento para assistência aos ferroviários foi a fundação das seções masculina e feminina da Escola de Artes e Ofícios. Em 1928, Manoel Ribas foi nomeado Intendente municipal de Santa Maria. Sob a sua administração se aprimoraram as obras de saneamento da cidade, com a instalação da rede hidráulica e esgoto com a coordenação do engenheiro-sanitarista pernambucano, Saturnino de Brito.

Esse engenheiro já havia realizado planos e obras de saneamento em Pelotas e Rio Grande e outras cidades do interior, a pedido do presidente do Estado Antonio Augusto Borges de Medeiros (1898-1908 e 1913-1928), que almejava a modernização do estado. De acordo com Paulo Roberto Rodrigues Soares, o plano de Borges era um “movimento de homogeneização e difusão de um novo padrão urbano que ia além da capital e procurava atingir os principais centros urbanos do interior rio-grandense, para, dessa forma, modernizar o estado”¹⁴⁴.

Devido ao oneroso contrato de empréstimo, os acordos para as obras foram assinados somente em 1929, com a firma uruguaia Waiss e Freytag SA, cuja proposta vencera a concorrência, e a qual foi escolhida para a realização do projeto pelo Conselho Municipal. O rio Ibicuí, no alto da Serra de São Martinho, fornecia o abastecimento de água, enquanto uma represa nas proximidades passou a servir de reservatório para a cidade. Dessa forma, efetivaram-se as bases, sobretudo de saneamento básico, para as obras de Xavier da Rocha, respaldado pelo Estado Novo.¹⁴⁵

Em Santa Maria, no ano de 1926, um acontecimento relacionado à posse na presidência da República brasileira de Washington Luís, pode ser considerado também emblemático, à medida em que mostra que as tensões políticas no estado e no país repercutiam na cidade. Em 16 de novembro, após a posse do presidente no dia anterior, os

¹⁴⁴ SOARES, Paulo Roberto Rodrigues. Do rural ao urbano: demografia, migrações e urbanização (1930-1985). IN: GERTZ, René (dir.); BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (coord.). *História Geral do Rio Grande do Sul – República: Da Revolução de 1930 à ditadura militar (1930-1985)*. Passo Fundo: Méritos, 2007. v. 4. p. 295-296.

¹⁴⁵ BELTRÃO, Romeu. Idem.

santa-marienses despertaram com um confronto aberto entre o 5º Regimento de Artilharia Montada, o 7º Regimento de Infantaria (forças federais) contra o 1º Regimento de Cavalaria da Brigada Militar (força estadual).

O descontentamento com posse do presidente da República já era sentido por alguns sargentos e cabos das forças federais da cidade, bem como, que nos municípios de Bagé e São Gabriel, tentativas de rebeldes haviam sido abafadas. Durante a noite, na cidade, o 7º Regimento foi rendido pelos oficiais e soldados do 5º Regimento, que aprisionaram seus oficiais e obrigaram soldados a cumprirem suas ordens. Durante a manhã, a Brigada estadual da cidade havia se posicionado nas principais ruas e o armamento pesado, fuzilaria e metralhadoras, era disparado contra os insurretos que tinham maior vantagem nesse aspecto, pois tinham cerca de quatro vezes mais pessoal e eram os únicos que possuíam canhões. As ruas Ipiranga, Dr. Bozano, Sete de Setembro, Silva Jardim e Andradas foram o cenário principal do fogo cruzado que durou praticamente o dia inteiro. À tarde em auxílio às forças estaduais chegaram reforços provenientes de Cachoeira do Sul¹⁴⁶.

Na madrugada seguinte, os insurretos começaram a enfraquecer e cessaram fogo, primeiro, o 7º Regimento, seguido, horas depois pelo 5º. A maioria pôs-se em fuga, enquanto outros, abandonados à própria sorte, ainda disparavam. Somente no dia 17, após o avanço progressivo das forças da Brigada à noite em direção ao prédio do 7º Regimento, seguindo-se a liberação de oficiais deste, é que se puderam avaliar as baixas entre civis (12), entre os rebeldes (22) e na Brigada (14), sendo o número de mortes, no total de 13 (6 entre os rebeldes, 3 na Brigada e 4 entre os civis). Os prejuízos materiais abrangiam desde os saques em casas e propriedades pelos revoltosos em retirada, até a munição que, no conflito, atingiu no centro casas, escolas e a rede elétrica.¹⁴⁷

Com a Revolução de 1930, em Santa Maria Manoel Ribas manteve-se no cargo até 1932, nomeado pelo interventor do Estado do Rio Grande do Sul, Flores da Cunha. No dia posterior a 3 de outubro, o clima de insegurança mais uma vez deixou apreensivos os santa-marienses, temendo-se um novo conflito entre forças militares. No entanto, o general do exército Fernando Medeiros, rendeu-se às autoridades após, voluntariamente, aguardar sua chegada às portas do edifício dos Telégrafos. O 7º Regimento de Infantaria e o 5º Regimento

¹⁴⁶ BELTRÃO, Romeu. *Op. cit.* p. 32 Durante o confronto, muitos civis deixaram suas casas, em meio aos disparos, buscando tomar as direções noroeste, leste e sudeste da cidade. A pé, transitavam homens, mulheres, crianças e doentes em macas improvisadas, tudo supervisionado por um tenente da Brigada. Já outros permaneceram em seus estabelecimentos e residências.

¹⁴⁷ Idem. p. 30

de Artilharia fizeram um pronunciamento aderindo à Revolução e prepararam unidades para seguir em luta contra o governo de Washington Luís¹⁴⁸.

Vargas até então se valera das alianças com opositores tradicionais rio-grandenses (como membros do Partido Libertador, resultando tal fato na Frente Única, que o lançou nas eleições nacionais contra Júlio Prestes). Contudo, esse acontecimento, ao mesmo tempo em que alterava a conjuntura política regional, não promovia muitas mudanças entre os setores partidários rio-grandenses, pois “sob a máscara da união patriótica dos antigos rivais, havia o rosto caricato das antigas permanências”. E com a existência dessa união, corriam livres pressões, subornos e coerções entre os membros do PL e PRR para não haver uma hegemonia de um sobre o outro dentro da Frente Única. Assim, com essa política de equilíbrio, Vargas conseguia solidificar uma política de existência de cooperadores que seria aplicada em nível federal.¹⁴⁹

Como melhor abordaremos no capítulo referente aos contextos históricos nacional e rio-grandense, Vargas havia sabiamente prometido cargos públicos e governos, como prêmios de fidelidade àqueles que abandonassem Flores da Cunha e se colocassem ao seu lado. Baseado no falso plano de ação comunista no Brasil, em 1937, o estado de guerra retorna dando liberdade aos setores de repressão do governo federal. O Rio Grande do Sul é cercado por terra e por mar, obrigando Flores da Cunha a renunciar e exilar-se no Uruguai. Os integrantes dissidentes do PRL receberam os cargos políticos no Rio Grande do Sul, incluindo Antônio Xavier da Rocha, prefeito de Santa Maria em 1937.

2.2 EXPRESSÕES DA MÍDIA SANTA-MARIENSE NO INÍCIO DO SÉCULO XX À DÉCADA DE 1930

Podemos afirmar que as décadas de 1930/40 significaram para a imprensa rio-grandense um período de transição. Aquela, originária de fins do século XIX apresentava uma função mais educativa, e a lógica de vendas ainda não chegava a orientar seus princípios. Com o surgimento da imprensa com maior espaço de informação, entre os anos de 1945/50, houve mudanças que priorizaram a objetividade da notícia (ou a necessidade de sua busca). Assim, no período estudado em Santa Maria (1937-1941), podem ser encontrados dois jornais – o *Diário do Interior* e *A Razão* – cujos perfis apresentam em maior ou menor medida

¹⁴⁸ BELÉM, João. *Op. cit.* p.166.

¹⁴⁹ RANGEL, Carlos Roberto da Rosa. O Governo Flores da Cunha: entre o regional e o nacional. IN: GERTZ, René (dir.); BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (coord.). *História Geral do Rio Grande do Sul – República: Da Revolução de 1930 à ditadura militar (1930-1985)*. Passo Fundo: Méritos, 2007. v. 4. p. 52-53.

características que se remetem à imprensa mais conservadora, não somente em termos de política mas também em relação à moral social, bem como também outros aspectos que podemos classificar como próximos do jornalismo e da imprensa “modernos”, mas cujos antecedentes tiveram seu grau de importância em suas particularidades (a maioria partidária) como mostraremos neste subcapítulo.

A imprensa em Santa Maria, no início do século XX, tinha uma diversificada gama de publicações, e estas voltavam-se à defesa de determinados grupos políticos. De acordo com o memorialista João Belém, o principal deles, em 1909, era *A Tribuna*, de Alfredo Rodrigues da Costa, futuro fundador do *Diário do Interior*. Rodrigues da Costa angariou todas as ações da empresa do jornal, passando a ser o único proprietário. Dirigido por José Pena de Moraes que era ligado (assim como Rodrigues da Costa) ao PRR, o periódico foi criado para defender a candidatura de Carlos Barbosa à presidência do estado contra a de Fernando Abott, do Partido Democrático. Ainda sobre *A Tribuna*, a rapidez de seu serviço telegráfico deve ser levada em consideração à época, pois seus exemplares chegavam às regiões da serra e à fronteira em 24 horas, antes dos jornais porto-alegrenses.¹⁵⁰

Outros jornais veiculados em Santa Maria foram *O Combatente* (1887-1907) veiculado pelo Clube dos Caixeiros Viajantes (SUCV), também órgão do PRR, e o primeiro a defender o ideário republicano no município nos últimos anos monárquicos, bem como as medidas governamentais após a instauração da República; *O Popular* (1881-1891), também republicano; *O 28 de Março*, também do Clube Caixeiral, dirigido por José Garibaldi Filizolla (futuro diretor do *Diário do Interior*), e republicano, assim como o *14 de Julho*. Além do efêmero jornal monarquista *Pedro II* (1913), de José Augusto de Barros com publicações irregulares. Opuseram-se aos jornais republicanos os seguidores do ideário do Partido Federalista, como o *Gaspar Martins* (1903-1927) de Júlio Magalhães; e *O Federalista* (1913-1917) de Antonio Luiz Barreto e dirigido por Arnaldo Mello, logo substituído pelo *Correio da Serra* (1917-1930), um dos primeiros a adotar um viés mais comercial, e onde trabalhou Clarimundo Flores, futuro fundador d' *A Razão*. Quando em 1908, por ocasião da fundação do Partido Democrático no estado, em Santa Maria seu órgão de apoio foi o jornal *O Estado*, cuja direção era de Andrade Neves Neto. Esse jornal marcou com seu opositor *A Tribuna*, o debate político-ideológico da cidade entre 1908 e 1911, por meio das publicações de seus redatores.¹⁵¹

¹⁵⁰ BELÉM, João. *História do Município de Santa Maria – 1797/1933*. Santa Maria: Editora UFSM, 2000. p. 238.

¹⁵¹ BELÉM, João. *Op. cit.* p. 240.

Os nomes de Alfredo Rodrigues da Costa e Clarimundo Flores, atuando em jornais e períodos diferentes sugerem que possuíam experiência jornalística, quando assumiram a direção do *Diário do Interior* e *A Razão*, respectivamente, durante o Estado Novo. De fato, na formação pessoal e jornalística de seus expoentes, percebemos, além de traços político-ideológicos, posturas diversas diante da sociedade. Essas, durante o Estado Novo, seriam decisivas, pois esses personagens visavam à disputa pelo público santa-mariense.

Em uma coletânea de artigos publicados no jornal *A Razão*, e reunidos na obra *Santa Maria: Vivências e memórias de Edmundo Cardoso*¹⁵², o jornalista e ator retoma a história do jornalismo na cidade. Edmundo afirma que, nos anos seguintes à eleição estadual de 1908, *A Tribuna* e *O Estado* tiveram dificuldades na manutenção de sua estrutura financeira, e em 1911, foram obrigados a fechar. Contudo Alfredo Rodrigues da Costa após adquirir todas as ações do jornal e deixá-lo de portas cerradas por alguns meses, transformou-o no *Diário do Interior*.

O *Diário* foi o maior jornal de circulação do interior do estado do Rio Grande do Sul durante os anos em que circulou (1911-1939) e contou, além de Alfredo Rodrigues da Costa, com jornalistas como Napoleão Sacchis, José Garibaldi Fillizola, Oswaldo Barcellos, Olavo Gianelli e Ney Luiz Osório. Segundo Edmundo Cardoso, Alfredo era um excelente administrador e percebera que a região central do estado carecia de um jornal diário e com eficiente noticiário telegráfico que chegasse, no mesmo dia em cidades serranas e da fronteira, dinâmica essa que pretendia superar o *Correio do Povo* de Porto Alegre. Assim, a circulação do *Diário do Interior* iniciava às cinco horas da manhã, e os exemplares eram encaminhados à estação ferroviária de Santa Maria, e a partir daí, a diferentes pontos do Rio Grande do Sul, especialmente o interior, para assinantes e venda avulsa em Alegrete, Cacequi, Uruguaiana, Santana do Livramento, Rosário do Sul, São Gabriel, Bagé, São Borja, Santiago, São Vicente do Sul, Jaguari, São Pedro do Sul e, na linha serrana, até Passo Fundo passando por Cruz Alta e Tupanciretã. Possuía também um modesto aparato técnico em suas oficinas e com papel importado da Noruega com o apoio do Banco Nacional do Comércio e da livraria o Globo (até do próprio *Correio do Povo* que permitia a um de seus redatores, Arquimedes Fortini, que remetesse serviços telegráficos ao *Diário*).¹⁵³

Embora Alfredo Rodrigues da Costa afirmasse que o *Diário* era um jornal independente, sem cunho político-partidário, seu teor conservador sempre se fez presente e a tomada de posição a partir do contexto nacional pós-1937, foi bem definida.

¹⁵² CARDOSO, Edmundo *apud* SANTOS, Therezinha de Jesus Pires; SANTOS, Gilda May Cardoso. *Santa Maria: Vivências e memórias de Edmundo Cardoso*. Santa Maria: Anatterra: 2008. p. 33.

¹⁵³ CARDOSO, Edmundo *apud* SANTOS e SANTOS. *Op. cit.* p. 33-34.

Quando Clarimundo Flores fundou o jornal *A Razão* em 1934, ele o fez com o apoio do fazendeiro e político de Uruguaiana (e futuro prefeito da sua cidade no Estado Novo), Floduardo Silva. Ambos eram amigos de Osvaldo Aranha, e este pretendia estabelecer, na região central do Rio Grande do Sul, um jornal que funcionasse como ponto de apoio à sua provável candidatura à Presidência da República. Desse modo, Floduardo entrou com o capital para as atividades do jornal em Santa Maria e negociou com Clarimundo as despesas d' *A Razão*. Clarimundo já havia trabalhado em Uruguaiana no jornal *A Nação*, após deixar o *Correio da Serra* em Santa Maria. Então, já familiarizado com o ambiente jornalístico da cidade, Clarimundo organizou *A Razão* com uma mentalidade diferente daqueles editores do *Diário do Interior*.¹⁵⁴

Além de demonstrar apoio a Osvaldo Aranha na sua futura campanha eleitoral em Santa Maria, o jornal também pretendia, com esse propósito, circular em diversas outras cidades do interior do estado, assim como o *Diário do Interior*. Ao compararmos os dois jornais em seu ideário, podemos elaborar algumas considerações com características, majoritariamente diferentes, entre ambos. *A Razão* era um jornal mais moderno, de uma maneira geral, mesmo demonstrando empregar um papel de segunda mão por ocasião do lançamento de seu primeiro número em 9 de outubro de 1934. Com um número de páginas que variava de 6 a 8, *A Razão* estava imbuída de anúncios publicitários que foram muito bem explorados por Clarimundo como forma de patrocínio, pois pessoalmente ia atrás dos anunciantes, enquanto que, no *Diário do Interior*, a norma era esperar que os anunciantes viessem ao balcão do jornal. No relacionamento com a vida intelectual da cidade, Clarimundo abriu um espaço no jornal para a divulgação de trabalhos relacionados àquela, o que não ocorria com frequência no *Diário*. Do mesmo modo, *A Razão* iniciou a exploração de dois espaços em suas edições que chamavam a atenção de determinadas partes da população: o policial e o de esportes.¹⁵⁵ *A Razão* também possuía crônicas opinativas que versavam sobre assuntos do cotidiano da cidade, e dos acontecimentos do país, assinadas por um pseudônimo de Clarimundo com o pseudônimo de Paulo Mendes, além de outros jornalistas como Alexandre Barros e Djalma Rio Branco. Abaixo demonstramos exemplos da primeira página, de edições de ambos jornais nos anos pesquisados (Figuras 1 e 2).

¹⁵⁴ Idem.p. 42.

¹⁵⁵ Idem. p. 42-43.



Figura 1: (esquerda) Jornal *Diário do Interior* (1938).

Figura 2: (direita) Jornal *A Razão* (1939).

Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria.

Tomando como referência conceitos modernos do jornalismo, podemos classificar a produção do jornal *A Razão* inserida especialmente no que diz respeito aos seus editoriais e suas reportagens, como será mostrado em exemplos no decorrer deste trabalho. Por ora, apenas apontamos que tais conceitos referem-se primeiramente à reportagem como o processo compreendido entre a captação de dados até à redação do jornal, “um conjunto de providências necessárias à confecção de uma notícia jornalística: cobertura, apuração, seleção de dados, interpretação e tratamento, dentro de determinadas técnicas e requisitos de articulação do texto jornalístico informativo”. Sobre o editorial, podemos considerar um texto que mostra opinião e expressa o ponto de vista do veículo ou da imprensa responsável pela publicação do jornal, e escrito de maneira pessoal e publicado sem assinatura. Para Juarez Bahia, o editorial de um jornal entende-se como um meio que demonstra não apenas a opinião do seu proprietário, mas do conjunto das opiniões dos editores e editorialistas, “profissionais identificados com a linha do jornal” que escrevem e atuam com autonomia, “garantindo um conceito de opinião que busca dignificar o veículo”.¹⁵⁶

¹⁵⁶ BARBOSA, Gustavo Guimarães; RABAÇA, Carlos Alberto. *Dicionário de comunicação*. 2ª.ed. Rio de Janeiro: Campus, 2002. p. 255-56 e 638.

Segundo Edmundo Cardoso, Clarimundo Flores possuía uma linguagem especial e tratava seu tema de forma agradável, embora possuísse um temperamento pessoal forte, chegando mesmo a fazer inimigos no âmbito jornalístico devido a seus ferrenhos posicionamentos em meio a certas circunstâncias, e em razão disso invariavelmente se viu em meio a problemas em que, muitas vezes, seus amigos mais fiéis tinham que intervir, de certa forma retribuindo a proteção que prestara, em situações análogas, aos seus colegas. Clarimundo participou da Revolução de 1923 e também esteve presente, com a patente de capitão de um corpo provisório do exército rio-grandense no Rio de Janeiro, durante a Revolução de 1930. Em 1941, por sua iniciativa, e d' *A Razão*, organizou-se em Santa Maria um congresso estadual, reunindo diretores e proprietários de jornais do Rio Grande do Sul, sendo que o fim do encontro resultou na fundação de um órgão da classe. Também muitas entidades sociais, culturais e esportivas tiveram o apoio d' *A Razão* e, pela falta de uma entidade de formação da classe jornalista na cidade, muitos aspirantes tiveram a oportunidade de mostrar sua qualidade com o aprendizado no jornal, ganhando espaço, se fosse o caso, com crônicas e reportagens que assinavam, conforme seu desempenho.¹⁵⁷

Antes da Segunda Guerra Mundial, órgãos da imprensa da Alemanha e da Inglaterra mantinham um eficiente serviço de propaganda para a imprensa latino-americana, e o *Diário* e *A Razão* recebiam, todos os dias, dos primeiros um farto serviço de informações. No entanto *A Razão* recebia clichês prontos em matéria plástica que, uma vez montados em suportes de madeira, podiam apresentar-se editoriais e mesmo fotografias da guerra antes da entrada no conflito dos Estados Unidos. Aliás, quando iniciou o conflito a primeira página dos jornais mantinham manchetes, contudo era *A Razão* era mais informativa e atualizada. Até mesmo utilizava à porta de seu estabelecimento, um *placard* fixado à parede externa, onde a população, após ouvir a sirene, podia ler as últimas atualizações do que ocorria na Europa.¹⁵⁸

Em 1939, em virtude da péssima administração do último proprietário Ney Luiz Osório, e das dívidas contraídas com seus credores, o *Diário do Interior* foi obrigado a fechar, e, em 1943, Floduardo Silva vendeu *A Razão* para a cadeia Associada de jornais, de Assis Chateaubriand, um dos maiores consórcios jornalísticos do país. Clarimundo não pôde fazer muito e se retirou da presidência do jornal, estabelecendo-se no nascente *Diário do Estado*, em Santa Maria. Entretanto *A Razão* se modernizou tecnicamente nos anos seguintes e se destacou regionalmente e no estado, pois publicava artigos enviados pelos jornalistas da cadeia em âmbito nacional.¹⁵⁹

¹⁵⁷ CARDOSO, Edmundo *apud* SANTOS e SANTOS. *Op. cit.* p. 49.

¹⁵⁸ *Idem.* p. 46.

¹⁵⁹ *Idem.* p. 45.

2.3 HISTÓRIA E JORNALISMO: APROXIMAÇÕES CONCEITUAIS E METODOLÓGICAS

Por estarmos tratando de jornais enquanto fontes históricas, discorreremos a seguir sobre considerações teóricas que aproximam não somente a metodologia em si, mas as relações do jornalismo com a história, para em seguida tratarmos, auxiliados pelo ideário de John B. Thompson, da mídia e poder simbólico.

Especialmente quando destinada às temáticas político-culturais, de acordo com o historiador francês Jacques Julliard¹⁶⁰, a problematização inicia-se com questões pertinentes ao grau de representatividade do escrito, tais como a opinião do jornalista, de seus leitores, recursos e critérios objetivos como por exemplo, frequências e superfícies por assunto nas edições jornalísticas.

Importantes aproximações entre as características técnicas e as funções inerentes ao historiador e ao jornalista nos são fornecidas por Carla Siqueira¹⁶¹. Tomando do historiador francês, Pierre Nora, o sentido de *lugar de memória* (grifos da autora), a importância da imprensa não consiste em ela ser apenas uma expressão – *lugar de memória* – um documento de uma época, mas sim, um *sujeito histórico* importante, que constrói um determinado contexto. Elaborar-se assim uma importante questão: como a atividade desenvolvida pelos que se dizem jornalistas participa do entendimento que os homens têm de seu próprio tempo? Com a prerrogativa de que a potencialidade pedagógica da imprensa, enquanto portadora de uma função social em formar opiniões entre a população, assim como de uma memória histórica de acontecimentos e sucessão de acontecimentos, é a combinação de atualidade-permanência o que dá conteúdo ao jornalismo. Assim, a tarefa do jornalista é dar um sentido à atualidade, organizando fatos em um processo. No momento em que fornece informações, o jornal não deixa de produzir o entendimento que seus redatores, editores, diretores e proprietários, em suma o grupo responsável pela sua veiculação possui sobre determinadas circunstâncias, momentos e contextos.¹⁶²

¹⁶⁰ JULLIARD, Jacques. A política. IN: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre (orgs.). *História: novas abordagens*. trad. Henrique Mesquita. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1998, p. 190.

¹⁶¹ SIQUEIRA, Carla. A construção da memória histórica na imprensa carioca do início da república. IN: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; MOREL, Marco (org). *História e imprensa: homenagem a Barbosa Lima Sobrinho – 100 anos: anais do colóquio*. Rio de Janeiro: UERJ, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1998. p. 67-71.

¹⁶² SIQUEIRA, Carla. *Op. cit.* p. 67.

O entendimento da potencialidade do discurso jornalístico, segundo Roger Chartier¹⁶³, metodologicamente dá-se pela consciência da historicidade da sua produção e na intencionalidade de sua escrita. Por isso, é permitido que vejamos e acompanhem, no movimento da história, a própria imprensa que se faz sujeito do processo histórico. Pelo referido, é mister a investigação da identidade (historicidade) de uma produção jornalística, trazendo à tona suas capacidades técnicas e o reconhecimento social do jornalismo na condição de instância leitora dos acontecimentos. Para Siqueira, também a imprensa localizada em um meio, no qual há uma forte presença político-partidária ou ideológica cerceando a opinião da população, ocorrem diferentes posicionamentos da primeira:

É interessante demarcar o esforço empreendido pela imprensa na afirmação de sua legitimidade. O auto-retrato construído pela imprensa é o de um instrumento direto e imediato de ação educativa. A imprensa ora se apresenta como expressão de opinião pública, ora como sua formadora e guia. Em ambos os casos, afirma-se como mediadora entre os cidadãos e o governo, e portanto, como peça fundamental do funcionamento do regime. Constrói um reconhecimento social do jornal enquanto espaço de criação de verdades e de conceitos universais.¹⁶⁴

Para Márcia Janete Espig, o jornal possui muitas qualidades que lhe são peculiares e úteis para a pesquisa histórica, entre elas, a periodicidade. Os jornais podem ser considerados “arquivos cotidianos” onde podemos acompanhar a memória do que ocorre todos os dias e estabelecermos, de acordo com nosso interesse, uma linha cronológica dos acontecimentos históricos. Além da disposição espacial da informação, com a possibilidade da inserção dos acontecimentos em amplos contextos, está o fato da censura sofrida no imediato de sua publicação, não podendo esta ser modificada após ser publicada. No entanto é o que acontece com outras fontes que padecem de triagem antes serem arquivadas.¹⁶⁵

Entretanto precisamos ressaltar a respeito do tratamento dado ao jornal como fonte histórica, que invariavelmente constitui um problema: “a ausência de crítica interna ao conteúdo jornalístico, e sua utilização como se este fosse uma fonte precisa, no qual a informação é válida por si mesma”. Ou seja, o historiador com raras exceções, trata jornal como um instrumento em que se “recupera” o fato histórico em direção à realidade, não exercendo a crítica interna.¹⁶⁶

¹⁶³ CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand, 1990. p 63.

¹⁶⁴ SIQUEIRA, Carla. *Op. cit.* p. 68.

¹⁶⁵ ESPIG, Márcia Janete. O uso da fonte jornalística no trabalho historiográfico: o caso do Contestado. *Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre: PUC-RS – Curso de Pós-Graduação em História. v. XXIV, n.2, dez. 1998. p. 274.

¹⁶⁶ ESPIG, Márcia Janete. *Op. cit.* idem.

A necessidade de uma leitura atenta e meticulosa na utilização historiográfica da imprensa se justifica pelo fato de que ela não informa a história e, simplesmente, o historiador não pode retirar dados, pertinentes ao seu interesse, de seu recorte temporal/espacial para dar seu trabalho como concluído. Sobre o jornal devem pesar considerações metodológicas que possibilitem uma leitura rigorosamente cautelosa para que desvendemos o que é importante para o assunto tratado pelo investigador.¹⁶⁷

Devemos tratar o jornal como resultado de uma representação, conceito que, de acordo com Roger Chartier, é o modo como, em um momento histórico específico, uma realidade social foi dada a ler, sendo construída e pensada¹⁶⁸. Essa definição de representação incorpora-se às estruturas do mundo social e à construção de laços sociais. Assim, em determinado contexto social são geradas práticas identitárias próprias, nas quais cada indivíduo, grupo ou comunidade constrói representações de si mesmo. Nisso, há o sentido de imaginário social:

[...] através do termo imaginário designamos o conjunto de representações e idéias-imagem através das quais as sociedades legitimam-se, criam uma identidade, elaboram modelos formadores para seus cidadãos, etc. O qualificativo “social”, por sua vez, insere a atividade imaginante individual em um fenômeno coletivo, orientando-a para a sociedade ou para um grupo bem determinado no interior desta sociedade. Os imaginários sociais são referências importantíssimas dentro do sistema simbólico que produz a comunidade e através do qual se elaboram suas finalidades. Através deles, reconstitui-se parte do passado da comunidade, designa-se sua identidade e elaboram-se sua identidade sua representação sobre si mesma; distribuem-se papéis e funções sociais, expressam-se crenças comuns e fixam-se modelos de comportamento.¹⁶⁹

Dessa maneira, a imprensa é passível de ser utilizada por meio de uma abordagem que a considere uma representação do real. Neste, atuam diversos filtros que modificam formas visíveis que o historiador tem de precisar e equacionar em suas considerações. É inevitável que as representações do jornal partilhem daquelas presentes no imaginário social da época, mas devemos relevar que, principalmente em termos comerciais, o jornal tem ciência dos assuntos que interessam ao público e que este faria questão de adquirir mediante compra ou assinatura. Como demonstra Espig com as devidas ressalvas, pois não podemos precisar até que ponto os periódicos obtinham sucesso nos seus propósitos, mas resta evidente que não podiam se distanciar do que seria a forma de pensar da época e do(s) grupo(s) a quem se dirigiam:

¹⁶⁷ Idem.

¹⁶⁸ CHARTIER, Roger. *Op. cit.* p. 63.

¹⁶⁹ ESPIG, Márcia Janete. *Op. cit.* p. 275.

Caso o jornal enunciasse um discurso completamente avesso ao modo de pensar e à visão de mundo global existentes na sociedade à qual se dirigia, não teria qualquer aceitação e estaria fadado ao fracasso editorial. As mensagens enunciadas por um jornal inserem-se – ou lutam para se inserir – no imaginário social presente em determinada época. As representações precisavam fazer sentido, criar significado para as pessoas que liam o periódico.¹⁷⁰

Por conseguinte, inferimos que o discurso jornalístico não pode fugir do que viria a ser a forma de pensar predominante da época e do grupo para o qual se voltava. Contudo a relação que aquele mantém com seu imaginário contemporâneo não é de subordinação, mas de uma dinâmica reveladora que cria sentido:

Ao mesmo tempo em que se esforça para adequar-se ao imaginário social à qual se dirige, a imprensa também contribui para criar ou modificar este imaginário. As instituições jornalísticas, gozando de certa credibilidade frente ao público leitor, poderiam criar imagens e representações que, sendo mais ou menos fiéis aos fatos objetivos, canalizassem ações e formassem opiniões acerca de tais ou quais assuntos.¹⁷¹

Refutando-se à hipótese de um leitor comportar-se com passividade ao receber o conteúdo jornalístico, devemos pensar em um leitor que *pode* ser influenciado pelo que é inseridos nas informações (posição em relação à política, valores comportamentais por exemplo), uma vez que seu veículo, o jornal em questão, usufrui de posição prestigiada na sociedade.

Desta forma, percebemos para os jornais uma relação circular com o real: ao mesmo tempo em que dá exteriorização a um determinado discurso criador de significados, também encontra-se atrelado ao que é possível dizer, ou seja, seu discurso não pode fugir da visão de mundo presente naquela sociedade, sob o risco de tornar-se algo sem sentido. Devemos igualmente tentar perceber qual era o perfil do leitor-alvo dos periódicos, ou seja, a que clientela seu discurso destinava-se essencialmente.¹⁷²

Ainda destaca a autora outro aspecto essencial: o cotejamento do jornal com outras fontes primárias do contexto histórico em questão. O fato de não compreendermos algum ponto fornecido pelo jornal é o que pode nos levar a buscarmos explicações plausíveis em outras fontes, o que tornará a informação jornalística revalidada e revalorizada em sua importância histórica.¹⁷³

De acordo com o historiador Célio José Losnak, o jornal é uma empresa privada que informa o leitor sobre os acontecimentos da sociedade e suas dimensões, possuindo uma linha

¹⁷⁰ Idem. p. 276.

¹⁷¹ Idem. p. 276-277.

¹⁷² Idem. p. 277.

¹⁷³ Idem. p. 281.

editorial e uma comercial. Nele circulam propostas divergentes e convergentes não apenas de redatores e jornalistas, mas de editores e proprietários.

O produto final – a notícia, o artigo, a reportagem – é condicionado pelo trabalho de coleta de informações, pela análise do jornalista, pela linha que o editor define, pelos eventuais interesses comerciais e políticos da empresa ou de seus proprietários. A confluência dessas e outras interações é uma das questões que diferenciam os jornais entre si.¹⁷⁴

O jornal pode ser conhecido também como uma produção social, pois difunde ideologias para a sociedade e cria notícias ao elaborar temas, discussões e até mesmo eventos para servirem de estratégias para mais matéria-prima para suas notícias. Também pode representar um grupo, empresas, facções políticas, mas seu discurso sempre apresenta tom objetivo, fornece dados e informações, ocultando o emissor ou quando a matéria é assinada, escreve-se com a representação de supostos saberes e verdades universais. Entretanto a sua representatividade é sustentada no fato de que os leitores observam nele um espaço de discussão sobre a sociedade em que se refletem tensões, contradições e perplexidade. O jornal tenta ser um espaço uníssono, mas pode, casualmente, deixar aparecer dissonâncias; tenta buscar um discurso com coerência, porém apresenta algumas visíveis lacunas e contradições; elabora um discurso verbal e não verbal. Em suma, é uma rica fonte para o historiador explorar vários temas que constituem a sociedade, identificando possíveis tramas de representação social.¹⁷⁵

Desse modo, a imprensa não pode ser pensada como uma entidade abstrata, mas como um espaço em que se experimenta, por parte dos homens, um espaço formulador de múltiplos entendimentos e expressões. É aqui que reside o valor do discurso jornalístico enquanto lugar de memória de uma sociedade, pois expressa vários conflitos que fazem parte de uma época na percepção positiva ou negativa, de aceitação ou de rejeição por parte do público diante das divulgações jornalísticas.¹⁷⁶

Em Santa Maria, a divulgação do projeto de cidade moderna e progressista a cargo dos jornalistas, seguiu, de maneira explícita ou não, os propósitos do intendente municipal – Antonio Xavier da Rocha – para fazer com que a população da cidade acreditasse em um progresso material inaudito. As elites letradas do *Diário do Interior* e de *A Razão*, cada uma a sua maneira, se utilizaram da representação do moderno para dar base e visibilidade também a

¹⁷⁴ LOSNAK, Célio José. *Polifonia Urbana – imagens e representações: Bauru 1950 – 1980*. Bauru: Edusc, 2004. p. 81.

¹⁷⁵ LOSNAK, Célio José. *Op. cit.* p. 82-83.

¹⁷⁶ Idem. p. 83.

um articulado projeto de legitimação da ação política de atores do cenário nacional (o *Diário* enaltecendo incondicionalmente as medidas de Getúlio Vargas, e *A Razão* mais centrada na atuação do embaixador e ministro Osvaldo Aranha, por exemplo). O discurso jornalístico pode ser considerado um meio por onde seus redatores podem criar realidades. Sua linguagem é imbuída de códigos que também são recebidos pelo público de maneiras diversificadas. Desse modo, no entendimento de Gisele Becker:

Podemos falar, então, em uma prática jornalística que não reflete a realidade, mas que a representa e constitui por meio de uma série de artifícios. Ela se torna socialmente relevante, na medida em que contribui para a existência pública dos acontecimentos e para a construção de significações. O jornalismo, nesse sentido, é uma representação social paradoxal: ao mesmo tempo em que os jornalistas são vistos como responsáveis pela distorção das informações [...] eles deixarão, de algum modo, os atores sociais representados nas notícias ditar a forma das mesmas, pois serão as afirmações desses atores a fabricar a história (a representação) do que aconteceu.¹⁷⁷

Outra consideração é que o jornalismo atua como um legitimador da ordem social, pois produziria ideologia(s) que imbuídas de valores e normas reproduzem e legitimam a estrutura e a ordem sociais. De acordo com Jorge Pedro Sousa, o sistema cultural da sociedade também influencia os meios de comunicação, ocorrendo na realidade um movimento duplo:

[...] os meios jornalísticos tomam parte da estrutura política dessa sociedade tanto quanto tomam parte da estrutura social, econômica, histórica e cultural da comunidade em que se inserem e na qual se desenvolvem. Mas trata-se de uma comunicação mediada. Ou seja, as realidades que os *news media* nos dão a conhecer são as realidades mediatizadas por esses mesmo meios.¹⁷⁸

No jornal, encontram-se dados diversos sobre a sociedade, em um contexto histórico específico. Na representação que é feita pelo jornal, a imprensa captura partes da dinâmica da realidade e a relaciona a práticas sociais do período. É na análise do recorte temporal em questão que se identificam, por exemplo, as práticas políticas de seus representantes, a complexidade de lutas sociais e significados sentidos em representações culturais: “Grupos se aproximam e se distanciam segundo as conveniências do momento; seus projetos se interpenetram, mesclam-se e são matizados”.¹⁷⁹

¹⁷⁷ BECKER, Gisele. *A construção da imagem da prostituição e da moralidade em Porto Alegre pelo jornal A Gazetinha: uma análise dos códigos sociais segundo a hipótese de Agendamento (1895-1897)*. Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, 2007. p. 105.

¹⁷⁸ SOUSA, Jorge Pedro. *Teorias da notícia e do jornalismo*. Chapecó/Florianópolis: Argos/Letras Contemporâneas, 2002. p. 122.

¹⁷⁹ BECKER, Gisele. *Op. cit.* p. 107.

No entendimento de Castoriadis, imaginário “...não é a imagem de. É criação incessante e essencialmente indeterminada (social-histórica e psíquica) de figuras/formas/imagens, a partir das quais somente é possível falar-se de ‘alguma coisa’. Aquilo que denominamos ‘realidade e ‘racionalidade’ são seus produtos”¹⁸⁰. Assim, em Santa Maria, o imaginário do progresso foi representado majoritariamente pelas realizações materiais-urbanas. Em suas inaugurações confundiram-se com o patriotismo estimulado pelo governo da República, alicerces da modernidade e de seu porvir que estavam se realizando.

As celebrações de culto pátrio, no momento de inaugurações empreendidas por obra da Intendência entre 1937 a 1941, são importantes oportunidades para a problematização de como é percebido o tempo pelas pessoas e da participação da imprensa na condição de construtora de uma inteligibilidade do presente. A comemoração traz à tona uma reflexão sobre a história de determinado grupo, ligando passado e presente, além de proporcionar uma percepção histórica daquele momento. De acordo com o relatado pelos jornais *Diário do Interior* e *A Razão*, o que se fazia sentir, naquelas ocasiões, era o fortalecimento do sentimento de ruptura com o passado: o sentido do novo em contraste com o velho; a modernidade progressista para ocupar o lugar da estagnação retrógrada; o Estado Novo uno que rompeu com a preponderância das oligarquias regionais fragmentadas; além da confiabilidade (principalmente nos discursos de autoridades presentes) em um futuro promissor que contaria com resultados ainda melhores do que aqueles conquistados até então.

A percepção que os homens têm de seu presente está informada pelo conhecimento do passado. Assim a rememoração histórica realizada pela imprensa no momento celebrativo não oferece apenas uma visão do passado: pelo o que lembra e pelo o que esquece, oferece também uma compreensão do presente e das possibilidades do futuro. O discurso jornalístico no momento da comemoração torna-se um documento valioso para se pensar como a sociedade articula suas experiências e expectativas em um determinado ponto de sua trajetória histórica, como ela confere sentido a esta trajetória.¹⁸¹

Para a historiadora Marialva Barbosa¹⁸², as relações existentes entre historiadores e jornalistas nunca foram das mais calmas. Mesmo que as duas áreas sempre apresentem conflitos, jamais foi impedida uma convergência, até quando existia certa resistência ao factual na história e ao sensacionalismo exagerado no jornalismo. De acordo com a autora, o passado é, em princípio, o tempo da análise histórica, já o presente é o momento privilegiado do jornalismo e, para que sejam traçadas aproximações e semelhanças entre as duas áreas, recorre-se ao ato de seleção. Os meios de comunicação da mídia, ao selecionarem o que se

¹⁸⁰ CASTORIADIS, Cornelius. *Op. cit.* p 231-232.

¹⁸¹ SIQUEIRA, Carla. *Op. cit.* p. 69.

¹⁸² BARBOSA, Marialva. Jornalismo e história: um olhar e duas temporalidades. IN: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; MOREL, Marco (org). *Op. cit.* p. 87-91.

tornará objeto e irá compor a notícia está na realidade procedendo à criação do próprio acontecimento. Assim, longe de serem apenas veículos de comunicação, os responsáveis por sua veiculação são também criadores de uma versão do acontecimento, formando uma memória privilegiada do presente e que se tornará objeto de estudo do historiador no futuro.¹⁸³

Sobre os métodos e técnicas a serem instrumentalizados pelo historiador diante de um trabalho produzido pelo jornalismo, Marialva Barbosa também afirma que,

A idéia de que a história trabalha com o epílogo do acontecimento e o jornalismo não conhece o desfecho da trama, marca também uma diferença fundamental no tipo de análise construída. A crítica e previsão realizadas pelo jornalista na sua interpretação da informação resultam numa subjetividade ainda mais patente. O historiador, revestindo-se de métodos e teorias, busca na sua análise a certeza possibilitada pela ciência.¹⁸⁴

Não obstante, continua a autora, igualmente a aparente diferença de temporalidades denota uma distinção inequívoca entre a história e o jornalismo. A primeira não se volta necessariamente ao passado, mas apenas possibilita uma sua reconstrução deste; e as fontes também não possuem uma única interpretação que possamos considerar como verdadeira. Do outro lado, o jornalismo não se ocupa somente do presente: ao selecionar e priorizar alguns pontos para suprirem a notícia (segundo critérios subjetivos): o jornalista está fazendo uma reconstrução do passado e fixando uma memória futura do próprio acontecimento. Ou seja, mais do que evitar a pretensão de buscar uma única verdade, é mister que esteja ciente de que o trabalho do historiador é passível de questionamentos em sua interpretação defendida.

A importância de uma interpretação coerente por parte do leitor, não só daquilo que é escrito pelo jornalista, mas também pelo historiador, é abordada pela autora:

[...] É uma ficção tanto do historiador como do jornalista pensar o que descreveu, com começo, meio e fim, como verdadeiro ou real e que ele simplesmente registrou o que aconteceu. Tanto aquilo que representa o ponto inicial de sua narrativa, como o que se localiza como ponto final são inevitavelmente construções, que dependem também de uma linguagem figurativa capaz de dar o aspecto de coerência.¹⁸⁵

Ainda para a autora, os impressos atuais são fontes privilegiadas para a análise histórica e jornalistas podem vir a ser interlocutores do passado para o futuro historiador. Essa dinâmica, evidentemente, tem resultados quando ocorre no presente, ao procurarmos histórias, lembranças e informações do passado. Isto traz à superfície outra aproximação entre as duas classes: a própria tendência dos últimos anos, em pesquisas acadêmicas históricas, em

¹⁸³ BARBOSA, Marialva. *Op. cit.* p. 87.

¹⁸⁴ *Idem.* p. 88.

¹⁸⁵ *Idem.* p. 90.

“recuperar o passado e também o leitor do passado através dos textos ou das expressões comunicativas produzidas nesse passado”, sendo que, igualmente importante, é o entendimento da realidade em que se situa o seu registro, principalmente, no que diz respeito aos atores sociais envolvidos:

Essa história – na qual se destaca a apreensão do social como total e a percepção da narrativa histórica como artefato literário – visualizaria o processo da comunicação como um sistema, no qual tem tanta importância o conteúdo da mensagem, o produtor da mensagem, como também a forma como o leitor/espectador entendeu, nos limites de sua cultura, os sinais emitidos ou impressos. Importa, pois, nessa história a apropriação diferenciada de mensagens feita por um leitor/espectador, um sujeito social e histórico, vivendo num mundo pleno de significados.¹⁸⁶

Ainda em consonância com a autora, tanto o historiador como o jornalista procedem segundo uma reinterpretação em que está inserida a subjetividade. Ambos constroem narrativas para melhor entenderem o passado e o presente. O jornalista, por seu turno, ao postular para seu texto uma característica de construção do fato do acontecimento não lhe suprime a importância política ou social, apenas reconhece que sua redação é produzida dentro de parâmetros que apresentam especificidades, nas quais se insere a característica humana – de um sujeito histórico – que escreve relatos, o próprio jornalista.

Os textos são documentos que revelam ou refletem um lugar, um tempo e uma cultura coerentes. Ler textos (com a devida interpretação pessoal, naturalmente) reduz sua complexidade e a do próprio contexto de passado ou presente em que se está inserido. Além disso, o texto é, sobretudo, uma produção de sentido e na sua análise, é preciso visualizá-lo enquanto um espaço, no qual há o cruzamento de várias subjetividades (dos leitores, produtores do texto) e muitas especificidades contidas dos próprios textos e das formas em que esses escritos se materializam.¹⁸⁷

Na conclusão de seu ideário, a autora afirma que idealizar é uma atitude natural de que faz uso da escrita, especialmente quando esse é o seu meio de vida. Os textos (impressos ou não) são fontes para a construção de um acontecimento próximo ou distante (de um presente e de um passado). Quando escrevemos, colocamos muito de nós mesmos, mas nossas idealizações estão sujeitas a limites de natureza ideológica e cultural. Assim, é na reflexão acerca dessas idealizações, com um papel político (que aqui se entende pela impossibilidade de sermos imparciais no que escrevemos), que há um aspecto comum tanto ao jornalista como ao historiador.

¹⁸⁶ Idem. p. 89.

¹⁸⁷ Idem. p. 91.

Para Michel de Certeau, na atitude escriturística, o “laboratório” que se faz da escrita é compreendido como função estratégica: de fazer com que a mensagem escrita seja classificada em um sistema ou fazer que uma informação recebida da tradição ou de fora nesse lugar determinado atinja o meio (o público no caso do jornal), no entanto isso é o produto de uma inversão industrial. O que entra na página é “recebido” e o que sai dela é um “produto”. Os sinais de “passividade” do sujeito-público podem ser compreendidos como aquilo que entra na página; por sua vez o que sai (e é entendido pelo público) é a capacidade desse público de “fabricar objetos” a partir daí. No final, quem promove a escrita sempre transforma e/ou conserva dentro de si instrumentos de uma apropriação exterior. Igualmente está imbricada nessa situação determinado sentido de progresso, pois a escrita é um processo em que se constitui uma página em branco com palavras e, de certa maneira, o acontecido é refeito: “Portanto, com toda a razão, nos últimos três séculos aprender a escrever define a iniciação por excelência em uma sociedade capitalista e conquistadora. É sua *prática iniciática fundamental*.”¹⁸⁸

Em relação à credibilidade do que é escrito, Certeau nos mostra mecanismos externos à instituição jornalística – mas que referenda de acordo com o caso, seus propósitos, pois a escritura “faz os crentes se moverem” (os leitores). O autor explica que

[...] por curiosa circularidade a capacidade de fazer se mover – de escrever e maquinar os corpos – é precisamente o que faz crer. Como a lei é já aplicada com e sobre corpos, “encarnados” em práticas físicas, ela pode com isso ganhar credibilidade e fazer crer que está falando em nome do “real”. Ela ganha fiabilidade ao dizer “Este texto vos é ditado pela própria Realidade”. Acredita-se então naquilo que se supõe real, mas este “real” é atribuído ao discurso por uma crença que lhe dá um corpo sobre o qual recai o peso da lei. A Lei deve sem cessar “avançar” sobre o corpo, um capital de encarnação, para assim se fazer crer e praticar.¹⁸⁹

Na interpretação de uma determinada realidade, vale trazer à tona o pensamento de Pierre Bourdieu¹⁹⁰, o qual afirma que ela não é absoluta e difere “de acordo com o grupo a que o indivíduo pertence”. Aquilo que é tratado com especial interesse por um grupo elitista, no presente caso (a remodelação urbana incentivada por uma elite letrada aliada a um grupo político), através da defesa de uma “cultura urbana”, é determinado “em ampla medida pelo que é socialmente considerado como tal”. Pois, segundo Bourdieu, em cada época de cada sociedade, existe uma verdadeira hierarquia de objetos de estudo que são pensados como

¹⁸⁸ CERTEAU, Michel de. A economia escriturística. IN: _____. *A invenção do cotidiano*. vol 1. A arte de fazer. 6ª ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2001. p. 226-227.

¹⁸⁹ CERTEAU, Michel de. *Op. cit.* p. 241.

¹⁹⁰ BOURDIEU, Pierre. Sistemas de ensino e sistemas de pensamento. IN: _____. *A economia das trocas simbólicas*. 3ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1992. p. 212.

legítimos por um grupo de destaque, que os consegue lhe impor de maneira total, como se não houvesse a necessidade de ser explicada. No caso em que tal ideário é explicitado pela escrita, no qual as palavras (e, sobretudo, as figuras de palavras e figuras de pensamento de uma escola letrada) moldam um pensamento destinado a ser dominante.

Os esquemas lingüísticos e intelectuais determinam muito mais o que os indivíduos apreendem como digno de ser pensado e o que pensam a respeito, pois atuam fora do alcance das tomadas de consciência crítica: “o pensamento segue uma rede de caminhos abertos no interior de uma linguagem particular, uma organização capaz de orientar de modo sistemático na direção de certos aspectos da inteligência ou de certos aspectos da realidade, descartando sistematicamente outros aspectos valorados por outras linguagens.”¹⁹¹

A participação em uma cultura comum constitui um dos fundamentos assegurado de cumplicidade, existente entre membros de uma classe dominante, mesmo que existam diferenças econômico-profissionais. Pode ocorrer de estarem ligados ao mesmo problema a fim de solucioná-lo, de partilharem de um vocabulário e uma maneira de se exprimir que deixem transparecer nuances de sentido, necessárias a seu objetivo.¹⁹²

Portanto, em um sentido mais geral, podemos entender por formas simbólicas o lado subjetivo que acompanha as relações desempenhadas em nosso cotidiano. Na história, a nossa compreensão do passado também é responsável pelo o que produzimos sobre aquilo que foge de nossa experiência pessoal e de nosso lugar fora dele, em que cada vez mais é modelado pela mediação de forças simbólicas. Entre essas, notadamente se destaca a mídia. A difusão de seus produtos nos possibilita a experiência de determinados eventos, a investigação de outros e o conhecimento de outras partes do mundo cujo grau de importância se encontra relativamente além do nosso dia a dia.

2.4 MÍDIA E PODER SIMBÓLICO

Antes de discorrermos acerca do referencial teórico de John Thompson sobre mídia e poder simbólico, cabe tratarmos, de maneira breve, como surge a presença do sentido de “mídia” na história para, em seguida tratarmos do ideário de John B. Thompson que, uma vez relacionado aos significados da produção da imprensa, nos possibilitará um melhor entendimento do simbolismo midiático presenciado em Santa Maria.

¹⁹¹ BOURDIEU, Pierre. *Op. cit.* p. 213.

¹⁹² Idem. p. 216.

Para os historiadores Peter Burke e Asa Briggs, em sua obra *Uma história social da mídia*, o desenvolvimento desta se dá durante a Idade Moderna na Europa, em consonância ao surgimento da esfera pública, quando “a informação da política, as atitudes e os valores [foram] compartilhados em determinadas sociedades européias ou em grupos sociais específicos”. Desse modo, no período compreendido entre, mais ou menos 1450 e 1790, são tratados na obra como os diferentes meios de comunicação contribuíram para que acontecimentos históricos possibilitassem a “evolução e modificação do sistema de mídia”. Como primeiros contextos históricos em que a população ou grupos da sociedade se encontraram “informados” sobre os eventos, os autores citam, por exemplo, os ataques mútuos realizados entre os ultracatólicos partidários da família Guise e os huguenotes franceses; através também de placares e cartazes no século XVI; a Revolução Puritana na Inglaterra, em que os partidos ingleses imprimiam os seus “livros de notícias”; até a Revolução Francesa e os jornais que definiam o posicionamento dos clubes políticos com seus expoentes burgueses, notadamente jacobinos e *cordeliers*.¹⁹³

Para John B. Thompson, o desenvolvimento e as implicações dos meios de comunicação não deixam de constituir uma reelaboração do próprio caráter simbólico da vida social: “uma reorganização dos meios pelos quais a informação e o conteúdo simbólico são produzidos e intercambiados no mundo social e uma reestruturação dos meios pelos quais os indivíduos se relacionam entre si.”¹⁹⁴ Segundo o autor, as mais antigas formas de comunicação gestual até os mais recentes desenvolvimentos na tecnologia computacional têm sido traços de suma importância na vida social, na produção, armazenamento e circulação de informação, bem como no conteúdo simbólico, os quais praticamente, desde o século XV (século que marca a invenção da imprensa por Johannes Guttenberg), passam por significativas transformações. E é precisamente na era moderna que o desenvolvimento da mídia transformou a natureza da produção e do intercâmbio simbólicos no mundo.

Os fenômenos sociais podem ser compreendidos, no entendimento de Thompson, como frutos de intenções levadas a termo em contextos sociais estruturados. O poder, por exemplo, é um desses fenômenos sociais de caráter penetrante (por vezes extremamente norteador) que caracteriza ações em uma sociedade. Um indivíduo inserido dentro de um campo ou instituição é ligado ao *poder* (grifo do autor) que ele ou ela possui. Esse poder é a capacidade de agir para se alcançar objetivos ou interesses próprios, bem como intervir no

¹⁹³ BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. *Uma história social da Mídia: de Gutenberg à Internet*. 2ª ed. trad. Maria Carmelita Pádua Dias. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. p. 80.

¹⁹⁴ THOMPSON, John B. *A mídia e modernidade: uma teoria social da mídia*. 5ª ed. trad. Leonardo Avritzer. Petrópolis, RJ, Vozes: 1998. p. 19.

curso dos acontecimentos e em suas consequências. Ao acumularem recursos (subjetivos, como o prestígio, e/ou capital material de maneira concreta, por exemplo), os indivíduos podem aumentar seu poder:

Há recursos controlados pessoalmente, e há também recursos acumulados dentro de organizações institucionais, que são bases importantes para o exercício do poder. Indivíduos que ocupam posições dominantes dentro de grandes instituições podem dispor de vastos recursos que os tornam capazes de tomar decisões e perseguir objetivos que têm consequências de longo alcance.¹⁹⁵

Ao fazer uma distinção de caráter analítico entre as diversas formas de poder, Thompson nos apresenta, com os poderes “político” e “econômico”, os poderes “coercitivo” e “simbólico”, que se inter-relacionam com os primeiros. O poder econômico pode ser entendido basicamente decorrente da atividade produtiva humana, relacionada aos meios para sua subsistência e transformação da matéria-prima em bens de consumo. Por seu turno, o poder político deriva da atividade de coordenação dos indivíduos e da fixação dos padrões de sua interação com atividades desempenhadas, de uma maneira relativamente centralizada, dentro de um território mais ou menos circunscrito. Para o autor, todos os estados ou instituições paraestatais constituem sistemas de autoridade, implicando em um complexo sistema de regramento e procedimentos que possibilitam os indivíduos a agirem, por vezes, de maneiras determinadas. No entendimento do autor, a capacidade que o Estado possui em exercer sua autoridade depende desses dois últimos tipos de poder, definidos como coercitivo e simbólico:

Fundamentalmente o estado pode recorrer a vários tipos de coerção – isto é, ao uso real ou sob ameaça da força física – para garantir o exercício do poder político, tanto com relação às ameaças ou invasões externas, quanto com relação à agitação ou desobediência internas. A autoridade do estado pode também se apoiar na difusão de formas simbólicas que procuram cultivar e sustentar a crença na legitimidade do poder político.¹⁹⁶

Ressaltamos que o poder coercitivo possui uma relação histórica com o poder político, mas é preciso distingui-los porque, por exemplo, uma das principais instituições do Estado (o exército) é também a forma mais importante do poder coercitivo, o poder militar.

Por fim, existe a difusão de formas simbólicas com a finalidade de nos fazer acreditar na legitimação do mesmo poder político, que consiste no quarto tipo, o poder simbólico. Nesse sentido,

¹⁹⁵ THOMPSON, John B. *Op. cit.* p. 21.

¹⁹⁶ *Idem.* p. 23.

O quarto tipo de poder é cultural ou simbólico, que nasce na atividade de produção, transmissão e recepção do significado das formas simbólicas. [...] Os indivíduos [...] são continuamente envolvidos na comunicação uns com os outros e na troca de informações de conteúdo simbólico [...]. Na produção de formas simbólicas, os indivíduos se servem destas e de outras fontes para realizar ações que possam intervir no curso dos acontecimentos com conseqüências as mais diversas. As ações simbólicas podem favorecer reações, e liderar respostas de determinado teor, sugerir caminhos e decisões, induzir a crer e a descrever ¹⁹⁷

Na concepção de ideologia que tem como enfoque a maneira com que as formas simbólicas servem para estabelecer e sustentar relações de domínio, estas não existem por si só. Segundo Thompson, elas são ideológicas *somente e até onde servem* em contextos particulares a fim de estabelecerem e sustentarem de maneira sistemática, relações de poder. Assim, o desenvolvimento midiático aumentou, sobremaneira, a capacidade de transmissão de mensagens ideológicas através de largas faixas de espaço e tempo, bem como a de transportar estas aos mais diversos lugares. Desse modo, foram criadas condições para a infiltração mediada de mensagens, imbuídas de determinadas ideologias no âmbito da vida diária.¹⁹⁸

No Estado Novo, foi evidente a atuação do DIP, ao organizar, cercear e cooptar esferas da vida intelectual dos brasileiros de amplas classes sociais. Uma vez que o conteúdo transmitido produziu, no entendimento da população, sentido próximo ao desejado pelo governo – a consonância de ideais, o sucesso das mensagens através de discursos, ritos e símbolos tiveram espaço. A recepção positiva de tais demonstrações foi perceptível no país e em Santa Maria, quando aconteciam as cerimônias, desfiles de alunos, hasteamento da bandeira, recitais e cantos cheios do patriotismo. Por sua vez, no cotidiano das pessoas, os lemas estadonovistas – dever pátrio, o trabalho para o progresso da nação, entre outros, eram lembrados e de novo trabalhados no seu imaginário devido ao contato com as notícias da imprensa ou do rádio.

Contudo, para Thompson, considerar mensagens como ideológicas ou não depende da recepção e incorporação dessas na vida do indivíduo, não aprofundando os fatores da intencionalidade, interesses e propósito do(s) produtor(es) da mensagem, imprescindíveis para o estudo da difusão das ideologias políticas nos meios de comunicação, e restringe-se somente à interação da mensagem no *self* (elementos constitutivos da formação pessoal de cada indivíduo).¹⁹⁹

¹⁹⁷ Idem. p. 24.

¹⁹⁸ Idem. p. 186.

¹⁹⁹ Neste sentido, o ponto de vista de Thompson é o de que com o desenvolvimento das sociedades modernas, a formação do *self* tem um processo mais reflexivo e aberto, uma vez que as pessoas dependem mais de recursos próprios para construir sua identidade por meio da disponibilidade de informações de outros espaços, aos quais

A capacidade de atuação, ao transmitir o conjunto de ideias e valores culturais estadonovistas pelas elites letradas, no contexto santa-mariense, de certo modo, foi determinante, *a priori*, junto à população da cidade, ao instigá-la a aceitar seus pressupostos através de seus mecanismos de cooptação. No entanto, como ressalta Thompson, a ideia de que os receptores da mensagem da mídia são passivos é errônea. Desde o momento em que se visualiza a mensagem passada até sua absorção e compreensão, existe um processo ativo e criativo que faz com que o sentido dado pelos indivíduos àquilo que lhes é transmitido varie de acordo com a formação e condição sociais de cada um, de tal maneira que a mesma mensagem pode ser entendida de várias formas em diferentes contextos.

Devemos abandonar a idéia de que os destinatários dos produtos da mídia são espectadores passivos cujos sentidos foram permanentemente embotados pela contínua recepção de mensagens similares. Devemos também descartar a suposição de que a recepção em si mesma seja um processo sem problemas, acrítico e que os produtos são absorvidos pelos indivíduos como uma esponja absorve água. Suposições deste tipo têm muito pouco a ver com o verdadeiro caráter das atividades de recepção e com as maneiras complexas pelas quais os produtos da mídia são recebidos pelos indivíduos, interpretados por eles e incorporados em suas vidas²⁰⁰

Conforme o cotejo das edições dos jornais *Diário do Interior* e *A Razão* com a compilação da Legislação Municipal, precisamente os Atos da Intendência de Santa Maria do período em questão (1937-1941), é possível entendermos porque, por exemplo, comerciantes do centro da cidade viam a urbanização empreendida pela Intendência como algo benéfico, pois ao serem realizados os melhoramentos na cidade, o fluxo de pessoas e turistas aumentaria nas principais ruas onde possuíam negócios. Aliás, a divulgação de manuais do município em outras regiões do estado atuava para que isso acontecesse. Entretanto, um morador do mesmo perímetro urbano, de classe mais modesta, ao ser obrigado a construir calçada em frente a sua casa, (conforme promulgação de Atos da Intendência), com risco de multa caso não acatasse a ordem, via a urbanização de um prisma diferente.

Antes o significado ou o sentido de uma mensagem deve ser visto como um fenômeno complexo e mutável, continuamente renovado e, até certo ponto, transformado, pelo processo de recepção, interpretação e reinterpretação. O significado que uma mensagem tem para um indivíduo dependerá em certa medida da estrutura que ele ou ela traz para o sustentar.²⁰¹

podem incorporar elementos. Idem. p. 181. Entretanto, essa perspectiva torna-se muito limitada, por exemplo, em locais em que vigoram sistemas políticos de extremo autoritarismo político.

²⁰⁰ Idem. p. 31.

²⁰¹ Idem. p. 44-45.

Desse modo, não podemos afirmar que a população de Santa Maria recebeu passiva e interpretou uniformemente a divulgação das obras urbanas e, conseqüentemente, o ideário da modernidade. Em última instância, o mecanismo simbólico da mostra daquilo que o poder, em nível nacional, estava cumprindo, foi interpretado de várias maneiras pela população, conforme a condição social dos indivíduos, consoante será mais detalhadamente mostrado através da Legislação Municipal, especificamente, dos Atos da Intendência, promulgados por Xavier da Rocha, nos anos de 1937-1941.

Ainda é importante salientarmos a questão de que as elites letradas dos jornais *Diário do Interior* e *A Razão*, em medidas diferentes, propiciaram enquanto veiculadoras de informações do cenário e do espaço da cidade, opiniões (positivas ou negativas) em relação às modificações urbanas. Pelo meio de comunicação que se ocupavam, por exemplo, podiam legitimar uma situação política a nível nacional (o Estado Novo), valendo-se do enaltecimento das obras públicas em Santa Maria levadas a vias de fato pela intendência que compartilhava do ideário estatal. Assim, ocorre que ao se inserir nas condições da comunicação, o jornal modifica com menor ou maior grau a maneira que indivíduos exerciam seu poder político – pois suas ações são acompanhadas por um público leitor e outras instâncias do governo do Estado, que poderão de diferentes as notícias relacionadas às ações. Assim de acordo com Thompson, o jornal pode atuar de acordo ou contra os propósitos de determinados indivíduos:

O uso dos meios técnicos [o jornal] dá aos indivíduos novas maneiras de organizar e controlar o espaço e o tempo, e novas maneiras de usar o tempo e o espaço para os próprios fins. O desenvolvimento de novos meios técnicos pode também aprofundar o impacto com que os indivíduos experimentam as dimensões de espaço e de tempo da vida social.²⁰²

Contudo, ressaltamos que, da mesma maneira que os produtos da mídia estão disponíveis *a priori* a uma diversidade de receptores, na compreensão do conteúdo simbólico transmitido, os receptores podem fazer usos que divergem significativamente daqueles pensados por vezes pelos seus produtores. Isso foi mostrado, no caso santa-mariense, em que indivíduos que não se resignaram às mudanças urbanas. Como destaca Thompson,

Mesmo que os indivíduos tenham pequeno ou quase nenhum controle sobre os conteúdos das matérias simbólicas que lhe são oferecidas eles os podem usar, trabalhar e reelaborar de maneiras totalmente alheias às intenções ou aos objetivos dos produtores.²⁰³

²⁰² Idem. p. 29.

²⁰³ Idem. p. 42.

Processos de intercâmbio simbólicos ocorrem, geralmente implicando um distanciamento da forma simbólica de seu contexto de produção, denominado de *distanciamento espaço-temporal* que existe, quando afastada tanto no espaço como no tempo, é reimplantada em novos contextos que podem estar situados em lugares diferentes.²⁰⁴

Partindo então da ideia de que os indivíduos interpretam o material simbólico que recebem de modos e contextos diferentes, podemos presenciar, por exemplo, à época em Santa Maria, essa compreensão de diferentes formas: Em primeiro lugar, aspectos próprios da diretriz do projeto estadonovista de modernidade: evidentemente, tomaram-se os valores do ideário europeu oitocentista, o que pode ser compreendido como uma apropriação simbólica com um distanciamento espaço-temporal.

No entendimento de Thompson, a recepção dos produtos da mídia é como um processo hermenêutico, pois os indivíduos receptores são envolvidos em um processo interpretativo por meio do qual os produtos transmitidos por aquela adquirem sentido. Entretanto tal recepção implica um grau de atenção e atividade interpretativa, uma vez que o receptor lê, escuta, ouve, etc. e assim, trata de absorver o conteúdo simbólico transmitido, demandando, de acordo com o caso, diferentes níveis de atenção, concentração e esforço.

Ocorre que no instante em que o indivíduo recebe o conteúdo dos meios midiáticos, entra em cena, na sua compreensão, a bagagem de conhecimentos que determinada pessoa possui, ou seja, ideias, valores e opiniões dela própria, adquiridas e memoradas ao longo de sua existência com outras, que atuam, interagindo em maior ou menor medida para o recebimento da nova situação:

[...] muitas das pressuposições e expectativas que um indivíduo inclui no processo de interpretação são de caráter social e histórico mais amplo, compartilhadas por um grupo com características originais e trajetórias sociais similares. Estas constituem um tipo de fundo de conhecimentos implícitos que os indivíduos adquirem através de um processo gradual de inculcação, e que lhes fornece uma estrutura para interpretar e assimilar o que é novo.²⁰⁵

Tal processo hermenêutico revela, além de um entendimento que varia de indivíduo para indivíduo, que, ao interpretarem as formas simbólicas esses os incorporam na própria compreensão que têm de si e dos outros e refletem sobre o mundo a que pertencem.

Apropriar-se de uma mensagem é apoderar-se de um conteúdo significativo e torná-lo próprio. É assimilar a mensagem e incorporá-la à própria vida – um processo que algumas vezes acontece sem muito esforço, e outras vezes requer

²⁰⁴ Idem. p. 28.

²⁰⁵ Idem. p. 44.

deliberada aplicação. É adaptar a mensagem à nossa própria vida e aos contextos e circunstâncias em que a vivemos; contextos e circunstâncias que normalmente são bem diferentes daqueles em que a mensagem foi produzida.²⁰⁶

Ainda as mensagens da mídia são discutidas durante sua interpretação pelos indivíduos participantes ou não, quando do instante inicial da recepção. As mensagens, a partir daí, podem ser retransmitidas através de um processo contínuo de repetição, reinterpretção, crítica, comentário e riso. Nesse processo de elaborações discursivas, a compreensão que qualquer indivíduo teve até então pode sofrer alterações, pois o contato com os demais encontrará ângulos diferentes de entendimento, gradualmente marcando um tecido simbólico da vida cotidiana. Por fim, é ao se apropriar de mensagens e, paulatinamente, incorporá-las ao seu conhecimento de mundo que o indivíduo constrói uma compreensão de si mesmo, tornando-se cômico de sua identidade: de onde ele é e onde ele está situado no tempo e no espaço.²⁰⁷

Sobre a contextualização social das formas simbólicas, Thompson afirma que ocorre uma produção por agentes que nelas marcam sua condição social. Além de caracterizarem um sujeito, são recebidas e interpretadas por outros também situados em contextos histórico-sociais específicos, e tais formas simbólicas são objetos de complexos processos de valorização, avaliação e conflito: são valorizadas, avaliadas e enaltecidas pelos indivíduos que as produzem e recebem. Assim, produção e recepção das formas simbólicas são processos residentes em contextos sociais estruturados.²⁰⁸

Em uma definição do sentido de “poder”, o autor afirma ser “a capacidade de agir na busca de seus propósitos e interesses: um indivíduo tem *poder de agir*, poder de intervir em uma sequência de eventos e alterar seu curso”²⁰⁹ e, quando as relações de poder são sistematicamente assimétricas (dísparas), a situação pode ser definida como dominação. Isto é, quando ocorre que indivíduos ou grupos particulares desses possuem um poder de maneira estável,

[...] de tal modo que exclua – ou se torne inacessível, em grau significativo a – outros indivíduos ou grupos de indivíduos, não importando a base sobre a qual esta exclusão é levada a efeito. Nesses casos, podemos falar de indivíduos ou grupos “dominantes” e “subordinados”, assim como daqueles indivíduos ou grupos que, em virtude de seu acesso parcial a recursos, ocupam uma posição intermediária em um campo.²¹⁰

²⁰⁶ Idem. p. 45.

²⁰⁷ Idem. p. 45-46.

²⁰⁸ THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. trad. Carmen Grisci. Petrópolis, RJ, Vozes: 1995. p. 193-194.

²⁰⁹ THOMPSON, John B. *Op. cit.* p. 199.

²¹⁰ Idem. p. 199-200.

Nas temáticas de poder e região, Pierre Bourdieu afirma em sua obra *O Poder Simbólico*, que a procura de critérios mais objetivos de identidade regional ou étnica deve lembrar que na prática social, esses (como por exemplo, a língua, dialeto ou sotaque) são objetos de *representações mentais*, de atos de percepções e apreciação e de *representações objetais* (grifo do autor) em coisas (emblemas, bandeiras, insígnias, etc.) ou em atos, meios interessados em manipular simbolicamente, com a finalidade de determinarem a representação mental que os outros podem ter destas propriedades e de seus portadores.²¹¹

Em relação à dinâmica dos mecanismos para originar uma representação simbólica, Bourdieu afirma que a pessoa encarregada de empregá-la (o *autor*), mesmo quando se limita a dizer com autoridade, enunciando à vista de todos e em nome de todos, publicamente e oficialmente, acaba subtraindo as coisas do arbitrário, dá-lhes um tom de consagração, sanciona-as e santifica-as, fazendo-as existir como confirmação à natureza do que seu grupo (dominante) considera “natural”. Isso, logicamente, esteve e continua presente no discurso daqueles que se dizem representantes de grupos regionais, que particularizam essa conotação (regional) ou dão-lhe sentido e prestam apoio ao global (como os do discursos centralizadores relacionados ao nacional).²¹²

Nesse viés, é extremamente relativa a posição de qualquer grupo que se diz portador de um discurso relativo ou representações com o apelo funcional de confirmarem ou discordarem da autonomia de uma região, pois como o próprio autor esclarece,

Toda a tomada de posição que aspire à “objetividade” acerca da existência atual e potencial, real ou previsível, de uma região, de uma etnia ou de uma classe social e, por esse meio, acerca da *pretensão à instituição* que se afirma nas *representações* “partidárias”, constitui um certificado de *realismo* ou um veredicto de *utopismo* o qual contribui para determinar as probabilidades objetivas que tem esta entidade social de ter acesso à existência.²¹³

Bourdieu chama de “revolução simbólica”, quando os indivíduos-alvo desses discursos e representações passam – em entendimento regional sempre, a se reapropriarem da identidade que possuem enquanto uma coletividade, resistindo aos efeitos da intimidação provocada por essa dominação simbólica. Quando isto ocorre, há, primeiramente, a negação do que é intuito do grupo dominante, para posteriormente, existir a conquista (ou reconquista), construção, e avaliação da identidade do grupo – agora não mais dominado.

²¹¹ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. p. 112.

²¹² Idem. p. 115-116.

²¹³ Idem. p. 119.

São apontadas também por Thompson várias características dos contextos sociais que são constitutivos da ação, interação, produção e recepção das formas simbólicas. Do mesmo modo que acontece na ação, a produção das formas conta com recursos disponíveis e implementa regras e esquemas de diversos tipos por indivíduos que se encontram em posições, geralmente elevadas, dentro de um campo ou instituição.

Ora, durante o Estado Novo, o Departamento de Imprensa e Propaganda, além de atar no viés da produção de materiais que visavam a referendar o regime político e enaltecer a pessoa de Getúlio Vargas, através de documentários e filmes destacadamente, procurou vigiar, limitar (através da prática da censura), monitorar e coibir expressões jornalísticas, literárias e artísticas. Desse modo, os casos de regulamentação da comunicação de massa podem ser compreendidos como o registro das tentativas de agentes do Estado para formarem e imporem mecanismos para a implementação restrita das formas simbólicas:

Através da supressão da informação, do monitoramento da difusão, do controle ao acesso dos meios técnicos e da punição dos transgressores, os agentes do estado criaram uma variedade de mecanismos institucionais que limitam o fluxo das formas simbólicas e em alguns casos ligam a implementação restrita das formas simbólicas à busca de objetivos políticos claros.²¹⁴

O processo receptivo, em que pode ocorrer a interferência de instâncias capazes de fazê-la através do estado, demonstra que o significado de formas simbólicas é ativamente constituído e reconstituído.

As maneiras pelas quais as formas são entendidas, avaliadas e valorizadas podem bem diferir, como já mencionado, dependendo das posições que os indivíduos ocupam em instituições e campos estruturados. Esses, no momento da interpretação, são envolvidos em um processo contínuo de (re)constituição de significados, o que Thompson denomina como *reprodução simbólica dos contextos sociais*:

O significado que é carregado pelas formas simbólicas e reconstituído no curso de sua recepção pode servir para manter e reproduzir os contextos de produção e recepção. Isto é, o significado das formas simbólicas, da forma como é recebido e entendido pelos receptores, pode servir de várias maneiras, para manter relações sociais estruturadas características dos contextos dentro dos quais essas formas são produzidas e/ou recebidas.²¹⁵

No cenário brasileiro estadonovista, podemos entender que, conscientemente ou não, mecanismos de poder simbólico passaram a fazer parte do entendimento dos indivíduos dos

²¹⁴ THOMPSON, John B. *Op. cit.* p. 225.

²¹⁵ *Idem.* p. 202.

mais diferentes estratos políticos e profissionais (no caso de Santa Maria: intendência, responsáveis pela efetivação das mudanças urbanas, elites letradas dos jornalistas, população em geral). Após as suas diferentes compreensões, ocorreu de fato uma tentativa de legitimar um governo que propôs a aceitação incondicional de determinada ideologia de modernidade e que possuía uma gama de valores simbólicos, revelando-se então a tentativa de relacionar o progresso material/espacial ao momento político da nação.

Evidentemente, como afirma Thompson, a valorização simbólica, para empregar determinado valor, acontece com variações de indivíduo para indivíduo, bem como para empregar um maior ou menos grau de entendimento. No contexto santa-mariense, onde jornais expressavam diferentes graus de opinião a respeito daquilo que ocorria no espaço citadino (e cientes da não resignação de pessoas), é mister ressalvamos a prerrogativa que, no caso do jornal *Diário do Interior*, pelo menos de acordo com o que esse informa, a recepção positiva de parte da população era significativa. Assim, havia a condição de que a mensagem transmitida pelo jornal, no que tange ao aparente progresso municipal levado a cabo pela intendência, era recebida e compreendida por pessoas que estavam presentes, por exemplo, nas solenidades relativas às obras e que legitimavam o conteúdo simbólico das mensagens.

Ao adquirir valor simbólico, um trabalho pode adquirir um grau de legitimação – isto é, pode ser reconhecido como legítimo não apenas por aqueles que estão bem posicionados para atribuir valor simbólico, mas também pelos que reconhecem e respeitam a posição daqueles.²¹⁶

De fato, em relação aos jornais *A Razão* e *Diário do Interior*, enquanto instituições midiáticas que transmitiam conteúdo informativo simbólico à população de Santa Maria, havia diferenças significativas em termos, não somente da própria receptividade política e ciência da formação de opiniões, mas também nas diferentes maneiras de se considerarem como instituição jornalística e elites letradas com propósitos, objetivos e identidades que diferiam entre si.

Assim, o desenvolvimento de instituições também é acompanhado pela diferenciação de esferas culturais, uma vez que instituições ligadas à produção, transmissão e acumulação de formas simbólicas possuem modos diferentes em termos de produção, transmissão e recepção e em termos do próprio valor simbólico.²¹⁷

Além do mais, de acordo com Thompson, a própria capacidade técnica de reprodução das formas simbólicas midiáticas envolve um “aparelho institucional”, que designa

²¹⁶ Idem. p. 204.

²¹⁷ Idem. p. 211.

[...] um conjunto específico de articulações institucionais dentro dos quais o meio técnico é elaborado e os indivíduos envolvidos na codificação e decodificação das formas simbólicas estão inseridos. Essas articulações institucionais são caracterizadas por regras, recursos e relações de vários tipos; eles implicam especificamente relações hierárquicas de poder entre os indivíduos que ocupam as posições institucionalizadas. Em virtude de tais articulações, os indivíduos são dotados de diferentes graus de controle sobre o processo de transmissão cultural.²¹⁸

Enfim, fica clara a ideia de que, dentro da instituição jornalística, por exemplo, a atuação de vários indivíduos, diretores, editores e jornalistas fazem com que o produto (o jornal) contenha conteúdos oriundos de diversas dimensões de compreensão. A partir daí, sua circulação, evidentemente, irá estimular outras compreensões de conteúdo simbólico.

Na conclusão das considerações referentes ao primeiro capítulo, percebemos que, paralelamente ao desenvolvimento do espaço urbano de Santa Maria, no início do século XX, havia também a reação ao cenário político regional. De fato, ao discorrermos sobre os primórdios da imprensa na cidade, identificamos o envolvimento de alguns dos personagens que, mais tarde, atuariam n'*A Razão* e no *Diário do Interior*. Por fim, também pertinentes à metodologia da pesquisa foram as considerações teóricas sobre os jornais e sua utilização enquanto fontes históricas, bem como as relações do jornalismo com a história.

Capítulo 3

ELITES LETRADAS URBANAS REGIONAIS: ARTICULAÇÕES COM O CENÁRIO NACIONAL

Neste capítulo, discutiremos sobre a urbanização levada a termo em Santa Maria, tendo em vista seu significado político-social. Para tanto, utilizar-nos-emos do cruzamento dos jornais *A Razão* e *Diário do Interior*, além de bibliografias do período em que foram registrados os acontecimentos. Trataremos os fatos que desencadearam a Revolução de 1930, e o golpe do Estado Novo, paralelamente ao cenário político rio-grandense. Apontaremos algumas particularidades referentes à política e sua representação, para após entrarmos de fato na apresentação e problematização das mudanças urbanas ocorridas em Santa Maria no período do Estado Novo. E por fim, faremos considerações sobre as fotografias realizadas no período da Intendência pesquisada, bem como demonstraremos que, por meio dessas, foi

²¹⁸ Idem. p. 224.

transmitida propaganda das obras municipais urbanas e uma conotação positiva da figura do Intendente.

3.1 O ESTADO NOVO E SEUS PRIMEIROS MOMENTOS NO RIO GRANDE DO SUL

No cenário político-administrativo estadual até 1930 e, de acordo com o castilhismo do PRR, a segurança de estado era garantida pelo bem público. Assim o estado deveria ser forte e autoritário, imbuindo o seu líder de poderes administrativos dentro do preceito constitucional. Após substituir Borges de Medeiros no governo rio-grandense e posteriormente, chegando à liderança nacional em 1930, Vargas canalizou e ampliou a carga política herdada em nível regional.

Vargas até então se valera das alianças com opositores tradicionais, tais como os membros do Partido Libertador, resultando esse fato na Frente Única, que o lançou nas eleições nacionais contra Júlio Prestes. Contudo, segundo o historiador Carlos Roberto da Rosa Rangel, esse acontecimento ao mesmo tempo em que alterava a conjuntura política regional, não promovia muitas mudanças entre os setores partidários rio-grandenses, pois “sob a máscara da união patriótica dos antigos rivais, havia o rosto caricato das antigas permanências”²¹⁹. E com a existência dessa união, corriam livres pressões, subornos e coerções entre os membros do Partido Libertador e PRR para não existir a hegemonia de um sobre o outro dentro da Frente Única. Por isso, com essa política de equilíbrio, Vargas conseguiu solidificar uma política de existência de cooperadores que seria aplicada em nível federal.

No gabinete de governo federal de Vargas, indivíduos como Góes Monteiro e Osvaldo Aranha passaram a defender a centralização nacional cujos pressupostos encontravam-se abafados devido ao papel preponderante que os partidos regionais dos estados da federação haviam usufruído até então. Para Rangel,

As medidas de centralização adotadas pelo governo provisório deixavam clara a intenção de governar o país sem a tradicional negociação com os estados federados autônomos. O poder legislativo foi desfeito em todas as instâncias; os governadores dos estados eram afastados – com exceção de Minas Gerais – e no lugar deles vieram os interventores; a estrutura burocrática herdada desde os primeiros tempos da Primeira República foi combatida – exceção feita ao Banco do Brasil e à Polícia

²¹⁹ RANGEL, Carlos Roberto da Rosa. O Governo Flores da Cunha: entre o regional e o nacional. IN: GERTZ, René (dir.); BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (coord.). *História Geral do Rio Grande do Sul – República: Da Revolução de 1930 à ditadura militar (1930-1985)*. Passo Fundo: Méritos, 2007. v. 4. p. 52-53.

do Distrito Federal – e o Código dos Interventores foi instituído, cerceando a autonomia dos estados, sob o pretexto da racionalização administrativa e da diminuição da dívida pública²²⁰.

O governador do Rio Grande do Sul, em 1930, passou ser o estancieiro que ao mesmo tempo em que havia, em passado político, amalgamado o cenário regional, era quem havia ajudado a colocar Vargas no poder: José Antônio Flores da Cunha. Desde o governo instaurado em 30, no país e durante o período em que irá permanecer no cargo de governador sul-rio-grandense, Flores procurou jogar com habilidade entre o governo federal e a Frente Única Gaúcha que almejava destaque nacional e temia a diminuição de sua autonomia. Portanto, insinuou-se para os dois lados.

Com a Revolução Constitucionalista em São Paulo, em 1932, boa parte da elite partidária gaúcha teve que se exilar devido ao apoio ao Partido Democrático daquele estado. No estado, valendo-se desse vazio partidário, Flores da Cunha funda o Partido Republicano Liberal (PRL) com Osvaldo Aranha. Para os historiadores Héglio Trindade e Maria Izabel Noll²²¹, “O PRL é um partido criado para dar respaldo à ação governamental, tanto ao nível federal como estadual, congregando todos os elementos beneficiados com a Revolução de 1930, vinculados de uma forma ou de outra à Interventoria, ou os que apoiavam a política de Vargas no plano federal e de Flores no estadual”. Embora acabe se formando um quadro plural de partidos no Rio Grande do Sul, com dissidências também no Partido Libertador, esse será efêmero, uma vez que o Estado Novo decretaria a extinção dos partidos. Por ora valemos do cenário eleitoral da década 1930 com fins meramente explicativos sobre o aparato eleitoral do estado antes dos acontecimentos de 1937.²²²

As eleições desse período no estado foram municipais (1935); para câmara estadual (1934) e câmara federal (1933). É pertinente destacarmos que, no estado, das 32 cadeiras da Assembléia, 21 foram ocupadas pelo PRL e 11 pela Frente Única. Embora o crescente clima de desentendimento entre Vargas e Flores se acentuasse em que pese a retórica do partido do último, a quantidade majoritária de representantes estaduais permaneceu fiel ao partido florista. Já nas eleições municipais, sob a ameaça iminente do rompimento entre as duas partes (Flores e Vargas), ocorre a irregularidade da máquina eleitoral a favor do PRL. De fato, o partido venceu em 60 do total de 86 municípios. Conforme nos mostram Trindade e Noll,

²²⁰ RANGEL, Carlos Roberto da Rosa. *Op. cit.* p. 24.

²²¹ TRINDADE, Héglio; NOLL, Maria Izabel. *Rio Grande da América do Sul: partidos e eleições (1823-1990)*. Porto Alegre: UFRGS/Sulina, 1991. p. 57.

²²² TRINDADE, Héglio; NOLL, Maria Izabel. *Op. cit.* p. 59-60.

O caráter de violência, que esta eleição vai adquirir, deve-se em grande parte, ao fato de inúmeros prefeitos (nomeados pelo interventor/governador) concorrerem ao cargo sem que dele se desincompatibilizem, no prazo estabelecido pela lei. [...] a máquina administrativa municipal tinha um papel crucial na atividade político-eleitoral. A tendência ao uso da força e ao constrangimento pessoal foi constante em zonas onde a FUG tinha possibilidades de êxito, assim como nos municípios que criaram frentes próprias denominadas Partido Popular (várias dissidências locais).²²³

No âmbito nacional, a centralização tornava-se cada vez mais presente, partindo do governo federal. “(...) essa orientação buscava substituir progressivamente as bases do regionalismo político por um sistema de representação de caráter nacional, onde fosse possível programar medidas governamentais e centralizar sua execução sem passar por várias rodadas de negociação com as forças políticas estaduais”²²⁴. A percepção de que era ao poder político regional que Flores da Cunha devia a sua força favoreceu muitas vezes Vargas, como por ocasião da articulação do esquema de reforma regimental, permitindo a eleição indireta de Getúlio à Presidência da República. Com isso, Flores da Cunha ganhou carta branca para interferir nos ministérios e procurar vantagens para o Rio Grande do Sul, por exemplo, com quantias para cobrir as dívidas do Banco Pelotense em 1932.

A atuação de Flores na capital federal e o destaque no estado, contudo foi incomodando Góes Monteiro e Osvaldo Aranha principalmente, e preocupava Getúlio Vargas, este último cada vez mais se distanciava de Flores, a ponto de existir uma rivalidade que demonstrava concepções conflitantes do pacto federativo. No estado, Flores da Cunha procurou se aproximar igualmente dos libertadores e do parlamentarismo, temendo a pressão que vinha cada vez mais do governo federal. Com esse propósito, almejava que a oposição gaúcha da Câmara dos deputados, acrescida àquela de São Paulo, dos republicanos mineiros e dos progressistas cariocas pudesse amortecer o poder de Vargas. Contudo, esse responde, em 1936, ao reorganizar as polícias militares dos estados, tornando-as reservas do Exército.²²⁵

Os frente-unistas rio-grandenses, temendo maior preponderância da figura de Flores no estado, se acercam de Vargas, formando um acordo de oito cláusulas (o *octálogo*), pelo qual receberiam colocações privilegiadas no Rio Grande do Sul, além da deposição do governador. No entanto, à exceção da prerrogativa de retirar o governador rio-grandense do poder, Getúlio não cumpriu o *octálogo*, ao enganar os frente-unistas com a possibilidade de eles escolherem o sucessor à Presidência da República.

²²³ Idem. p. 61.

²²⁴ RANGEL, Carlos Roberto da Rosa. *Op. cit.* Idem. p. 27.

²²⁵ Idem. p. 32-33.

As dissidências do partido do governador (PRL) por muitos políticos, antigos republicanos, federalistas e frente-unistas anunciaram sua queda. Alguns dos dissidentes foram Viriato Dutra, Loureiro da Silva, Moysés Vellinho, Coelho de Souza, Cylon Rosa, Protásio Vargas e Antônio Xavier da Rocha. Os políticos alegavam que Flores traíra o PRL, violara seus interesses, maltratara companheiros dedicados e menosprezara as chefias municipais. Além do mais acusaram o governador de “recrutar bandoleiros e bandidos para seu exército particular, desviar recursos públicos para uma guerra caudilhesca e espúria contra o governo federal e jogar o Rio Grande do Sul no ambiente de barbárie e calamidade administrativa”²²⁶.

Para René Gertz, Góes Monteiro, desde que se tornara desafeto de Flores da Cunha, procurou executar várias manobras estratégicas no exército, em detrimento dos colaboradores de Flores. Góes transferiu, destituiu e até eliminou da instituição altas patentes militares que pudessem se opor em futura investida contra o então governador rio-grandense, como também colocou em lugares estratégicos militares comprometidos com objetivos anti-floristas.²²⁷

Além disso, Góes foi o arquiteto de dois fatores fundamentais para a queda de Flores da Cunha: na comemoração da semana da pátria de 1937, determinou o deslocamento de grandes contingentes militares da 3ª Região Militar (que abrangia o Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) para Porto Alegre, e o governador pouco pôde fazer a respeito. Terminados os festejos, as tropas não se arredaram de Porto Alegre. Acompanhando esse fato, foram disseminadas várias dissensões dentro da Brigada Militar gaúcha.²²⁸

De acordo com o autor, Vargas havia sabiamente prometido cargos públicos e governos, como prêmios de fidelidade àqueles que abandonassem o governador rio-grandense e se colocassem ao seu lado. Baseado no falso plano de ação comunista no Brasil, em 1937, o estado de guerra retornou, dando liberdade aos setores de repressão do governo federal. O Rio Grande do Sul foi cercado por terra e por mar, obrigando Flores da Cunha a renunciar e a exilar-se no Uruguai. Os ex-integrantes, dissidentes do PRL, receberam os cargos prometidos no Rio Grande do Sul, como exemplos: Maurício Cardoso, na Secretaria do Interior; Oscar Fontoura, na Secretaria da Fazenda; Viriato Dutra na Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio; José Pereira Coelho de Souza na Secretaria da Educação e Cultura; Cylon Rosa, diretor e logo presidente da Caixa Econômica; José Pereira Coelho de Souza, secretário de educação; Walter Jobim, secretário de Viação e Obras Públicas; José Loureiro da Silva, prefeito de Porto Alegre; e Antônio Xavier da Rocha, prefeito de Santa Maria. Esses foram

²²⁶ Idem. p. 36.

²²⁷ GERTZ, René E. *O Estado Novo no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: UPF Editora, 2005. p. 15.

²²⁸ GERTZ, René E. *Op. cit.* p. 17.

empossados logo da nomeação de Daltro Filho como interventor federal, o qual foi um ano depois substituído por Osvaldo Cordeiro de Farias.²²⁹

A efetiva participação no golpe de 1937 foi um meio para esses personagens atingissem as mais altas funções e cargos administrativos e governamentais por terem se mantidos aliados de Getúlio Vargas na chegada ao poder. Segundo Michael L. Conniff, a Revolução de 1930 modificou os meios de alcançar o poder, pelo menos, durante os 15 anos seguintes, pois

Em primeiro lugar, a participação no golpe – as chamadas credenciais revolucionárias – tornou-se uma qualificação primordial para ter acesso à elite política. Em segundo lugar, o líder da Revolução, Getúlio Vargas, logo desmontou a política dos governadores e enfraqueceu o coronelismo. Depois disso, conhecer Getúlio ou os seus nomeados nos estados e ministérios passou a ser um pré-requisito vital para as nomeações no Executivo.²³⁰

Uma seleção mais específica no recrutamento da elite trouxe igualmente muitos oficiais do Exército diretamente para a política nacional. Particularmente os tenentes que na década de 1920, procuraram mudanças profundas no governo da República oligárquica, foram os mais notórios a emergirem após a Revolução. Após tê-los como auxiliares diretos no governo, Vargas passou a confiar no Exército regular, particularmente, no Ministério da Guerra, sendo que mais ou menos uma dúzia de generais de primeira linha fizeram parte da elite política brasileira no período 1937-1945. Empregando, desde este apoio militar até a manipulação pessoal, Getúlio conseguiu controlar os governadores dos estados mais importantes (São Paulo em 1932, Minas Gerais em 1933 e Rio Grande do Sul em 1937) e, por ocasião do advento do Estado Novo, o acesso à elite política ficou eliminado porque não havia eleições, e Getúlio passou a limitar os meios da burocracia federal.²³¹

Para o historiador Boris Fausto, embora o Estado Novo representasse uma alternância institucional, rompendo com o processo de democratização, no âmbito das políticas públicas, consolidou linhas de ação precedentes, pois muitas reformas implantadas no período estadonovista (1937-1945) haviam sido iniciadas anteriormente e parte dos políticos que as promoveram permaneceram em cargos do governo de Vargas.

Desse modo, o Estado Novo sob determinados aspectos, representava uma continuidade do período compreendido desde 1930, a qual se dava sob os símbolos complementares da centralização do poder em detrimento das oligarquias estaduais e sob o

²²⁹ Idem. p. 21.

²³⁰ CONNIFF, Michael L. *Op. cit.* p. 107-108.

²³¹ Idem. p. 108.

propósito de construção de um Estado forte que era (ou aspirava ser) burocrático e profissionalizado. Além disso sem considerar as características institucionais dadas ao Estado Novo, o seu advento significou a consolidação do poder de um modelo autoritário e personalista, com escassa resistência da sociedade civil e participação dos estados nos planos político, econômico, de serviços e até mesmo na questão tributária, uma vez que as receitas estaduais acabaram reduzidas com o corte federal dos impostos interestaduais.²³²

No entendimento de Gertz, a Constituição Federal de 10 de novembro de 1937, denominada “polaca” foi *sui generis*, à medida que previu um plebiscito que a aprovaria, contudo esse nunca foi realizado. Além do mais o Parlamento Nacional como instância governativa nunca se reuniu, o que possibilitou a Vargas governar como um ditador *de fato* através de decretos. “O Poder executivo passou a ser exercido nos estados e nos municípios através de interventores, sendo os interventores estaduais nomeados pelo presidente da República e os interventores municipais, pelos respectivos interventores estaduais”.²³³

Somente em 1939 Vargas emitiu uma legislação (Decreto-lei 1202), dispondo sobre a administração dos estados e municípios, unificou esse tipo de “constituição” para todos os estados, que também desempenhou o papel de lei orgânica para os municípios. Além disso,

O aspecto de maior peso e abrangência do decreto [...] foi a definição de que, a partir desse momento, os órgãos político-administrativos dos estados seriam dois: o Executivo, exercido pelo governador ou interventor; e o Departamento Administrativo de Estado (DAE), a ser exercido por um grêmio que deveria ter de quatro a dez membros, dependendo do estado.²³⁴

Entretanto, após o órgão ser renomeado para Conselho Administrativo de Estado (CAE), foram ampliadas alguma de suas atribuições, o DAE/CAE era constituído por ex-militantes dos mais diversos partidos, anteriores a 1937 e, em que pese o nível de tranquilidade junto ao Executivo estadual, isso não ocorreu com as administrações municipais. Em 1940, por exemplo, em consequência desse clima, o DAE/CAE rejeitou muitos decretos-lei municipais e tomou providências para aprimorar a administração pública, ao padronizar orçamentos e elaborar minutas para decretos municipais.

²³² De acordo com Boris Fausto, ainda o “regime do Estado Novo se define como autoritário, mas não como totalitário, distinguindo-se, pois, de regimes do tipo fascista e nazista vigentes na época, na Itália e na Alemanha. Isso não obstante a existência de certos traços como a organização corporativa do mundo do trabalho, a censura aos meios de comunicação, o controle policial e a repressão, concentrada principalmente no combate à esquerda (...). Assim, poder-se-ia falar de um autoritarismo modernizador e centralista, mas não plenamente mobilizador, por mais que, à semelhança dos regimes nazi-fascistas, o Estado Novo usasse instrumentos de propaganda como o rádio e promovesse o ritual das grandes concentrações públicas para o encontro das massas com seu líder”. (2004, p. 268-269).

²³³ GERTZ, René E. *Op. cit.* p. 63-64.

²³⁴ Idem. p. 65.

Entre os intelectuais que se aliaram ao reforço autoritário do Estado através do Exército, além da conotação de democracia moderna, são considerados os formuladores da ideologia do Estado Novo. Entre eles, está Francisco de Oliveira Viana. O intelectual fluminense tratava a verdadeira democracia como produto da cooperação entre as classes, a fim de atingir as necessidades coletivas através das corporações. Na organização dos poderes públicos só haveria a participação de grupos sociais representantes dos interesses coletivos, justificando a eliminação dos partidos políticos, pois o tecnicismo exercido pelos Conselhos suplantaria a competência parlamentar. Tais formulações foram associadas no Estado Novo, aos sindicatos de classe, subordinados ao Ministério do Trabalho.²³⁵

A formação de um aparelho nacional de ensino e a elaboração de códigos e “leis orgânicas” com o objetivo de estabelecer estrutura organizativa em diversos níveis de educação, no país compreendeu o período de 1930 até 1945. Para Sônia Draibe a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública em 1930 fixou as diretrizes do ensino primário, secundário, superior e técnico-profissional, que foram sucedidas, durante o Estado Novo pelas Leis Orgânicas de Ensino, que afetaram a estrutura educacional nos centros educacionais do país (em especial no que diz respeito ao civismo e à ideologia). Por sua vez, a elaboração de programas de saúde pública se relacionou com a migração, urbanização e industrialização, expressando a centralização institucional iniciada com a criação do Ministério.²³⁶

O Estado Novo do mesmo modo se constituiu em Estado nacional e capitalista, inscreveu nos seus aparatos de governo, diferentes interesses sociais que sofreram um “processo de generalização e abstração”, transformando-se em irradiador e receptáculo de “interesses nacionais”. Assim, a modernização administrativa também é dotada de organismos apropriados, a fim de aperfeiçoar a racionalização burocrática de seu interior.²³⁷

É impossível atribuir uma intervenção sistemática do governo nas relações de trabalho durante o primeiro governo Vargas. O que Draibe afirma, é que o Estado criou uma base jurídica institucional para o funcionamento e integração do mercado de trabalho, organizando

²³⁵ ABREU, Luciano Aronne de. Tradição autoritária e moderna democracia no Brasil: breves reflexões. IN: SILVEIRA, Helder Gordim da et alli (org.) *História e ideologia: perspectivas e debates*. Passo Fundo-RS: UPF Editora, 2009. p. 116-117.

²³⁶ DRAIBE, Sônia. *Rumos e metamorfoses: Estado e industrialização no Brasil 1930-1960*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004. p. 60-61.

²³⁷ DRAIBE, Sônia. *Op. cit.* p. 76-77. A criação do Departamento Administrativo do Serviço Público – Dasp, é um marco nesse sentido, pois era o órgão que definia e controlava a carreira do funcionalismo público e a própria organização administrativa. Definiu normas para a admissão e recrutamento pelo sistema de mérito e por concursos públicos competitivos e obrigatórios. Estruturava a carreira do funcionalismo, impedindo o favoritismo político e a patronagem. A concentração de poderes do órgão fez com que se tornasse um dos mais importantes. Assessorava o presidente, revisando a legislação, e cumpria funções legislativas, normativas e executivas e que, no plano dos estados levava ao extremo essa função controlando a atuação dos interventores.

sob sua tutela e ação regulatória o sistema de representação classista. Dessa forma, essa atuação do governo sobre o mercado de trabalho e nas suas relações

[...] manifesta-se claramente nos instrumentos legais da década de 1930, e completa-se antes de 1945, com a Consolidação das Leis do Trabalho. Esse conjunto de regulações abrange os aspectos trabalhista, a legislação previdenciária, a legislação sindical e a organização da Justiça do Trabalho.²³⁸

Sobre a industrialização, evidentemente inserida nos *problemas nacionais*, as questões da produção de infraestrutura, de energia e transportes, equipamentos para fábricas de cimento, alumínio, indústria química foram enfrentados pelos novos quadros político, técnicos, burocráticos e militares. Em janeiro de 1939, através do Plano especial que contemplava investimentos em infraestrutura, indústrias de base e no reaparelhamento das forças armadas, o Estado Novo promoveu o que seria conhecido mais tarde como primeira fase da industrialização brasileira, em conformidade com a substituição das importações.²³⁹

De acordo com Maria Helena Capelato, quando no Estado Novo Vargas pôs em prática as mudanças segundo seus projetos, os setores que o haviam apoiado à época (Exército e forças antidemocráticas) clamavam por elas, pelo menos desde 1930. Uma vez no exercício do poder e tendo dissolvido os partidos, Vargas fez com que um novo quadro político-social fosse cumprido:

A mudança política produziu um redimensionamento do conceito de democracia norteada por uma concepção particular de representação política e de cidadania; a revisão do papel do Estado se complementou com a proposta inovadora do papel do líder em relação às massas e apresentação de uma nova forma de identidade nacional: a identidade nacional coletiva.²⁴⁰

A consolidação de uma política de massas que era preparada desde sete anos antes foi dada à luz. Os representantes do poder, ao tomá-lo, fizeram-no distanciando a participação popular, procuraram então legitimar o apoio dos setores mais amplos da sociedade pela propaganda, utilizando-se dos veículos de comunicação para a sociedade em geral e para as classes populares em particular. Destas, procuravam o controle a partir de novas bases que logo se consolidariam com a política trabalhista.

A justificativa da implementação do golpe de Estado foi a radicalização dos movimentos dos comunistas, particularmente após a “Intentona” de 1935 que sofreu forte

²³⁸ Idem. p. 82.

²³⁹ Idem. p. 87-89.

²⁴⁰ CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? IN: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). *O Brasil republicano: o tempo do nacional-estatismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. vol. 2. p. 110.

repressão. Obviamente, a justificativa estendeu-se ao próprio fortalecimento do regime político. Contudo, após a dissolução do Parlamento, dos partidos e com o comunicado da não mais existência de “intermediários entre as massas e o governo”, a preocupação do regime foi aliar ao autoritarismo a repressão e a propaganda política, assim assegurava sua legitimidade apesar de ser um governo oriundo de um golpe de Estado.²⁴¹

Quanto aos meios de comunicação, muitos foram silenciados e recomendados a enaltecerem os feitos do regime para sobreviverem:

Nesse período, muitos veículos de comunicação acabaram aderindo ao poder para continuar usufruindo de suas benesses; os que não se dobraram a ele ficaram a mercê do controle da censura. Aos meios de comunicação cabia a tarefa de exaltar a figura de Vargas, não só como conciliador entre as classes e protetor dos oprimidos, mas também como realizador do progresso material, o que significava vencer o atraso. As realizações do governo no terreno econômico, no campo da legislação social e da organização planificada do Estado foram enaltecidas.²⁴²

A meta principal do governo estadonovista era a superação do atraso e tornar o Brasil economicamente desenvolvido. Por isso, a modernização de amplos setores foi um tema que ganhou espaço no período. Colocar o país em um patamar, no qual fosse possível compará-lo às nações mais desenvolvidas do planeta em termos de progresso, foi matéria que também serviu a um propósito. O progresso através da racionalização do mundo do trabalho e controle no campo social contra o perigo da subversão foram os alicerces da política empreendida pelo regime.²⁴³

Quanto à propaganda, o governo ampliou sua base de apoio, ao voltar-se às massas. Capelato lembra que o ministro Joseph Goebbels na Alemanha, utilizou-se dessa estratégia, tornando-a um dos pilares do poder do governo do Partido Nazista, o que serviu como modelo de máquina de propaganda aos governos contemporâneos que buscavam para referendar suas políticas com o apoio das massas de seus países. Os mentores das propagandas valiam-se de símbolos e imagens, buscando, através do apelo à uma comunhão de sentimentos nacionais, a adesão da sociedade. No Brasil, a bandeira nacional e a figura de Vargas foram os símbolos mais explorados nas representações visuais. Nos círculos do ambiente educacional, igualmente

²⁴¹ CAPELATO, Maria Helena. *Op. cit.* p. 117.

²⁴² *Idem.* p. 118.

²⁴³ *Idem.* p. 119-120. No campo da política trabalhista, de acordo com a autora, a nova legislação “visava regulamentar os conflitos entre patrões e operários e a controlar as atividades dos sindicatos até então independentes. O objetivo maior consistia no impedimento de que conflitos sociais se expressassem na esfera pública. Foram então, criados órgãos para coordenar as relações de classe”.

As imagens e os símbolos eram difundidos nas escolas como o objetivo de formar a consciência do pequeno cidadão. Nas representações do Estado Novo, a ênfase no novo era constante: o novo regime prometia criar o homem novo, a sociedade nova e o país novo. O contraste entre o antes e o depois era marcante: o antes era representado pela negatividade total e o depois (Estado Novo) era a expressão do bem e do bom [...].²⁴⁴

Ao enaltecer a figura do líder e sua relação com a população, a propaganda demonstrava a preocupação do Estado Novo com a formação de uma identidade nacional coletiva:

O poder político definiu, em última instância, o que deveria ser produzido e incentivou certas obras em detrimento de outras. A defesa da intervenção estatal na cultura, entendida como fator de unidade nacional e harmonia social, caracterizou esse período. A cultura foi entendida como suporte da política e nessa perspectiva, cultura, política e propaganda se mesclaram.²⁴⁵

Dessa maneira, o sentimento de união e pertencimento foi muito valorizado através da associação entre “Estado, Pátria, Nação e povo”. Em se tratando da cultura, era em nome de valores políticos, ideológicos, religiosos e morais que os representantes do regime proibiam ou valorizavam expressões e produtos.

Sobre os mecanismos de propaganda, censura e cerceamento de produções culturais no Brasil, durante o Estado Novo, relatamos algumas considerações de Angela Maria de Castro Gomes. Para a autora, as décadas de 1930 e 1940 representam um período que, invariavelmente, remete e é identificado por algumas circunstâncias em âmbito internacional, pois governos nacionais (democráticos e autoritários) tinham interesse crescente para que suas políticas de comunicação se tornassem conhecidas, com o propósito de conseguir a adesão e não apenas a submissão de seus governados. Nessa tendência, convergem fatores políticos e tecnológicos, além do entendimento, nas relações sociais, de uma “sociedade de massas”.²⁴⁶

Em meio a políticos que tinham em sua pauta restabelecer a ordem econômica, que havia sofrido abalos durante a crise de 1929, e que, uma vez no poder, expandiram suas áreas de intervenção sobre a sociedade em termos burocráticos, é depois da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) que em questões tecnológicas, são incrementados os modernos meios de comunicação (rádio, cinema, imprensa escrita e ilustrada), por conseguinte é incrementado o potencial mobilizador desses mesmos meios sobre uma sociedade cada vez mais urbano-industrial. O quadro apresentava, conforme nos mostra a autora:

²⁴⁴ Idem. p. 123.

²⁴⁵ Idem. p. 125.

²⁴⁶ GOMES, Angela Maria de Castro. Propaganda política, a construção do tempo e do mito de Vargas: o calendário de 1940. IN: BASTOS, Elide Rugai et al. (org.). *Intelectuais: sociedade e política*. São Paulo: Cortez, 2003. p. 112-113.

Máquinas governamentais mais bem aparelhadas, avanços tecnológicos nos meios de comunicação e crença no potencial disruptivo de uma moderna sociedade de massas somaram-se dando condições e motivos para que numerosas iniciativas de diferentes regimes políticos, desde Roosevelt nos EUA até Hitler na Alemanha nazista, contemplassem políticas de comunicação. Dito de outra forma [...] as décadas de 1930 e 1940 viram desenvolver-se elaboradas e diversificadas políticas de propaganda governamental, que se valeram dos mais modernos veículos e técnicas de comunicação então existentes, e chegaram a ser implementadas por setores da administração pública como departamentos ou mesmo ministérios especializados.²⁴⁷

No contexto brasileiro, a implementação do Estado autoritário aconteceu durante os anos 30, atendendo às propostas que estavam presentes nos debates do país há mais de dez anos. Desse modo, essas propostas ganharam espaço no âmbito político, unidas a uma ideologia nacionalista que primava pelo crescente centralismo e intervencionismo estatal no campo econômico-social. Ao mesmo tempo essas classes dirigentes demonstravam um interesse especial no controle e utilização de meios de comunicação de massa destinados à propaganda política. Logo, esta já era fundamental para o sucesso das iniciativas governamentais.

A propaganda, portanto, ganha a dimensão de um discurso político capaz de extravasar os restritos círculos de elite e atingir um público mais amplo, para o que era essencial o recurso a uma linguagem centrada em imagens, símbolos e mitos. A propaganda surge assim como discurso que trabalha tanto com a palavra escrita e os argumentos racionais de convencimento, quanto com uma linguagem imagética de forte conteúdo emocional e de leitura fácil, mas que precisava de divulgação para ser aprendida e apreendida pela população a que se destinava. Preocupações que estavam presentes entre os intelectuais e políticos do Estado Novo [...] cientes de que era pelo uso de uma eficiente propaganda que atingiriam os corações e as mentes do povo brasileiro que desejavam “formar”.²⁴⁸

O fato é que não foi apenas a partir de 1937 que o presidente Getúlio Vargas preocupou-se com as questões relativas a uma política de propaganda do governo. Desde 1930, ele e importantes colaboradores membros do governo, estavam conscientes da importância dos meios de comunicação de massa e de que o Estado deveria administrar a “formação” do povo brasileiro nos aspectos organizacional e educacional. Após a derrota dos insurgentes paulistas e com as eleições para a Assembléia Nacional Constituinte, em 1933, além da retomada do crescimento econômico e da reinauguração das instituições liberais, as circunstâncias possibilitaram que um olhar mais sistemático fosse dedicado à figura de Vargas e seu governo.²⁴⁹

²⁴⁷ GOMES, Angela Maria de Castro. *Op. cit.* p. 113.

²⁴⁸ *Idem.* p.114.

²⁴⁹ *Idem.* p. 115-116.

Em sequência, demonstramos que, na trajetória do órgão, este foi circulando nas pastas de ministérios do governo, sofrendo metamorfoses nominais e mudanças nos propósitos de sua administração, desde 1931, até a ganhar a direção de Lourival Fontes. Conforme a autora:

É bem verdade que, já em 1931, havia sido criado um Departamento Oficial de propaganda (DOP) no interior da máquina administrativa do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. O DOP fornecia informações à imprensa e atuava precipuamente no setor de radiodifusão, sendo uma espécie de apêndice da Agência Nacional. Portanto, não é causal que, justamente em 1934, ele tenha sido reformulado e fortalecido, passando a se chamar Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC), e sendo entregue ao jornalista e escritor sergipano Lourival Fontes, conhecido por suas simpatias ao ideário fascista. O DPDC, além de continuar atuando nas áreas de imprensa e de radiodifusão, passou a abarcar os setores de cultura, com destaque para o cinema, que recebeu grande atenção ao lado do rádio.²⁵⁰

Entretanto, mesmo com esses antecedentes, é em novembro de 1937, quando iniciada a ditadura do Estado Novo que as iniciativas no âmbito de propaganda e informação ganham graus de articulação, intensidade e aperfeiçoamento elevados e ainda não conhecidos no Brasil. Logo após o golpe, em inícios de 1938, o DPDC é transformado em Departamento Nacional de Propaganda (DNP) que, como bem assinalado pela autora, leva a partir de então a palavra “nacional” no nome e,

[...] continuava integrando o Ministério da Justiça, sob o comando de Lourival Fontes, mas ampliava sua atuação para todos os campos do que então se denominava a “educação nacional”. Essa designação é plena de significados, pois apontava não só para um maior e mais diversificado espaço de intervenção do DNP, que devia a se incumbir explicitamente de propaganda e de censura, como igualmente para uma diretriz básica do novo Estado: a da nacionalização da cultura em tempos de autoritarismo.²⁵¹

Antes de mudar definitivamente para Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), em 1939, o DNP um ano antes, por exemplo, proibiu transmissão no rádio de programação em língua estrangeira e a importação e circulação de livros em idioma que não fosse o português. Também aos proprietários de jornais só era viabilizada a importação de papel mediante requerimento de autorização do Ministério da Justiça e o órgão acabou instaurando as bases do futuro programa de rádio do governo *Hora do Brasil*, que entre 1942 e 1945, foi um dos principais canais de propaganda de Vargas e da legislação trabalhista por ele

²⁵⁰ Idem. p. 117. A autora informa também que, em abril de 1934, foi criado o programa radiofônico *Voz do Brasil*, ao mesmo tempo em que foram intensificadas as ações do DOP, divulgando os feitos do governo e preparando a “campanha” de Vargas para a presidência.

²⁵¹ Idem. p. 117.

promulgada. Com a mudança nominal em definitivo, o órgão também foi subordinado à Presidência República, e não mais ao Ministério da Justiça. Continuando com Lourival Fontes na sua direção, o Departamento de Imprensa e Propaganda ampliou seu grau de autonomia, abrangência e poder inéditos.

Dividido em cinco seções, fica encarregado dos serviços de propaganda e publicidade de todos os órgãos governamentais, desde ministérios e departamentos até autarquias. Esse dado é compreensível pelo momento exato em que é instituído, não apenas durante o Estado Novo, mas quando a Segunda Guerra Mundial é um fato consumado, o que deu às políticas nacionalizadoras e centralizadoras do governo Vargas, já em curso, um novo tom.²⁵²

Para o entendimento do grau de influência e controle perpetrado pelo DIP e seu antecessor DNP, nas publicações jornalísticas nacionais entre os anos de 1938 e 1941, cabe ressaltar que o Estado Novo, nessa época, era fortemente dominado pelo tema da nacionalização. As políticas governamentais que se reportavam à integração nacional nos campos cultural, econômico, demográfico e educacional revelam a temática: a campanha da marcha para Oeste a fim de conquistar um Brasil “real”. Só em 1938, houve a criação da Comissão Nacional do Ensino Primário e a Comissão Nacional do Livro Didático; o Conselho de Imigração e Colonização; o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Tudo isso complementado pelas medidas citadas em período anterior são exemplos dessas políticas integracionistas no Brasil.²⁵³

O Estado Novo tinha a comunicação como palavra de ordem para o conhecimento, conquista e ocupação do país, que necessitava da integração pela língua, educação, comércio, estradas e cultura. Esta última, em relação íntima com o Ministério da Educação e Saúde Pública, comandado por Gustavo Capanema. A propaganda se relacionava de maneira muito próxima às políticas públicas, e sendo assim, é impossível afirmarmos que ela teria sucesso total em fazer com que tais feitos fossem aprovados pelo povo. Cientes disso, os executores dessas propagandas se valiam de referenciais que produzissem sentidos, que enaltessem a pessoa e as ações de Vargas, “mobilizando e conformando um imaginário político”:

[...] uma propaganda [...] em que a eficiência da mensagem dependia diretamente da qualidade de sua forma e não podia ser vista como destituída de sentidos estéticos e artísticos. Como algumas análises sobre propaganda política têm mostrado, a interseção entre política e cultura nessa área é a chave para a compreensão do impacto de certas iniciativas, não se devendo separar arte pura de

²⁵² Idem. p. 118.

²⁵³ Idem. p. 120.

arte de propaganda, do mesmo modo que não se deve desassociar cultura erudita de cultura popular.²⁵⁴

Quanto à relação íntima com o Ministério da Educação, o DIP fez seu papel para que os propósitos de nacionalização alcançassem a totalidade do país a partir de um papel novo que a formação de “coração e mentes” assumia na formação escolar dos indivíduos. Durante o Estado Novo, a educação representou, nas palavras de Gustavo Capanema, um dos “instrumentos do Estado e reger-se pelo sistema de diretrizes morais, políticas e econômicas que formaram a base ideológica da Nação e que, por isto, estão sob a guarda, o controle ou a defesa do Estado”. Capanema colocou sob sua proteção muitos intelectuais, que tinham seu apoio, em especial, um grupo ligado à vanguarda modernista: Carlos Drummond de Andrade, Lúcio Costa, Oscar Niemayer, Cândido Portinari e Mário de Andrade. Assim, o DIP e Capanema atuaram juntos. Segundo Monica Pimenta Velloso,

Entre essas entidades ocorreria uma espécie de divisão do trabalho [...]: o Ministério Capanema volta-se para a formação de uma cultura erudita, preocupando-se com a educação formal; enquanto o DIP buscava, através do controle das comunicações, orientar as manifestações da cultura popular.²⁵⁵

De acordo com o René Gertz, durante o Estado Novo, entre a intelectualidade gaúcha e os detentores do poder, não eram encontrados muitos oponentes em posição de conflito com as autoridades em nível regional. Além de que, entre a minoria inconformada com o sistema político do país, havia intelectuais que, apesar disso, ocupavam cargos de confiança na administração estadual.

Se formos conferir a lista daqueles que podem ser considerados os intelectuais mais destacados do Rio Grande do Sul nas décadas de 1930/1940 [...] veremos que uma parte muito significativa exerceu cargos de confiança em órgãos públicos, nos diferentes níveis, durante o período, ou deixou registradas manifestações de apoio e até bajulação em relação às autoridades – às vezes.²⁵⁶

Gertz ainda infere que podemos explicar essa situação, primeiramente devido à tradição intelectual positivista rio-grandense (que, sobretudo em sua vertente gaúcha é de natureza moderada e contrária a radicalismos), e assim podemos imaginar que os intelectuais

²⁵⁴ Idem. p. 121.

²⁵⁵ VELLOSO, Monica Pimenta. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. IN: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). *O Brasil republicano: o tempo do nacional estatismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. vol. 2. p. 149. Os nomes de Mário de Andrade e Carlos Drummond de Andrade interessantes de lembrar nesse sentido, pois o primeiro foi diretor do Departamento de Cultura do estado de São Paulo, e o segundo chefe de gabinete de Capanema durante períodos diferentes do Estado Novo.

²⁵⁶ GERTZ, René. *O Estado Novo no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: UPF Editora, 2005. p. 117-118

preferissem, diante de um eventual fechamento autoritário, o Estado Novo a um governo integralista. Já para o Interventor federal no Rio Grande, Cordeiro de Farias, a preocupação era na verdade os “quistos étnicos” formados pela população de origem imigrantista centro-européia e asiática. Desse modo, era comum a intelectualidade gaúcha partilhar da idéia de que esses representavam um risco, por serem consideradas inassimiláveis e desagregadoras no território rio-grandense. Assim, muitos preferiram, inclusive apoiar a política de “nacionalização” do governo federal, embora esta também não tenha atingido de forma linear todos os grupos, havendo diferenças na avaliação das várias populações “estrangeiras” do estado. Sobre a questão da influência religiosa católica, entre a intelectualidade gaúcha, era comum que, mesmo que se cultivassem algum desacordo com o regime, os intelectuais católicos o faziam devido mais a algum excesso de brandura cometido do que pela sua restrição dos princípios democráticos.²⁵⁷

Entre as elites letradas de Santa Maria, à época da Intendência de Xavier da Rocha, podemos encontrar diferentes posicionamentos em relação ao sistema político do país. Entre eles estavam o dono e diretor do jornal *Diário do Interior*, Alfredo Rodrigues da Costa e redatores como Napoleão Sacchis e Ney Luís Osório. Podemos afirmar que a equipe do *Diário* pertencia à categoria de intelectuais que apoiou, incondicionalmente, o governo de Vargas, deixando registradas na veiculação de notícias a aprovação incondicional dos empreendimentos municipais de urbanização, e mais do que isso – estimulando a população santa-mariense a fazer o mesmo. A esse grupo pertenceu o ator e jornalista Edmundo Cardoso que também demonstrou seu apoio à Intendência. Nesse sentido, Edmundo além de seus escritos no *Diário* e em obras próprias, atuou na realização de fotografias com fins de propaganda. Já a equipe de *A Razão*, começando pelo diretor do jornal, Clarimundo Flores, embora demonstrasse apoio às realizações de Antonio Xavier da Rocha a Santa Maria, possuía suas reservas para o viés autoritário do governo estadonovista. Devido à sua aproximação com Osvaldo Aranha, o jornal manteve uma postura de defesa dos princípios democráticos, mas identificava Vargas como aquele que, além de relevar o positivo sentimento de brasilidade, implantando a modernidade ao país, antes de tudo isso, havia combatido o “despotismo oligárquico” e a corrupção no Rio Grande do Sul, quando pôs fim ao governo de Flores da Cunha.

Encerramos aqui as considerações sobre a estrutura do Estado Novo e seus órgãos oficiais para adaptarem, em especial, a produção da cultura da intelectualidade letrada, a fim de tratarmos do contexto santa-mariense.

²⁵⁷ GERTZ, René. *Op. cit.* p. 118.

3.2 REPRESENTAÇÃO NA POLÍTICA E PODER SIMBÓLICO

Antes de entrarmos de fato na apresentação e problematização das mudanças urbanas ocorridas em Santa Maria no período inserido no Estado Novo, cabe ressalvamos algumas particularidades referentes à política e sua representação. No estudo da ordem do político, a ação/atuação do imaginário (com seus dispositivos simbólicos) pode abrir possibilidades à história política, ampliando seu campo de análise, no qual a psique e o social histórico, realidade e significações imaginárias são dimensões inseparáveis do fazer e do ser social. Nas palavras de Castoriadis “a relação simbólica não só se pressupõe a função imaginária, mas também seu domínio pela função racional (...). O simbólico comporta, quase sempre, um componente racional-real: o que representa o real ou o que é indispensável para o pensar ou para o agir”. Desse modo, o simbólico, presente nas linguagens ou nas instituições, é inseparável do mundo social-histórico. Presentes no entendimento do autor estão linhas de pensamento que possibilitaram que fossem repensados fundamentos da instituição e legitimidade da vida social em sua expressão política, poder instituído, ideologias, sistema de direito, religião, economia, cultura e as próprias definições do “real”, específico nos contextos estudados pelos historiadores do político, bem como o “papel do símbolo, as fronteiras do simbólico e a historicidade do social”. Ainda no ideário de Castoriadis, é importante ressaltarmos que é no que o autor denomina de “historicidade do social” que a questão histórica por excelência “é a gênese de sentido”, pois cria incessantemente novos significados e significantes, sendo que a própria história existe a partir da linguagem (em todos seus tipos), na qual ocorre, constitui-se e transforma”²⁵⁸

Convém trazermos à tona neste trabalho, no qual o político também é representação, o como representação, o ideário de Pierre Bourdieu em sua obra, *O poder simbólico*. Para o sociólogo francês, os produtos oferecidos pelo campo político são instrumentos de percepção e expressão do mundo social, e a distribuição das opiniões numa população depende do *estado* (grifo meu) dos instrumentos de percepção e de expressão disponíveis, bem como do acesso que diferentes grupos têm a esses instrumentos. Nas relações entre produção, expressão e compreensão que envolvem os indivíduos, Bourdieu afirma que

[...] a fronteira entre o que é politicamente dizível ou indizível, pensável ou impensável para uma classe de profanos determina-se na relação entre os interesses

²⁵⁸ CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 155.

que exprimem esta classe e a capacidade de expressão desses interesses que a sua posição nas relações de produção cultural e, por este modo, política lhe assegura.²⁵⁹

A palavra política define de modo próprio uma ordem social (no que diz respeito à interação dos grupos, premissa de existência da política) e constitui o empenhamento em fazer que seja verdadeiramente político um agente com responsabilidades dessa natureza, isto é, que esteja à altura de conseguir o “empenhamento de um grupo e de um grupo capaz de realizar”. Somente assim é que a política existe em si e em sua capacidade de ser verdadeira. Também seu prognóstico depende

[...] da autoridade daquele que os pronuncia, quer dizer, da sua capacidade de fazer crer na sua veracidade e na sua autoridade. Quando se admite que o porvir que está em discussão depende da vontade e da ação coletivas, as idéias-força do porta-voz capaz de suscitar esta ação são infalsificáveis, pois têm o poder de fazer com que o porvir que elas anunciam se torne verdadeiro.²⁶⁰

Em relação à intenção política, Bourdieu a denomina como um estado de jogo político, em que aquela se constitui mais especificamente no universo de técnicas de ação e expressão, no qual as próprias intenções políticas oferecem em um determinado momento. Assim, o que passa do implícito para o explícito, bem como a manifestação pública num discurso ou ato público constitui por si um ato de *instituição* (grifo do autor), representando uma forma de oficialização e legitimação.

Nada há que seja exigido de modo mais absoluto pelo jogo político do que esta adesão fundamental ao próprio jogo [...] investimento no jogo que é produto do jogo ao mesmo tempo que é a condição do funcionamento do jogo: todos os que têm o *privilégio* de investir no jogo [...], para não correrem o risco de se verem excluídos do jogo e dos ganhos que nele se adquirem, [...] quer se trate de todas as vantagens materiais ou simbólicas associadas à posse de um capital simbólico, aceitam o acordo tácito que está implicado no fato de participar no jogo, de o reconhecer deste modo como valendo a pena ser jogado, e que os une a todos os outros participantes por uma espécie de conluio originário, bem mais poderoso do que todos os acordos abertos ou secretos.²⁶¹

Em se tratando do cenário político nacional e do Rio Grande do Sul, especificamente, podemos encontrar um verdadeiro jogo político nas décadas que precederam a Revolução de 1930. A dinâmica que se desenvolveu após os acordos entre a Frente Única Gaúcha (formada

²⁵⁹ BOURDIEU, Pierre. A representação política. IN: _____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. p. 165.

²⁶⁰ BOURDIEU, Pierre. *Op. cit.* p. 186. O “porvir” citado pelo autor identifica-se também com as realizações materiais e espirituais que o político pode efetuar em seu governo e que, com um devido aparato simbólico, faz com que as pessoas executem uma comparação mental com o “antes e o depois” onde o último aparentemente sempre será “melhor”.

²⁶¹ Idem. p. 172-173.

em 1928) e as elites políticas de Minas Gerais partiu do conluio que lançou Vargas à presidência. Aliás, a própria formação da elite política rio-grandense, que se formara a partir da “geração de 1907”, representou o que Bourdieu denomina como uma “autonomização do campo de produção ideológica” que reforça leis internas de um grupo político, uma vez que uma formação política especializada (aquela da tradição positivista durante o governo de Borges de Medeiros) moldou, em maior ou menor medida, ideologicamente àqueles políticos rio-grandenses que acompanhariam Vargas no governo provisório (1930-1934) e que, em parte viriam a acompanhá-lo posteriormente. Uma vez que ele era “o cabeça” da aliança com os mineiros, receava uma investidura de representante do seu partido rio-grandense (FUG) e da coalizão com Minas (Aliança Liberal), ocorrendo uma transmissão de “capital político”.

O capital político é uma forma de capital simbólico, um crédito firmado na crença e no reconhecimento, ou no crédito que os agentes conferem a uma pessoa, em determinado caso. É o que constitui a *fides*, uma força objetiva que é o escopo em tudo o que faz a simbólica do poder e que existe somente na “representação e pela representação, na confiança e pela confiança, na crença e pela crença, na obediência e pela obediência”. Segundo o autor, o poder simbólico é “um poder que aquele que lhe está sujeito dá aquele que o exerce, um crédito com que ele o credita, uma *fides*, (...) que lhe confia pondo nele a sua confiança. É um poder que existe porque aquele que lhe está sujeito crê que ele existe”²⁶². E no que diz respeito ao pessoal, nutrido pelo simbólico, o representante de um grupo político tem necessidade que se creia nele, com a condição de ele espalhar os seus benefícios sobre os que o apoiaram, e

[...] retira sua força política da confiança que um grupo põe nele. Ele retira seu poder propriamente mágico sobre o grupo da fé na representação que ele dá ao grupo e que é uma representação do próprio grupo e da sua relação com os outros grupos. Mandatário unido aos seus mandantes por uma espécie de contrato racional – o programa –, ele é também campeão, unido por uma relação mágica de identificação àqueles que, como se diz “põem nele todas as esperanças”.²⁶³

Desse modo, as dimensões de representação do político são variadas e, na maioria das vezes, objetivam a preservação de um “pacto” entre os indivíduos que exercem o político. Tais indivíduos podem se relacionar a outros grupos, na dinâmica do conluio e, entre si, não se detêm apenas em líderes, quando uma rede é constituída, simbolicamente, entre membros e sociedade simbolicamente, abarca também elites letradas como a imprensa.

3.3 A INTENDÊNCIA E A URBANIZAÇÃO: IMPRESSÕES DA IMPRENSA SANTA-MARIENSE

²⁶² Idem. p. 188.

²⁶³ Idem.

A seguir faremos o cruzamento das fontes primárias dos jornais *Diário do Interior* e *A Razão*, centro da temática da pesquisa. Esta foi efetuada com as edições dos anos que vão de 1937 até 1939, no caso do jornal *Diário do Interior*; e de 1937 até 1941 com o jornal *A Razão*. Além das fontes primárias, pesquisamos o *Guia* sobre Santa Maria, de Sebastião de Navásques (1938) e o livro, *Um momento da vida do município* de Edmundo Cardoso (1941) o qual trata das modificações urbanas e solenidades, acompanhadas de fotografias. Quanto à coletânea da *Legislação municipal* de Edmundo Cardoso, que cobre o período de administração de Xavier da Rocha (1937-1941), empregamos dessa os atos intencionais pertinentes até o período da referida administração.

A 25 de dezembro de 1937, foi empossado o Intendente Antonio Xavier da Rocha na cidade de Santa Maria, por decreto da Interventoria Federal do Estado. Dentre os discursos feitos na cerimônia de posse de Xavier da Rocha, destaca-se, significativamente, o do secretário da Educação Coelho de Souza, afirmando que a sua geração política encontrava-se, antes do advento do Estado Novo (1937-1945), entre o “caudilhismo regionalista e a sanha bolchevista”. Segundo o secretário, essa situação seria alterada pelo governo de Vargas que implantou a estabilidade política.²⁶⁴

Mapa 1



Fonte: IBGE, 2006.

²⁶⁴ DIÁRIO DO INTERIOR. Ano XXVI. Santa Maria. 30 Dez 1937. N. 287.

Antonio Xavier da Rocha, nascido em 1902, na cidade de São Pedro do Sul, fronteira à Santa Maria, havia conquistado carreira política nesta cidade, condição partilhada por outros membros da família como Otacílio Xavier da Rocha. Após se formar em medicina, Antonio, membro do PRR, depois da Revolução de 1930, foi eleito deputado estadual. No governo Flores da Cunha, também compôs a dissidência do PRL (Dissidência Liberal), desligando-se politicamente do governador do estado.

O município de Santa Maria, durante a administração de Xavier da Rocha, era maior que a sua extensão atual, pois compreendia três distritos que hoje são os atuais municípios de Silveira Martins, São Martinho da Serra e Dilermando de Aguiar. Assim, na época o município possuía 7 distritos, somando-se Arroio Grande, Arroio do Só, Boca do Monte e o primeiro distrito, a Sede do município. No mapa acima (Mapa 1), apesar de ser o da atual divisão distrital, fornece-nos uma noção da extensão alcançada pelo município no período em referência.

É possível identificar as primeiras menções e a preocupação em relação ao progresso municipal do jornal *A Razão*, logo após a divulgação da nomeação do novo intendente pelo interventor estadual general Daltro Filho. Conforme nos mostram suas edições:

Nomeado prefeito de Santa Maria, por decreto do interventor federal neste Estado, o dr. Antonio Xavier da Rocha assumirá o governo santa-mariense num momento em que o município de debate com sérios e importantes problemas relacionados ao seu futuro e ao seu progresso.²⁶⁵

O compromisso do intendente, com o Estado Novo e a nacionalidade, na resposta ao interventor federal é publicado por *A Razão*, através do telegrama enviado pelo primeiro.

[...] A demonstração de confiança de v. excia. Ao meu desvalioso espírito público nomeando-me para este cargo, independente de consultar à minha pessoa, impõe, com meus agradecimentos esforçar-me para desempenhar as funções para as quais sou destacado, no amplo sentido dos novos rumos dados à nacionalidade pelo grande movimento chefiado pelo presidente Getúlio Vargas, em cuja consolidação v. excia. Tem sido uma das mais altas expressões[...].²⁶⁶

Isso confirmava, segundo as palavras do novo prefeito, que ele seguiria as “orientações determinadas pelos novos rumos estabelecidos pelo movimento do presidente Getúlio Vargas” o jornal também se manifestou a favor e demonstrou confiança em Xavier da Rocha. Publicou que o progresso seria um objetivo perseguido pelo “novo prefeito (que)

²⁶⁵ A RAZÃO. Ano IV. Santa Maria. 23 Dez 1937. N. 63. p. 6.

²⁶⁶ Idem.

pretende desenvolver com sua ação administrativa”. Corroborou, dessa forma, para que a população também confiasse em Xavier da Rocha em relação ao bem-estar da cidade e da municipalidade:

[...] a chefia do executivo santamariense já contará com um novo titular depositário das esperanças da coletividade. Com efeito o dr. Xavier da Rocha, pelo seu espírito de patriotismo, pela sua cultura e pela sua elevação moral de suas atitudes destacou-se entre a geração moça do Rio Grande. São calçadas, portanto no bom senso as perspectivas de que o no edil saberá desenvolver o seu programa de ação com alto espírito de justiça e equidade, visando no muito que há por fazer o progresso de sua terra natal.²⁶⁷

Na posse de Xavier da Rocha como prefeito, em 27 de dezembro, havia autoridades militares como o então coronel da Terceira Região Militar Cordeiro de Farias, Loureiro da Silva, o secretario da educação Coelho de Souza. No seu discurso, Antonio Xavier da Rocha afirmou que

[...] As cidades, como afirmou o meu ilustre amigo dr. Loureiro da Silva, em seu discurso de posse da prefeitura de Porto Alegre, fazendo poesia da verdade, têm alma e vida como os seres. E os seres vivos não se reformam no sentido das transformações das cousas. Crescem. Evoluem. Adaptam-se. Administrar será então coordenar essa evolução no objetivo supremo da execução de todos os imperativos do progresso a serviço da felicidade publica.²⁶⁸

Ainda deixou claro seu propósito de modificar o plano urbanístico da cidade e, referindo-se aos acidentes naturais nos arredores e do estado em que o perímetro urbano se encontrava, assegurou que “incalculáveis e evidentes serão os benefícios para a cidade com qualquer iniciativa no sentido de afastar esses percalços oferecidos pela natureza e por lamentáveis descuidos pessoais” e que “o cuidado das ruas, conservação de sua limpeza, como a melhoria do calçamento, constituem imperativos óbvios de referencia”.

De fato, ao abordarmos esses fatos sobre Santa Maria, é de importância fazermos breve explanação sobre a dinâmica semelhante, em curso em Porto Alegre no início da década de 1940. O trabalho de Charles Monteiro nos traz informações valiosas no que concerne a atuação de intelectuais e as reformas urbanas que estavam ocorrendo durante a administração do prefeito Loureiro da Silva (1937-1943), nomeado após a instauração do Estado Novo. Utilizando-se de artigos e reportagens do jornal *Correio do Povo* e da *Revista do Globo* do ano de 1940, foi possível ao autor compreender as interpretações históricas sobre o

²⁶⁷ Idem.

²⁶⁸ A RAZÃO. Ano IV. Santa Maria, 28 Dez. 1937. N.º. 67. p. 1

acontecimento em questão, e o que estava por trás dessas, particularmente das modificações urbanas realizadas e de seus propósitos explícitos e implícitos.

Obviamente, na ocasião das obras inauguradas pela prefeitura de Porto Alegre, notamos os mesmos propósitos com as circunstâncias das santa-marienses no mesmo período. Em conformidade com os ideais estadonovistas, os líderes municipais davam mostras ao governo nacional e à população de suas cidades o aparente advento do moderno, e os jornais confirmavam a atmosfera de progresso latente, oriunda dos mecanismos do poder central. Segundo Monteiro:

As reportagens de página inteira do *Correio do Povo*, acompanhadas pela cobertura fotográfica dos eventos, com legendas e textos de tom celebrativo e ufanista, associavam as comemorações do bicentenário às grandes obras urbanas da administração Loureiro da Silva. O prefeito aparecia em várias fotos ao lado do interventor federal coronel Cordeiro de Farias e do presidente Getúlio Vargas nas inaugurações das novas avenidas [...].²⁶⁹

Assim, os símbolos nacionais e a conotação grandiosa somada à presença central de Getúlio Vargas, além das outras autoridades importantes, conferiam à ocasião diferentes momentos em que a cooptação e o reforçamento de aprovação ao regime político do país eram confundidos com as inaugurações materiais, entre elas as grandes avenidas, Farrapos e 10 de Novembro. O projeto do *Plano Diretor* das obras da capital rio-grandense contou com obras viárias e canalizações contra enchentes, aterros na orla do Guaíba, ajardinamentos, ampliação dos serviços públicos além do criterioso zoneamento urbano, e seus moldes em parte vieram do *Plano de Avenidas* de São Paulo, do prefeito-engenheiro Prestes Maia.²⁷⁰

Porto Alegre mostrava-se em plena mudança, com a abertura de largas avenidas e a verticalização, decorrente da alta construção edilícia era compreendida também com uma arquitetura moderna na área central. Os novos edifícios públicos consistiam, entre outros, na

²⁶⁹ MONTEIRO, Charles. *Op. cit.* p. 81. As comemorações do Bicentenário em Porto Alegre duraram do dia 5 até o dia 30 de novembro de 1940, englobando também os aniversários da Proclamação da República e do Estado Novo.

²⁷⁰ Idem. p. 84. Francisco Prestes Maia foi prefeito de São Paulo por duas vezes (1938-1945 e 1961-1965). Engenheiro-arquiteto pela Escola Politécnica de São Paulo, e nomeado em 1938 pelo interventor paulista, Ademar de Barros, na sua primeira gestão, foi responsável por fazer obras urbanísticas de relevo, sendo as principais delas a partir do *Plano de Avenidas*. Assim, surgiram as avenidas Nove de Julho, Vinte e Três de Maio e a Radial Norte (hoje Prestes Maia) que, juntamente com outros eixos viários, compunham o Sistema “Y”, fazendo com que passassem a dinamizar a rede viária paulistana. Estabelece alterações no Código de Obras do Município em relação às edificações da zona central em 1941, e ainda durante sua primeira administração inicia a retificação do rio Tietê. No planejamento da avenida marginal ao rio, cria o órgão da Divisão de Rios e Águas Pluviais, e autorizou as desapropriações necessárias às obras, de habitações presentes na margem de seu curso. CARPINTÉRO, Marisa Varanda Teixeira. Tempo e história no Plano de Avenidas. *Revista URBANA*, ano 2, nº 2, 2007, Dossiê: Cidade, imagem, história e interdisciplinaridade. CIEC/Unicamp. <[http://www.ifch.unicamp.br/ciec/revista/artigos2/\[12\]URBANA2_CARPINTERO.pdf](http://www.ifch.unicamp.br/ciec/revista/artigos2/[12]URBANA2_CARPINTERO.pdf)>, acessado em 29/06/2010.

sede do Instituto de Previdência do Estado, Pronto Socorro, Posto de Saúde Padrão, e os privados o Edifício Imperial e o Palácio do Comércio.²⁷¹

Entretanto, as mudanças urbanas foram responsáveis pelo desalojamento forçados de pessoas, cujas casas deveriam ceder espaço às novas obras públicas. Os relatos das pessoas que presenciaram ou sofreram as sanções decorrentes da sua expulsão são extremas. Por exemplo, havia agentes que sob as ordens de Loureiro, chegavam a desmanchar as edificações pelas telhas enquanto pessoas não resignadas com sua sorte ainda estavam no seu interior. Enquanto isso, os intelectuais porto-alegrenses se desviavam desses problemas, optando em se dedicarem a precisar a questão histórica da data de fundação da Porto Alegre setecentista, fazendo vistas grossas aos problemas das mudanças materiais e de tal custo humano, a fim de disfarçá-las.²⁷²

Em Santa Maria, a partir do dia 31 de dezembro de 1937, *A Razão* já iniciava a publicação dos editais assinados por Xavier da Rocha, tomando medidas para a melhoria urbana e o asseio público, tais como a suspensão do serviço da Diretoria de obras públicas à manutenção de fossas móveis, para que fossem feitas as instalações sanitárias, bem como, na rua Dr. Bozano, a ordem era para os donos de terrenos providenciarem a construção de passeios públicos (calçadas), empregando mosaico de tipo desenho escolhido pela Diretoria.²⁷³ Outras maneiras de intervenção da Intendência foram os atos promulgados por Xavier da Rocha e que eram publicados no jornal *A Razão*, sobre terrenos desapropriados para a prefeitura e multas aos terrenos com falta de pagamento, referindo-se detalhadamente, às quadras e localização daqueles no perímetro urbano da cidade.

Sobre a postura de *A Razão*, são expressivas as reportagens que a mostram como defensora da democracia no país, nesse primeiro momento da ditadura varguista, e apontava sua verdadeira aversão caso o Brasil se encaminhasse para uma ditadura totalitária, à semelhança da Alemanha e da Itália. Um dos meios que o jornal usou para mostrar aos leitores o valor dos princípios democráticos foram os elogios a Osvaldo Aranha, então embaixador brasileiro nos Estados Unidos, em suas publicações. Em edição do dia da instauração do Estado Novo, por exemplo, o jornal mostrou tal apreensão, ainda não tomando

²⁷¹ Idem. p. 85.

²⁷² Para Monteiro “As ações da administração municipal parecem bastante coordenadas ao entrelaçar os tempos do acontecer urbano. Elas lançavam uma ponte entre um *presente* em construção e a imagem de um *passado* harmônico, para que este fluísse de maneira ordenada e encontrasse sua realização no presente (1940), que, por sua vez, estaria construindo o *futuro* por meio das reformas urbanas da administração Loureiro da Silva. À medida que as máquinas iam destruindo as velhas casas e abrindo as novas avenidas, os historiadores reviravam o “baú do passado” valorizando a história das “origens” de Porto Alegre, embora a política urbana de Loureiro da Silva não cessasse de refundar a cidade e projetá-la para o futuro”. Idem. p. 88.

²⁷³ A RAZÃO. Ano IV. Santa Maria, 31 Dez. 1937. N.º. 70. p. 3 e 1º Jan 1938. N.º 71. p. 3.

ciência daquele acontecimento na sua publicação, pois as notícias de um dia eram publicadas no posterior:

Marchamos debaixo das ameaças de dois extremismos que tentam aniquilar a nobreza democrática e em seu lugar implantar um sistema de governo que nega a existência da própria dignidade humana. É preciso tomar claro que, se o direitismo verde nos tem auxiliado eficiente e denotadamente no combate ao esquerdismo vermelho, nada mais tem feito do que cumprir o seu dever de colaborar para a construção de dias melhores para a Pátria [...] Cresce de autoridade e de clareza a palavra austera e autorizada do grande brasileiro diante da sua vigilância intelectual desenvolvida na maior democracia do mundo. O Sr. Osvaldo Aranha nos Estados Unidos, não tem se limitado a acompanhar, e defender os interesses do Brasil. Ele tem também fortalecido o seu espírito democrático e verificado, na experiência, os frutos de um regime de nobreza, de equidade, de justiça e de verdade.²⁷⁴

Não podendo permanecer impassível diante da dissolução do Parlamento e do fim dos partidos políticos e pelo menos daquilo que poderia entender como consequências da instauração de uma ditadura, o diretor de *A Razão*, Clarimundo Flores, que adotava pseudônimos como o de Paulo Mendes nas suas colunas, publicou as seguintes palavras em edição do dia seguinte ao início do Estado Novo, nas quais percebemos um claro tom de desapontamento com os rumos tomados, ao mesmo tempo em que procurava demonstrar confiança no representante da nação, entretanto considerando-o sempre sob o viés democrático:

Há no ar, uma porção de boato mais ou menos tenebrosos acerca do futuro que aguarda o Brasil. As antenas sensíveis do cronista esse boatos se afastam e ficam dias sofrendo a decantação do espírito. Não atormentam mais que dois minutos, justamente o tempo necessário para que o raciocínio apanhe de novo, o fôlego intelectual que lhe quiseram arrancar. O espírito passeia pela história e verifica, alegremente a impossibilidade moral e mental de que venhamos a sofrer qualquer colapso em nossa liberdade de pensar e de agir [...] Francamente, eu continuo otimista nos destinos democráticos do nosso Brasil. Continuo a ver no ar apenas a demonstração que marchamos para uma democracia mais perfeita, mas racional que aproveitará ao país e aos brasileiros.²⁷⁵

Desde a posse de Xavier da Rocha, o *Diário do Interior* demonstrou apoio incondicional ao intendente santa-mariense. Em entrevista em 3 de março de 1938, percebemos a confiança do jornal em Xavier da Rocha e na função para qual foi designado. O intendente demonstrava com contentamento a forma que o Estado se dispunha em resolver as dificuldades que poderiam prejudicar a administração municipal, apoiando-se em figuras de importância do Rio Grande do Sul, como Maurício Cardoso e Walter Jobim, então secretários da Agricultura e de Obras Públicas, respectivamente. Também comentava a instalação de

²⁷⁴ A RAZÃO. Ano V. Santa Maria. 10 Nov. 1937. N° 26.

²⁷⁵ A RAZÃO. Ano V. Santa Maria. 11 Nov. 1937. N° 27.

grupos escolares, com o aval do governo do Estado (na pessoa do Interventor Cordeiro de Farias), nos distritos de Arroio Grande, São Martinho e Silveira Martins:

[...] Trago a melhor das impressões da disposição do governo do Estado em resolver todas as dificuldades que porventura possam prejudicar a boa marcha das administrações municipais [...] Por estes dias serão instalados os três Grupos Escolares de Arroio Grande, São Martinho e Silveira Martins, cujos cargos de professores, segundo o ilustre secretario de Educação de Saúde Publica, dr. José Coelho de Souza, aguardam unicamente a terminação do concurso de títulos para serem preenchidos.

Como vêm, há um desejo, um esforço, uma sincera tendência pelos atuais responsáveis dos negócios públicos de corresponder as esperanças nelas depositadas.

Só assim, deixando claramente patenteado que o momento é de realizações práticas de esquecimento completo de velhas e estéreis lutas, se fará a interpretação positiva das verdadeiras finalidades do Estado Novo.²⁷⁶

Entretanto, *A Razão* no fim desse mesmo mês, questionava a intendência sobre “o vazio de fatos”, isto é, a ausência de medidas significativas na cidade, pois já se completavam três meses que o prefeito se encontrava no cargo e, se o entusiasmo reinante no fim do ano passado, referentemente às esperanças da municipalidade, haviam se dissipado. Observou o jornal ainda que a carga de tributos da nova intendência havia aumentado em comparação às administrações anteriores, contrastando com a aparente falta de medidas intencionalistas: “Aquele sentimento coletivo de esperança que saudou a sua assunção ao cargo, ter-se-ia desfeito ao primeiro embate com a realidade? Ou serão os seus primeiros atos de molde a fortalecer a confiança pública?”. Em contato com a Diretoria de Obras e Viação, confiada pelo intendente ao engenheiro Floriano Dias, este afirma que Xavier da Rocha estava atendendo às “necessidades locais da sub-prefeituras pondo-se diretamente em contato com os problemas fundamentais da administração e com os elementos mais representativos de cada conglomerado humano dentro dos limites municipais”.²⁷⁷

Já em outra edição de *A Razão*, o quadro que se observava na cidade era diferente. A Avenida Rio Branco, considerada a porta de entrada de Santa Maria à época, por ser a via que ligava o centro à Estação da Viação Férrea, era melhorada em sua parte inicial, com a instalação de rede de esgotos, construção de calçadas e arborização da área central da rua, sendo que as calçadas laterais teriam 4 metros de largura e, no centro na avenida seriam instalados abrigos de 6 metros (4 de calçadas e 2 de ajardinamento). Noticiava-se também a aquisição de material para construção dos grupos escolares. O novo tom da cidade era mostrado nessa edição para a população, convidando-a ao “bom senso”:

²⁷⁶ DIÁRIO DO INTERIOR. Ano XXVI. Santa Maria. 3 Mar 1938. N. 37.

²⁷⁷ A RAZÃO. Ano IV. Santa Maria. 20 Mar 1938. N. 136. p. 3.

[...] O leitor que correr os olhos por esta notícia poderá verificar quanta coisa vem sendo feita em prol dos melhoramentos de que Santa Maria necessita. E se esse leitor já tiver perdido aquele espírito faccioso que caracteriza os leitores em geral, na certa que concordará que, afinal o município e a cidade encontraram o verdadeiro sentido de seu progresso.²⁷⁸

O destaque positivo mais enfático por parte do *Diário do Interior* também procurou caracterizar o novo aspecto das praças santa-marienses e do empenho da Intendência em agilizar as obras para construção de estradas que ligavam a cidade a outros municípios,

PRAÇA SATURNINO DE BRITO. A praça Saturnino de Brito também está passando por grandes remodelações. Está sendo calçada de mosaico, cujo desenho merece francos elogios. A sua aparelhagem para brinquedos já satisfaz bastante. A afluência diária de crianças ali dá gosto de ver. A velha cerca de madeira foi arrancada e substituída por filas de lídias. O prefeito, tendo em vista a excelente terra pertencente à Chácara da Limpeza Publica, já determinou que se fizesse, imediatamente, ali, um horto para plantação de arbustos e flores destinadas às praças, jardins e avenidas.

ESTRADA SANTA MARIA – SÃO PEDRO. Já se encontra em regulares condições do trânsito, a estrada Santa Maria – São Pedro. No trecho entre Canabarro e o rio Ibicuí foram construídos 8 bueiros de cimento armado, 2 pontilhões de madeira e composta a ponte grande do Ibicuí. Para lá já foram remetidos 2 vagões de tubos de cimento e cinco mil tijolos para outros bueiros.²⁷⁹

Cronistas de *A Razão* como Djalma Rio Branco teciam elogios às mudanças urbanas, revelavam e transmitiam à população um sentido renovador daí decorrente. Ressalvamos que, no ano de 1938 Santa Maria seria palco da Exposição Estadual de Animais e Produtos Derivados, evento agropecuário a que acorriam diversos produtores e criadores de todo o estado. Assim, paralelamente ao projeto estadonovista de modernidade, na cidade a política de urbanização se relacionava também a esse evento, e o progresso constituía palavra-chave a partir daí nas edições, quando o assunto era abordado:

A cidade de Santa Maria se renova: a cidade muda seu aspecto vetusto e decadente para reaparecer diante de todos como uma madona cocote e bonita. A cidade se engalana para uma festa que pretende oferecer ao Rio Grande representativo e na exuberância de seu poder construtor e progressista.

[...] O atual governador da cidade, moço operoso, defensor destimorado da causa publica, um dos espíritos romanos que provocou a débâcle moral do regime anterior, está cumprindo a rigor o que havia prometido ao galgar a edilidade.²⁸⁰

Em levantamento que foi publicado em ambos os jornais no final de junho de 1938, a intendência procurou mostrar o andamento das obras, preocupando-se em mostrara a

²⁷⁸ A RAZÃO. Ano IV. Santa Maria. 27 Mar 1938. N. 142. p. 6.

²⁷⁹ DIÁRIO DO INTERIOR. Ano XXVII. Santa Maria. 22 Jun 1938. N. 138. p. 1.

²⁸⁰ A RAZÃO. Ano IV. Santa Maria. 1º Jun 1938. N. 197. p. 3.

diversidade de lugares atingidos pela urbanização. O *Diário do Interior*, em conformidade com o propósito intencional, dedicou duas páginas de sua edição para expor o assunto. Publicou, segundo entrevista com Floriano Dias, que “em seis meses apenas de governo, o atual prefeito, dr. Xavier da Rocha, transformou completamente, a administração do município. Grandes são as reformas em todo os departamentos da Prefeitura”. Também dava ênfase às obras das Avenidas Rio Branco e Ipiranga, destacando suas particularidades:

Prosseguem com a atividade os trabalhos da Avenida Rio Branco. [...] As calçadas serão de mosaico de artístico desenho, com cordões revestidos de cimento. A arborização está sendo feita de 10 em 10 metros, com um dos mais apropriados arbustos para avenidas, que é o belo “*Ligustum Japonico*”. Os espaços são preenchidos por gramas e flores diversas. Em cada canteiro serão colocadas quatro bancos de cimento armado, iguais aos empregados na praça Saldanha Marinho.

[...] Já estão sendo tomadas todas as providências para o início dos trabalhos na avenida Ypiranga, que deverá ficar pronta ainda este ano. Ontem mesmo o dr. Prefeito encomendou, de Montenegro, 500 metros de cordão de arenito para as calçadas e abrigos. Esta avenida [...] terá duas faixas de rua com 7 metros de largura com abrigo central de 3 metros. Arborização central e lateral, com calçadas de 4 metros. O seu comprimento é de 2 quilômetros [...]. A pavimentação será feita de macadame simples, comprimido com rolo compressor de 10 toneladas, com sarjetas calçadas de pedras irregulares. Terá três praças no trecho compreendido entre as ruas Appel e Conde de porto Alegre e outra, ainda, no largo do Hospital de Caridade.²⁸¹

Dias antes, *A Razão*, demonstrara em sua edição que, apesar das restrições em relação aos aspectos autoritários do regime varguista e sua constante defesa da democracia, quando se tratava de aspectos – para o jornal – essenciais na constituição de uma cidade, era preciso elogiar. Através de um artifício na redação de sua manchete, incitava a população santamariense a desviar momentaneamente seu olhar dos problemas da cidade e direcioná-lo ao “esplendor” das realizações urbanas, das melhorias e prolongamentos das ruas já existentes e das recém-criadas:

Os olhos do repórter não compreendem. Há nas ruas longas e nas casas lavadas pela chuva, uma como que fisionomia de saúde recente. Os seus passos descobrem ruas novas, calçamento novo onde, ontem ainda, tudo era matagal e charco. E ocorre este milagre, a atenção do repórter, em vez de procurar quadros dolorosos, é obrigada a fixar as coisas novas que a cidade tem.²⁸²

Nessa edição, o jornal ainda reforçava que se construíram, até aquele momento, 5598 metros de calçamento nas ruas Niederauer, trecho entre Barão do Triunfo e Serafim Vallandro (4278 metros); Avenida Rio Branco, entre Manoel Ribas e Ernesto Beck (400 metros); Avenida Borges de Medeiros, quadra entre Venâncio Aires e Dr. Bozano (420 metros). E que

²⁸¹ DIÁRIO DO INTERIOR. Ano XXVI. Santa Maria. 22 Jun 1938. N. 138.

²⁸² A RAZÃO. Ano IV. Santa Maria. 20 Jun 1938. N. 215. p.1.

Xavier da Rocha, diariamente, percorreria as turmas de trabalhadores nas obras, examinando, meticulosamente, quais as necessidades para o seu bom andamento.

O jornal *A Razão* deu mostras, através de reportagens, do reconhecimento do empreendedorismo de Xavier da Rocha por parte das elites conservadoras da cidade e da população em geral. Quando tal situação ocorreu, foi em forma de uma homenagem que durou um dia. Foram expressas as manifestações populares positivas em frente à casa do prefeito pela manhã e os discursos foram pronunciados por autoridades militares e civis. Tal situação deveu-se à recusa por parte de Xavier da Rocha em aceitar um cargo de ministro do Tribunal de contas do Estado, para “continuar servindo a sua terra”. No encerramento, o intendente reafirmou seus propósitos e compromissos com o país, conforme o jornal:

[...] Declaro que o sentimento construtor da nacionalidade deve estar acima de tudo e que em qualquer ponto o cidadão poderá cumprir o seu dever e servir a Pátria, desde que esteja atuando com boas intenções. Sem bairrismo, pelo Rio Grande do Sul, para o Brasil, santamarienses amemos a nossa Terra! Trabalhem! Em qualquer lugar [...] onde podemos demonstrar nosso esforço [...] como o nosso devotamento ao trabalho, o nosso amor a gleba natal, torrão maravilhoso dessa Pátria imensa que nos legaram os nossos antepassados [...]. O nosso esforço é a nossa passagem para qualquer posição é transitória como nós mesmos. Mas Santa Maria, o Rio Grande e o Brasil na sua existência eterna, atestarão o vigor e a pujança das gerações que o construíram.²⁸³

Segundo os jornais, as cerimônias de inaugurações de grupos escolares contavam com os aplausos da grande maioria da população santa-mariense, no interior do município (em 1938, foram inaugurados os de Arroio Grande, Silveira Martins e São Martinho da Serra). Aquelas tinham grande divulgação, com ênfase ao caráter empreendedor de Xavier da Rocha e do estado, e ao civismo.

A inauguração, da Escola Normal Padrão Olavo Bilac, em Santa Maria, representou um momento peculiar. Precedida pela inauguração de um retrato de Getúlio Vargas na prefeitura, a cerimônia contou com grandes desfiles de alunos e do culto à pátria com elevação da bandeira e canto do hino nacional, além de uma inspeção das autoridades às dependências da escola. Estava presente o secretário estadual de Educação e Saúde Pública, Coelho de Souza, o qual reafirmou um dos principais preceitos do Estado Novo, em âmbito educacional, o de “formador de mentes”: mencionou as modernas conquistas de ciência de instruir e educar, a fim de melhorar o ensino e que o governo desejava o desenvolvimento cultural do Estado, abrangendo sua ação a todos os setores. Conforme o *Diário do Interior*, além da presença das autoridades, a população também correu em grande número:

²⁸³ A RAZÃO. Ano IV. Santa Maria. 20 Jul 1938. N. 239. p.3.

A grande cerimônia teve a presença do dr. Coelho de Souza, secretario da Educação e Saúde Publica; general José Joaquim de Andrade, comandante da 3ª. Região Militar, dr. Xavier da Rocha, prefeito municipal, professora Olga Acauan Gayer, diretora da Instrução Publica do Estado, oficiais do Exército e da Brigada Militar; representantes de todas as sociedades locais; colégios públicos e particulares e enorme massa popular.²⁸⁴

A Razão ressaltou os percalços que a iniciativa de construção do prédio da escola atravessara, pois era o único colégio estadual da cidade. Também deu destaque à bênção do prédio pelo padre Pascoal Librelotto, o que mostrava dessa forma, o apoio da Igreja Católica à iniciativa governamental, e também à fala da Diretora da Escola Alda Saldanha explicando sobre o nome adotado pela escola, uma vez que

[...] os seus cantos confundiram-se com os queixumes e aspirações de nacionalidade e enrijando as asas para vôos mais altos, ressoaram como tábuas guerreiras, de canto em canto, alertando o amor dos brasileiros pela terra formosíssima da Pátria.²⁸⁵

Outro caso demonstrado pelo jornal *A Razão*, da atenção do povo dispensada pelo povo às cerimônias de culto pátrio, deu-se no 7 de setembro de 1940. Uma “alta expressão de brasilidade” ocorreu desde quando se acendeu a pira simbólica no altar republicano até os desfiles olímpicos dos alunos atletas da Escola Olavo Bilac, Colégio Centenário, Ginásio Santa Maria, Hugo Taylor, Fontoura Ilha e Cícero Barreto, além dos clubes esportivos Brasil Esporte Clube, Riograndese e Atlético Esporte Clube. A declamação de poemas (com conotação patriótica) foi seguida pelo desfile militar e pela Hora da Pátria (às 15h30min), e durante a qual as classes populares, operários, colégios e os clubes permaneceram concentrados na Praça Saldanha Marinho. Assim, o jornal mencionou a quantidade de pessoas presentes imbuídas por um sentimento tido por coletivo: “A cidade viveu (...) momentos de intensa vibração cívica. Centenas de atletas, rapazes e moças desfilarão pelas ruas centrais, aclamadas freneticamente pela compacta multidão que enchia a Praça Saldanha Marinho e adjacências”.²⁸⁶

A confirmação de que o novo cenário de Santa Maria estava em consonância com o projeto federal foi feita pelo interventor federal Cordeiro de Farias, na Semana da Pátria do ano seguinte. Em 5 de setembro, diante de um número expressivo de pessoas reunidas na Praça Saldanha Marinho, a autoridade estadual proferiu o seguinte discurso:

²⁸⁴ DIÁRIO DO INTERIOR. Ano XXVII. Santa Maria. 31 Jul 1938. N. 171.

²⁸⁵ A RAZÃO. Ano IV. Santa Maria. 31 Jul 1938. N. 249. p.2-3.

²⁸⁶ A RAZÃO. Ano V. Santa Maria. 7 Set 1940. N. 277. p. 3.

De uma maneira geral a ninguém escapa a compreensão de que ainda atravessamos no Brasil, uma fase revolucionária construtora, e o Estado Novo cristaliza dia a dia em postulados que procuram refletir os altos interesses do país desde as grandes questões de âmbito nacional até as mais modestas aspirações de nossos municípios.²⁸⁷

O processo de melhoramentos nas ruas da cidade, em 1938, efetivaram-se, portanto, principalmente nas avenidas Ipiranga, Rio Branco e Borges de Medeiros. Constam ainda o embelezamento da praça Saturnino de Brito do Horto Municipal; o prolongamento e abertura de uma rua entre a avenida Ipiranga e a rua Marquês de Maricá que tomou o nome de Professor Braga, uma avenida com 25 m de extensão entre as avenidas Independência e Liberdade, ligando a rua Venâncio Aires à avenida Ipiranga; também a construção de pontes e pontilhões na área urbana e distritos; calçamento na rua Niederauer, Barão do Triunfo e Serafim Vallandro. Ressaltamos que a Floriano Dias também foi atribuído mérito pela efetivação das obras, uma vez que muitas dessas foram projetadas e administradas por ele.²⁸⁸

Sobre a percepção de modernidade do Estado Novo em *A Razão*, esclarecemos que o jornal publicou, em suas edições notícias sobre mudanças urbanas que ocorriam em outros municípios rio-grandenses como Cachoeira do Sul, Santana do Livramento, na capital Porto Alegre e mesmo no país. O Brasil é entendido como um organismo e a respeito da cidade é percebida a ruptura entre o passado e o presente. Assim, demonstrava aos leitores que

Todo o país está passando por uma fase de trabalho construtivo, de reerguimento, de prosperidade movimentando todas as células que lhe dão vida. Isso fez crer nas imensas possibilidades de nossa terra, onde a cada dia que surge, novos horizontes se abrem [...]. Santa Maria também não poderia ficar indiferente, alheia a esse movimento que empolga o Brasil, contagiando as massas. Assim a “cidade-coração-do Rio Grande” se rejuvenesce, se embeleza, se amplia. Em poucos meses, já forma feitas muitas coisas. Ruas novas se abriram. Outras se reconstroem praças e avenidas, Santa Maria de hoje, já não pode ser compreendida com a Santa Maria de ontem.²⁸⁹

Para deixar em ótimas condições um dos caminhos que levava ao Parque de Exposições do bairro Prado, foram efetuados remodelamentos na Avenida Borges de Medeiros, nivelando o pavimento situado entre as ruas Dr. Bozano e Venâncio Aires com construção de uma ponte em outro trecho para permitir um melhor acesso de veículos. Na Praça Saturnino de Brito, foi construída, em 1938, uma calçada em todo seu perímetro,

²⁸⁷ A RAZÃO. Ano VII. Santa Maria, 5 Set 1941. N.º. 261. p. 1.

²⁸⁸ NAVÁSQUES, Sebastião de. *Guia Ilustrado Comercial, Industrial e Profissional do Município de Santa Maria*. Porto Alegre: Editores E. G. J. M., 1938. p. 2.

²⁸⁹ A RAZÃO. Ano IV. Santa Maria. 24 Ago 1938. N. 269. p. 5.

instalados brinquedos e feita a arborização. Já na Praça Roque Gonzales, a arborização foi feita em vários canteiros de estilo moderno, tendo, em um dos extremos, uma estrutura artística, chamada de “recinto romano”. Melhoramentos urbanos foram feitos também na rua Dr. Bozano, com um sistema de iluminação subterrânea e remodelamento de calçadas. Publicava-se que a administração municipal já havia construído mais de 6000 m de calçamento e era comum ouvir-se nas ruas e em reuniões que Santa Maria havia progredido muito mais em poucos meses da atual administração do que em 20 anos passados.²⁹⁰

Mapa 2



Fonte: IBGE, 2006.

No mapa acima (Mapa 2), apresentamos o centro da cidade, com o traçado (em vermelho) das principais ruas atacadas pelas obras municipais. É possível percebermos, em

²⁹⁰ NAVÁSQUES, Sebastião de. *Op. cit.* p. 4

1940, as principais ruas, na direção da Estação Ferroviária-Centro, que cortavam a Avenida Rio Branco e Rua do Acampamento, até atingirem a Avenida Ipiranga, tinham sido urbanizadas.

Também há a manifestação positiva de *A Razão* diante do novo aspecto da cidade na edição de 9 de outubro de 1938. O jornal, afirmando ter tomado contato com as impressões da população de Santa Maria, noticiou o andamento das obras urbanas na cidade:

Os melhoramentos urbanos estão aí à vista de todos, para atestar o que o atual prefeito está fazendo em prol da nossa cidade. E ninguém mais que o povo tem sabido dispensar a gratidão merecida aos esforços do dr. Xavier da Rocha em benefício de Santa Maria. A reportagem andou escutando a opinião popular sobre a ação do nosso prefeito. O povo tem uma admirável intuição do que está direito e do que está torto, do bom e do mau. Os seus juízes são por isso mesmo instintivamente certos, como também os seu vaticínio²⁹¹

Embora a clara aprovação do *A Razão* à urbanização empreendida pela intendência, cabe-nos ressaltar mais uma vez o comportamento assumido por Xavier da Rocha em relação ao jornal. Talvez ciente sobre o temperamento e a capacidade de angariar desafetos de Clarimundo Flores, Xavier da Rocha agiu a fim de evitar dissabores. Clarimundo e a equipe d'*A Razão*, cientes da restrição à imprensa no contexto político do país, mantiveram sua posição favorável às atitudes da Intendência na cidade na maioria das vezes. Contudo Xavier da Rocha não perdia ocasião para afirmar sua posição sobre o jornal *A Razão*, como pode ser visto no aniversário do jornal em 1938, quando foi publicada uma mensagem do intendente, dizendo que

Quem expender, nos tempos que correm, quaisquer idéias sobre a imprensa estará sujeito a ter que revisá-las [...]. Com as tendências modernas de unificação de direção estatal, para cuja estabilidade mobilizaram-se todas as forças das nações, a imprensa como tal passou a ser considerada uma arma. [...] E nada mais fácil do que se diferenciar dos outros. Na imprensa do Rio Grande do Sul, *A Razão* figura vitoriosa entre os maiores órgãos que enriquecem o grande patrimônio da imprensa rio-grandense.²⁹²

Sobre a natureza e significado das edições da Exposição Estadual de Animais e Produtos Derivados²⁹³ na cidade, abordamos alguns pontos importantes. Em primeiro lugar, era necessário para a Intendência municipal demonstrar o aspecto cidadão a um público forasteiro, em especial, autoridades governamentais. Em segundo lugar, era importante para a geração de receita de estabelecimentos como: vendas, hotéis e pousadas. Numa cidade como

²⁹¹ A RAZÃO. Ano V. Santa Maria, 9 Out. 1938. N° 42. p. 3.

²⁹² A RAZÃO. Ano V. Santa Maria, 9 Out. 1938. N° 42. p. 3.

²⁹³ Esta Exposição pretendia também equiparar-se à Exposição Farroupilha de 1935, em Porto Alegre, durante o governo estadual de Flores da Cunha.

Santa Maria, onde o comércio sempre desempenhou papel fundamental, tal assertiva não pode ser relegada, conforme o que de maneira entusiasta foi publicado por *A Razão*:

Aumenta, dia a dia, a afluência de forasteiros que vêm assistir a exposição. Os hotéis já estão muito deles lotados e outros dispõem de poucos cômodos [...]. Tendo como base os pedidos de cômodos até agora recebidos pela comissão, quer diretamente pelos hotéis, calcula-se que cerca de dez mil forasteiros visitarão Santa Maria por ocasião do grande certame que será inaugurado terça-feira.²⁹⁴

E em edição seguinte de dois dias,

O movimento da cidade apresenta um aspecto de intenso movimento. Os hotéis estão cheios de visitantes. Os cafés, à tardinha e à noite, registram um movimento fora do comum, o mesmo acontecendo com os cinemas [...]. A cidade já hospeda milhares de forasteiros. Também encontram aqui grandes cabanheiros e fazendeiros, sendo esperados nos próximos dias numerosos líderes do ruralismo rio-grandense.²⁹⁵

Muito antes da inauguração da Exposição, a expectativa da prefeitura, órgãos responsáveis, imprensa e população eram as melhores. A 12 de novembro de 1938, quando se efetivou, no Parque Imembuí, foi tratada como um grande evento nacional. Chegaram comitivas oficiais dentre as quais a do interventor federal Cordeiro de Farias, acompanhado do secretário de Educação Coelho de Souza e do secretário de Obras Walter Jobim e também do general Eduardo Alcoforado, representante do presidente Getúlio Vargas e ainda Fernando Costa, ministro da Agricultura²⁹⁶. Segundo *A Razão*, a multidão de pessoas, em direção à Avenida Rio Branco, passando pela Ipiranga, posteriormente até o Parque Imembuí, era contínua e intensa. Isso para chegarem às 15h, quando seria inaugurada a Exposição:

O tráfego de veículos particulares, de praça de transporte coletivo constituiu uma romaria contente e ininterrupta ao melhor parque de Exposições do Rio Grande do Sul [...] Já às 14, 30 hora marcada para o hasteamento da bandeira no pavilhão central o Parque já registrava enorme aglomeração. Em frente às bilheterias verdadeira multidão se comprimia na ânsia de garantir os ingressos estendendo-se ao longo da Avenida Ipiranga, numa extensão de centenas de metros. Os serviços de fiscalização de tráfego decorriam movimentadíssimos pois o trânsito de veículos era indescritível.²⁹⁷

Conforme o mostrado pelo *Diário do Interior*, durante a Exposição, a cidade efetivamente voltou-se para o evento:

²⁹⁴ A RAZÃO. Ano V. Santa Maria, 6 Nov. 1938. N.º 24. p. 3.

²⁹⁵ A RAZÃO. Ano V. Santa Maria, 8 Nov. 1938. N.º 25. p. 7.

²⁹⁶ DIÁRIO DO INTERIOR. Ano XXVII. Santa Maria. 12 Nov 1938. N. 145.

²⁹⁷ A RAZÃO. Ano V. Santa Maria. 11 Nov 1938. N. 28.

Santa Maria está vivendo horas inesquecíveis de vibrações patrióticas. O regozijo de nossa população é de todo justo, pois a cidade e seu povo estão de parabéns e orgulho pelo brilhante êxito alcançado pelo grandioso certame, anteontem inaugurado [...]. A chegada das comitivas oficiais a esta cidade polarizou todas as atenções, sendo as mesmas recebidas com grandes demonstrações de entusiasmo e alegria pela população.²⁹⁸

Desse modo, a Exposição Estadual de animais e produtos derivados de Santa Maria foi um evento explorado pela prefeitura municipal de modo a promover o município. Podemos afirmar isso, pois, ao mesmo tempo em que visava atrair novos investimentos, que poderiam ser cativados pelos sinais explícitos da posição do município como um polo centralizador pecuário do estado do Rio Grande do Sul para o qual convergiam expositores de diversas regiões. Assim, a cidade, ao ser visitada pelos expositores, podia mostrar-se atrativa a eventuais estabelecimentos pecuários. Também podemos considerar os próprios lucros que a cidade de Santa Maria obtinha na ocasião da Exposição, sobretudo, a rede hoteleira, ferroviária e comercial-atacadista em geral. E, por fim, o evento servia para que os visitantes e as autoridades federais e estaduais vissem como eram realizados os empreendimentos urbanísticos e modernizadores de Xavier da Rocha.

Na Terceira edição da Exposição Estadual, a presença de Cordeiro de Farias, Loureiro da Silva, Valter Jobim por exemplo, confirmaram a confiança que fora mostrada desde o ano anterior para que a cidade comportasse novamente o evento. *A Razão* procurou além desse aspecto, mostrar a relação com o progresso municipal e estadual:

A Terceira Exposição de Animais e Produtos Derivados é indiscutivelmente a reafirmação do progresso gaúcho, em seus diversos setores de atitudes. Cabe a Santa Maria, portanto, a glória de realizar no coração do Rio Grande do Sul, o melhor e o maior certame da história das realizações estaduais. A maior – afirmamos – porque o conjunto de animais, que a galpão como a campo, de bovinos das várias raças de corte, mistas e leiteiras, é digna do máximo destaque.²⁹⁹

De fato, o sucesso da segunda edição da Exposição (a primeira havia sido em Porto Alegre no governo Flores da Cunha) fez com que, em 1939 e 1941, Santa Maria voltasse a ser sede da terceira e da quinta edições (a quarta ocorreu na cidade de Bagé), sendo que, pelo menos na terceira edição, uma difusão mais positiva foi possível perceber, através da expressividade do jornal *A Razão*, em número de público, participante, agricultores e pecuaristas que acorreram ao evento.

Nas edições do *Diário do Interior* de 1939, percebemos que a linha de aprovação incondicional da urbanização promovida pela Intendência de Xavier da Rocha foi mantida.

²⁹⁸ Idem.

²⁹⁹ A RAZÃO. Ano VI. Santa Maria. 11 Nov 1939. N. 25.

Por exemplo, por ocasião de uma solenidade do município, o jornal conferiu elogios à figura do prefeito, ao reproduzir, na íntegra, o discurso do orador, capitão Oliveira Mesquita:

E, aproveitando a oportunidade de estarmos hoje aqui todos reunidos em torno dessa figura garbosa do moço idealista que è o dr. Xavier da Rocha, honrado e dinâmico prefeito do município, eu lanço o meu apelo veemente e sincero, concitando e todos santa-marienses para que cerremos fileira em torno do Estado Novo, prestigiando o com a nossa confiança, certos de que aqueles que o criaram e o dirigem hão de fazer a felicidade do Brasil!³⁰⁰

Em julho de 1939 o *Diário* noticiou que os empreendimentos em todos os distritos se encontravam em pleno andamento: nivelamento das principais ruas e calçadas e o embelezamento da praça central. O prefeito em visita às obras do distrito, anunciava a criação de um Posto de Fruticultura para os agricultores, de uma “Casa de Repouso” para os funcionários municipais. Também divulgou a inauguração da linha telefônica entre o distrito de Silveira Martins com Santa Maria e a de mais um grupo escolar na localidade de Linha Base. Como não poderia de ser, Xavier da Rocha teve suas iniciativas mais uma vez louvadas, publicamente pela população e pelos curas das igrejas locais.³⁰¹

Em edição, no mesmo mês, o *Diário do Interior* mostrava à população que o plano de remodelamento urbano de Santa Maria do intendente já era “um facto”. Isso porque toda a zona situada no perímetro, delimitado pelas ruas André Marques, 13 de maio, Visconde de Ferreira Pinto, Silva Jardim, Vale Machado, José do Patrocínio até a Avenida Rio Branco, já apresentava aspecto novo e moderno, com nivelamentos e novas calçadas com 3 a 4 metros, as quais eram também arborizadas. A Praça Cristóvão Colombo achava-se em serviço de nivelamento. De acordo com o *Diário do Interior*, desde a zona do parque Imembuí (no Bairro Prado, em direção oeste), até para direção leste (até a rua Visconde Ferreira Pinto), o que se via era um trabalho contínuo de urbanização. Alegando que

O plano Urbanístico da cidade está em plena execução mais depressa do que esperava, até. A capacidade de produção da atual administração do município foi posta à prova, ressaltando logo, do que se viu e se vê, que é excelente a visão que norteia o progresso e a evolução.³⁰²

O anúncio da difusão dos telefones da Companhia Telefônica Riograndense na cidade foi publicado pelo *Diário do Interior* e os primeiros telefones automáticos instalados durante o mês de março de 1939. A rede de telefones abrangeria todo o primeiro distrito, permitindo

³⁰⁰ DIÁRIO DO INTERIOR. Ano XXVII. Santa Maria, 3 Jan 1939. N. 2. p. 1.

³⁰¹ DIÁRIO DO INTERIOR. Ano XXVIII. Santa Maria, 28 Jul 1939. N. 149. p. 3.

³⁰² DIÁRIO DO INTERIOR. Ano XXVIII. Santa Maria, 29 Jul 1939. N. 150. p. 1.

aos seus assinantes se comunicarem diretamente com as principais cidades do estado. O prédio com as instalações da Companhia foi construído na Rua Venâncio Aires, onde eram operadas as ligações urbanas e o centro de longa distância que fazia as ligações da parte suburbana da cidade.³⁰³

Com o início da Segunda Guerra Mundial, Xavier da Rocha reunido com o grupo administrativo da prefeitura, tomou a decisão de continuar com as obras urbanas em seu ciclo normal, favorecendo sua iniciativa e atendendo às “aspirações coletivas” da população, de forma que os últimos acontecimentos europeus “não tivessem reflexos maiores em Santa Maria”. Também tratou com os sub-prefeitos dos distritos sobre a possibilidade de aumentar a produção agrícola do município como precaução diante da situação mundial, lançando um apelo aos produtores.

Prosseguimos no trabalho, com a exemplificação de resistência à aceitação da urbanização da cidade. Tais atitudes, como veremos, serão percebidas através do conteúdo dos Atos Intendenciais expedidos por Xavier da Rocha no período.

3.3.1 REAÇÕES À URBANIZAÇÃO

A política modernizadora e de remodelamento urbano empreendida por Xavier da Rocha não contou somente com aprovações. Na coletânea da legislação municipal referentemente ao período de sua administração, Atos por ele expedidos mostraram a resistência e relutância de alguns indivíduos da cidade (geralmente aqueles que não possuíam condições financeiras para regularizarem terrenos, calçadas e construções do perímetro urbano) em se adaptarem às ordens da prefeitura, levando o Intendente a tomar medidas que garantissem o prosseguimento das obras municipais (os Atos Intendenciais).

Do mesmo modo, consideramos reações à urbanização, reportagens publicadas por *A Razão* em que o jornal apontava falhas ou ausência de obras da prefeitura em bairros, ruas e calçadas. Contudo, ressalvamos, que o jornal procurou legitimar sua reação de maneira a dar voz à população. Além de incorporar termos que convocavam a necessidade de ações da intendência pelo bem da população de Santa Maria.

Através do ato número 18 de 1938 é possível entendermos as condições/obrigações financeiras existentes entre Intendência e população, quando esta foi condicionada a acatar a realização das obras públicas nas suas propriedades. Na sua interpretação, está implícito que a população deveria aceitar sua obrigação de fazer mudanças, pois isso seria revertido na

³⁰³ DIÁRIO DO INTERIOR. Ano XXVII. Santa Maria, 18 Mar 1939. N. 63. p. 1.

valorização de seu imóvel. Também Xavier da Rocha poderia contrair empréstimos de indivíduos/empresas da própria Santa Maria para realizar seus planos. Conforme o ato:

Considerando a necessidade inadiável da execução de serviços públicos que melhorem o aspecto da cidade e do município; considerando que a obras a executar beneficiam de uma parte a coletividade e de outra os prédios confiantes, valorizando-os; considerando que os proprietários beneficiados devem restituir à coletividade essa valorização, para que sejam atendidas outras necessidades públicas, resolve e decreta,

[...] Artigo 11º - Para execução de qualquer melhoramento ou obras públicas, nos termos desta lei, fica o Prefeito autorizado a contrair empréstimos internos ou a realizar operações de crédito, dando por garantia as contribuições de melhoria deles decorrentes, e dentro dos prazos e possibilidades asseguradas pelos cálculos exatamente procedidos.³⁰⁴

Outro ato intencional expedido em 2 de janeiro de 1938, por Xavier da Rocha já considerava, a partir de então, proibidas construções de qualquer natureza nos prolongamentos de ruas já existentes e daqueles que iriam ser efetuados, dando competências à Diretoria de Obras Públicas para interditar qualquer iniciativa do gênero. Também estipulava a cobrança de uma contribuição para as melhorias das obras públicas e de saneamento a todos aqueles que seriam, direta ou indiretamente beneficiados por elas:

Considerando que o grande desenvolvimento da cidade exige medidas acauteladoras da regularidade de sua expansão, resolve e decreta:

Art. 1º - Ficam proibidas as construções de qualquer natureza nos prolongamentos a serem procedidos nas ruas já existentes,

Art. 2º - A Diretoria de Obras e Viação elaborará um plano de abertura de ruas, avenidas e praças, em cujos locais, ficam, igualmente interditadas quaisquer construções [...].³⁰⁵

No Ato de número 169 de 1938, determinava-se a construção de muros e calçadas em diversas ruas, e, na ausência de pagamentos de taxas, Xavier de Rocha estabeleceu o prazo de dois meses a contar da data para os relutantes construírem muros e calçadas. Do mesmo modo, obrigava a reconstrução dos que estavam em mau estado e que, caso não acatassem tais ordens, ao final do prazo, receberiam uma multa na falta do muro, sujeita essa a aumento, caso não fosse paga em certo prazo:

Considerando que apesar do grande número de proprietários que têm atendido os avisos da Municipalidade, existem muitos que sem causa justificada e visível descaso pelo esforço coletivo, têm se eximido de seus deveres; resolve e decreta:

³⁰⁴ LEGISLAÇÃO MUNICIPAL DE SANTA MARIA. Vol. IX. 14 Jan 1938. Ato N°. 18. p. 25-26.

³⁰⁵ LEGISLAÇÃO MUNICIPAL DE SANTA MARIA. Vol. IX. 1º Jan 1939. Ato N°. 1. p. 6.

Art. 1º - Aos proprietários de terrenos compreendidos [no centro da cidade] fica estabelecido o prazo de sessenta (60) dias, a contar desta data, para construírem muros e calçadas, e reconstruírem os que se acharem em mau estado.

Art. 2º - É concedido o prazo de trinta (30) dias para a derrubada, pelos proprietários, das cercas de maricás e outros muros de espinho que existirem no 1º distrito.

[...] § Único – Caso não seja paga a multa no prazo de seis (6) dias, será entregue para cobrança, ao advogado da Prefeitura, acrescida da comissão de 10%.³⁰⁶

Em outros casos, a Intendência recorreu à expropriação de terrenos que se encontravam baldios ou com atraso de pagamentos, ou como percebemos no Ato número 132, desapropriava os terrenos e os incorporava ao patrimônio municipal, caso representassem obstáculos às obras da Avenida Ipiranga:

Considerando que é de imediata necessidade a terminação do prolongamento e alargamento da Avenida Ipiranga, em toda a sua extensão, resolve e decreta:

Artigo 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a proceder, quando julgar conveniente, à desapropriação dos terrenos necessários ao alargamento e prolongamento da Avenida Ipiranga, correndo a respectiva despesa pela verba variável de Obras e Viação.³⁰⁷

Xavier da Rocha também se valeu de outras táticas para estimular o embelezamento das habitações da população. Como exemplo a isenção de um ano de impostos às casas de alvenaria construídas em “harmonia arquitetônica” que se encontrassem no perímetro urbano de acordo com o Ato número 141, de 1939:

Considerando que nas isenções concedidas pela Prefeitura no sentido de estimular as construções na cidade não figuram as casas construídas em grupo, resolve e decreta,

Artigo 1º - Ficam isentas dos impostos de décimas urbanas as casas de alvenaria construídas em grupo, de uma só vez, em harmonia arquitetônica, à razão de um ano para duas casas.³⁰⁸

Para uma ação preservadora da higiene e saúde pública, especialmente no centro da cidade, pelo Ato número 140 de 1939, o Intendente também proibia, expressamente a presença de cocheiras e estábulos dentro do perímetro urbano, bem como a permanência dos animais fora das horas de serviço nas ruas e logradouros públicos ou em quintais e pátios particulares.³⁰⁹

³⁰⁶ LEGISLAÇÃO MUNICIPAL DE SANTA MARIA. Vol. IX. 1º Set 1938. Ato N°. 169. p. 156.

³⁰⁷ LEGISLAÇÃO MUNICIPAL DE SANTA MARIA. Vol. IX. 16 Jun 1938. Ato N°. 132. p. 133.

³⁰⁸ LEGISLAÇÃO MUNICIPAL DE SANTA MARIA. Vol. IX. 1º Set. 1939. Ato N°. 141. p. 328.

³⁰⁹ LEGISLAÇÃO MUNICIPAL DE SANTA MARIA. Vol. IX. 26 Ago 1939. Ato N°. 140. p. 327.

Todas essas resoluções podem ser interpretadas como medidas práticas, que postas em Santa Maria, visavam reforçar o ideal de urbanização e embelezamento da cidade. E como não poderia deixar de ser, de acordo com o ideal do Estado Novo, promover pragmaticamente o conceito de modernidade.

No ano de 1939, a administração de Xavier da Rocha continuou com seus propósitos de modernização urbana. A propaganda enaltecendo a realização das obras feita por *A Razão* e o *Diário do Interior* (este último até parte do ano quando é fechado) no sentido de passar à população mecanismos de aceitação do regime.³¹⁰

As medidas tomadas para barrar e eliminar obstáculos que se colocassem contra o prosseguimento dos trabalhos surgiram no início do ano: “proibindo construções de qualquer natureza nos prolongamentos a serem procedidos nas ruas existentes”, e “considerando que o grade desenvolvimento da cidade exige medidas acauteladoras da regularidade de sua expansão”. Desse modo, também alegando que era oportuno disciplinar os dispositivos do código de posturas urbanas da cidade, também interditou construções nos lugares compreendidos nos plano de abertura de ruas, avenidas e praças da Diretoria de Obras e Viação.³¹¹

Em sua coluna, em edição de *A Razão*, o jornalista Felipe Neri nos possibilita um quadro mental da visão partilhada pela maioria da elite letrada santa-mariense à época. No espaço urbano da cidade, alegava, congregando o termo cidade e não território, que “Nesse perímetro se desenvolvem os espetáculos de mais duradoura impressão no espírito dos indivíduos, com reflexo na marcha histórica da coletividade”. Logo justificou seu argumento de que era na cidade que os indivíduos se sentiam possuidores de uma função social, e em particular, devotada ao regime político brasileiro:

Dentro dessa porção ecológica [sic] em cujo horizonte há uma eterna pergunta e um perene desafio aos homens, é que se movem os cenários que irão formar em cada indivíduo a consciência de seu papel na sociedade. E essa atuação exigida para a evolução estatal, tem as suas origens em uma das irrecorríveis necessidades humanas.³¹²

O último ideal de pertencimento à nação foi reforçado com a transposição do regional – cidade, ao nacional: “o âmbito dessa célula primária é representada pela porção até onde chega a identidade de sentimentos e de aspirações propagadas pela voz comunicante do

³¹⁰ Em relação ao *Diário do Interior*, apenas até o mês de julho, quando tem sua última edição devido ao fechamento do jornal.

³¹¹ A RAZÃO. Ano V. Santa Maria, 3 Jan. 1939. Nº. 74. p.3.

³¹² A RAZÃO. Ano V. Santa Maria, 5 Jan. 1939. Nº. 76. p.3.

sangue, por famílias e gerações.” E a reportagem também clamava para que apenas um único ideal – o nacional, estivesse devotadamente homogêneo nos cidadãos de Santa Maria, pois essa era uma característica fundamental para aprimorar a noção de pertencimento e proporcionar através dela a identidade de seus habitantes nas suas delimitações: a cidade modernizada. Segundo o cronista, “dentro em pouco, todos os indivíduos cujo ‘habitat’ é aquele rincão, formarão insensivelmente a entidade político-administrativa, cuja característica marcante é a homogeneidade quase integral dos ideais – a comuna”.³¹³

A inauguração de grupos escolares, em cumprimento à evidência educacional prezada pelo Estado Novo, foi executada no mês de março, com a inauguração no distrito de Arroio do Só, também com o novo prédio da subprefeitura. O esforço em demonstrar a afeição à figura do líder municipal pelos habitantes do distrito é percebida desde o momento em que Xavier da Rocha chegou à Estação Férrea com sua comitiva: “Foi aguardado à entrada da vila, por um esquadrão de gaúchos, que a escoltou até o edifício da sub-prefeitura onde os visitantes eram esperados por grande massa popular”. Ainda antes da cerimônia da inauguração, muitas moças da localidade jogaram flores sobre o caminho no qual o prefeito iria passar.³¹⁴ Desse modo, fica evidente mais uma vez, como os simbolismos que tratamos com o suporte teórico de John B. Thompson conseguiam se infiltrar em determinado grupo: o reconhecimento e adoração ao líder local, demonstrados pela população da localidade, devido à inauguração de um estabelecimento educacional.

Nessa inauguração em Arroio do Só, podemos presenciar dois momentos em que uma das figuras máximas da religiosidade católica de Santa Maria, o padre Caetano Pagliuca, demonstrou a receptividade positiva dessa instituição, na cidade, à Intendência e ao governo brasileiro. O primeiro é a bênção do cura ao prédio da subprefeitura, quando pronunciou uma “breve alocução em que exaltou as realizações do prefeito”. Após o descerramento da placa que aludia à data de inauguração da obra, com o nome do prefeito, padre Caetano foi quem descerrou a bandeira nacional que cobria, no estabelecimento, o retrato de Xavier da Rocha, manifesta “homenagem da laboriosa população de Arroio do Só”. Ao encerrar essa inauguração, a comitiva rumou para a inauguração de mais três escolas nas localidades de Tronqueiras, Rincão dos Pereiras e Vista Alegre, cada uma com capacidade, segundo o jornal, para 100 alunos, dispendo de instalações para residência de professoras e família. Na ocasião, Xavier da Rocha reafirmou seu compromisso e “disposição em continuar trabalhando sem esmorecimento, em prol dos interesses gerais da comuna”, e com seu plano de realizações,

³¹³ Idem.

³¹⁴ A RAZÃO. Ano V. Santa Maria, 1º Mar. 1939. Nº. 122. p. 3.

esperava contar com a “boa-vontade de todos”. Ao abordar o assunto da urbanização santamariense, era preciso passar a impressão nos distritos de que essa estava sendo realizada com a aceitação da população. Assim, a respeito do “prol dos interesses gerais da comuna” devia se entender apenas os reais interessados nas obras, e não os segmentos mais modestos que encontravam suas ações limitadas, e que ganhavam multas e sanções, caso não respeitassem a legislação municipal e o plano da intendência.

Não demorou muito, para que logo nos primeiros meses do ano as obras retomassem o ritmo que os jornais estavam habituados a tratar. As notícias publicadas em *A Razão* aludiam ao progresso das obras, conforme nas linhas publicadas em edições dos meses de março a abril, sendo a segunda da autoria de Severino Bloise:

Santa Maria progride a passos gigantescos. Quer no centro, quer nos arrebaldes, nota-se que a cidade avança resolutamente. São novas ruas que se rasgam, outras que se revestem de calçamento novo, prédios que levantam aqui e ali numa demonstração belíssima de progresso.

[...]

Quem vê a cidade do alto fica lisonjeiramente impressionado. São ruas e praças, edifícios de todos os tamanhos e estilos que passam pelos olhos do harmonioso conjunto e os alargam com uma visão maravilhosa. Vista em suas particularidades, dá o mesmo espetáculo visual de perfeição e beleza. Antes de tudo, é uma cidade moderna.³¹⁵

Ligeiramente, as reportagens começaram a dar destaque às mudanças não somente na Avenida Rio Branco, mas em outras da cidade. Por exemplo, a rua Dr. Bozano, que segundo *A Razão*, até a intendência de Xavier da Rocha, era “a mesma há meio século”, estava se transformando, com o leito da rua calçado com macadã, para o contentamento dos comerciantes ali estabelecidos (a maioria na cidade). A Avenida Ipiranga, outrora intransitável devido à ausência de calçamento e com buracos, tornava-se uma via com trânsito intenso. Em relação a casas construídas e em construção, desde janeiro de 1938 até o momento, constavam 125; remodelações 2000; reformas 128; demolições 60; e alinhamentos de muros 315.³¹⁶

No fim do mês de abril, Xavier da Rocha anunciou um grande plano, e o jornal *A Razão* aproveitou para afirmar seu papel de intérprete das aspirações da população. Pela primeira vez, desde as edições publicadas durante o Estado Novo, falou-se em “imprensa independente”. Assim, após mais uma retomada de linhas que aludiam ao progresso do município, escreveu-se:

³¹⁵ A RAZÃO. Ano V. Santa Maria, 5 Abr. 1939. N.º. 152, p. 3 e

A RAZÃO. Ano V. Santa Maria, 8 Mar. 1939. N.º. 128, p. 3.

³¹⁶ A RAZÃO. Ano V. Santa Maria, 5 Abr. 1939. N.º. 152, p. 3.

A reportagem tem focalizado, sempre na devida oportunidade iniciativas orientadas ou promovidas pelo governo do município. E assim como tem apontado as falhas e as necessidades a sanar, tem, também dentro do espírito de justiça que deve presidir a ação da imprensa independente, salientando os empreendimentos que trazem no bojo o objetivo de promover o progresso e de incentivar o desenvolvimento do município.³¹⁷

O projeto de modificações urbanas acrescentou a implantação de uma avenida circular ao redor da área urbana, pois segundo a prefeitura, impediria veículos de carga de passarem, obrigatoriamente no centro da cidade, e todas as grandes cidades brasileiras possuíam esse tipo de rede viária, para um escoamento de veículos “rápido e normal”. Soma-se a isso a circunstância de que seriam evitadas interferências irregulares da população nas novas ruas:

Não acontecerá mais como antigamente, quando se procedia a uma abertura de ruas que iam terminar em becos ou ficavam interrompidas por uma propriedade para continuarem mais adiante ao sabor da vontade de uns interessados enfeitando a topografia da cidade, já de natureza acidentada.³¹⁸

Encerrava-se a reportagem sempre com a ressalva de um futuro promissor santamariense, que se realizaria às custas do esforço das obras públicas do momento: “É um trabalho estafante, enfim onde finalmente vencerá a cidade definitivamente no seu destino de centro preponderante entre os grandes do país.”

Entretanto, o jornal apontava também o descaso da intendência com os subúrbios de Santa Maria. Com a apelativa manchete de que “O barro tirou o romantismo dos subúrbios santamarienses”, *A Razão* em uma de suas edições relatou histórias de dois habitantes de subúrbios: uma moça que rezava para que não houvesse chuva e um padeiro que confiara na sua rua. No caso da moça, a reportagem contava que a mesma se encontrava impossibilitada de sair com o namorado e ir ao *footing* da rua Dr. Bozano, pois a sua rua era enlameada e sem calçamento. Situação semelhante era a de pessoas que tinham de usar tamancos para atravessarem suas ruas, após as chuvas, para poderem chegar ao centro, depois, após deixá-los na casa de uma família conhecida, calçavam os sapatos. A história do padeiro é a de um homem que pôs sua carroça de pães na rua, confiando que esta estaria em boas condições, mas com a lama e buracos, acabou atolando-a. Desse modo, completava, afirmando que

A municipalidade anunciou que faria melhoramentos, na rua Fernandes Vieira. Com efeito, ali foram abertas valetas. E a terra foi jogada no meio da rua, formando altos e baixos. Veio a chuvarada e tudo se transformou num atoladouro [...]. Os

³¹⁷ A RAZÃO. Ano V. Santa Maria, 30 Abr. 1939. N.º. 173, p. 5.

³¹⁸ Idem.

chefes das famílias que moram nos subúrbios também [estão tristes]. Agora, com as ruas transformadas em atoladouros não passarão por ali, durante muito tempo, até que venha o verão, as carroças de verdura, as carretas de lenha, etc. Comprava-se mais barato, dos carroceiros, dos carreteiros.

Nas ruas dos subúrbios só uma fórmula foi descoberta: a de que andar de tamancos até alcançar-se as ruas calçadas para aí calçar os sapatos. Falta agora, que as ruas suburbanas sejam dotadas de calçamento, mas quando isso acontecerá?³¹⁹

Nessas edições, o jornal de Clarimundo Flores apontou necessidades imediatas em lugares não ou parcialmente tocados pela prefeitura. O curioso é que Xavier da Rocha após esse episódio, prontamente conferiu amplitude a suas palavras, ao tratar dos assuntos da natureza de urbanização ou saneamento na cidade. Ao voltar de viagem ao Rio de Janeiro, por exemplo, afirmou que cumprira essa finalidade para “trazer recursos necessários para melhorar o estado geral da comuna e levar avante o grande plano urbano que começara”. Igualmente, trazia à tona a presença do regime, ao falar da maneira como se processou a adaptação da administração municipal ao Estado Novo: “Sobretudo nos municípios, na esfera dos interesses mais próximos dos indivíduos, se deve começar a sentir a ação eficiente das facilidades estabelecidas pelo novo regime”.³²⁰

Assim, alternando por vezes críticas aos lugares em que o progresso material demorava, especialmente nos subúrbios urbanos, à louvação ao que estava sendo feito no centro da cidade e distritos, *A Razão* tecia suas considerações nas reportagens. Um novo *frisson* devido às construções prediais é presenciado em edição do mês de agosto. Sobre as demolições de casas antigas, afirmava-se que se estava “substituindo-as por outras modernas, elegantes, grandiosas, que oferecem ao forasteiro que nos visita o mais pujante atestado do progresso da nossa cidade”. Dando ênfase às casas que se erguiam principalmente na Avenida Rio Branco, Acampamento e Dr. Bozano, pois as considerava “aristocráticas, oferecendo ao conjunto urbano, um aspecto magnífico”. Também, nos cenários de trabalhos urbanos, havia muitos materiais de construção. Um paralelo interessante entre o corpo da cidade e o campo religioso é traçado na mesma edição, em que a elevação espiritual confundia-se com a dos novos prédios:

Um poeta anônimo disse um dia que um destino bem escrevera o nome da mãe de Deus na fachada de nossa terra. Talvez por isso Santa Maria é uma cidade que cresce para o céu, através de edifícios modernos e alterosos, que surgem dia a dia como por encanto. Veja-se [...] o aspecto moderno que a cidade vai adquirindo, O próprio santa-mariense tem a impressão de que a sua terra, amanhã, se tornará um dos centros mais importantes do Rio Grande do Sul.³²¹

³¹⁹ A RAZÃO. Ano V. Santa Maria, 19 Maio. 1939. N.º. 189. p. 5.

³²⁰ A RAZÃO. Ano V. Santa Maria, 28 Maio. 1939. N.º. 197. p. 7.

³²¹ A RAZÃO. Ano V. Santa Maria, 9 Ago. 1939. N.º. 258. p. 3.

Por fim, a edição comentava sobre os motivos que fizeram com que Santa Maria se mantivesse em seu relativo atraso durante as décadas anteriores, focalizando-a num contexto essencialmente de causas urbanas:

Os seus capitalistas guardavam o dinheiro. Os seus industriais se contentavam com uma produção de vilarejo. O seu comércio tinha pequenas ambições. E o seu povo, vivia satisfeito com o seu relativo conforto. Tudo isso encontrava explicação na pachorrenta tranqüilidade das administrações que se sucediam a frente da cidade. Sem iniciativas, sem civismo, se limitando, apenas, a arrecadar impostos, esses administradores contagiavam o seu povo de desesperança.³²²

Quando tal situação terminou, com a chegada da primeira intendência nomeada pelo Estado Novo, segundo o jornal, a situação se modificou, pois essa “atuara de frente os problemas principais”, encaminhando a cidade para “destinos altos e claros”.

Uma reivindicação da qual *A Razão* se fez porta-voz foi a melhoria do Posto de Higiene (instalado pelo Departamento Estadual) que atendia à grande parte da população mais pobre da cidade, sob a direção do Dr. Antero Leivas Massot. Ao posto cabia aumentar a sua aparelhagem médica assim como o número de funcionários, segundo o jornal para “dar cabal cumprimento às finalidades para que foi criado”. Notamos que o jornal se utilizou também da justificativa do progresso da cidade, a fim de pedir melhorias no Posto, que recebia mais pessoas devido ao crescimento da cidade. Também informava à população da possibilidade de o Posto ser elevado à categoria de Centro de Saúde pelas razões apresentadas. Ao terminar essa sessão, confirmava o apoio do prefeito para que o Centro de Saúde se concretizasse. Nas próximas edições, chamaria a atenção dos leitores sobre a inauguração de um Gabinete Dentário no Posto de Higiene, o qual visava à infância e gestantes pobres.³²³

A crítica de *A Razão* sempre se sobressaiu, na comparação com a do *Diário do Interior*, no qual era praticamente inexistente, quando os assuntos tratados se referiam aos problemas de calçamento, saneamento ou carência de algum melhoramento na cidade. É interessante ressaltarmos que a estratégia utilizada por Clarimundo Flores e sua equipe era dar voz à população, a fim de legitimar ações que deveriam ser voltadas ao bem-estar da população. Assim o termo “coletividade” era empregado nas reportagens, pois era muito mencionado nos discursos das autoridades do governo municipal e até do nacional com esse mesmo sentido.

³²² Idem.

³²³ A RAZÃO. Ano VI. Santa Maria, 10 Nov. 1939. N.º. 24. p. 3.

Quando, em 1940 foi abordada a necessidade de calçamento do Bairro Alto da Eira (que compreendia parte do que é hoje o Bairro Nossa Senhora das Dores), o jornal valeu-se da palavra dos habitantes do lugar e de sua autoridade religiosa, na pessoa do padre Caetano Pagliuca. Em entrevista, o pároco considerou lamentável que a municipalidade ainda não tivesse trazido melhorias no calçamento daquele bairro, um dos mais populosos da cidade. Igualmente, um morador mostrou ao jornalista de *A Razão* que o muro de sua casa estava servindo de suporte ao leito da rua devido à diferença de níveis entre esta e seu terreno lateral. Com isso, *A Razão* cumpria o papel que acreditava: dar voz ao povo para que a Intendência resolvesse os problemas materiais.³²⁴

Outros problemas urbanos foram publicados sobre a iluminação em ruas do centro. O jornal alegava que, durante a noite, o trânsito reduzia, significativamente devido ao estado de escuridão. Salientamos que as ruas mencionadas pelo jornal eram recém abertas (Professor Braga e Marquês de Maricá). Usando o apelo ao culto do novo e da ironia, o jornal expunha que “é um fato lastimável [a escuridão] por evitar os transeuntes de apreciarem os belos edifícios que ali se erguem” e concluía “Já é tempo, portanto, de se dotar as referidas ruas com iluminação pública. Porque, a atual se existe, não é vista a olho nu”.³²⁵

De maneira semelhante, com uma manchete intitulada “Verdadeiros atentados à estética da cidade”, o jornal apontava que mesmo com a intendência se esforçando para que “Santa Maria se desenvolva sem os embaraços que entorpecem outras localidades”, a Companhia Telefônica cujas atividades foram inauguradas no ano anterior, estava com “esforços dispendiosos para enfeiar a cidade”, pois em diversas ruas, encontravam-se fios dispersos nos postes que representavam, além de perigo à população, desrespeito à estética cidadina, e então o jornal pedia à prefeitura uma lei regulamentando as dimensões dos postes instalados.³²⁶

Já sobre as obras no distrito de Silveira Martins, ressaltou-se o novo aspecto de um centro agora “urbanizado” no qual “os pátios em geral se vestiram com a roupagem dos muros, e as ruas, niveladas, apresentam-se todas com as calçadas modernas, com sarjetas na sua maioria”. O pároco da cidade, Rômulo Zanchi, demonstrava entusiasmo, dizendo-se intérprete dos sentimentos da população distrital, pois graças às ações “equilibradas e inteligentes de Xavier da Rocha, Silveira Martins tinha se remodelado, apresentando um aspecto bem mais diferente” e o jornal destacou também que “as homenagens que o prefeito

³²⁴ A RAZÃO. Ano VI. Santa Maria, 3 Jan. 1940. N.º. 70. p. 3.

³²⁵ A RAZÃO. Ano VI. Santa Maria, 28 Jul. 1940. N.º. 243. p. 3.

³²⁶ A RAZÃO. Ano VI. Santa Maria, 14 Nov. 1940. N.º. 32. p. 4.

recebeu eram partidas do coração do povo que reconhece os benefícios que vem recebendo de seu governo”.³²⁷

Por ocasião da construção e de novas inaugurações de prédios no centro da cidade, chegavam essas a ganharem, sob vistas exageradas da imprensa, a denominação de “arranha-céus”, existindo um contraste entre o novo e o velho: “Santa Maria no presente momento passa por um movimento febril de renovação arquitetônica. Novos e alterosos prédios erguem-se e erguem-se para todas as ruas, acompanhando o ritmo progressista da cidade”. Em relação aos edifícios antigos, percebe-se o desejo de que era preciso eliminar o arcaico e ultrapassado para que cedessem espaço aos novo e moderno:

Restos do passado, esses prédios antigos formam, ao lado de construções modernas da cidade um singular contraste. E alguns nas ruas mais centrais da cidade são casas que aguardam seu fim próximo, pois a picareta civilizadora não tardará em pô-las abaixo, afim de dar lugar a um *sky-scraper*.³²⁸

Ao dar os méritos pela edificação desses novos e “alterosos” edifícios em Santa Maria, *A Razão*, em reportagem especial, trazia a figura do engenheiro Luiz Bollick, responsável pelo planejamento dos principais prédios da Avenida Rio Branco. Interessante é que se fazia um paralelo entre o engenheiro, representante da iniciativa particular, e a Intendência, assim como do estilo arquitetônico das construções “sólidas e modernas para a beleza cidadina”. Igualmente, o compromisso em assegurar os direitos dos seus trabalhadores era posto em destaque, para que não restassem dúvidas quanto à legitimidade de sua atuação e do papel geral que desempenhava para o município:

A ação do dr. Luiz Bollick, em Santa Maria é um atestado de pujança desta terra e esforços desta gente, que aos poucos conseguiu transformar ma cidade que vivia “marginando” fracassos, em um centro magnífico, novo, pujante nas suas iniciativas e efetivamente real no seu progresso.³²⁹

Edmundo Cardoso, na obra *Um momento da vida do município de Santa Maria* (1941) narrou, na semana que coincidia com o aniversário de três anos do Estado Novo, em 1940 (10 a 17 de novembro), a realização de uma série de inaugurações: grupos escolares, lançamento de “pedras-fundamentais” para a construção de escolas, colégios-modelo, e edifícios públicos e praças. A obra registrou na sequência cronológica dos dias, a programação de tais acontecimentos, destacando o progresso municipal e a confiança em um futuro promissor da

³²⁷ A RAZÃO. Ano VI. Santa Maria, 16 Jan. 1940. N.º. 80. p. 3.

A RAZÃO. Ano VI. Santa Maria, 30 Jan. 1940. N.º. 93. p. 5.

³²⁸ A RAZÃO. Ano VI. Santa Maria, 25 Maio 1940. N.º. 188. p. 5.

³²⁹ A RAZÃO. Ano VII. Santa Maria, 15 Nov 1940. N.º. 33. p. 5.

cidade, viável pelas ações do governo municipal e federal. A atmosfera de contentamento foi expressa em discurso de Edmundo no primeiro dia dessas inaugurações do governo, no qual afirmava que a população deveria “render tributos de gratidão e confiança aos que, sob o influxo poderoso da evolução, estão contribuindo para a implantação de uma nova era”.³³⁰

A obra, que teve circulação também fora de Santa Maria, contou com ilustrações e fotografias realizadas pelo próprio Edmundo Cardoso e que serão tratadas no subcapítulo seguinte. No dia 11 de novembro houve o lançamento da pedra do grupo escolar de Boca do Monte e do edifício de Amparo Mútuo dos Empregados da Viação Férrea; Em 12 de novembro houve a inauguração do grupo escolar em Dilermando de Aguiar; No dia 13 a inauguração da Praça Cristóvão Colombo em Santa Maria e o do grupo escolar “Colônia”; No dias seguintes, deram-se, respectivamente a inauguração da Praça José Garibaldi em Silveira Martins e a inauguração do grupo escolar Cícero Barreto e, no distrito de São Martinho a inauguração do aeródromo e lançamento da pedra do grupo escolar.³³¹

Edmundo Cardoso que presenciou a maioria desses eventos deu ênfase à receptividade calorosa da população em relação ao prefeito Xavier da Rocha e destacou os discursos proferidos por pessoas de influência local e da cidade de Santa Maria, bem como de autoridades convidadas. Em tais discursos, invariavelmente, encontramos alusões a uma comparação em escala unitária: da administração santa-mariense, eram enaltecidos o governo do estado do Rio Grande do Sul, depois o do país e a atuação do presidente Getúlio Vargas.

Desse modo, em 11 de novembro, no lançamento da pedra fundamental do grupo escolar de Boca do Monte, citado anteriormente, proferiu discurso louvando a iniciativa do prefeito. José Garibaldi Filizzola, na inauguração da Praça Cristóvão Colombo relembrou a história do local e se fez interprete da gratidão à pessoa de Xavier da Rocha daqueles que viviam nas cercanias e que reprovavam o estado da praça antes de sua reforma; em Colônia (atual Bairro Camobi), Napoleão Sacchis afirmava que o “Estado Novo vem fazendo vibrar a alma heróica da Pátria”.³³²

Em Arroio Grande, a professora Alice Ritzel, e o pároco da localidade, André Ferrari, na ocasião da inauguração de seu grupo escolar, igualmente afirmaram que o governo não medira esforços para tais realizações, e o último em particular, reconheceu, dentro da política educacional estadonovista, o combate à “ignorância popular (mãe da servilidade e da

³³⁰ CARDOSO, Edmundo. *Um momento da vida do município de Santa Maria*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1941. p. 36.

³³¹ CARDOSO, Edmundo. *Op. cit.* p. 36-55.

³³² Idem. p.62.

miséria)” que consistia a grande “ameaça contra a existência constitucional e livre da nação”.³³³

De fato, valendo-se também de colunas do jornal *A Razão* publicadas durante o ano de 1940, Cardoso mostrava que a cidade de Santa Maria afirmava sua liderança como centro do Rio Grande. Mostra também que, no ano de 1940, a evolução do ensino público municipal era expressiva, pois, em 1938, existiam 57 escolas municipais, enquanto no ano corrente funcionavam 72, destacando o jornal as da zona rural. Também o número de alunos inscritos nas escolas aumentara, chegando a 1940, a 4212.³³⁴

Ao completar Xavier da Rocha seu terceiro ano na Intendência, *A Razão* fez um levantamento das suas realizações urbanas. Confirmou-se através de dados fornecidos pela Diretoria de Obras e Viação Pública que foram abertas as ruas e prolongamentos: Visconde de Pedras Brancas; Marques de Maricá, entre Acampamento e Riachuelo; Visconde de Pelotas e Appel, ligando a rua Gaspar Martins à Avenida Ipiranga; Dr. Pantaleão e Visconde Ferreira Pinto, na quadra entre Silva Jardim e Henrique Dias; Andradas, entre Avenida Rio Branco e André Marques; Maurício Cardoso e Daltro Filho. Além destas, é reforçado que o plano da Diretoria,

Construiu a Praça Cristóvão Colombo, com três planos de nivelamento [...]: arborizou e alargou calçadas das ruas André Marques em todo o seu percurso e Silva Jardim, quadra entre a Av. Rio Branco e Visconde Ferreira Pinto. Foi efetivado o nivelamento e calçamento da rua Floriano Peixoto, entre Ipiranga e Gaspar Martins; calçamento geral das ruas Coronel Niederauer e Barão do Triunfo, Quadra entre Dr. Bozano e Niederauer.³³⁵

Outros levantamentos confirmaram que, desde 1938, quando do início das reformas urbanas, foram empregados 80 mil metros de calçamento e ressaltava-se que tal cifra representava 50% do calçamento aplicado em 40 anos de administrações anteriores. O número de prédios construídos, em 1938, compreendia 417, enquanto, em 1939, atingiram o número de 435. Tal dinâmica teve certamente reflexos na demografia da cidade, assim na década de 1930, a população de Santa Maria aumentara em comparação com os números encontrados no ano de 1920, que era de 17.481 habitantes. Em 1940, o censo realizado pelo governo federal trouxe o número de 75.000 habitantes na cidade. Portanto, um crescimento que atingiu mais do que seu dobro em relação à última contagem realizada. Santa Maria assim era a quarta cidade em número de habitantes do Rio Grande do Sul. Novos dados aumentaram o número

³³³ Idem. p. 67-68.

³³⁴ Idem. p. 102-103.

³³⁵ A RAZÃO. Ano VII. Santa Maria, 27 Dez 1940. Nº. 65. p. 5.

de prédios na cidade para 8095 (correspondente ao mês de setembro de 1940, e desses 2059 só na zona urbana), sendo 1410 de material, 487 mistos e 3676 de madeira.³³⁶

O otimismo atingia também os números conseguidos nas exportações do município. Em 1940, um total de 4780 925\$000 foi a receita anual gerada. Do total, em quilos exportados, os principais produtos foram o arroz *blue rose* 692.62 kg (487:774\$000); arroz japonês, 545 643 kg (325:939\$000); arroz agulha, 47 700 kg (44:138\$000); charque comum, 1199 890 kg (3382:662\$000); charque em cavacos, 44 462 kg (70 517\$000); calçados de couro, 29 kg (350\$000); tecidos algodão, 372 kg (1:000\$000); fumo em corda, 36 kg (126\$000); fumo em folha, 700 kg (2:450\$000).³³⁷

Contudo, os dados apresentados pelo jornal novamente não aludiam a sua aprovação incondicional. Em inícios de 1941, em edição com a manchete “Aspectos decadentes de uma cidade que ninguém conhece”, *A Razão* mostrava que a “vegetação crescia nas calçadas, ruas desleixadas, e nas ruas buracos de metro em metro” no centro da cidade. O desapontamento era reforçado ao transmitir uma noção de que o progresso havia sido temporariamente afetado: “E a cidade ia tão bem. Num movimento de ascensão tão coordenada que chegou a adquirir ares de metrópole (...). Agora paralisou, como cavalo cansado”. Por fim, um futuro próspero, e a confiança na Intendência apareciam no final da notícia: “A cidade ressurgirá com maior intensidade. Irmanados por um mesmo objetivo, governo e povo saberão afastar da cidade esse aspecto de decadência que tanto faz mal ao futuro de Santa Maria, que todos desejamos”.³³⁸

Um esforço do jornal para preservar o bom andamento da urbanização da cidade, foi o de publicar editorial protestando contra o não cumprimento do Código de Posturas Municipais. Este código, criado pela segunda vez em 1910 e revisto em 1913, previa um ordenamento geral do espaço urbano nas ruas, com medidas como a numeração de prédios e residências, proibia qualquer tipo de construção sem a autorização da prefeitura, trânsito de veículos apenas emplacados e com velocidade estipulada, e a postura dos transeuntes nas calçadas a fim de não prejudicarem a dinâmica dos seus movimentos.

Desse modo, *A Razão* apontava falhas no cumprimento do Código, com exemplos de indivíduos que “não compreendem o que de benefício representa a lei, não a respeitando. A imprensa na missão educadora que lhe cabe desempenhar deve concorrer para a necessária compreensão por parte do povo das leis”. Assim foram denunciados indivíduos que portavam

³³⁶ A RAZÃO. Ano VII. Santa Maria, 16 Nov 1940. N.º. 34. p. 3. e A RAZÃO. Ano VII. Santa Maria, 12 Fev 1941. N.º. 102. p. 4.

³³⁷ A RAZÃO. Ano VII. Santa Maria, 3 Jul 1941. N.º. 226. p. 2.

³³⁸ A RAZÃO. Ano VII. Santa Maria, 2 Fev 1941. N.º. 94. p. 4.

consigo ou deixavam cartazes de tamanhos que ultrapassassem o permitido nas calçadas; trânsito de bicicletas, principalmente por menores nas calçadas; criação de animais domésticos dentro do perímetro urbano, como porcos, no seu pátio, ou utilizando esse pátio como depósito de lixo.³³⁹

Novos melhoramentos foram realizados em março de 1941, com a instalação de cordões em ruas e obras de calçamento, na rua Roque Callage, aberta pouco antes; na Riachuelo, na quadra entre Dr. Bozano e Tuiuti; Serafim Vallandro quadra entre Silva Jardim e Andradas. No entanto, três meses depois a reclamação do jornal, mais uma vez se dizendo representante dos anseios da população, dizia respeito ao abandono e descuido das ruas nos bairros e vilas da cidade, frisando no entanto que “É evidente que não cabe à administração atual a responsabilidade da calamitosa situação que atravessam os arredores de Santa Maria”, mas ainda assim, para a Intendência, não seria demais procurar um meio para tornar menos dura a situação da população suburbana, apontando o perigo encontrado pelos pedestres.³⁴⁰

Ao se aproximar a passagem do cargo e a convocação de Xavier da Rocha para assumir o cargo de Diretor da Caixa Econômica Federal no Rio Grande do Sul, n’ *A Razão* escreveram-se editoriais, nos quais destacava a atuação do prefeito nos anos de mandato, considerando-o de um nível e capacidade governativa sem precedentes, contudo não deixou de reiterar seu papel de jornal não se inclinava para determinada situação municipal:

Jornal que não aprendeu o exagero no elogio ou na crítica, esta folha sente-se plenamente à vontade acentuando que a administração Xavier da Rocha se processou dentro de um alto clima de harmonia, tolerância e tentativas no sentido de um maior progresso para as coisas santa-marienses [...]. O dr. Xavier da Rocha colocou o município de Santa Maria no nível que lhe cabia de direito de importância econômica e pelas suas indiscutíveis possibilidades culturais.³⁴¹

No exposto, esperamos ter mostrado as realizações, em diferentes âmbitos da administração municipal de Antonio Xavier da Rocha, através das publicações dos jornais *Diário do Interior* e de *A Razão*. Salientando, *a priori*, o poder que os jornais exerceram sobre a opinião pública santa-mariense, de maneira geral, ao darem respaldo às ações do intendente. Contudo, as diferenças entre os dois iniciavam quando *A Razão* adotava uma postura mais crítica, em suas edições, sobre as paralisações das obras urbanas ou mau estado em que se encontravam áreas da cidade, muitas vezes deixadas de lado para privilegiar outras que mereciam mais atenção da Intendência, por exemplo. O fato decisivo para *A Razão* foi que,

³³⁹ A RAZÃO. Ano VII. Santa Maria, 11 Fev 1941. N.º. 101. p. 5.

³⁴⁰ A RAZÃO. Ano VII. Santa Maria, 22 Jun 1941. N.º. 211. p. 3.

³⁴¹ A RAZÃO. Ano VIII. Santa Maria, 12 Nov 1941. N.º. 30. p. 2.

após 1939, tornou-se o único e o principal jornal em circulação na cidade, após o fechamento do *Diário*. Assim, conseguiu maior espaço na opinião pública, manteve sua postura, possuindo estratégias argumentativas de colocar-se ao lado da população santa-mariense, ao reivindicar ou cobrar atitudes da Intendência municipal, ao mesmo tempo em que se posicionava a favor do viés democrático do Estado Novo.

3.4 A REFORMA URBANA EM SANTA MARIA: DOCUMENTOS FOTOGRÁFICOS

Neste subcapítulo, abordaremos problematizações formuladas sobre fotografias durante o período em que permaneceu no cargo de prefeito de Santa Maria, Antonio Xavier da Rocha. Este soube servir-se muito bem dos recursos visuais, para demonstrar por meio deles, em primeiro lugar, a propaganda de suas obras municipais no âmbito urbano. Em segundo lugar, para registrar as solenidades de inauguração dos vários grupos escolares na região e, em terceiro lugar, para os eventos e comemorações do município que igualmente revelassem o fausto e a euforia promovida aparentemente pela prefeitura. Salientamos que, principalmente em 1940, o autor de grande parte das fotografias executadas foi Edmundo Cardoso, partidário e colaborador de Xavier da Rocha.

Outro ponto que deve ser relevado é o de que na maioria dos casos, as fotografias propagandistas dos melhoramentos urbanos, das solenidades e dos eventos em Santa Maria, direta ou indiretamente, estavam relacionadas, e faziam alusão ao Estado Novo. Isso porque uma série de elementos, por vezes perceptíveis, explicitamente ou não, irão sempre acompanhar as fotografias. Do mesmo modo que, nos textos da imprensa santa-mariense dos jornais *Diário do Interior* e *A Razão*, aparecia o apoio dos editores às mudanças urbanas, Edmundo Cardoso tinha o objetivo de passar à população da cidade as imagens do progresso, igualmente por uma outra linguagem, a visual. Assim, não somente à população de Santa Maria, mas também à de outros municípios sulinos e do resto do país o desenvolvimento da cidade.

O papel das imagens como evidência histórica pode ser considerado recente, uma vez que somente com a Nova História na década de 1960 é que aquelas foram elevadas a uma posição importante nas fontes de estudos. No entanto, de acordo com Peter Burke, historiadores têm feito referência a essas fontes documentais iconográficas como se “estivessem enchendo baldes no riacho da verdade”. Assim, elas são, de uma maneira errônea, utilizadas como se fossem porta-vozes incorruptíveis de um momento histórico e não passíveis de questionamentos. É preciso entender que as imagens são fontes que nos

possibilitam “imaginar” o passado de uma forma mais viva, sendo relacionadas, devidamente, ao seu contexto histórico, no âmbito político-social em que foram criadas.³⁴²

De acordo com Boris Kossoy, é preciso tomar a palavra *documento* em um sentido mais amplo, escrito, ilustrado, transmitido pelo som, pela imagem ou de qualquer outra maneira. A partir dos anos 1990, as imagens começaram a ser tratadas como documento, porém jamais devem ser entendidas como meras ilustrações de texto e o seu estudo passou a ser um novo caminho para conhecer o passado.³⁴³

Sem dúvida, o uso de imagens desperta muitos problemas, pois é difícil compreender em palavras seu testemunho. Por isso, é imprescindível que o historiador esteja consciente dessas fragilidades, ou seja, as influências a que os fotógrafos, pintores e gravuristas estão sujeitos ou subordinados. Conseqüentemente, aquilo que eles passam a quem visualiza as suas imagens, vem, por vezes, condicionado.

De acordo com Aumont, o espectador de uma imagem é o sujeito que utiliza seu olho para olhá-la. Para o autor, “o olho humano por sua vez não é um meio neutro que apenas transmite o real ao nosso cérebro, e sim um dos postos avançados de encontro do próprio cérebro com o mundo”. Entretanto, as influências que esse sujeito recebe do real, tornam-no portador de um significado bem mais complexo. Além da percepção de seu meio, há uma série de fatores como preceitos sociais, afetos, crenças que são bastante moldados por determinada época na História (uma classe social, uma cultura). Na complexidade dessas diferenças, relacionando o homem às imagens em geral, podemos analisar o espectador dessas³⁴⁴.

A produção de imagens nunca foi gratuita e elas sempre serviram para determinados usos, sejam individuais, sejam coletivos. Para Aumont, um primeiro questionamento é sobre a utilidade das imagens e como elas têm uma posição de mediadora entre o espectador e a realidade. Inicialmente, as imagens serviram de símbolos, mais exatamente religiosos, mas com o passar do tempo, podemos perceber que

os simbolismos não são apenas religiosos, e a função simbólica das imagens sobreviveu muito à laicização das sociedades ocidentais, quando mais não seja para veicular os novos valores (a Democracia, o Progresso, a Liberdade etc) associados às novas formas políticas.³⁴⁵

³⁴² BURKE, Peter. *Testemunha ocular*. Bauru-SP: EDUSC, 2004. p. 15-17.

³⁴³ KOSSOY, Boris. *Fotografia & História*. 2ª. ed. rev. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

³⁴⁴ AUMONT, Jacques. *A Imagem*. 11ª ed. São Paulo: Papirus, 2005. p. 34.

³⁴⁵ AUMONT, Jacques. *Op. cit.* p. 80.

Reconhecer algo em uma imagem significa identificar o que nela se vê a partir do real. Por isso, não deixa de ser um processo que emprega propriedades do sistema visual. É esse processo que irá corroborar para que o espectador construa a imagem e a imagem construa o espectador. A influência da imagem, agindo no psicológico do sujeito – de modo positivo ou negativo – é objeto de intermináveis discussões. O que se apresenta como certo são as tentativas de interesse intelectual que procuram especificar o suposto modo de ação imagética, analisando elemento por elemento, de um total do conjunto presente em determinada imagem.

Com o advento da fotografia, em finais do século XIX, ocorreu uma peculiaridade na difusão das fontes iconográficas. As fotografias, embora essa característica seja encontrada nas gravuras difusas a partir do século XVII, passaram a encontrar, gradativamente, um espaço de cópias, para que um maior número de pessoas pudesse visualizá-las com os mais diversos objetivos. Aliás, “seu consumo crescente e ininterrupto ensejou o gradativo aperfeiçoamento da técnica fotográfica”. Partindo de uma produção artesanal, ocorre uma sofisticação, à medida que aumentou seu consumo entre a população. O mais importante é que, a partir daí, o homem teve um conhecimento mais preciso e amplo de realidades que lhe eram, até então, transmitidas somente por tradições escritas, verbais e pictóricas³⁴⁶.

Ainda sobre o advento da fotografia, na segunda metade do século XIX, na Europa, Alberto Manguel referiu-se a que a inovação causou a resistência das classes conservadoras da sociedade européia. Isso porque a pintura de retratos possibilitava que o pintor efetivasse seu trabalho segundo a vontade de quem era representado: ocultava ou melhorava traços físicos não tão bonitos da pessoa. Já o fotógrafo mostrava a realidade do fotografado, nua e crua, sem iniciais modificações³⁴⁷.

Por estarmos tratando neste capítulo de uma produção fotográfica através de sua metodologia de leitura, apontando elementos e mecanismo de cooptação ou de referência de sentidos de poder, é importante destacarmos que o denominado paradigma indiciário, proposto pelo historiador italiano Carlo Ginzburg, é levado em consideração. A recuperação de vestígios e o rastreamento de indícios, na interpretação das fontes imagéticas, baseiam-se no ideário desse autor, pois, para Ginzburg, o paradigma indiciário (também chamado semiótico) possibilita uma luz de realidade nem sempre transparente, então a presença de indícios investigados e problematizados do contexto estudado assegura a viabilidade de o historiador reconstruir processos culturais.³⁴⁸

³⁴⁶ KOSSOY, Boris. *Op. cit.* p. 25.

³⁴⁷ MANGUEL, Alberto. *Lendo Imagens*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 35.

³⁴⁸ GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

No trabalho de interpretação de fotografias, como fonte histórica, a noção tradicional de que *a fotografia não mente*, não deve ser estritamente considerada. É certo de que o resultado de um ato natural, a fotografia em si, vinha do processo do amálgama da imagem dos objetos na chapa fotográfica, quando essa é exposta à luz. Entretanto, a desconfiança das intenções fotográficas vem do fato óbvio do que pode ocorrer no momento de ser tirada a fotografia: a montagem³⁴⁹. O fotógrafo pode tranquilamente, inventar uma cena ou episódio no momento para usá-la para fins próprios. Por isso se contextualiza e questiona a fotografia como fonte e evidência histórica desde seu surgimento até hoje. Igualmente, entre o espectador da imagem e essa, “existe muito mais do que os olhos podem ver”, pois

A ilusão da verdade fotográfica, amplamente difundida no século XIX, reafirma o projeto burguês de identificar automaticamente história e natureza. Ao considerar a imagem fotográfica como *analogon* da realidade, a ideologia da verdade fotográfica escamoteia os recursos de construção discursiva envolvidos na própria produção da fotografia como mensagem, e assim é uma escolha realizada num conjunto de escolhas possíveis.³⁵⁰

Com tanto a ser considerado, Burke aponta ressalvas para uma melhor forma de trabalharmos com imagens. A primeira é de que a arte pode fornecer evidências para aspectos da realidade social a que fontes escritas, por vezes, não se detêm. Se ocorrerem processos de deturpação de imagens, procurando enaltecer ou ocultar certos aspectos, esses, naturalmente, interessam ao trabalho do historiador.

Assim, o fotógrafo efetua uma espécie de *filtro* uma vez que seleciona e organiza o que irá compor a fotografia, como também explora os recursos tecnológicos de que dispõe.

Este artista – o fotógrafo – efetua um “filtro” ao compor a imagem, uma vez que seleciona e organiza o que irá compor a fotografia, tanto quanto explora os recursos tecnológicos de que dispõe. A essa “seleção” do fotógrafo, [...] se denomina “filtro cultural”.³⁵¹

Na união dos elementos fotográficos, assunto e tecnologia, ocorre uma mútua complementação no momento do congelamento da imagem de determinado objeto. Nesse fenômeno estão presentes espaço e tempo. O resultado final – a fotografia – é o conjunto de elementos icônicos que compõem conteúdo e suporte.

³⁴⁹ Burke salienta que, nos primeiros retratos produzidos, os próprios fotógrafos seguiam ou aconselhavam seus clientes a optarem por posições semelhantes às das pinturas (2004, p. 27).

³⁵⁰ MAUAD, Ana Maria. O poder em foco: imagens reservadas de homens públicos, uma reflexão sobre fotografia e representação social. IN: *Revista Diálogos*, DHI/PPH/UEM, v.11, n. 3, 2007. p. 126.

³⁵¹ KOSSOY, Boris. *Op. cit.* p. 42.

Enquanto documento – aquele do tempo interrompido e do fragmento selecionado do real – o artefato fotográfico, que faz da fotografia uma fonte primária, passa à categoria de testemunho de um período histórico, servindo como estudo na área das ciências e das artes, uma vez que, enquanto artefato possui em si um fragmento de determinada realidade registrada. Dessa forma, “torna-se uma fonte histórica tanto do ponto da história da fotografia, quanto das técnicas que a configuram enquanto objeto físico”. A fotografia é, assim um testemunho a partir de um filtro cultural (delimitado pelo período, intenção e ideologia do fotógrafo), mas também é uma criação estética, que, igualmente, se presta ao testemunho do fazer artístico de seu criador.³⁵²

Em relação ao simbolismo político nas cidades presentes em imagens, tomamos como referência o trabalho de Ana Maria Mauad com fotografias da elite política carioca do governo de Francisco Pereira Passos, período no qual a capital federal passava pela urbanização que marcou a ruptura do perfil de cidade antiga para moderna no início do século XX. Para a autora, as imagens trabalhadas naturalizam os papéis dos governantes e governados, confirmam os personagens que detêm o poder político de fato, ao mesmo tempo em que controlam a produção do poder simbólico.³⁵³

Ao efetivar principalmente as ações de derrubada dos cortiços, o desmontagem de habitações precárias e eliminação de morros para dar espaço aos novos bulevares do Rio de Janeiro, a intervenção do prefeito foi para caracterizar aparente progresso à cidade. A reinvenção do universo social pelo poder político exerce sua dominação pelo controle espacial e da “atualização do universo de signos que fornece conteúdo à cultura política”. Os meios para que isso se faça sentir compreendem a noção de que

O estabelecimento do poder nunca se faz exclusivamente pela força. É necessária a criação de um capital político, aceito pelos governados e reconhecido pelos seus pares, através do qual os detentores do aparelho de Estado produzem uma reserva de imagens, símbolos e modelos que compõem o capital simbólico, fundamental para o exercício do poder.³⁵⁴

O contexto histórico do Rio de Janeiro durante os anos da administração Pereira Passos (1902-1906), enquanto plano de identificação nacional do moderno, é relevante para a compreensão do que se tem em referência durante o Estado Novo por possuir quadros análogos a respeito do espaço cidadão. Com os movimentos que impulsionaram, no início do século XX a expansão capitalista, era necessário adequar a imagem da capital federal para

³⁵² Idem. p. 45.

³⁵³ MAUAD, Ana Maria. *Op cit.* p. 121.

³⁵⁴ Idem. p. 124.

acompanhar os ritmos da Segunda Revolução Industrial. É assim possível entender a entrega de plenos poderes a Pereira Passos pelo presidente da república, Francisco Rodrigues Alves. A cidade, uma vez reformada, tornou-se símbolo do Brasil regenerado para ser visto pelos europeus. O papel das Avenidas principais com seu novo aspecto representava mais que uma realização política, pois em poucos anos após a inauguração da Avenida Central, por exemplo, nas suas lojas e instalações dos prédios construídos em torno demonstrava um novo código de representação social. Ao mesmo tempo, as funções sógnicas relacionavam política e ordem social hegemônica nesse espaço de exibição.³⁵⁵ Desse modo, as fotografias das realizações de Pereira Passos foram definidas pelos padrões técnicos e estéticos, tornando em evidência as mensagens transmitidas pelas fotografias cuja análise é de importância para o entendimento dos significados aparentes e implícitos, bem como as estratégias tomadas no momento de fotografar.

Em Santa Maria, outro ponto que deve ser relevado é o de que na maioria dos casos, as fotografias propagandistas dos melhoramentos urbanos, das solenidades e dos eventos em Santa Maria, direta ou indiretamente, estavam relacionadas, e aludiam ao governo federal do Estado Novo. Isso porque uma série de elementos, por vezes perceptíveis, explicitamente ou não, irão sempre acompanhar as fotografias. O objetivo de mostrar à população as imagens do progresso pela linguagem visual tinha o mesmo intuito, passar, não somente à população de Santa Maria, mas também à de outros municípios sulinos e do resto do país o desenvolvimento da cidade.

São inegáveis as intenções de cooptação que as fotografias das realizações de Xavier da Rocha produziam sobre a população santa-mariense. Publicações de *A Razão* procuraram com fotografias dos novos edifícios, fazer o leitor das imagens perceber o contraste entre o que fora suprimido espaço urbano ou que ainda existe, mas com o novo presente ou ainda na categoria do porvir.

De acordo com Solange Ferraz de Lima e Vânia Carneiro de Carvalho, em trabalho com os álbuns fotográficos que passaram uma visão positiva a respeito da modificação do espaço urbano da cidade de São Paulo durante o fim do século XIX até a década de 1950, a instabilidade urbana não deveria ser compreendida como algo preocupante, outrossim,

A inevitabilidade da mudança que a disposição cronológica induz a visualizar faz com que a destruição da cidade seja vista como uma condição para o crescimento urbano, enfatizando a ruptura entre o passado e o presente com

³⁵⁵ Idem. p. 128-129.

necessária. A noção de progresso, no caso, consolida-se a partir da valorização dispensada às modificações na morfologia e fisiologia da cidade.³⁵⁶

Ainda para as autoras, um discurso visual é composto em torno da cidade apresentada pelos álbuns, e nos quais predomina a imagem de harmonia e progresso urbano. As imagens são articuladas e permitem uma interpretação, na qual são percebidos os interesses de uma esfera de diferentes poderes políticos e econômicos, bem como específica da elite paulista.

No cenário de Santa Maria, mediante um reflexivo trabalho, podemos tornar perceptíveis elementos presentes, principalmente nas fotografias de Edmundo Cardoso que nos mostram o objetivo de apresentar o ideal de modernidade proposto pelo programa estadonovista, e como era implantado na cidade.

No registro fotográfico das obras urbanas, destacamos a Avenida Rio Branco, com seu bulevar central rebaixado, em 1938, na esquina da Rua Dr. Daudt (Figura 3). A direção apresentada é do Centro para a Viação Férrea. Enquanto a lateral direita está em obras, a da esquerda foi flagrada parcialmente com o trânsito e um ônibus aberto em seu curso.



Figura 3: Obras da Avenida Rio Branco, esquina Dr. Daudt – Rebaixamento do “Boulevard” Central (1938)
Fonte: Arquivo Histórico de Santa Maria.

Em 1940, os novos edifícios, principalmente os construídos ao longo da Rua do Acampamento e da Avenida Rio Branco, foram capturados pelo fotógrafo de *A Razão*, Victor

³⁵⁶ LIMA, Solange Ferraz de; CARVALHO, Vânia Carneiro de. *Fotografia e cidade: da razão urbana à lógica do consumo*. Campinas-SP: Mercado das Letras; São Paulo: Fapesp, 1997. p. 115. O exemplo tratado pelas autoras diz respeito à gestão de Washington Luís como governante do estado de São Paulo (1920-1924) e a economia cafeeira criadora de sua elite dominante.

Camargo, na reportagem apresentada em capítulo anterior sobre a atuação do engenheiro Luiz Bollick. Através de uma montagem na página, as fotografias lado a lado enfatizavam a arquitetura moderna dos prédios, dando destaque ao Edifício Cauduro, que abrigaria o Hotel Jantzen. Nessa fotografia (Figura 4), a frente do prédio estava concluída, e o fotógrafo, deslocando-se na lateral esquerda, procurou dar importância, ao mesmo tempo, à verticalidade e à proeminência da fachada e ao contorno em forma de meia-lua das sacadas dos apartamentos.



Figura 4: Edifício Cauduro em fase de acabamento de sua construção (1940)

Fonte: Jornal *A Razão* (1940).

As

fotografias realizadas por Edmundo Cardoso, que problematizamos neste trabalho, são em sua maioria de 1940 e fizeram parte do livro de sua autoria *Um momento da vida do município de Santa Maria* (1941), ao qual já nos referimos. Em uma primeira fotografia (Figura 5), Xavier da Rocha é mostrado hasteando a Bandeira Nacional em frente à Escola Olavo Bilac, na cerimônia de inauguração de seu pavilhão de ginástica no dia 15 de novembro de 1940. Diferentemente de outras fotografias de solenidades de inauguração pelo interior do município, em que, na maioria das vezes, trajava roupas brancas, o prefeito aparece com um vestuário a caráter e distinto, de terno e conjunto escuro. Talvez pelo fato de a cerimônia abarcar a presença de autoridades importantes do Estado e, com certeza, por hastear a bandeira, pois essa deveria ser uma atitude exclusiva do Intendente, representante máximo do Estado Novo na cidade. Na foto, ainda aparece, em segundo plano, a diretora da Escola, Alda Saldanha, que é a única na fotografia que entoava o Hino Nacional, enquanto os demais apenas acompanham a cerimônia.



Figura 5: Hasteamento da Bandeira Nacional na Escola Olavo Bilac (1940).
Fonte: Acervo Particular da Casa de Memória Edmundo Cardoso (CMED).

Ainda na relação dos signos anteriores com a política, os primeiros a comporem as representações do poder podem vir compostos pelo código do espetáculo e é quando são registrados pela fotografia,

[...] todas as escolhas realizadas na composição fotográfica produzida pelos agentes competentes do campo político, desde a escolha da indumentária correta para um determinado evento até a organização do grupo em semi-círculo para fornecer a idéia de unidade e centralização [passando assim] pelo crivo da ideologia que homologa o código.³⁵⁷

³⁵⁷ ROSSI-LANDI, Ferruccio. *Linguagem como trabalho e como mercado*. São Paulo: Difel, 1985.



Figura 6: Lançamento da pedra fundamental do prédio do Grupo Escolar de Arroio Grande (1940).

Fonte: Acervo Particular da Casa de Memória Edmundo Cardoso (CMED).

Tal

circunstância é percebida numa segunda fotografia (Figura 6) de 1940 que mostra o lançamento da pedra fundamental do Grupo Escolar do distrito de Arroio Grande. Chama a atenção, em primeiro lugar, a presença, à esquerda de Xavier da Rocha, do padre Caetano Pagliuca. A fotografia além de proporcionar aos seus visualizadores o registro de mais uma obra da Intendência, mostrou o apoio da Igreja católica ao seu programa progressista. Era importante para a administração municipal que a população percebesse que um representante espiritual, o cura, também aceitava projetos tais como a construção de um estabelecimento educacional. Como na maioria das fotografias em que aparece em tais solenidades, no interior do município, Xavier da Rocha traja roupas brancas. Podemos interpretar isso como um dos aspectos do culto à personalidade: era necessário que um líder se diferenciasse das demais autoridades municipais a ele subordinadas, como por exemplo, os subprefeitos, até mesmo pela aparência pessoal. Assim a população dos distritos que assistia às solenidades fazia a distinção (à época, grandes líderes usavam ternos brancos, como exemplo, o próprio Getúlio Vargas e o Presidente norte-americano, Franklin Dellano Roosevelt).



Figura 7: Inauguração do prédio do Grupo Escolar de Colônia (1940).

Fonte: Acervo Particular da Casa de Memória Edmundo Cardoso (CMED).

Aspectos e simbolismos semelhantes podem ser percebidos em outra foto (Figura 7) realizada por Edmundo Cardoso na inauguração do Grupo Escolar de Colônia, em 13 de novembro de 1940. Xavier da Rocha, não dispensou o traje branco, sendo capturado pela lente do fotógrafo exatamente no centro e à frente das pessoas presentes. Possivelmente, também procurou posicionar-se de maneira a ficar com a porta do grupo Escolar ao fundo. À direita, notamos a bandeira nacional hasteada.

Sobre essa necessidade de diferenciação do líder, são oportunas as idéias traçadas por Roland Barthes, ao afirmar que a fotografia é o surgimento do “eu próprio como outro”, uma “dissociação artificial da consciência de identidade”. Com o advento da fotografia, foi possível para diferentes classes sociais, aparentar no registro fotográfico ser alguém diferente do que em seu cotidiano realmente era. Portanto, na fotografia, o sentido dado a um comportamento, postura ou *performance* é visível sob algumas dimensões:

A Foto-retrato é um campo de forças fechado. Aí se cruzam, se confrontam e se deformam quatro imaginários. Perante a objetiva, eu sou simultaneamente aquele que eu julgo ser, aquele que eu gostaria que outros julgassem que eu fosse, aquele que o fotógrafo julga que sou e aquele de quem ele se serve para exibir a sua arte.³⁵⁸

³⁵⁸ BARTHES, Roland. *A câmara clara: nota sobre a fotografia*. trad. Manoela Torres. Lisboa: Edições 70, 2009. p. 21-22.

Sobre a fotografia, Barthes nomeia o conjunto de elementos que a compõem como *studium*. Quando se consegue a identificação desses elementos e sua codificação, produzindo uma referência de sentido, por vezes o espectador deve deter-se em particular ao que é denominado como *punctum*. Este pode, não necessariamente, ser o mais revelador para fazer com que a fotografia seja entendida em seu conjunto, mas pode ser o ponto de partida para interpretá-la. O potencial do *punctum* ao permanecer na memória do espectador, revela sua importância no conjunto da fotografia:

Sucedem que, às vezes, conheço melhor uma foto de que me recordo do que uma foto que vejo no momento, como se a visão direta orientasse erradamente a linguagem, obrigando-a a um esforço de descrição que marcará sempre o ponto de efeito, o *punctum*.³⁵⁹

Em referência ainda ao conjunto de elementos contidos na fotografia, trazemos de Barthes também o “referente fotográfico”, que não deve ser entendido como aquilo *facultativamente* real, remetido a um signo interpretado na leitura da imagem, mas sim que é nela *necessariamente* real “e que foi colocado diante da objetiva sem a qual não haveria fotografia”. Os discursos contidos nesses referentes são, na maior parte das vezes, sinais que despistam o leitor na procura do sentido. Assim, enquanto, na situação registrada produz-se a sensação de que “a coisa esteve lá”, devemos estar cientes das articulações possíveis, feitas pelo fotógrafo e fotografado(s) na composição do registro.³⁶⁰

Em comemoração ao Centenário da Educação em Santa Maria, em 1939, e também, aproveitando que o novo calçamento entre a Avenida Rio Branco e Rua do Acampamento fora concluído, inaugurou-se um monumento no centro do cruzamento das ruas mencionadas e a Dr. Bozano. Na foto, realizada na ocasião (Figura 8), ao fundo está o prédio da Caixa Econômica e, no plano principal, ocorre o hasteamento da bandeira pelo intendente, acompanhado pelo Hino nacional, tocado pela Banda do 7º Regimento de Infantaria do Exército, cujos oficiais mais próximos à bandeira prestavam continência. De fato, a ênfase fotográfica a esses elementos alusivos ao nacionalismo deixou na fotografia, parcialmente oculto, o monumento, o qual, a princípio, era o motivo principal da cerimônia.

³⁵⁹ BARTHES, Roland. *Op. cit.* p. 61.

³⁶⁰ Idem. p. 87.



Figura 8: Inauguração do monumento ao Centenário da Educação (1939).

Fonte: Acervo Particular da Casa de Memória Edmundo Cardoso

Nos simbolismos do poder que interpretamos segundo a leitura das fotografias da administração Xavier da Rocha, encontramos elementos naquelas que não representaram apenas as obras no ambiente fotografado. Por exemplo, a foto oficial do Intendente e dos subprefeitos distritais apresenta aquilo que Rossi-Landi identificara: a diferenciação, através do posicionamento dos personagens em semicírculo, para proporcionar um sentido de união, bem como de centralização administrativa e governamental. Nesta fotografia (Figura 9), Xavier da Rocha se encontra mais uma vez no centro e sentado à sua mesa de trabalho, ladeado da direita para a esquerda, pelos subprefeitos Januário Chagas Franco, Ary Moreira, Lauro Machado Soares, Paulo Edmundo Lima, Anísio Borges Niederauer, Arlindo Bessa e Orvalino Bernardes. Entretanto, mais do que o enquadramento, o ambiente e a disposição de objetos sobre a mesa de trabalho nos revelam outros elementos: ao fundo, à esquerda, na parede, um quadro com o mapa da cidade em destaque, para reforçar a ideia que os planejamentos para as mudanças urbanas executadas, efetivamente, partiam do gabinete do Intendente. Certamente, como parte deste cenário condicionado para a fotografia, em cima da mesa, a disposição das pilhas, com alturas consideráveis, dos prováveis despachos oficiais, documentos e livros de consulta, fornecem-nos a dimensão do aparente esforço do “prefeito-burocrata” diante de seu trabalho cotidiano.³⁶¹

³⁶¹ A expressão da imagem iguala-se neste sentido às pinturas oficiais nos gabinetes de trabalho que vão desde Fiódor Reschetnikov, de Josef Stálin; François Gérard de Luís XVIII e, notoriamente Jacques Louis David, de



Figura 9: Antonio Xavier da Rocha e os subprefeitos dos distritos (s/d).

Fonte: Acervo Particular da Casa de Memória Edmundo Cardoso

Uma última fotografia que apresentamos, feita por Edmundo Cardoso (Figura 10), por ocasião da abertura da exposição de livros e jornais municipais, em 16 de novembro de 1940, na Biblioteca Pública Municipal. Na mesa, sendo o terceiro sentado a partir da esquerda, está Xavier da Rocha. Por ser uma cerimônia pública, no centro da cidade, o Intendente não pôde usar de seu vestuário diferenciado, porém foi fotografado em primeiro lugar, no centro da mesa, e rodeado pelas demais autoridades sentadas (a partir da esquerda, o primeiro sentado é Henrique Bastide; a segunda, Helena Brenner; o quarto, Augusto Menna Barreto; o quinto o Reverendo Gaudêncio Vergara dos Santos e o último, Ernani Cidade). Todos ouviam ao discurso do orador Fernando do Ó (em pé).

Napoleão Bonaparte. Este último, de 1812, embora represente o Imperador francês sozinho no seu escritório no Palácio das Tulherias, ele se encontra à lateral de sua mesa (com papéis e manuscritos acima) e nas primeiras horas da manhã (como sugere um relógio ao fundo). (BURKE, Peter. 2004, p. 86-87).



Figura 10: Cerimônia de abertura da Exposição de Livros e Jornais Municipais na Biblioteca Municipal (1940).

Fonte: Acervo Particular da Casa de Memória Edmundo Cardoso (CMED).

A importância da figura de Xavier da Rocha já é explicitada pela sua posição central à mesa. No entanto, é o único que estendeu a mão esquerda sobre a mesa. Não sabemos se isso foi por acaso ou se o prefeito manteve a mão estendida sobre a mesa durante toda a solenidade. Nessa atitude, porém, podemos analisar que o líder procura, inconsciente ou conscientemente, intencional ou não intencionalmente, diferenciar-se, em um recinto, usando de meios diversos. A mão estendida poderia expressar um sentido de autosssegurança pessoal ou marcar presença, “dominar ou controlar” a situação. Ainda na interpretação da fotografia, destacamos a postura enfática na oratória de Fernando do Ó em uma noite na qual não faltaram discursos a louvarem a iniciativa da prefeitura com a exposição de livros e jornais, também versando sobre o programa educacional e de instrução pública estadonovista. Para encerrar sobre esta fotografia, chamamos a atenção para o ângulo em que Edmundo Cardoso a enquadrou. Ela poderia ter sido feita mais à esquerda do espaço da biblioteca e poderia ter representado a frente de todas as autoridades presentes, mas o fotógrafo preferiu deslocar-se mais à direita, provavelmente, para que aparecesse no enquadramento da fotografia, no canto esquerdo, ao alto, o retrato do Presidente Getúlio Vargas. As fotos do Presidente, durante o Estado Novo, estavam presentes em todos os edifícios públicos do país.

Para concluirmos, a fotografia não pode ser considerada um mero instrumento de *congelamento* de um determinado espaço no tempo. Desde que surgiu, em meados do século XIX, foi aplicada para os mais diversos fins. Um desses, o uso em propagandas de ideologias ou de sistemas políticos, como foi o caso do Brasil a partir de 1937, com o Estado Novo e que podemos constatar em Santa Maria, durante a administração municipal do Intendente Antonio Xavier da Rocha, quando havia a intenção de que se tornassem presentes os ideários e preceitos da política de Getúlio Vargas, como a modernidade e o progresso.

Em Santa Maria, no período em questão, foram inegáveis as intenções de cooptação que as fotografias das realizações de Antonio Xavier da Rocha produziam sobre a população santa-mariense. Mediante um reflexivo trabalho, tornaram-se perceptíveis elementos presentes nas fotografias de Edmundo Cardoso que nos mostraram o claro objetivo de apresentar uma conotação positiva do intendente, suas realizações urbanas, simbolismos de poder e culto ao líder. Era, em linhas gerais, o ideal de modernidade, posto em prática pelo programa estadonovista, que era implantado na cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esperamos ter respondido aos objetivos propostos, que consistia em mostrar, através das elites letradas da imprensa da cidade, a articulação do local com o nacional. Os representantes das elites letradas santa-marienses ressaltaram uma imagem positiva das realizações do Intendente e difundiram mecanismos, a fim de que a população aceitasse o regime político do país, o Estado Novo.

Na pesquisa comprovamos que, através da História Urbana, as mudanças realizadas na cidade de Santa Maria implicaram um significado político-social. Até a época da administração de Xavier da Rocha, não haviam sido efetuados tantos empreendimentos de remodelamento urbano na cidade, acompanhados esses pela imprensa no intuito de difundir, na população, ideais de aprovação aos governos local e nacional. No âmbito acadêmico e historiográfico, a escassa produção sobre a História Urbana de Santa Maria foi também motivo da escolha desta temática para a pesquisa.

O ideário da modernidade esteve presente em várias esferas administrativas do regime político do país, o Estado Novo, e alcançou o conjunto de medidas tomadas pela administração do município de Santa Maria. Esse sentido de modernidade permaneceu visível à população de Santa Maria naqueles anos de 1937 a 1941, ao constatar essa os aparentes benefícios proporcionados, principalmente pelos empreendimentos de remodelamento urbano e demais realizações da prefeitura municipal.

Se, por um lado, um governo autoritário no modelo do Estado Novo (1937-1945) limitava a imprensa independente, por outro, favorecia aos órgãos midiáticos que estivessem dispostos a difundir seu ideário de modernidade, progresso e patriotismo. Nesse caso, encontravam-se os jornalistas do *Diário do Interior* com propaganda aberta ao regime. Se considerarmos que se tratava de um momento político em que existia o DIP, que tinha entre um de seus propósitos cooptar a intelectualidade de então, o cenário santa-mariense de maneira alguma é estranho. Aliás, essa dinâmica já estava sendo utilizada por governos totalitários europeus e mesmo em democracias como a dos Estados Unidos.

Também demonstramos como a produção fotográfica contribuiu para que, no período em referência – 1937 a 1941, várias esferas do governo federal, estadual, a população de outros municípios e da própria Santa Maria visualizassem as realizações do então intendente por esse meio de difusão visual. Desse modo, demonstramos também como a linguagem visual conseguiu legitimar os feitos da Intendência para a população, bem como, a maneira com que foram passados preceitos de aceitação do Estado Novo, por um veículo que

produzia, em quem o visualizasse, um impacto relativamente maior do que o da linguagem escrita.

No trabalho, os conceitos de modernidade e progresso foram fundamentais para o entendimento do contexto da urbanização santa-mariense realizada pela Intendência, uma vez que seus sentidos atuaram no imaginário da população da cidade com mecanismos e símbolos encontrados na linguagem escrita e visual. Outros conceitos, como os de elites, mídia e representação, tiveram seus significados estudados, a fim de que houvesse a compreensão da articulação do contexto santa-mariense com o do regime político do país.

Acreditamos que na circunstância em que um grupo que é produtor de escrita, ocupa com destaque um determinado lugar de importância. Ao desempenhar a atividade de pensar a cidade, nos foi possível levantar questionamentos sobre a maneira pela qual os discursos das elites letradas de Santa Maria foram elaborados, e na prática, como foram percebidos pelos grupos que os interpretaram. Desse modo, a recepção do discurso destes indivíduos fez surgir uma relação com a sociedade e ambas se inseriram em um espaço urbano socialmente construído.

A cidade no contexto trabalhado possuiu como um dos temas centrais, a ideia de progresso transmitida através das modificações do espaço urbano. Este entendimento não se encontra explicado através de uma variável de sua própria natureza material. A imagem do progresso foi manipulada a partir de uma prática política das elites do governo da cidade. A inauguração das diversas obras tornou explícita a prática política dessas elites, tornando possível a solidificação de seus discursos.

Estas realizações, demonstradas pelas elites letradas, contudo tomou diferentes conotações ao serem publicadas. Isto acontece pelo fato de que as histórias, de uma maneira geral, são narradas por um grupo de forma única, original e criativa, e do mesmo modo, também são por outros indivíduos que fazem parte da cena urbana.

A importância desta conjuntura consiste na percepção de maneiras conflitivas não apenas nas condições de uso do espaço, mas também nos interesses que as próprias elites letradas possuem, de acordo com suas ideologias distintas. Ao estarem cientes em viver num regime autoritário, os grupos que não estão com total consonância com a natureza do governo, valem-se de brechas dentro de seu próprio discurso, para que possam passar suas mensagens. Por sua vez, o discurso conformista que vem de encontro com o do governo em sua totalidade, vem imbuído de mensagens de culto à nação, ao chefe de Estado e à modernidade material. Esta última pode ser um ponto em comum no foco das elites, e assim, passam a interferir no cotidiano da cidade.

Em Santa Maria, os jornais *Diário do Interior* e *A Razão* tiveram características diferentes nas ideias e posições de seus redatores, assim como publicaram, em suas edições, notícias com graus diferentes de simbolismos destinados à população. O primeiro foi um órgão de apoio incondicional ao Estado Novo e fez uso indiscriminado da propaganda de enaltecimento à urbanização da cidade. O segundo tinha suas restrições em relação à ditadura, pois muitos de seus membros, incluindo seu diretor, prezavam os princípios democráticos, logo olhavam com reservas o cunho autoritário do regime, embora a pessoa de Vargas lhes representasse um baluarte de defesa contra o regionalismo estadual dominante, principalmente, durante o governo, tido como repleto de arbitrariedades, de Flores da Cunha.

O elemento em comum, que podia ser identificado entre os dois jornais, era a visão positiva das mudanças urbanas na cidade e nos distritos (englobando desde a abertura e prolongamento de ruas até a construção de edifícios e de grupos escolares). Além disso, as mudanças eram consideradas, por essas elites letradas jornalísticas, como um fator essencial para a promoção, desenvolvimento e progresso da cidade de Santa Maria.

Sobre o significado de progresso, de uma maneira geral, em todos os aspectos da vida humana, se caminhou em direção da perfeição futura, por meio da condição de que o presente não é plenamente satisfatório e que pode ser modificado positivamente. Na filosofia, o próprio homem iria se resgatar através da construção de uma sociedade na qual a razão sobremaneira a orienta, pela acumulação de conhecimentos. Assim a ideia de progresso mostra um homem que produz seu futuro, visando o bem de sua sociedade.

Indissociável no entendimento sobre como a sociedade produz suas representações e seu imaginário urbano, a cultura assume uma posição de relevo, pois seus diferentes conceitos que tratamos neste trabalho remetem a um sentido de expressão máxima da criatividade humana. Ao assumir a função de união em sociedade, a cultura é o elo no qual o eu toma uma direção, encontra sua diversa e elaborada expressão. Contudo, a identificação individual não deixa de ser ao mesmo tempo produto dele.

Daí a relevância em tratarmos, como que o Estado elaborou determinada cultura, com seus simbolismos e discursos, procura contemplar as necessidades do homem, demonstrando aquilo que deseja e que se faz sentir próximo. No nosso caso, a articulação do regional com o nacional por meio de um projeto de modernidade, é que foi sua essência da mensagem dos bons tempos que o país acabara de entrar.

Insistimos no fato de que uma cultura pode ser também um conjunto de diferentes relações, nas quais se polarizam o escrito e o oral, o dominante e o subordinado, esfera rural e centro urbano. E na circunstância em que existir elementos ideológicos centralizadores, mais

fortes, especialmente o desempenhado o nacionalismo, que ela assume características mais limitadas e dá a impressão de se inserir dentro de um plano pré-determinado, por um corpo organizacional. E naturalmente na prática, os discursos do governo centralizador, até aqueles das elites letradas, tomam uma acepção contrária àquele que é o traço mais profundo e comum dos conceitos de cultura, sua diversidade mutável.

Um discurso nacional-estatista estende-se em uma relação dinâmica, mesmo em uma cultura urbana. A formação de um imaginário social dentro desta demonstra diferentes entendimentos do mundo e fatos da política que alcances em diferentes esferas da sociedade. Por sua vez, a interação de indivíduos, em meio a uma sociedade, possibilita a aproximação dos entendimentos diversificados, cria interpretações e atua através de intérpretes letrados, configurando ideias que, em relação à política, pode se opor ou prestar-se a ela.

A urbanização, enquanto um meio de modificação material, pode ser utilizada pela política por meio do Estado ou instituições subordinadas no plano regional. Se este projeto faz parte de outro mais amplo, como foi o de modernidade do Estado Novo no Brasil, ele impõe condições para atingir seus objetivos, adaptando o ideário amplo no cenário local.

Na cidade, o enfoque da modernidade unido à ideologia da centralização política e à propaganda, somavam-se para cumprir uma transformação autoritária na sociedade, e ao se formar uma conotação positiva sobre estas mudanças, eliminava-se a possibilidade da discussão sobre as ações pela imprensa. Em primeiro lugar, pelo fato de dificilmente se encontrar entre as elites letradas, indivíduos contra sinais do progresso, e em segundo pela natureza coercitiva e a repressão subentendida a adversários de idéias do regime político.

O discurso jornalístico, ao ser tratado com fonte nesta pesquisa, foi compreendido dentro da forma de pensar predominante da época, assim se dirigindo ao grupo para o qual se voltava. A relação que manteve com seu imaginário contemporâneo é de uma dinâmica reveladora criadora de sentido, pois ao mesmo tempo em que se esforçou para encaixar seu discurso no imaginário social, também contribui para criar ou legitimar este imaginário. Isto acontece pois as elites letradas jornalísticas ao possuírem credibilidade frente ao público leitor, podem criar imagens e representações que direcionam ações e formam opiniões acerca dos assuntos tratados.

Da mesma maneira, o significado ou o sentido de uma mensagem como algo continuamente renovado, podendo ser transformado pelos processos de recepção, interpretação e reinterpretação. Isto justifica a ação firme do Estado Novo ao criar organismos fortes e difusores da ideologia do regime, e que somente se aperfeiçoaram no decorrer dos anos, cientes de que o significado que uma mensagem tinha para os brasileiros dependia da

estrutura que ela trazia para sustentá-lo. O governo tornou o convencimento e a legitimação práticas constantes, a nível local e nacional.

Por meio da supressão da informação, do monitoramento, do controle da difusão da palavra escrita e de seus meios técnicos, os agentes do Estado elaboram diferentes mecanismos institucionalizados que limitam o fluxo das informações, condicionando-a ao discurso oficial. O uso destes meios fornece aos indivíduos elaboradores do discurso do Estado Novo, novas maneiras de organizar o espaço e o tempo.

O que foi presenciado é que os indivíduos experimentaram dimensões positivas na vida social consonantes ao projeto de modernidade que foi planejado pelo Estado. O convencimento passa a ser a preocupação da ideologia dominante do governo, e o grau de aceitação que a população demonstrou, através das mensagens passadas pelo discurso jornalístico, pôde ser medido de acordo com as diferentes óticas de recepção.

A apreensão do discurso oficial na cidade deu-se, quando, segundo a expressividade dos noticiários jornalísticos, a incorporação das mensagens de progresso de Santa Maria caiu no vocabulário da vida cotidiana, e em diferentes condições, se passou a identificar o quadro citadino com a situação no país; no sentido de ser modernizado pelo governo de então. O acompanhamento de tais circunstâncias, devido à necessidade de reforçar o nacionalismo, se fez presente. Pois foi de fato o nacionalismo, que de maneira intrínseca, era relacionado e com o próprio progresso e do advento do moderno.

A exemplificação do que acontecia no plano do nacionalismo no Brasil, foi percebido como não poderia deixar de ser, em Santa Maria. Imagens e símbolos eram difundidos com o propósito de formar consciências. O sentimento de união e pertencimento foi valorizado principalmente através das palavras conjugadas “Estado, Pátria, Nação e povo”, em nome de valores políticos, ideológicos, religiosos e morais que nas expressões diversas, Getúlio Vargas e os representantes do regime proibiam ou valorizavam.

O destaque ao novo era contínuo nas representações estadonovistas, pois o regime tornava clara a promessa de criar o homem novo, a sociedade nova e o país novo. Aquilo que viera antes era representado pela negatividade total e o regime do país encarnava e expressava o que era bom.

Na presente pesquisa, as imagens da época serviram para demonstrar o entendimento de uma relação íntima do poder, tendo como referência os fins para os quais as fotografias foram executadas. Demonstramos os meios pelos quais a população recebeu, com o uso da linguagem escrita e visual, mensagens implícitas, nas quais foi possível distinguir personagens representados, simbolismos, mecanismos de convencimento através da

problematização dos detalhes e cenários perceptíveis nas imagens, e enfim, o espaço urbano como um imaginário político-social em que a produção das elites letradas procurou interferir com seus discursos.

Assim, a produção das elites letradas dizia respeito à aceitação de valores de modernidade e ideologias políticas à população. E estas estavam ligadas à aceitação do Estado Novo. Por isso, enfatizavam-se o novo aspecto da cidade e o seu progresso, cujo sentido identificava-se com as melhorias urbano-arquitetônicas efetuadas pela Intendência, de acordo com um projeto planejando pelo Estado brasileiro, e, dessa forma, articulava-se o regional com o nacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Luciano Aronne de. Tradição autoritária e moderna democracia no Brasil: breves reflexões. IN: SILVEIRA, Helder Gordim da et alli (org.) *História e ideologia: perspectivas e debates*. Passo Fundo-RS: UPF Editora, 2009. p. 105-119.

AGOSTINI, Lenir Cassel. Estado Novo e o trabalhismo: matriz da nova organização sócio-política varguista (Santa Maria – 1937/1950). IN: DALMOLIN, Cátia (org.). *Mordaça Verde Amarela – Imigrantes e descendentes no Estado Novo*. Santa Maria: Palotti, 2005.

AUMONT, Jacques. *A imagem*. trad. Estela dos Santos Abreu e Cláudio C. Santoro. 11ª ed. Campinas-SP: Papirus, 2006.

BARBOSA, Gustavo Guimarães; RABAÇA, Carlos Alberto. *Dicionário de comunicação*. 2ª.ed. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

BARBOSA, Marialva. Jornalismo e história: um olhar e duas temporalidades. IN: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; MOREL, Marco (org.) *História e imprensa: homenagem a Barbosa Lima Sobrinho – 100 anos: anais do colóquio*. Rio de Janeiro: UERJ, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1998. p. 87-91.

BARTHES, Roland. *A câmara clara: nota sobre a fotografia*. trad. Manoela Torres. Lisboa: Edições 70, 2009.

BECKER, Gisele. *A construção da imagem da prostituição e da moralidade em Porto Alegre pelo jornal A Gazetinha: uma análise dos códigos sociais segundo a hipótese de Agendamento (1895-1897)*. Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, 2007.

BELÉM, João. *História do Município de Santa Maria – 1797/1933*. Santa Maria: Editora UFSM, 2000.

BELTRÃO, Romeu. *Cronologia História de Santa Maria e do extinto município de São Martinho*. Santa Maria: Pallotti, 1958.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido se desmancha no ar: a aventura da modernidade*. trad. Carlos Felipe Moisés; Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

BLOOM, Allan. A Cultura. IN: _____. *O declínio da cultura ocidental*. 3ª ed. São Paulo: Best Seller, 1989. p. 231-142.

BOURDIEU, Pierre. Sistemas de ensino e sistemas de pensamento. IN: _____. *A economia das trocas simbólicas*. 3ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1992. p. 203-229.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. *Uma história social da Mídia: de Gutenberg à Internet*. 2ª ed. trad. Maria Carmelita Pádua Dias. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

BURKE, Peter. *O que é História Cultural?* trad. Sergio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BURKE, Peter. *Testemunha Ocular*. trad. Vera Maria Xavier dos Santos. Bauru-SP: Edusc, 2004.

CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? IN: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). *O Brasil republicano: o tempo do nacional-estatismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. vol. 2. p. 107-143.

CAPELATO, Maria Helena; DUTRA, Eliana. Representação política. O reconhecimento de um conceito na historiografia brasileira. IN: CARDOSO, Ciro Flamarion; MALERBA, Jurandir (orgs.). *Representações*. Contribuição para um debate transdisciplinar. Campinas-SP: Papirus, 2000. p. 227-268.

CARESANA, Glauco. *Pesaro: crescita urbana fra le due guerre 1914-1944*. Pesaro: Metauro Edizioni, 2007.

CASTELLS, Manuel. *A Questão Urbana*. trad. Arlene Caetano. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CERTEAU, Michel de. A economia escriturística. IN: _____. *A invenção do cotidiano*. vol 1. A arte de fazer. 6ª ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2001. p. 221-246.

CHAIA, Miguel. Arte e política: situações. IN: _____ (org.). *Arte e política*. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2007. p. 13-40.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

CONNIFF, Michael L. A elite nacional. IN: HEINZ, Flávio M. (org.) *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 99-122.

COSTA BEBER, Cirilo. *Santa Maria 200 anos: história da economia do município*. Santa Maria: Pallotti, 1998.

DRAIBE, Sônia. *Rumos e metamorfoses: Estado e industrialização no Brasil 1930-1960*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

DUPAS, Gilberto. *O Mito do Progresso*. São Paulo: UNESP, 2006.

ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

ESPIG, Márcia Janete. O uso da fonte jornalística no trabalho historiográfico: o caso do Contestado. *Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre: PUC-RS – Curso de Pós-Graduação em História, v. XXIV, n.2. dez. 1998. p. 269-289.

FARINATTI, Luís Augusto Ebling. *Sobre as Cinzas da Mata Virgem: lavradores nacionais na Província do Rio Grande do Sul (Santa Maria, 1845-1880)*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: PUC, 1999.

FAUSTO, Boris; DEVOTO, Fernando J. *Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada (1850-2000)*. São Paulo: Editora 34, 2004.

GERTZ, René E. *O Estado Novo no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: UPF Editora, 2005.

GILLE, Didier. Estratégias urbanas. IN: ALLIEZ, Eric et alii. *Contratempo*. Ensaio sobre algumas metamorfoses do capital. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988. p. 21-55.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

GOMES, Angela Maria de Castro. Propaganda política, a construção do tempo e do mito de Vargas: o calendário de 1940. IN: BASTOS, Elide Rugai et al. (org.). *Intelectuais: sociedade e política*. São Paulo: Cortez, 2003. p. 112-145.

GUTERRES, Leticia Batistella Silveira. *Para além das fontes: im/possibilidades de laços familiares entre livres, libertos e escravos (Santa Maria, 1844-1882)*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: PUC, 2005.

JULLIARD, Jacques. A política. IN: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre (orgs.). *História: novas abordagens*. trad. Henrique Mesquita. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1998, p.180-196.

KOSSOY, Boris. *Fotografia & História*. 2ª. ed. rev. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

LEPETIT, Bernard. *Por uma nova história urbana*. Heliana Angotti Salgueiro (Org.). São Paulo: Edusp, 2001.

LIMA, Solange Ferraz de; CARVALHO, Vânia Carneiro de. *Fotografia e cidade: da razão urbana à lógica do consumo*. Campinas-SP: Mercado das Letras; São Paulo: Fapesp, 1997.

LOPES, Valéria Maria Queiroz Cavalcante; MACHADO, Maria Clara Tomaz. A cidade e suas múltiplas representações. IN: *História & perspectivas*. Revista dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia-MG: Edufu, 2001. vol 24 jan/jun. p. 145-158.

LOSNAK, Célio José. *Polifonia Urbana – imagens e representações: Bauru 1950 – 1980*. Bauru-SP: Edusc, 2004.

LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva, 1995.

MANGUEL, Alberto. *Lendo Imagens*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MAUAD, Ana Maria. O poder em foco: imagens reservadas de homens públicos, uma reflexão sobre fotografia e representação social. IN: *Revista Diálogos*, DHI/PPH/UEM, v.11, n. 3, 2007. p. 119-149.

MONTEIRO, Charles. *Porto Alegre e suas escritas: história e memórias da cidade*. Porto Alegre: Edipucrs, 2006.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Sinais da modernidade na era Vargas: vida literária, cinema e rádio. IN: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). *O Brasil republicano: o tempo do nacional estatismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. vol. 2. p. 323-350.

PECHMAN, Robert Moses. *Cidades estreitamente vigiadas: o detetive e o urbanista*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

RAMINELLI, Ronald. História Urbana. IN: CARDOSO, Ciro Flamarion S; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 185-202.

RANGEL, Carlos Roberto da Rosa. O Governo Flores da Cunha: entre o regional e o nacional. IN: GERTZ, René (dir.); BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (coord.). *História Geral do Rio Grande do Sul – República: Da Revolução de 1930 à ditadura militar (1930-1985)*. Passo Fundo: Méritos, 2007. v. 4. p.17-37.

RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. História regional: dimensões teórico-conceituais. IN: *História: Debates e Tendências*. Passo Fundo: UPF, v.1, 1999, p. 15-21.

REIS, José Carlos. *História & teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade*. 3ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

ROSSI, Paolo. Sobre as origens da idéia de progresso. IN: _____. *Naufraágios sem espectador: a idéia do progresso*. São Paulo: UNESP, 2000. p. 47-68.

ROSSI-LANDI, Ferruccio. *Linguagem como trabalho e como mercado*. São Paulo: Difel, 1985.

SANTOS, Therezinha de Jesus Pires; SANTOS, Gilda May Cardoso (org.). *Santa Maria: Vivências e memórias de Edmundo Cardoso*. Santa Maria: Anatterra: 2008

SCHORSKE, Carl E. *Viena fin-de-siècle: política e cultura*. trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras. Campinas: Editora da Unicamp, 1989.

SEVCENKO, Nicolau. A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio. IN: SEVCENKO, Nicolau (org.); NOVAIS, Fernando A. (dir.). *História da vida privada no Brasil – República: da Belle Époque à Era do Rádio*. vol. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 514-620.

SIQUEIRA, Carla. A construção da memória histórica na imprensa carioca do início da república. IN: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; MOREL, Marco (org). *História e imprensa: homenagem a Barbosa Lima Sobrinho – 100 anos: anais do colóquio*. Rio de Janeiro: UERJ, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1998. p. 67-71.

SOARES, Paulo Roberto Rodrigues. Do rural ao urbano: demografia, migrações e urbanização (1930-1985). IN: GERTZ, René (dir.); BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (coord.). *História Geral do Rio Grande do Sul – República: Da Revolução de 1930 à ditadura militar (1930-1985)*. Passo Fundo: Méritos, 2007. v. 4.

SOUSA, Jorge Pedro. *Teorias da notícia e do jornalismo*. Chapecó/Florianópolis: Argos/Letras Contemporâneas, 2002.

THOMPSON, Edward P. Introdução: costume e cultura. IN: _____. *Costumes em comum: Estudos sobre a cultura popular tradicional*. trad. Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 13-24.

THOMPSON, John B. *A mídia e modernidade: uma teoria social da mídia*. 5ª ed. trad. Leonardo Avritzer. Petrópolis, RJ, Vozes: 1998.

THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. trad. Carmen Grisci. Petrópolis, RJ, Vozes: 1995.

TRINDADE, Héliogio; NOLL, Maria Izabel. *Rio Grande da América do Sul: partidos e eleições (1823-1990)*. Porto Alegre: UFRGS/Sulina, 1991.

TROMBETTA, Gerson Luís. *As “frestas” do tempo: sobre a concepção de história em Walter Benjamin*. Artigo da disciplina de Teorias da História. Mestrado em História da UPF – Universidade de Passo Fundo, 2009/1.

VELLOSO, Monica Pimenta. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. IN: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). *O Brasil republicano: o tempo do nacional estatismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. vol. 2. p. 145-180.

VISCARDI, Claudia. História, região e poder: a busca de interfaces metodológicas, *Locus: revista de história*. Juiz de Fora, v.3, n.1, p. 84-97.

WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade: na história e na literatura*. trad. Paulo Henriques Britto. São Paulo: Companhia das letras, 2000.

ZAMBON, Antonio Lídio de Mattos. *As Transformações Urbanas de Santa Maria na Passagem para o Século XX*. Revista Vidya do Centro Universitário Franciscano. Santa Maria. ano 14. n° 24, jul/dez 1995. p. 155-165.

FONTES DOCUMENTAIS

A RAZÃO. Ano IV. Santa Maria. 10 Nov. 1937. N° 26.

A RAZÃO. Ano IV. Santa Maria. 11 Nov. 1937. N° 27.

A RAZÃO. Ano IV. Santa Maria. 23 Dez 1937. N. 63.

A RAZÃO. Ano IV. Santa Maria. 28 Dez. 1937. N°. 67.

A RAZÃO. Ano IV. Santa Maria. 31 Dez. 1937. N.º. 70.
A RAZÃO. Ano IV. Santa Maria. 1º Jan 1938. N.º 71.
A RAZÃO. Ano IV. Santa Maria. 20 Mar 1938. N. 136.
A RAZÃO. Ano IV. Santa Maria. 27 Mar 1938. N. 142.
A RAZÃO. Ano IV. Santa Maria. 1º Jun 1938. N. 197.
A RAZÃO. Ano IV. Santa Maria. 16 Jun 1938. N. 210
A RAZÃO. Ano IV. Santa Maria. 20 Jun 1938. N. 215
A RAZÃO. Ano IV. Santa Maria. 31 Jul 1938. N. 249
A RAZÃO. Ano IV. Santa Maria. 24 Ago 1938. N. 269.
A RAZÃO. Ano IV. Santa Maria, 9 Out. 1938. N.º 42.
A RAZÃO. Ano V. Santa Maria. 13 Out. 1938. N.º 4.
A RAZÃO. Ano V. Santa Maria, 6 Nov. 1938. N.º 24.
A RAZÃO. Ano V. Santa Maria, 8 Nov. 1938. N.º 25.
A RAZÃO. Ano V. Santa Maria, 11 Nov. 1938. No. 28
A RAZÃO. Ano V. Santa Maria, 13 Nov 1938. N. 30.
A RAZÃO. Ano V. Santa Maria, 21 Nov 1938. No. 37
A RAZÃO. Ano V. Santa Maria, 30 Dez 1938 No. 45
A RAZÃO. Ano V. Santa Maria, 3 Jan. 1939. N.º. 74.
A RAZÃO. Ano V. Santa Maria, 5 Jan. 1939. N.º. 76
A RAZÃO. Ano V. Santa Maria, 1º Mar. 1939. N.º. 122.
A RAZÃO. Ano V. Santa Maria, 8 Mar. 1939. N.º. 128.
A RAZÃO. Ano V. Santa Maria, 5 Abr. 1939. N.º. 152
A RAZÃO. Ano V. Santa Maria, 14 Abr 1939. No. 159.
A RAZÃO. Ano V. Santa Maria, 30 Abr. 1939. N.º. 173
A RAZÃO. Ano V. Santa Maria, 4 Maio 1939. N. 169
A RAZÃO. Ano V. Santa Maria, 19 Maio. 1939. N.º. 189
A RAZÃO. Ano V. Santa Maria, 28 Maio. 1939. N.º. 197.
A RAZÃO. Ano V. Santa Maria, 9 Ago. 1939. N.º. 258.
A RAZÃO. Ano VI. Santa Maria, 26 Out 1939 No. 15,
A RAZÃO. Ano VI. Santa Maria, 10 Nov. 1939. N.º. 24
A RAZÃO. Ano VI. Santa Maria. 11 Nov 1939. N. 25.
A RAZÃO. Ano VI. Santa Maria, 3 Jan. 1940. N.º. 70
A RAZÃO. Ano VI. Santa Maria, 5 Jan 1940. No. 71
A RAZÃO. Ano VI. Santa Maria. 16 Jan 1940. N. 87

- A RAZÃO. Ano VI. Santa Maria, 30 Jan. 1940. N.º. 93
- A RAZÃO. Ano VI. Santa Maria. 4 Fev 1940. N. 98.
- A RAZÃO. Ano VI. Santa Maria, 25 Maio 1940. N.º. 188
- A RAZÃO. Ano VI. Santa Maria, 2 Jul 1940. N. 220.
- A RAZÃO. Ano VI. Santa Maria, 4 Jul. 1940. N. 222.
- A RAZÃO. Ano VI. Santa Maria. 7 Jul 1940. N. 225
- A RAZÃO. Ano VI. Santa Maria, 28 Jul. 1940. N.º. 243
- A RAZÃO. Ano VI. Santa Maria. 7 Set 1940. N. 277.
- A RAZÃO. Ano VII. Santa Maria, 14 Nov. 1940. N.º. 32
- A RAZÃO. Ano VII. Santa Maria, 15 Nov 1940. N.º. 33.
- A RAZÃO. Ano VII. Santa Maria, 16 Nov 1940. N.º. 34
- A RAZÃO. Ano VII. Santa Maria, 27 Dez 1940. N.º. 65.
- A RAZÃO. Ano VII. Santa Maria, 11 Fev 1941. N.º. 101
- A RAZÃO. Ano VII. Santa Maria, 22 Jun 1941. N.º. 211
- A RAZÃO. Ano VII. Santa Maria, 3 Jul 1941. N.º. 226
- A RAZÃO. Ano VII. Santa Maria, 5 Set 1941. N.º. 261
- A RAZÃO. Ano VIII. Santa Maria, 9 Out 1941. N.º. 1
- A RAZÃO. Ano VIII. Santa Maria, 12 Nov 1941. N.º. 30
- CARDOSO, Edmundo. *Um momento da vida do município de Santa Maria*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1941.
- DIÁRIO DO INTERIOR. Ano XXVI. Santa Maria, 25 Dez. 1937. N.º. 286.
- DIÁRIO DO INTERIOR. Ano XXVI. Santa Maria. 30 Dez 1937. N. 287.
- DIÁRIO DO INTERIOR. Ano XXVI. Santa Maria. 3 Mar 1938. N. 37.
- DIÁRIO DO INTERIOR. Ano XXVI. Santa Maria. 22 Jun 1938. N. 138.
- DIÁRIO DO INTERIOR. Ano XXVII. Santa Maria, 22 Jul. 1938. N.º. 164.
- DIÁRIO DO INTERIOR. Ano XXVII. Santa Maria, 31 Jul. 1938. N.º. 171.
- DIÁRIO DO INTERIOR. Ano XXVII. Santa Maria, 19 Ago. 1938. N.º. 183.
- DIÁRIO DO INTERIOR. Ano XXVII. Santa Maria, 15 Out. 1938. N.º. 128.
- DIÁRIO DO INTERIOR. Ano XXVII. Santa Maria. 12 Nov 1938. N. 145
- DIÁRIO DO INTERIOR. Ano XXVII. Santa Maria, 3 Jan 1939. N. 2.
- DIÁRIO DO INTERIOR. Ano XXVII. Santa Maria. 17 Jan 1939. N. 14
- DIÁRIO DO INTERIOR. Ano XXVII. Santa Maria, 18 Mar 1939. N. 63.
- DIÁRIO DO INTERIOR. Ano XXVII. Santa Maria, 19 Jul. 1939. No. 141
- DIÁRIO DO INTERIOR. Ano XXVIII. Santa Maria, 29 Jul 1939. N. 150.

DIÁRIO DO INTERIOR. Ano XXVIII. Santa Maria, 21 Jul. 1939. N°. 143.

DIÁRIO DO INTERIOR. Ano XXVIII. Santa Maria, 28 Jul 1939. N. 149

DIÁRIO DO INTERIOR. Ano XXVIII. Santa Maria, 29 Jul. 1939. N°. 150.

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL DE SANTA MARIA. Vol. IX. 2 Jan. 1938. Ato N°. 1.

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL DE SANTA MARIA. Vol. IX. 1º Set 1938. Ato N°. 169.

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL DE SANTA MARIA. Vol. IX. 14 Jan 1938. Ato No. 18.

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL DE SANTA MARIA. Vol. IX. 16 Dez 1938. Ato No. 222.

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL DE SANTA MARIA. Vol. IX. 16 Jun. 1938. Ato No. 132.

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL DE SANTA MARIA. Vol. IX. 26 Ago 1939. Ato No. 140

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL DE SANTA MARIA. Vol. IX. 1º Set 1938. Ato No. 169.

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL DE SANTA MARIA. Vol. IX. 1º Set 1939. Ato N°. 141.

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL DE SANTA MARIA. Vol. IX. 30 Jun. 1939. Ato N°. 117.

NAVÁSQUES, Sebastião de. *Guia Ilustrado Comercial, Industrial e Profissional do Município de Santa Maria*. Porto Alegre: Editores E. G. J. M., 1938